

# Património Agro-Industrial





# Património Agro-industrial

Edição:  
Museu do Douro

Coordenação Editorial:  
Júlia Lourenço

Design:  
Atelier João Borges

2014

# Património Agro-industrial

Coordenação  
Júlia Lourenço

## SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO

*Júlia M. Lourenço e A. Barros Cardoso* 7

### Territórios e Quintas 9

DOURO – ARQUITECTURAS DE PRODUÇÃO. O BAIXO CORGO  
*António Barros Cardoso* 11

FAZENDAS HISTÓRICAS PAULISTAS – OS DESAFIOS DA GESTÃO E DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL  
*Luzia Sigoli Fernandes Costa, Maria Ângela Bortolucci e Maria Inês Rauter Mancuso* 22

CAPELAS RURAIS DO CICLO CAFEIEIRO PAULISTA  
*Vladimir Benincasa e Monica C. B. F. Ferreira* 31

ESTANCIAS Y HACIENDAS JESUITAS VITIVINÍCOLAS EN IBEROAMERICA E ISLAS ATLÁNTICAS (1549-1767)  
*Adriana Micale e Graciela Moretti* 40

ROÇAS DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE – UM MODELO IMPAR DO PATRIMÓNIO AGRÍCOLA MUNDIAL  
*Duarte Pape e Roberto Rebelo de Andrade* 56

### Arquiteturas Agroindustriais 65

DAS ALDEIAS GLOBAIS ÀS MEMÓRIAS DAS GENTES E DOS LUGARES E VICE VERSA  
*José M. Pedreirinho* 67

EL VINO Y EL ARTE. UNA ARQUITETURA DEL SIGLO XXI – LAS BODEGAS DE LA RIOJA  
*Javier de Mesones* 77

AMPLIAÇÃO DA ADEGA DA QUINTA DO VALLADO  
*Francisco Vieira de Campos* 90

TRADICIÓN E INNOVACIÓN EN LOS PAISAJES VITIVINÍCOLAS DE MENDOZA Y CALIFORNIA  
*Graciela Moretti* 96

ARQUITECTURA DOMÉSTICA ERUDITA. SOLARES DE ENTRE-CÔA-E-TÁVORA  
*Filinto Girão* 108

### Complexos Agroindustriais e Sítios Históricos 115

ESTRATÉGIA DE RECUPERAÇÃO DOS MOINHOS DE ÁGUA DO GAVIÃO  
*Ana Silva* 117

ENGENHOS DE AÇÚCAR NO BRASIL – PROGRAMA E FORMA  
*Telma de Barros Correia* 128

PROJETOS EM ÁREAS CENTRAIS TRADICIONAIS – REABILITAÇÃO DO ENGENHO CENTRAL DE PIRACICABA  
*Cauê Baldi, Mariana Saviano da Fonseca Adriano e Patrícia Cerezal Sampaio* 138

FAZENDA SALTO GRANDE E COMPLEXO INDUSTRIAL DA VILA CARIOBA – UM EXEMPLO DE ROTEIRO CULTURAL  
*Maria José Ferreira de Araújo Ribeiro, Melquesedec Ferreira e Mariselma Ferreira Zaine* 146

LA DIMENSIÓN MATERIAL DEL PATRIMONIO AGROINDUSTRIAL DEL ÁREA ANDINA: REGIONES NOA Y CUYO. ARGENTINA  
*Gabriela Santibañez, Ana Lía Chiarello, Lucas Guzmán Coraita2 y Juan José De Haro* 153



<b>Contributos para Memórias</b>	165
CONSERVAÇÃO-RESTAURO NO MUSEU DO DOURO. QUE ESTRATÉGIAS SUSTENTÁVEIS?	
<i>Carlos Mota</i>	167
PATRIMÔNIO AGROINDUSTRIAL E ARTESANAL DA UVA NA REGIÃO DA BACIA DO RIO JUNDIAÍ- MIRIM	
<i>Evelyn Gregory Moraes, Erika Gregory Moraes e Marina Gregory Moraes</i>	175
UMA CIDADE "NITRINA". CONSTRUÇÃO E DESMONTE DO CONJUNTO FABRIL DA CIA. NITRO QUÍMICA BRASILEIRA	
<i>Luciana Lepe Tonaki</i>	181
SÍTIOS HISTÓRICOS DA ÁREA RURAL DE PORTO ALEGRE – HISTÓRIA, ARQUITETURA E ARQUEOLOGIA	
<i>Fernanda Tocchetto, Rosilene Possamai, Rosane Maria Fluck e Simone Graciela Derosso</i>	188
PRÉDIO DO MATADOURO MUNICIPAL DE DOURADO (SP, BRASIL)	
<i>Luciana P. Mascaro<sup>1</sup> e Maria Ângela Bortolucci</i>	200
RECUPERACIÓN DEL PATRIMONIO AGRO-INDUSTRIAL. ESTUDIO DE CASO DE LA COLABORACIÓN PÚBLICO-PRIVADA EN EL AYUNTAMIENTO DE SAN ILDEFONSO (SEGOVIA, ESPAÑA)	
<i>M<sup>º</sup> José Benegas, Enrique Calderón e Cristina Sonlleve García</i>	206
<b>Ferrovias e Acesso ao Património</b>	217
VALE DO TUA E MEMÓRIA – DESAFIOS DO INTERIOR DA PERIFERIA	
<i>Eduardo Beira</i>	219
CAMINHO DE FERRO PORTO – SALAMANCA. DINÂMICAS TERRITORIAIS NO TRAÇADO DESATIVADO	
<i>Jaime Augusto Jesus Cunha</i>	228
“CAFERROVIA” – AS ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DA ESTRADA DEFERRO SUL DO ESPÍRITO	
<i>Aline Vargas da Silveira e Bruno de Oliveira Lima</i>	236
A IMPLANTAÇÃO DA CIA. PAULISTA DE ESTRADAS DE FERRO NA CIDADE DE CAMPINAS/SP	
<i>Bárbara G. Guazzelli</i>	243
<b>Paisagens e Rotas Culturais</b>	251
ALTO DOURO VINHATEIRO – PAISAGEM CULTURAL DA UNESCO	
<i>Teresa Andresen</i>	253
PAISAGEM DURIENSE E ESTRUTURA FUNDIÁRIA – RUTURAS E CONTINUIDADES NUM CONTEXTO DE MUDANÇA	
<i>Maria Helena Pina</i>	257
TRADIÇÃO E INOVAÇÃO NA PRODUÇÃO VINÍCOLA NO VALE DOS VINHEDOS- BENTO GONÇALVES/RS-BRASIL	
<i>Marilei Elisabete Piana Giordani</i>	265
TURISMO CULTURAL E RELIGIOSO NO COMPASSO DAS TERRAS DE TAROUCA – ELABORAÇÃO DE UM ROTEIRO	
<i>Helena M. P. Teixeira e Salvador Magalhães Mota</i>	273
<b>Fecho</b>	281
ENCERRAMENTO DO 3.º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PATRIMÓNIO AGRO-INDUSTRIAL	
<i>Elísio Summavielle</i>	283





# ABERTURA

## Júlia M. Lourenço e António Barros Cardoso

A edição pioneira de um catálogo sobre o Património Agro-Industrial tem como epicentro a região do Douro e o Museu do mesmo nome. A temática apresentada e discutida nestas páginas tem origem na América Latina, mais concretamente, em exemplos construídos de referência como são as fazendas cafeeiras paulistas e as haciendas mendocinas.

Perante a interrogação sobre o que é o património, facilmente chegamos à conclusão de que não há uma resposta única a esta questão. Se nos ativermos ao primitivo conceito, devemos usar como ponto de partida o que, nos anos oitenta do século XX, se seguiu em França e que assentou na redefinição dos conceitos de folclore, cultura popular e cultura tradicional, com vista à representação simbólica das identidades dos diversos grupos humanos.

Essa construção aproximou-nos do conceito de Património Cultural, aquele que cria uma relação entre o passado e o futuro, assente na memória que reforça a identidade dos membros de uma sociedade, independentemente do quadrante económico, político e cultural em que se situem no seio do grupo.

Deduz-se daqui que todos somos responsáveis pela salvaguarda e transmissão do património cultural, cumprindo a obrigação de herdar tudo o que testemunha e perpetua o desenvolvimento do conhecimento humano.

Foi este o sentido em que se enquadrou a organização, em Portugal, do 3º Seminário Internacional do Património Agro-Industrial, que decorreu na cidade da Régua, de 24 a 27 de Outubro de 2012. Este Seminário continua o ciclo iniciado na Argentina e permite integrar os investigadores portugueses, a exemplo do que aconteceu no 2º Seminário com os pesquisadores brasileiros, no debate latino-americano e transformá-lo, assim, num debate internacional sobre o tema do Património Agro-Industrial.

Os resultados desta iniciativa encontram-se agora vertidos neste livro, que reúne um apreciável conjunto de esforços de cientistas e estudiosos de várias nacionalidades e de diversas áreas disciplinares, que vão da economia à geografia, passando pela história e pela arquitectura, sem esquecer o turismo, sector amplamente beneficiário de todos os esforços de preservação, valorização e divulgação dos patrimónios culturais, no seu mais amplo sentido.

The edition of a pioneering catalogue on the Agro-Industrial Heritage has its epicentre in the Douro region and the museum of the same name. The themes presented and discussed on these pages stem from Latin America, more specifically from built reference examples as the *Paulista* coffee plantations and haciendas *mendocinas*.

By posing the question on what heritage is, one easily comes to the conclusion that there is no single answer to this question. If one sticks to the original concept, one should use as a starting point the one followed in France, in the eighties in the twentieth century, and grounded on redefining the concepts of folklore, popular culture and traditional culture, aiming at the symbolic representation of identities of the various human groups.

This construction has come close to the concept of Cultural Heritage, one that creates a relationship between the past and the future, based on memory that enhances the identity of the members of a society, regardless of the economic, political and cultural environment to which they belong within the group.

It thus follows that we are all responsible for the safeguard and transmission of the cultural heritage, complying with the obligation to inherit all that witnesses and perpetuates the development of human knowledge.

It was in this scope that the organization in Portugal of the 3rd International Seminar on Agro-Industrial Heritage was held in the City of Régua, from the 24th to the 27th October 2012. This seminar offers the continuation of the cycle started in Argentina and allows to integrate Portuguese researchers, as has happened in the 2nd Seminar with Brazilian researchers in the Latin American debate, and thus turns it into an international debate on the subject of Agro-Industrial Heritage.

The results of this initiative are now addressed in this book, which brings together a considerable number of endeavours by scientists and scholars from different nationalities and diverse fields, ranging from economics to geography, including history and architecture, not to mention tourism, a wide sector benefiting from all the efforts of preservation, development and promotion of cultural heritage, in its broadest sense.

The papers presented were thus distributed along a broad thematic spectrum, but in a convergent manner, having as motto the heritage generated by traditional agricultural activity, reflecting their evolution in time up to the point of reaching the industrial dimension. This book presents a selection of papers, which is due to the impossibility to cover all the topics offered in the Seminar which, given their diversity, did not allow a strategic focus in this publication after the Seminar. This book has valued topics such as railway infrastructures, industrial complexes and historic sites, trying to give a coherent unfolding to the publication, given the aforementioned approach. Indeed, the texts which are not subject to publication did not follow the thematic framework addressing the physical architectures and territories of agricultural production from the perspective of tradition and innovation.

The Douro, the oldest regulated wine region of the world (1756), is an example of this converging point between tradition and innovation, working guideline underlying this Seminar. In fact, its territory is now filled with testimonies of a secular evolution primarily evidenced in its intangible heritage (landscape) as well as in the evolution of its agrarian structure, in constant adaptation to new socio-economic realities and to the criteria for normative requirements of modern winemaking. This development ranges from the "big house" to the farm winemaking structures, which are normally adjacent, as well as it includes all the more traditional utensils, gradually replaced by modern robotic technology, evidenced in treading the grapes and in the use of the temperature controlled fermentation vats, just to name the most common.

The best way to get the heritage of the vast array of testimonies, scattered throughout this wine territory, allowed in the various workshops for the confrontation and fruitful comparative discussion with other agro-industrial realities, wine related and other, that widely enriched participants' knowledge.

Agro-industrial realities of the "old" and "new" worlds represent, in terms of cultural heritage, buildings, movable and immovable, tangible and intangible ones, the system of communicating vessels which defines the current concept of civilization: the one which embodies knowledge and expertise generated in diverse cultural contexts that complement each other in order to better contribute to the cultural heritage of humanity.

*Júlia M. Lourenço and António Barros Cardoso*

As comunicações apresentadas distribuíram-se, assim, por um largo espectro temático, mas de forma convergente, tendo por mote os patrimónios gerados pela actividade agrícola tradicional, reflectindo a sua evolução no tempo até atingir a dimensão industrial. Este livro apresenta uma seleção das comunicações, seleção essa, devida à impossibilidade de contemplar todas as temáticas patentes no Seminário que pela sua diversidade, não permitiam um enfoque estratégico nesta publicação posterior ao Seminário. Neste livro foram valorizadas temáticas como as infraestruturas ferroviárias, os complexos industriais e sítios históricos, procurando dar coerência à publicação, face ao enfoque mencionado. Efetivamente, os textos que não são objeto de publicação devem-se apenas à razão de seu não enquadramento em temáticas dirigidas para as arquiteturas físicas e aos territórios de produção agrícola numa perspectiva de tradição e inovação.

O Douro, a mais antiga região vitivinícola demarcada e regulamentada do mundo (1756), é exemplo desse ponto de convergência entre tradição e inovação, linha de trabalho subjacente a este Seminário. De facto, o seu território encontra-se, hoje, repleto de testemunhos de uma evolução secular, que se lê antes de tudo no património intangível (paisagem), mas igualmente na evolução da sua estrutura fundiária em constante adaptação às novas realidades socioeconómicas e aos critérios de exigência normativa de uma vitivinicultura moderna. Essa evolução estende-se da "casa grande" da quinta às estruturas de vinificação que normalmente lhe estão adjacentes, como toca toda a utensilagem mais tradicional, gradualmente substituída pela moderna tecnologia robótica, patente na pisa da uva e na utilização das cubas de fermentação a temperatura controlada, só para citar as mais comuns.

A melhor forma de conseguir a patrimonialização do lastro de testemunhos, dispersos neste território vitivinícola, permitiu o confronto e profícua discussão comparativa com outras realidades agro-industriais, vinícolas e não só, que enriqueceram amplamente os participantes nas diversas sessões de trabalho.

Realidades agro-industriais do "velho" e do "novo" mundos representam, no plano do património cultural, edificado, móvel e imóvel, material e imaterial, o sistema de vasos comunicantes que define o actual conceito de civilização: o que incorpora saberes e conhecimentos gerados em contextos culturais diversos que se complementam no sentido de melhor contribuírem para a herança cultural da humanidade.

*Júlia M. Lourenço e António Barros Cardoso*

# Territórios e Quintas



# DOURO – ARQUITETURAS DE PRODUÇÃO – O BAIXO CORGO

**António Barros Cardoso<sup>1</sup>**

De entre as regiões portuguesas, o Douro destaca-se por guardar tesouros que ajudaram a moldar Portugal e ao mesmo tempo pela debilidade da sua economia e demografia. Paisagem vitivinícola que o homem foi construindo em escadórios que só encontram limite nos cumes dos montes. É o “Douro Vinhateiro”, património mundial da humanidade com os seus testemunhos intangíveis, onde os olhos do visitante repousam, fruindo dos silêncios entrecortados pelo zumbido próprio de cada época da lavoura nos vinhedos. Certo é que, nenhum dos cinco sentidos passa ao lado de quem olha estes montes verdes, castanhos, vermelho tórrido ou amarelos, dependendo de cada estação do ano. Também não se é indiferente aos cheiros a mosto nas vindimas, à natureza morta nos meses de invernada a que se juntam os odores das queimadas que se vão atenuando pela frescura das flores primaveris e se mantêm no estio, época em que se sente o aroma das muitas variedades frutícolas ao atingirem a maturação.

Paisagem moldada por homens e mulheres que, em esforço, foram empilhando cada pedra de xisto de que se fazem os muros de suporte para o plantio da vide que produz os néctares que sempre fizeram falar o Douro, com expressão maior nos vinhos que vieram à cidade grande buscar o nome de Porto. A humanização desta paisagem está também patente nas “casas grandes” das suas quintas, nos cardenhos onde se recolhiam os trabalhadores sazonais que, com o seu esforço, ajudaram na construção da herança patrimonial de que hoje fruímos e tanto valorizamos.

Dessa odisseia de preparar terrenos xistosos e graníticos para receberem os bacelos ficaram outros testemunhos dispersos, como os marcos das demarcações que, a partir de 1757, arrumaram administrativamente a região, disciplinando a produção de forma justa para uns e injusta para outros. Seja como for, o sucesso dos vinhos do Douro obrigou a alargar e a multiplicar o casario para armazenar e vinificar. A tipicidade da sua arquitectura marca igualmente a paisagem duriense, a par dos pombais e das torres sineiras das igrejas que parecem fazer aglomerar em torno de si o casario branco das aldeias e das vilas.

Sempre em pano de fundo, o rio, ao qual, porque a coloração barrenta tinge as suas águas em boa parte da natureza, o povo chamou Douro.

As quintas do Douro, enquanto unidades produtivas, são os cadinhos experimentais onde tudo começou. No seu casario, nos seus socalcos, na sua história, encontram-se por isso as pontes lançadas que fazem rumar o Douro ao futuro.

Although its origins are remote there is no unanimous opinion as to the origin of the name. João de Barros believes that the etymology comes from Flavius, the name of the settlement that belonged to Terra de Panóias, which in turn was a corruption of Flavius, the military governor and its alleged founder in the I or II century AD. Baptista de Lima places the possibility that it derives from fabarius, relating to fields of broad beans (favários). There is no doubt, however, that Favaio was one of the main settlements in the old and renowned Terra de Panóias, a vast territory extending from the river Tua to the Marão mountains and from the river Douro to slightly above Murça.

The antiquity of the settlement, believed to date back to the Iron Age, is substantiated by archaeological remains near the walls of Castro Vilarinho. When the Moors invaded the castle of Flavius was occupied, and hence is still known today as the “Moors’ Castle”. This made the local people seek out new places to settle, leading to the foundation of the villages of Vilarinho, Cotas and S. Bento, the latter having fought hard against the invaders. Thus they lived until the mid-11th century. With the expulsion of the Moors the inhabitants of S. Bento returned to what was then a ravaged Flavius, and on its ruins rebuilt Favaio. The people of Vilarinho and Cotas stayed behind in their new settlements and together with the people of Favaio for a long time constituted one sole parish, the chapel of Quinta de S. Jorge serving as the local parish church, which they never failed to visit every year on the day of their patron saint. On that feast day it is said that the ladies of the quinta, whom the villagers called the Ladies of .

<sup>1</sup>) Universidade do Porto – Faculdade de Letras – DHEPI – Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais. Presidente da APHVIN/GEHVID – Associação Portuguesa de História da Vinha e do Vinho.



The historian João de Barros says that in the church yard was a rough hewn human figure which the people called

1. memory of her husband Flávio,

the founder of this village". There is testimony that both the statue and the stone were buried in the foundations of the tower of the new church dedicated to St. Dominic.

Favaios has been a town and the seat of the municipality since 1211, under a charter granted by D. Afonso II and successively confirmed by D. Afonso III (1270) and D. Dinis (1284), after which it was reformulated by D. Manuel in 1514. Until 1759 the Marquis of Távora was lord of Favaios. In 1853, following the liberal reform, Favaios was annexed to Alijó and lost autonomy as a municipality.

1.1. The importance of Favaios, like that of the municipality of Alijó,

was over the centuries marked in the territory by the deeds of its leading families, the church and civil authority. This is testified by the heritage present in this territory which must be revealed, discovered and enjoyed.

Once you have visited the Museum Centre take some time to look at its possibly 18th century building which as denoted by the decorations of the mouldings are in the Baroque style. The building used to be part of the manor house of the Leite Ribeiro family. As apparently it was never completed it became known locally as the "Obra" or "Unfinished" building. The adjacent chapel dedicated to St. Gonçalo served as the parish church and was later demolished to make way for the road to Pinhão. After 2005 the property was recovered to house this new museum centre.

Although its origins are remote there is no unanimous opinion as to the origin of the name. João de Barros believes that the etymology comes from Flavius, the name of the settlement that belonged to Terra de Panóias, which in turn was a corruption of Flavius, the military governor and its alleged founder in the I or II century AD. Baptista de Lima places the possibility that it derives from fabarius, relating to fields of broad beans (favários).

## Quintas e arquitecturas tradicionais

Não pretendemos abordar de forma exaustiva os patrimónios edificados durienses. Assim, por agora, procuraremos circunscrever este ensaio a um percurso que nos conduzirá às quintas do Baixo Corgo, que sabemos plantadas na região vinhateira anteriormente a 1756, ponto de partida para a construção da região que, linhas atrás, nos esforçamos por descrever de forma muito sintética. Iremos abordar edificados que, entre os séculos XVI e XVIII, foram marcando a região através da valorização das respectivas unidades produtivas: as «quintas».

## Estruturas de vinificação – Adegas e armazéns

O Baixo-Corgo, deve adiantar-se, foi a sub-região nuclear daquilo que hoje designamos por Região Demarcada do Douro. De facto, esta área é a que apresenta maior antiguidade no que se refere ao interesse pelo fomento da viticultura na região e a isso não foi estranha a presença civilizacional cisterciense, mormente as casas monásticas de Tarouca, Salzedas e São Pedro das Águias. O percurso dos seguidores de São Bernardo por toda a Europa arrastou consigo a experimentação agrícola e a vinha e o vinho contam-se entre os produtos essenciais que cultivaram. Atrevemo-nos mesmo a dizer que, desde a presença romana na Europa e em Portugal, não houve contributos que se assemelhassem aos que os cistercienses nos legaram. Eles foram portadores de variedades de estacas que experimentaram nos solos europeus onde se fixaram e, estamos em crer que, no Douro, o experimentalismo monástico de cister foi responsável pela multiplicidade de plantas que constituem boa parte do património genético da viticultura duriense, marca distintiva dos vinhos da região. Ora, a sua presença no Baixo-Corgo é visível no legado que persiste de algumas quintas mais emblemáticas.

A quinta do Paço de Monsul, localizada em Cambres, concelho de Lamego, é referenciada enquanto unidade de produção vitivinícola desde o século XII e os seus vinhedos incluídos nas demarcações pombalinas de 1757<sup>2</sup> e 1758<sup>3</sup> para vinhos de feitoria, permanecendo em igual categoria nas demarcações marianas<sup>4</sup>, falamos dos vinhos que pela sua qualidade eram exportados pela Barra do Douro para países estrangeiros. A sua história riquíssima e bem documentada faz remontar a posse de Monsul ao nosso primeiro rei, que presenteou com esta propriedade o seu amigo Pedro Viegas, em 1201. Mais tarde e precedida de autorização régia a quinta foi vendida a D. Teresa Afonso, viúva de Egaz Moniz que, por sua vez a doou ao Mosteiro de Santa Maria de Salzedas que fundou<sup>5</sup>. Que arquitecturas vinárias perduram na propriedade que em 1331, um dos seus mais antigos arrendatários, D. Afonso de Vasconcelos e Menezes, 1º Conde de Penela, designava como Granja do Moçullo? Uma adega com dois lagares de pedra e diversas infra-estruturas técnicas não datadas, cuja utilização deixou de se fazer desde finais dos anos 60 do século XX, uma vez que as uvas produzidas na quinta passaram a ser vendidas, conjuntamente com o

2) FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1949, Vol. I, p. 61.

3) FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1949, Vol. I, p. 132.

4) FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *As Demarcações Marianas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1996, p.180.

5) FAUVRELLE, Natália – *Quintas do Douro. As Arquitecturas do Vinho do Porto*, Cadernos da revista Douro- Estudos & Documentos, Gehvid,2001, p.138.

direito do beneficiar vinhos, ao grupo empresarial Taylors. O lagar e armazém, situa-se no piso térreo da «casa grande», como era tradicional em muitas quintas durienses.



Quinta do Paço de Monsul (Sílvia Trilho, 2011)

Nas imediações desta quinta, merecem igualmente referência as estruturas vinárias da Quinta da Pacheca. As origens identitárias desta propriedade remontam ao século XVI. Desde a primeira demarcação pombalina que os seus vinhos foram também classificados na categoria máxima, ou seja, a de produção de vinhos de exportação a partir da Feitoria Inglesa do Porto<sup>6</sup>. A configuração desta propriedade, constrói-se a partir de 1551, altura em que Bastião Pereira, de Pomarelhe, empraça ao mosteiro de S. João de Tarouca, em Maio de 1551, uma vinha em Peradanta, situada abaixo de Tourais, designação pela qual era então conhecida a Pacheca<sup>7</sup>. Contínuas compras de vinhas e prazos de propriedades circundantes originaram a actual Quinta da Pacheca, assim designada com toda a certeza por nela ter vivido Dona Mariana Pacheco Pereira (1738)<sup>8</sup>. Armamar, o actual concelho de Tarouca, algumas freguesias de Lamego como Cambres, eram então terras que pertenciam aos mosteiros cistercienses de Tarouca e de Salzedas. Os lagares da Quinta Pacheca impressionam pela sua monumentalidade e capacidade, bem como pelo material nobre de que são feitos, o granito bem talhado. Os actuais não são os lagares originais da quinta que, em número de quatro, se encontravam incorporados na casa de habitação, mas antes substituíram aqueles.

There is no doubt, however, that Favaios was one of the main settlements in the old and renowned Terra de Panóias, a vast territory extending from the river Tua to the Marão mountains and from the river Douro to slightly above Murça.

The antiquity of the settlement, believed to date back to the Iron Age, is substantiated by archaeological remains near the walls of Castro Vilarelho. When the Moorish invaded the castle of Flavias was occupied, and hence is still known today as the "Moors' Castle". This made the local people seek out new places to settle, leading to the foundation of the villages of Vilarinho, Cotas and S. Bento, the latter having fought hard against the invaders. Thus they lived until the mid-11th century. With the expulsion of the Moors the inhabitants of S. Bento returned to what was then a ravaged Flavias, and on its ruins rebuilt Favaios. The people of Vilarinho and Cotas stayed behind in their new settlements and together with the people of Favaios for a long time constituted one sole parish, the chapel of Quinta de S. Jorge serving as the local parish church, which they never failed to visit every year on the day of their patron saint. On that feast day it is said that the ladies of the quinta, whom the villagers called the Ladies of S. Jorge, offered a meal to the poor and lunch to the parish priest. According to a contemporary belief the altar of S. Jorge possessed the great virtue of subduing unruly children. The historian João de Barros says that in the church yard was a rough hewn human figure which the people called Flávios, and a stone with the inscription: "F... in memory of her husband Flávio, the founder of this village". There is testimony that both the statue and the stone were buried in the foundations of the tower of the new church dedicated to St. Dominic.

Favaios has been a town and the seat of the municipality since 1211, under a charter granted by D. Afonso II and successively confirmed by D. Afonso III (1270) and D. Dinis (1284), after which it was reformulated by D. Manuel in 1514. Until 1759 the Marquis of Távora was lord of Favaios. In 1853, following the liberal reform, Favaios was annexed to Alijó and lost autonomy as a municipality.

The importance of Favaios, like that of the municipality of Alijó, was over the centuries marked in the territory by the

6) FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1949, Vol. I, p.61.

7) FAUVRELLE, Natália – *Quintas do Douro. As Arquitecturas do Vinho do Porto*, Cadernos da revista Douro- Estudos & Documentos, Gehvid, 2001, p.125.

8) LIDDELL, Alex; PRICE, Janet – *Douro: as quintas do vinho do Porto*. 1ª ed. Lisboa: Quetzal Editores.



deeds of its leading families, the church and civil authority. This is testified by the heritage present in this territory which must be revealed, discovered and enjoyed.

Once you have visited the Museum Centre take some time to look at its possibly 18th century building which as denoted by the decorations of the mouldings are in the Baroque style. The building used to be part of the manor house of the Leite Ribeiro family. As apparently it was never completed it became known locally as the “Obra” or “Unfinished” building. The adjacent chapel dedicated to St. Gonçalo served as the parish church and was later demolished to make way for the road to Pinhão. After 2005 the property was recovered to house this new museum centre.

Although its origins are remote there is no unanimous opinion as to the origin of the name. João de Barros believes that the etymology comes from Flávias, the name of the settlement that belonged to Terra de Panóias, which in turn was a corruption of Flavius, the military governor and its alleged founder in the I or II century AD. Baptista de Lima places the possibility that it derives from fabarius, relating to fields of broad beans (favários). There is no doubt, however, that Favaios was one of the main settlements in the old and renowned Terra de Panóias, a vast territory extending from the river Tua to the Marão mountains and from the river Douro to slightly above Murça.

The antiquity of the settlement, believed to date back to the Iron Age, is substantiated by archaeological remains near the walls of Castro Vilarelho. When the Moorish invaded the castle of Flávias was occupied, and hence is still known today as the “Moors’ Castle”. This made the local people seek out new places to settle, leading to the foundation of the villages of Vilarinho, Cotas and S. Bento, the latter



Lagares da Quinta da Pacheca (Sílvia Trilho, 2011)

Datáveis de 1911, ocupam uma área que fica acima da estrutura de armazenamento de vinhos que se encontra desnivelada com a área de pisa, por forma a que a força da gravidade seja suficiente para o envasilhamento dos vinhos a partir dos lagares. Ganhos de eficiência energética que importa salientar neste tipo de arquitectura de produção vinícola que, corresponde à opção tradicional em terras durienses. De facto, desde o século XVIII, à medida que o Douro se vai transformando em região de monocultura, abandona-se o lagar e armazém por baixo da casa de habitação, sobretudo nas grandes quintas que vinificam significativas quantidades de uva. Essa necessidade obriga à construção de casas de vinificação próprias que normalmente usam a técnica construtiva desnivelada. A título de exemplo lembramos a Quinta de Santa Júlia, em Loureiro<sup>9</sup>. Contudo, coexiste com esta técnica e perdura até aos nossos dias, em unidades de produção de menor dimensão o registo típico no Entre-Douro e Minho, de reservar o piso térreo das casas de habitação para vinificação, armazenamento de vinhos, cereais, alfaias agrícolas, funções por vezes partilhadas com cortes para animais e albergues para os trabalhadores que, sazonalmente, labutavam nas quintas. Assim parece ter sucedido nos primitivos armazéns da Quinta da Boa Vista onde existiu um antigo armazém, dividido em taipas (sala do azeite, sala dos cereais, sala de pernoita para o pessoal da vindima), destruído para dar lugar a uma sala de festas<sup>10</sup>.

Situação idêntica passou-se com a Quinta da Cumieira que, face à sua transformação (1995) em unidade de turismo rural e apesar da manutenção dos seus



Armazém da Quinta da Pacheca (Sílvia Trilho, 2011)

lagares em granito, viu a adega reestruturada e equipada com cubas de inox, dando lugar o antigo armazém, a um espaço para a realização de eventos.

A Quinta da Portela, situada na encosta que vai de Vilarinho de Freires para Santo Xisto, Presegueda e Vila Seca de Poiares, concelho do Peso da Régua, fez chegar aos nossos tempos dois armazéns, hoje desactivados, assim como uma adega com 4 lagares igualmente em granito. O facto de toda a sua produção ser remetida para as Caves do Vale do Rodo – Adega Cooperativa do Peso da Régua, justifica a inacção da adega. Falamos de uma propriedade que, em meados do século passado produzia cerca de 50 pipas de vinho tratado

having fought hard against the invaders. Thus they lived until the mid-11th century.

With the expulsion of the Moors the inhabitants of S. Bento returned to what was then a ravaged Flávias, and on its ruins rebuilt Favaios. The people of Vilarinho and Cotas stayed behind in their new settlements and together with the people of Favaios for a long time constituted one sole parish, the chapel of Quinta de S. Jorge serving as the local parish church, which they never failed to visit every year on the day of their patron saint. On that feast day it is said that the ladies of the quinta, whom the villagers called the Ladies of S. Jorge, offered a meal to the poor and lunch to the parish priest. According to a contemporary belief the altar of S. Jorge possessed the great virtue of subduing unruly children. The historian João de Barros says that in the church yard was a rough hewn human figure which the people called Flávios, and a stone with the inscription: "F... in memory of her husband Flávio, the founder of this village".

There is testimony that both the statue and the stone were buried in the

foundations of the tower of the new church dedicated to St. Dominic.

Favaios has been a town and the seat of the municipality since 1211, under a charter granted by D. Afonso II and successively confirmed by D. Afonso III (1270) and D. Dinis (1284), after which it was reformulated by D. Manuel in 1514. Until 1759 the Marquis of Távora was lord of Favaios. In 1853, following the liberal reform, Favaios was annexed to Alijó and lost autonomy as a municipality.





Quinta da Cumieira (Sílvia Trilho, 2011)



Quinta das Nogueiras – Casa dos Taveira Magalhães (Sílvia Trilho, 2011)

(Vinho do Porto) e de consumo, resultantes da vinificação das uvas dos seus cerca de 38.000 pés de vinha<sup>11</sup>.

A Quinta de Santa Joana das Nogueiras, localizada no lugar de Ariz, da freguesia de Godim, Peso da Régua, foi também incluída desde a primeira demarcação na categoria das terras produtoras de vinhos de Feitoria (1757)<sup>12</sup>, galardão que manteve nas marcas de 1758<sup>13</sup> e 1761 e mais tarde nas chamadas demarcações subsidiárias ou marianas<sup>14</sup>. Nela viveu D.<sup>a</sup> Antónia Adelaide Ferreira e aí morreu em 1896, quando contava de idade 85 anos. Propriedade com cerca de 6 hectares, dos quais 4 são ainda hoje ocupados por vinhedos, viu na sua área restante implantados edifícios e no espaço imediatamente envolvente aos mesmos áreas ajardinadas. O conjunto edificado é composto pela casa principal, construída na segunda metade do século XVIII e ampliada no final do século XIX, com capela anexa, de invocação a Santa Joana. Contudo, a primeira residência dos proprietários, construída no séc. XVIII, pertenceu aos Taveira Magalhães<sup>15</sup>. Trata-se de um edifício armoriado fronteiro à residência que D.<sup>a</sup> Antónia mandou edificar e que tem no piso térreo a adega, composta de três lagares em granito e um alambique. Este espaço funcionava igualmente como armazém.

Aqui manteve-se o modelo tradicional de aproveitamento do piso térreo da primeira «casa grande» da quinta para funcionar como estrutura de vinificação e armazenamento dos respectivos vinhos.

Em Alvações do Corgo, terras de Santa Marta de Penaguião, a Quinta dos Avidagos ocupa territórios igualmente demarcados desde 1757 para vinhos de Feitoria<sup>16</sup>, situação que manteve em 1758<sup>17</sup>, 1761 e nas demarcações de D.<sup>a</sup> Maria I. Estas terras foram mais tarde arrendadas por António Bernardo Ferreira, tio e sogro de D. Antónia Adelaide Ferreira<sup>18</sup>. A antiga « casa grande » da quinta de Avidagos era de construção em madeira e situava-se um pouco acima da actual, edificada na década de 1930 ao estilo "Raul Lino". Já no que se refere às infraestruturas vinárias, elas situam-se em separado, ao lado da casa e integram uma adega, com lagares de granito com baixos-relevos de construção recente (1932),

11) CORDEIRO, J. Alcino - *Quintas do Douro: Régua*, Imprensa do Douro, 1941, p.131.

12) FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da - *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1949, Vol.p 60.

13) FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da - *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1949, Vol. II, 42 e 43.

14) FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da - *As Demarcações Marianas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1996, p. 223.

15) AZEVEDO, Correia de - *Brasões e casas brasonadas do Douro*. (S. l. s. n), 1974, p. 175.

16) FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da - *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1949, Vol. I, p. 60.

17) FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da - *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1949, Vol. II, p.82 e 89.

18) PEREIRA, Gaspar Martins e Olazabal, Maria Luísa, *Dona Antónia*, Porto: Grupo BPI/Sogrape/A. A. Ferreira, Porto, 1996, p.168.



infraestrutura ainda utilizada. Contudo, o armazém de estágio anexo, parece-nos bem mais antigo.



Quinta de Avidagos (Sílvia Trilho, 2011)

A Quinta do Côtto, situada na Freguesia de Cidadelhe, concelho de Mesão Frio viu a sua área territorial vitícola ser igualmente demarcada em 1757 para vinhos de Feitoria<sup>19</sup> decisão mantida nas demarcações de 1758<sup>20</sup> e nas de 1788, altura em que a quinta é descrita da seguinte forma : “...vinha de Francisco Baptista de António Cabral Montez”<sup>21</sup>, à época, Deputado e Membro da Comissão da Junta da Administração da Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro<sup>22</sup>, e administrador do vínculo de Cidadelhe. As notícias mais recuadas sobre esta propriedade remontam contudo ao século XIV<sup>23</sup>. Actualmente o piso térreo da « casa grande » da quinta, foi liberto das funções a que foi votado, já que as casas de vinificação e armazenagem do Côtto se encontram hoje dela separados. Contudo, pelo menos até ao século XIX, lagares e armazém ocuparam o piso térreo do solar setecentista.

The importance of Favaios, like that of the municipality of Alijó, was over the centuries marked in the territory by the deeds of its leading families, the church and civil authority. This is testified by the heritage present in this territory which must be revealed, discovered and enjoyed.

Once you have visited the Museum Centre take some time to look at its possibly 18th century building which as denoted by the decorations of the mouldings are in the Baroque style. The building used to be part of the manor house of the Leite Ribeiro family. As apparently it was never completed it became known locally as the “Obra” or “Unfinished” building. The adjacent chapel dedicated to St. Gonçalo served as the parish church and was later demolished to make way for the road to Pinhão. After 2005 the property was recovered to house this new museum centre. Although its origins are remote there is no unanimous opinion as to the origin of the name. João de Barros believes that the etymology comes from Flavius, the name of the settlement that belonged to Terra de Panóias, which in turn was a corruption of Flavius, the military governor and its alleged founder in the I or II century AD. Baptista de Lima places the possibility that it derives from fabarius, relating to fields of broad beans (favários). There is no doubt, however, that Favaios was one of the main settlements in the old and renowned Terra de Panóias, a vast territory extending from the river Tua to the Marão mountains and from the river Douro to slightly above Murça.

The antiquity of the settlement, believed to date back to the Iron Age, is substantiated by archaeological remains near the walls of Castro Vilarelho. When the Moorish invaded the castle of Flavius was occupied, and hence is still known today as the “Moors’ Castle”. This made the local

The antiquity of the settlement, believed to date back to the Iron Age, is substantiated by archaeological remains near the walls of Castro Vilarelho. When the Moorish invaded the castle of Flavius was occupied, and hence is still known today as the “Moors’ Castle”. This made the local

19) FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1949, Vol. I, p. 60.

20) FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1949, Vol. II, p. 37.

21) FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *As Demarcações Marianas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1996, p.64 e 65.

22) Idem, *Ibidem*, p. 63.

23) AZEVEDO, Correia de, *O Douro Maravilhoso*, n. p., n. d. (1976), p. 324 e 325

people seek out new places to settle, leading to the foundation of the villages of Vilarinho, Cotas and S. Bento, the latter having fought hard against the invaders. Thus they lived until the mid-11th century. With the expulsion of the Moors the inhabitants of S. Bento returned to what was then a ravaged Flaviais, and on its ruins rebuilt Favaios. The people of Vilarinho and Cotas stayed behind in their new settlements and together with the people of Favaios for a long time constituted one sole parish, the chapel of Quinta de S. Jorge serving as the local parish church, which they never failed to visit every year on the day of their patron saint. On that feast day it is said that the ladies of the quinta, whom the villagers called the Ladies of S. Jorge, offered a meal to the poor and lunch to the parish priest. According to a contemporary belief the altar of S. Jorge possessed the great virtue of subduing unruly children. The historian João de Barros says that in the church yard was a rough hewn human figure which the people called Flávios, and a stone with the inscription: "F... in memory of her husband Flávio, the founder of this village". There is testimony that both the statue and the stone were buried in the foundations of the tower of the new church dedicated to St. Dominic. Favaios has been a town and the seat of the municipality since 1211, under a charter granted by D. Afonso II and successively confirmed by D. Afonso III (1270) and D. Dinis (1284), after which it was reformulated by D. Manuel in 1514. Until 1759 the Marquis of Távora was lord of Favaios. In 1853, following the liberal reform, Favaios was annexed to Alijó and lost autonomy as a municipality.

The importance of Favaios, like that of the municipality of Alijó, was over the centuries marked in the territory by the deeds of its leading families, the church and civil authority. This is testified by the heritage present in this territory which must be revealed, discovered and enjoyed.

Once you have visited the Museum Centre take some time to look at its possibly 18th century building which as denoted by the decorations of the mouldings are in the Baroque style. The building used to be part of the manor house of the Leite Ribeiro family. As apparently it was never completed it became known locally as



Quinta do Côtto (Sílvia Trilho, 2011)



Casas de Vivificação da Quinta do Côtto (Sílvia Trilho, 2011)

de Freixiel, Poiares e Abreiro e suas anexas<sup>24</sup>. O prazo foi feito a Pedro Rodrigues o Velho, de Presegueda, por três vidas e renovado ao seu filho Manuel Rodrigues, do lugar da Granja, termo de Vila Real<sup>25</sup> Os seus terrenos ficaram demarcados em 1757<sup>26</sup> e 1758<sup>27</sup> para vinhos de Feitoria, classificação que mantiveram em 1788, aquando as demarcações marianas<sup>28</sup>.

A casa e quinta do Valado, pertenceram, como a Quinta das Nogueiras, à família Taveira de Magalhães, como se vê no braço esquartelado que representa as armas dos Taveiras, Carneiros, Sequeiras e Carvalhaes<sup>29</sup> inserido na fachada da casa principal da quinta.

A Quinta do Côtto, a primeira, no Baixo Corgo a exportar vinho do Porto engarrafado, ao abrigo da lei de 8 de Maio de 1986, foi pioneira no uso de cápsulas de alumínio como vedante no engarrafamento e possui hoje instalações vinárias modernas que assentam numa adega do século XIX que correspondeu ao modelo construtivo de aproveitamento da força da gravidade em função do desnível do terreno, ficando os lagares no patamar superior ao das cubas de armazenamento.

A terminar este curto périplo pelas arquitecturas de vinificação de algumas das quintas históricas situadas no Baixo-Corgo, uma referência à Quinta do Vallado em Poiares, da Régua. Quinta ligada à história do Douro, a primeira referência documental com ela relacionada data de 1716, uma escritura de empenhamento feita pelo Comendador da Comenda de Poiares, o Venerando Balio Frey Belchior Álvaro Pinto, Comendador das Comendas

24) Arquivo A.A.F- Cx. 636.

25) Idem, Ibidem.

26) FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1949, Vol. I, p. 60

27) FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1949, Vol. II, p. 66

28) FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1996,p.122 e 123

29) [http://www.geneall.net/P/forum\\_msg.php?id=259371&fview=e](http://www.geneall.net/P/forum_msg.php?id=259371&fview=e)





Adega da Quinta do Valado (Inês d'Orey, 2007)

Em 1818 António Bernardo Ferreira, tio e sogro de D. Antónia Ferreira, lavrador e negociante, senhor de riqueza e influência crescente no Douro como nos negócios do vinho do Porto, tomou posse da Quinta do Vallado cujos vinhos já adquiria, por escritura de cedência e trespasse de direito e acção feita por D.<sup>a</sup> Ana Joaquina Pereira Guedes, viúva de Manuel Taveira de Magalhães<sup>30</sup>. Esta cedência fez-se sob várias condições de entre as quais sublinhamos a obrigação de o beneficiário contribuir com uma prestação anual vitalícia de 300.000 réis a favor de D.<sup>a</sup> Ana Guedes, liquidar as suas dívidas e fazer o pagamento de 800\$00 réis à pessoa a quem a doadora determinasse por sua morte, já que não tinha descendência. O herdeiro universal foi José António Taveira de Magalhães, parente de Manuel Taveira de Magalhães<sup>31</sup>. Contestado judicialmente este acordo de cedência, vários credores disputam a herança da viúva Taveira e por isso a posse da Quinta do Vallado só se regulariza em 1819, por sentença cível de arrematação favorável a António Bernardo Ferreira<sup>32</sup>. Ultrapassado o diferendo, António Bernardo ao mesmo tempo efectuou grandes plantações, na quinta e modernizou lagares e moinhos. As estruturas de vinificação e armazenamento então construídas, obedeceram ao critério tradicional de aproveitamento da encosta para deixar a gravidade funcionar entre os lagares e os armazéns. Essa estrutura encontra-se substituída pela nova adega e cave de barricas, concluída em 2010 e que alia as novas tecnologias ao risco mais vanguardista do arquitecto Francisco Vieira de Campos. Somente uma pequena

the “Obra” or “Unfinished” building. The adjacent chapel dedicated to St. Gonçalo served as the parish church and was later demolished to make way for the road to Pinhão. After 2005 the property was recovered to house this new museum centre. rding to a contemporary belief the altar of S. Jorge possessed the great virtue of subduing unruly children. The historian João de Barros says that in the church yard was a rough hewn human figure which the people called Flávios, and a stone with the inscription: "F... in

memory of her husband Flávio, the founder of this village". There is testimony that both the statue and the stone were buried in the foundations of the tower of the new church dedicated to St. Dominic.

#### Finishing

Favaios has been a town and the seat of the municipality since 1211, under a charter granted by D. Afonso II and successively confirmed by D. Afonso III (1270) and D. Dinis (1284), after which it was reformulated by D. Manuel in 1514. Until 1759 the Marquis of Távora was lord of Favaios. In 1853, following the liberal reform, Favaios was annexed to Alijó and lost autonomy as a municipality.

The importance of Favaios, like that of the municipality of Alijó, was over the centuries marked in the territory by the deeds of its leading families, the church and civil authority. This is testified by the heritage present in this territory which must be revealed, discovered and enjoyed.

Once you have visited the Museum Centre take some time to look at its possibly

30) PEREIRA, Gaspar Martins e Olazabal, Maria Luísa, *Dona Antónia*, Porto: Grupo BPI/Sogrape/A. A. Ferreira, Porto, 1996, p.16

31) Arquivo A.A.F- Cx. 636.

32) Idem, p. 17.

18th century building which as denoted by the decorations of the mouldings are

percentagem das uvas é ainda hoje esmagada em lagares em granito, utilizado o método tradicional de pisa a pé. A excepção é o Vinho do Porto, cujas uvas são na totalidade pisadas a pé<sup>33</sup>. Pelo meio foram abandonadas formas de armazenamento em balões de cimento construídos no século passado, hoje substituídos por sistemas de assentamento para depósito de barricas onde estancam vinhos da Quinta do Vallado, como a imagem documenta.

### A terminar



Adega da Quinta do Vallado (Inês d'Orey, 2007)

Este pequeno percurso por algumas quintas históricas do Baixo Corgo, fez-nos perceber, documentadamente, que nesta área do Douro coexistiram duas técnicas construtivas de estruturas de vinificação que reportam arquitecturas de três tipos diferentes. A primeira, e julgamos que mais antiga, não considerava para as casas de vinificação uma arquitectura apropriada. Neste caso os lagares eram construídos no piso térreo da « casa grande », embora assentes numa sapata que os elevava um pouco acima do solo para que a gravidade funcionasse quando era necessário verter o vinho para o vasilhame de armazenagem. Esta técnica é comum nas casas de vinificação do Entre-Douro e Minho. Uma segunda técnica surge sobretudo a partir do século XVIII. Aí são abandonados os rés-do-chão das casas de quinta para se construírem adegas laterais, próximas das vinhas, em virtude da transformação do Douro em região de monocultura. Tornam-se necessárias infra-estruturas vinárias com outra dimensão e que a própria « casa grande » já não comportava. Por outro lado, a azáfama das novi-

dades retirava o recato à casa e o cheiro intenso a mosto turvava a razão aos habitantes. A necessidade de acolher, longe da casa dos proprietários, as « rogas » oriundas de outras terras, que se deslocavam sazonalmente ao Douro para trabalhar na vindima e noutras tarefas do amanho da vinha, obrigou à construção dos chamados cardenhos. Estes normalmente situavam-se junto às adegas e acolhiam os ranchos de homens, mulheres e crianças que se empregavam naquelas tarefas. As adegas utilizaram quase sempre de forma inteligente o declive dos terrenos e até a diferença de nível dos socialcos. No socialco de cima construía-se os lagares e no patamar imediatamente inferior o armazém. A força da gravidade, durante os trabalhos de vinificação fazia com que o vinho corresse para as pipas e toneis. Normalmente estas estruturas apartadas da casa da quinta eram construídas em áreas onde era relativamente fácil, através de minas ou de poços, obter a água com que se mantinha a normal higienização das adegas, factor determinante nas tarefas de vinificação e conservação dos vinhos. Não pode no entanto excluir-se hoje a coexistência destes modelos. De facto, a característica vernacular da maioria destas infra-estruturas, mostra-as como o resultado de um saber construído de forma empírica, mais do que obediente a regras arquitectónicas pré-definidas. Esta é mais uma das especificidades que tornam o Douro, pela sua diversidade, um património cuja descoberta se lê na paisagem que o homem soube cuidadosamente talhar pelos montes e vales que se descobrem ao virar de um qualquer meandro do rio.



# FAZENDAS HISTÓRICAS PAULISTAS – DESAFIOS PARA A GESTÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

**Luzia Sigoli Fernandes Costa<sup>1</sup>**

**Maria Ângela Bortolucci<sup>2</sup>**

**Maria Inês Rauter Mancuso<sup>3</sup>**

Neste estudo relatam-se as observações obtidas durante visitas em fazendas históricas do Estado de São Paulo, com o objetivo de identificar tipologias de gestão que possam contribuir para se pensar sobre a preservação e a sustentabilidade do patrimônio agroindustrial, que ainda resta. A história dessas fazendas remonta ao século XIX, ciclo do café, e, algumas delas, ao período anterior da cana-de-açúcar, século XVIII. Essas fazendas têm grande importância pela inserção no desenvolvimento socioeconômico do Estado, associando-se a criação de cidades, construção das ferrovias e as migrações. A metodologia adotada foi de observação direta e anotações de depoimento em diário de campo. Os resultados obtidos tiveram como principal propósito apoiar os proprietários, gestores das fazendas, nas atividades de turismo rural, além de subsidiar a elaboração de monografias, oficinas e cartilhas. Preservar essas fazendas e realizar um turismo cultural iluminado pela perspectiva histórica e ambiental está inscrito no direito à memória.

## Introdução

Este estudo se insere no âmbito do *Projeto Patrimônio Cultural Rural Paulista: espaço privilegiado para pesquisa, educação e turismo* (Projeto FAPESP 2007 – Oitava Chamada para o Programa de Pesquisas em Políticas Públicas)<sup>4</sup>. Entre as metas, previstas, destacam-se:

1) Promover um instrumento para o Inventário do Patrimônio Cultural Rural Paulista, compreendendo os bens materiais, constituídos das edificações, mobiliário, equipamentos, documentos e os bens naturais e arqueológicos e os registros imateriais de lugares e espaços de convívio, canções, crenças, celebrações, saberes e modos de fazer e viver;

2) Implementar metodologia no contexto das fazendas para a atividade turística embasada na preservação, desenvolvendo atividades na perspectiva da sustentabilidade relacionada à educação patrimonial;

<sup>1</sup> Universidade Federal de São Carlos – Centro de Educação e Ciências Humanas – Departamento de Ciência da Informação.

<sup>2</sup> Universidade de São Paulo – Instituto de Arquitetura e Urbanismo.

<sup>3</sup> Universidade Federal de São Carlos – Centro de Educação e Ciências Humanas – Departamento de Sociologia.

<sup>4</sup> Projeto de Políticas Públicas “Patrimônio Cultural Rural Paulista: Espaço Privilegiado para Pesquisa, Educação e Turismo”, processo nº 07/55999-1. Coordenador Geral Prof. Dr. Marcos Tognon do Centro de Memória – Unicamp, 2007-12, financiado pela FAPESP. Esse projeto, multidisciplinar, envolveu seis instituições de ensino e duas de pesquisa do Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro (UNESP Rosana, USP São Carlos, UNICAMP, UFSCar, UFRJ, UNIMEP; EMBRAPA Campinas e IAC) tendo como instituição parceira a Associação das Fazendas Históricas Paulista. Como parte desse projeto, foram realizadas, por Haroldo Palo Junior., fotografias, parte das quais estão apresentadas neste trabalho e que, com textos da Prof. Maria Ângela Bortolucci, compõem uma exposição itinerante, divulgando esse patrimônio.

3) Diagnosticar as vocações culturais do patrimônio rural e estabelecer planos de atividade educacional (formal e não formal).

A partir dessas metas, relatam-se, neste estudo, as observações e as lições aprendidas sobre gestão e o que se podem delas induzir. A história das seis fazendas selecionadas remonta ao ciclo do café, no século XIX, e, algumas delas, ao período da cana-de-açúcar, no século XVIII. Cabe salientar que o processo de concentração da economia agroexportadora na região Sudeste do Brasil, sobretudo no Estado de São Paulo, se deu em função da produção cafeeira. As fazendas de café, no conjunto, formam um patrimônio plural de inestimável valor histórico e cultural (PARISSINOTTO, 1994).

Nesse contexto, o objetivo principal da pesquisa foi o de identificar elementos que pudessem contribuir para construir tipologias que pudessem ajudar a pensar sobre gestão e preservação e no turismo cultural rural, como atividade básica, de forma a possibilitar a sustentabilidade.

### **Metologia adotada**

Para este estudo, do universo de 16 fazendas<sup>5</sup>, participantes do projeto intitulado *Patrimônio Cultural Rural Paulista: espaço privilegiado para pesquisa, educação e turismo*, foram selecionadas sete fazendas: Fazenda Chácara do Rosário, Fazenda Capoava, Fazenda Mandaguahy, Fazenda Bela Vista, Fazenda Quilombo, Fazenda Pinhal e Fazenda Santa Maria do Monjolinho. As visitas *in loco* foram agendadas com os proprietários e realizadas durante um ou dois dias, dependendo da necessidade. Os procedimentos básicos de geração das informações foram entrevistas e observação direta. As entrevistas foram realizadas com proprietários ou administradores das fazendas e, quando possível, com antigos trabalhadores. As impressões da visita foram registradas em diário de campo. Foram realizadas, também, consultas a sítios da Internet, quando disponibilizado pela fazenda para divulgação.

A ideia principal foi a de apreender o cotidiano dessas fazendas pelo seu modo de fazer (CERTEAU, 2009), de tal forma que espelhassem as transformações que ocorreram no espaço da casa, sem ser exatamente datado, quantificado, pois ele é mais afetivo, sensível e composto de tempos diferenciados, enredados pelos fatos ali desenrolados e pelos personagens que ali viveram considerando que “os lugares são nosso momento de história nacional” (NORA, 1993, p. 27). Apenas uma pequena parte das informações coletadas foi analisada, mas percebe-se que essas fazendas são fontes inestimáveis para estudo e pesquisa, pois possuem um expressivo patrimônio arquitetônico e abrigam grande variedade de documentos impressos, manuscritos, fotográficos e objetos raros, além do imaterial.

<sup>5</sup> 1 Fazenda Capoava, 2 Chácara do Rosário, 3 Fazenda Quilombo, 4 Fazenda Nova, 5 Fazenda Santa Cecília, 6 Fazenda Aurora, 7 Fazenda Santo Antonio d'Água Limpa, 8 Fazenda Pinhal, 9 Fazenda Santa Maria do Monjolinho, 10 Fazenda Santa Eudóxia, 11 Fazenda Bela Aliança, 12 Fazenda Bela Vista, 13 Fazenda Mandaguahy, 14 Fazenda Nossa Senhora da Conceição, 15 Fazenda São Francisco e 16 Fazenda Restauração.

### Apresentação dos resultados e discussões

A **Fazenda Chácara do Rosário** localiza-se no município de Itu a aproximadamente 90 km da capital do estado de São Paulo. Suas terras foram compradas em 1756, com ouro extraído no Mato Grosso. Essa fazenda se dedicou inicialmente à cana-de-açúcar e possui o mais antigo engenho da região do município de Itu. Apesar de importantes, restam poucos equipamentos e poucos móveis dessa época. De 1880 a 1960, com a decadência da cana-de-açúcar, a casa foi abandonada, se tornando inclusive depósito de algodão. Em 1950 se estabeleceu a produção artesanal de telhas que sucumbiu à concorrência da indústria cerâmica, momento que se expressa nas telhas que estavam sendo queimadas e que ainda permanecem semi-queimadas nos fornos e no conjunto de prédios e chaminés. A casa, apesar da simplicidade de uma casa bandeirista, guarda, nos livros, muitos deles escritos em inglês e em francês, nos discos conservados e nos instrumentos de engenharia, um estilo de vida urbano e ligado aos centros europeus.



Fazenda Chácara do Rosário – Itu (Haroldo Palo Junior<sup>6</sup>, 2012)

A Fazenda Chácara do Rosário é administrada e preservada pela família, descendentes dos primeiros proprietários. As atividades turísticas são realizadas nos limites dos recursos atuais e, portanto, dentro das possibilidades que a fazenda oferece. As noites são dedicadas à seresta (concerto musical, de noite e ao ar livre) e, quando lua cheia, a cavalgadas. Os dias são dedicados à prática do turismo pedagógico, voltado para as escolas de ensino fundamental e de ensino médio, como também à recepção de eventos privados, de treinamento para empresas, com atividades de integração de equipes, e similares.

A **Fazenda Capoava**, também se localiza no município de Itu. Nessa fazenda se desenvolveu a cultura da cana-de-açúcar, até 1860, quando se iniciou a produção de café e teve inúmeros proprietários desde sua formação no início do século 18. O que hoje existe é resultado de um projeto desenhado pela USP em parceria com o Museu Histórico de Itu. Esse projeto recuperou e ressignificou a memória da Fazenda Capoava, e a transformou em um hotel fazenda.

<sup>6</sup> Haroldo Palo Junior. é fotógrafo, documentarista e naturalista brasileiro. Dedicou-se a registrar a fauna e a flora brasileiras e da Antártida. Formado em engenharia eletrônica e computação pela EESC-USP, seu trabalho é utilizado por instituições mundiais de preservação ambiental como WWF, The Nature Conservancy, Conservation International, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza e SOS Mata Atlântica. Participou da expedição que Jacques Cousteau realizou no Brasil nos anos 80s. Nos anos 90s, foi exibido no National Geographic Channel um documentário sobre ele, intitulado Brave Brazilian. Um de seus trabalhos de maior destaque foi a produção da parte brasileira do documentário Planeta Terra para a BBC. Em dezembro de 2010 lançou, pela editora Vento Verde “O Guia de Identificação das Aves do Brasil”, obra de autoria do ornitólogo Rolf Grantsau da qual participou como editor. Essa obra possui o mérito de ser o mais completo guia de aves já produzido sobre as aves brasileiras.



Fazenda Capoava – Itu (Haroldo Palo Junior, 2012)

A casa sede dessa fazenda é uma casa bandeirista de 1750, construída em taipa de pilão e encontra-se em meio à vegetação nativa, com árvores centenárias: pau-marfim e taiúva, por exemplo. Nela estão, além da recepção, as salas de estar, de jogos e o restaurante. Em frente à sede está o espaço cultural, onde se encontram uma biblioteca, objetos artísticos e artesanais, vídeos históricos e culturais, discos e uma exposição fotográfica. O que se apresenta publicamente sobre a memória dessa fazenda e da família fundadora são documentos e fotografias que estabelecem relações dessa memória com a história do Brasil e do Estado. Além da casa sede e do Centro Cultural há um espaço para festas e eventos, e equipamentos de lazer. A fazenda dispõe ainda de um heliporto e de um criatório conservacionista. Há, também, três trilhas para caminhadas pela mata. A gerência está a cargo de um casal de administradores, primos do atual dono. Para realização das atividades, contam com 40 funcionários. A cozinha é um dos pontos altos de atração, dado que se apresenta como resultado de pesquisas e de recuperação de receitas tradicionais brasileiras, em especial do Estado de São Paulo.

A **Fazenda Quilombo** localiza-se no município de Limeira, a cerca de 150 km da capital do Estado. A fazenda foi fundada em 1870 e a exploração econômica iniciou-se com a formação de cafezais, que continua até hoje. Além da cultura do café, a fazenda se dedica à lavoura da laranja, à criação de cavalos quarto de milha e à hospedagem e trato de cavalos.



Fazenda Quilombo – Limeira (Haroldo Palo Junior®, 2012)

A fazenda é administrada pela família, descendente dos fundadores. A preocupação com a história da fazenda e a preservação foi decisiva para a manutenção da fazenda enquanto um espaço cultural. A fazenda não possui instalações para hospedagem. Recebe, apenas, para visitas e os passeios podem ser acompanhados de lanche, almoço ou churrasco. Os passeios são acompanhados por guias ou por pessoas da família. Na frequência se incluem, principalmente, os grupos de estudantes e da terceira idade.

A **Fazenda Pinhal** localiza-se no Município de São Carlos, a cerca de 220 km da capital do Estado. É uma das mais importantes fazendas do segundo ciclo do café no Brasil, *celula mater* – uma das poucas cidades do país a conservar o seu local de origem. A casa grande é um casarão de taipa de pilão e taipa de mão, com o acervo de época, como móveis, louçaria, livros, quadros, fotografias entre outros, preservado por oito gerações da mesma família. Rodeando a casa estão os jardins e o pomar, com ruas de musgo, bambus-gigantes irrigados por caminhos d'água e palmeiras imperiais, inspiração do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.



Fazenda Pinhal – São Carlos (Haroldo Palo Junior, 2012)

Os antigos terreiros para secagem do café, a tulha e a casa de máquinas são testemunhos dos tempos muito produtivos. O **monjolo** foi reerguido e hoje serve para limpar o café, cuja lavoura foi retomada como parte de um projeto turístico cultural. A Fazenda Pinhal foi declarada **Patrimônio Histórico Nacional** pelo IPHAN em 1987. Em 1990, foi fundada a Associação Pró Casa do Pinhal, sem fins lucrativos, com a finalidade de dar apoio à conservação e à manutenção do patrimônio histórico da Casa do Pinhal. As atividades realizadas nessa fazenda se voltam, entre outros públicos, para estudantes de ensino fundamental, médio e universitário. O trabalho de incentivo à preservação patrimonial estende-se à comunidade local e a demais interessados.

A **Fazenda Mandaguahy**, fundada em 1858, localiza-se no Município de Jau, a 300 km da capital do estado. Inicialmente, a fazenda se dedicou ao café; depois à criação de gado Gir e, desde 1860, à cana-de-açúcar. Um de seus principais produtos, hoje, é a cachaça Mandaguahy. Propriedade da sétima geração dos fundadores, conserva a maior parte de seu patrimônio edificado e natural



nos moldes do século XIX e aberto a visitação pública. A fazenda oferece programas de turismo pedagógico, visitas culturais, almoços, lanches e hospedagem em casas antigas adaptadas para oferecer conforto e, ao mesmo tempo, manter a simplicidade das moradias do século XIX.



Fazenda Mandaguahy – Jaú (Haroldo Palo Junior, 2012)

A **Fazenda Bela Vista** localiza-se no município de Dourado, centro do Estado de São Paulo, e foi aberta, por volta de 1850, por mineiros (migrantes vindos do Estado de Minas Gerais) e famílias de outras regiões do próprio estado de São Paulo e do país. Os proprietários atuais são descendentes da primeira família proprietária. De início, a fazenda se dedicou à cultura do café. Hoje se dedica à criação de cavalos e de gado de leite e corte e ao turismo rural.



Fazenda Bela Vista – Dourado (Haroldo Palo Junior, 2012)

Essa fazenda é cercada por mata nativa, povoada por macacos e cortada por trilhas, rios e cachoeiras, o que proporciona a possibilidade de uma série de atividades noturnas como as cavalgadas de lua cheia, acompanhadas de violeiros e vinho e atividades diurnas para explorar e observar o entorno; fazer caminhadas; mountain bike; rapel; bóia cross; arvorismo; pêndulo; travessia de rio. A fazenda tem sala de TV, sauna seca e úmida, restaurante, piscina. A entrada da fazenda no turismo rural, com a constituição do hotel, ocorreu no início da década de 80 do século XX, por sugestão de norte-americanos que lá se hospedaram, na casa sede. Hoje tem 10 chalés e 7 apartamentos. Há chalés de um a quatro quartos para hospedagem com sossego e muito conforto.

A Fazenda **Santa Maria do Monjolinho** localiza-se no Município de São Carlos, a cerca de 220 km da capital do Estado. Foi aberta em 1850 para o cultivo do café por José Inácio de Camargo Penteado, antes mesmo da constituição do município de São Carlos, em terras pertencentes aos “Campos de Araraquara”. A propriedade foi transferida em 1904 para Candido de Souza Campos e esposa, Zuleika Malta, e se mantém até hoje nas mãos de descendentes. Atualmente, a fazenda é administrada pelo neto Décio Malta Campos.



Fazenda Sta Maria do Monjolinho –São Carlos (Haroldo Palo Junior, 2012)

Essa fazenda tem preservado um extraordinário patrimônio arquitetônico composto da casa principal, edificada ainda no século XIX, terreiro de secagem de café, casa de máquina e maquinários, tulha, oficina, serraria, senzala, capela, estrebaria, cocheira, casas do capataz e do capitão do mato e a estação de trem. Dos seus 1.500 ha, aproximadamente 320 ha são constituídos de Mata Atlântica nativa, de mananciais e de cerrado, bens naturais enriquecedores do patrimônio. Destacam-se ainda os bens móveis bem preservados, como o mobiliário, os utensílios domésticos, os objetos de decoração, a documentação notarial e um valioso acervo fotográfico. Essa fazenda foi reconhecida pelo CONDEPHAAT, em 2007, como Patrimônio Histórico do Estado de São Paulo. Entre as atividades realizadas destacam-se visitas de estudantes de ensino fundamental, médio e universitário. O trabalho de incentivo à preservação e à educação patrimonial, no qual as visitas se integram, é estendido à comunidade em geral.

### **Destaques e conclusões**

As fazendas relatadas se localizam em diferentes regiões do Estado de São Paulo que se inseriram na história econômica do Estado em diferentes momentos. A partir da origem, as fazendas foram se transformando conforme as mudanças econômicas que as atingiam. Essas transformações marcaram o espaço: senzalas se transformaram em colônias com a chegada de migrantes e com o fim da escravidão; as lavouras de café se transformaram em pastos; a taipa de mão foi substituída pelo tijolo; alguns edifícios foram abandonados e outros al-

terados para se adequar às novas atividades. As propriedades foram desmembradas, em decorrência de heranças ou de interesses econômicos. As fazendas guardam, assim, os resquícios de uma época heróica e as marcas das transformações, das adaptações e das decadências. Preserva-se, assim, um processo histórico cheio de vida. Nesse contexto surge uma questão: como associar esse processo histórico ao turismo rural, quando as marcas da decadência podem não agradar o turista em busca de um passado romantizado?

Certamente que a educação patrimonial contribuirá para a construção de um novo olhar sobre o patrimônio rural, procurando mostrar seus significados e sentidos, despertando no visitante a vontade de vê-lo preservado e de ver garantido, cada vez mais, seu acesso a estes bens culturais (AMORIM, 2007).

Com o objetivo de se criar tipologias que podem levar a pensar na gestão dessas fazendas, destacam-se alguns pontos relativos à presença da família proprietária e herdeira da memória, da transmissão da propriedade e do projeto de continuidade da propriedade para o futuro.

Do ponto de vista da presença da família proprietária e herdeira de uma memória, conduzindo o processo de desenvolvimento do turismo rural, percebeu-se que, em duas das fazendas, houve a transferência da administração para profissionais, e o turismo passou a ser decisivo entre as atividades econômicas, felizmente com a inserção de projetos culturais. Nas demais fazendas, ou seja, na grande maioria, a administração continua como responsabilidade da família proprietária.

Do ponto de vista da transmissão da propriedade que pode interferir na preservação ou não da memória das propriedades, das fazendas citadas, apenas uma propriedade foi descontínua. Todas as demais têm permanecido como propriedade de uma mesma família desde a origem, o que não significa a disposição familiar em manter a propriedade, em especial enquanto projeto cultural, para o futuro, dadas as tensões produzidas pelas dificuldades econômicas.

Assim, do ponto de vista da continuidade da propriedade para o futuro e, mais do que isso, do ponto de vista de continuidade de um projeto cultural centrado na memória, algumas fazendas se transformaram em empreendimentos econômicos ou são mantidas por grupos econômicos que têm um futuro relativamente independente da dinâmica familiar. Outras fazendas dependem dessa dinâmica familiar e da realização de atividades turísticas que permitam a viabilidade de projetos culturais entre os quais a própria preservação da fazenda.

Outra condição que marca a possibilidade de preservação, mesmo se iniciada a atividade turística, é a proximidade ou não da Capital, de onde provem a maior frequência do interesse pela fruição cultural dessas fazendas.

Um aspecto ainda pouco estudado é a relação gênero e preservação do patrimônio cultural rural, mas é perceptível o fato de que nas propriedades onde a preocupação com patrimônio cultural fica mais evidente sempre tem à frente de sua gestão, uma figura feminina segura da importância da preservação dos bens culturais para as futuras gerações.

### Referências

Amorim, A. R. A. (2007) Arruando pelos lugares: as excursões históricas e de educação patrimonial. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 39,

p. 345-61.

Certeau, M. (2009) **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Vozes, Petrópolis.

Nora, P. (1993) Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, São Paulo, v. 10.

Parissinotto, R. M. (1994) **Classes dominantes e hegemonia na República velha**. Editora da UNICAMP, Campinas, SP.



# CAPELAS RURAIS DO CICLO CAFEIEIRO PAULISTA

**Vladimir Benincasa<sup>1</sup>**  
**Monica C. B. F. Ferreira<sup>2</sup>**

Trata da arquitetura das capelas católicas surgidas no interior das fazendas cafeeiras de São Paulo, a partir da segunda metade do século XIX, no momento em que se substituiu o regime de trabalho escravo pela mão de obra de imigrantes católicos do sul da Europa. Analisa suas características e técnicas arquitetônicas, bem como o seu aspecto simbólico e suas relações com outras edificações no complexo sistema de poder do meio rural paulista durante o período cafeeiro.

## Introdução

A cafeicultura foi o maior acontecimento da história econômica do Estado de São Paulo, Brasil. Aí, o café proporcionou uma verdadeira revolução sociocultural, tirando essa região de um papel inexpressivo e colocando-a num dos focos do cenário nacional e mundial. Terras foram ocupadas, levadas de imigrantes de todas as partes foram atraídas, estradas e ferrovias foram abertas, cidades surgiram...

Todo esse progresso se deve ao fato de como essa lavoura se propagou por quase todo o território paulista. Após ocupar todo o Vale do Paraíba<sup>3</sup>, entre o final do século XVIII e as duas primeiras décadas do século XIX, a lavoura cafeeira se expandiu em direção a zona central de São Paulo, e daí seguiu em duas vertentes: a oeste, seguindo a calha do rio Tietê; e a norte, em direção a Campinas<sup>4</sup>, onde se estabelece por volta de 1830. Em 1840, já chegava à região dos Campos de Araraquara, ao centro do Estado; e em 1870, começava a desbravar as grandes manchas de terra roxa<sup>5</sup>, na região de Ribeirão Preto.

Até 1920, a cafeicultura teve o importante papel de desbravar e povoar as regiões até então abandonadas do oeste longínquo de São Paulo, estendendo as fronteiras agrícolas até as barrancas dos rios Grande, Paranapanema e Paraná<sup>6</sup>. Nesse século e meio de predomínio da cafeicultura, milhares de fazendas foram abertas, dando origem a um patrimônio arquitetônico rico e diversificado, que nos ajuda a compreender esse importante episódio paulista. No entanto, há uma tipologia, no conjunto arquitetônico da fazenda cafeeira, muito singular e pouco estudada, que diz respeito mais ao aspecto sociocultural, não diretamente ao econômico, que são as capelas.

<sup>1</sup> Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – DAUP – Depto. de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo.

<sup>2</sup> Escola Superior de Ensino e Tecnologia de Rio Claro – Curso de Arquitetura e Urbanismo.

<sup>3</sup> O Vale do Rio Paraíba do Sul é uma região que ocupa o leste paulista, o sul de Minas Gerais e atravessa a região ao norte do Estado do Rio de Janeiro. Foi a primeira zona a ser ocupada pela cafeicultura no Brasil.

<sup>4</sup> Campinas foi local onde foram produzidas e exportadas as matrizes de quase todas as plantações paulistas, nas zonas que ainda seriam desbravadas ao longo do século XIX e do século XX.

<sup>5</sup> Terra Roxa é o nome dado ao solo mais fértil encontrado no Brasil: sua coloração avermelhada se deve ao fato de possuir grande quantidade de óxido de ferro.

<sup>6</sup> O geógrafo francês Pierre Monbeig, em seu livro “Pioneiros e Fazendeiros do Estado de São Paulo”, no qual estuda o fenômeno urbanizador do oeste paulista, comenta que esse processo impulsionado pela cafeicultura só é comparável em extensão, rapidez e geração de riquezas à conquista do oeste americano.

As capelas externas<sup>7</sup> começam a surgir com maior frequência na paisagem rural cafeeira a partir da segunda metade do século XIX, quando a mão de obra escrava foi paulatinamente substituída pelo imigrante europeu (italianos, espanhóis e portugueses, em sua maioria). O crescimento do número de famílias de trabalhadores livres de religião católica, certamente influenciou a generalização dessas edificações, fato justificado pelo aumento no número de casamentos, de batizados ou mesmo pela celebração frequente de missas.

Para o fazendeiro, era interessante que todos esses eventos ocorressem dentro do território das fazendas, evitando que seus trabalhadores tivessem que frequentar o sedutor espaço urbano. Num período que a mão de obra era necessária e escassa, perder uma família de imigrantes para um emprego nas fábricas urbanas que começavam a surgir nas cidades paulistas não era conveniente. Assim, a capela passou a fazer parte de uma estratégia de fixação de trabalhadores em seus postos de trabalho no meio rural.

Os espaços destinados ao culto religioso sempre existiram no meio rural paulista. Porém, até a chegada maciça de imigrantes, predominavam as capelas ou oratórios na parte interna dos casarões, à frente dos quais, pelas manhãs, o fazendeiro se postava antes da saída dos escravos para as roças, para responder ao pedido de benção dos escravos. O fazendeiro era, nesse instante do dia, não só o patrão e senhor de escravos, mas também o representante da Igreja Católica, e a capela na sua casa reforçava essa sua condição.

### Capelas externas

A proliferação das capelas externas responde a outra necessidade: a construção de uma paisagem bucólica e simbólica. Sem dúvida, a motivação principal era a assistência religiosa aos colonos e várias delas foram construídas junto às colônias. Mas ela se torna um novo dispositivo controlador, que fez com que o colono se ausentasse o mínimo possível da fazenda, mesmo aos finais de semana. Se antes o fazendeiro garantia o bom andamento da fazenda exercendo forte opressão sobre seus escravos, agora ele necessita fixar a qualquer custo as famílias imigrantes em suas terras.

A capela se presta assim a ser espaço destinado não à afirmação de poder do fazendeiro, mas antes ter um papel agregador, possibilitando aos colonos fácil acesso à prática de sua religiosidade. São edificações de valor referencial, em geral não muito grandes, construídas quase sempre próximas ao conjunto central de edificações ou junto às colônias de trabalhadores<sup>8</sup>.

Um exemplo bastante significativo é a capela dedicada a Nossa Senhora dos Remédios, da fazenda Pereiras, na cidade de Itatiba. Ela foi construída em



Capela de Nossa Senhora dos Remédios, Fazenda Pereiras, Itatiba, 2006.

<sup>7</sup> Edificações próprias e isoladas, em contraposição às capelas existentes no interior dos casarões de unidades agrícolas – estas capelas internas sempre existiram no meio rural brasileiro, desde o início da ocupação portuguesa.

<sup>8</sup> *Colônia* é o nome dado, em São Paulo, ao conjunto de habitações destinado às famílias de trabalhadores livres. Era formada por uma série de casas (agrupadas em renques, geminadas ou não), em geral com cozinha, sala, e um número de dormitórios que variava de dois a três. Estavam situadas, geralmente, em locais próximos aos cursos d'água.

1894 e substituiu outra mais antiga e de menores proporções. Dizem que os *milagres* ali acontecidos foram chamando tanto a atenção que, tornou-se um centro regional de romarias. À sua frente, existe um grande pátio para as festas e abrigo dos romeiros. Ao lado desse pátio, fica a residência da família mantenedora e uma venda. Uma escadaria conduz à colônia, situada logo abaixo.

Sua arquitetura remete às igrejas urbanas paulistas construídas no final do século XIX. Possui na fachada uma torre sineira, ao lado da empena com frontão triangular em que sobressaem as três janelas do coro e a grande porta de entrada em arco abatido. Nos cunhais, surgem pilastras dóricas, encimadas por pináculos.

Na parte interna, a nave única apresenta forro em “gamela” que acompanha a estrutura do telhado. O coro, na parte traseira, é todo feito em madeira. Essa capela de grandes dimensões é um caso de exceção, pois as capelas de fazendas eram destinadas ao atendimento apenas da população local, ou quando muito, de fazendas vizinhas.

Um exemplo típico de capela rural é a da fazenda Cana Verde, na cidade de Itu, construída no mesmo ano de 1894. Ela está implantada no núcleo central, imediatamente ao lado do casarão e próximo a uma das colônias da fazenda. Sua fachada mostra influências do ecletismo arquitetônico mas ao contrário da capela anterior não apresenta torre sineira.

A planta é muito semelhante à da existente na fazenda Pereiras: nave única com o coro logo acima da porta de entrada, em madeira e, aos fundos do altar, sacristia e depósito; o forro, hoje já alterado, originalmente era em gamela.

É de se destacar pintura que imita azulejos, existente na parede posterior. De efeito bastante interessante, também, é o baldaquino que coroa a imagem de Nossa Senhora do Carmo, apoiado em oito colunas entalhadas em madeira, no altar-mor.

A capela da fazenda Dona Carolina, de 1898, em Itatiba, em alvenaria de tijolos, possui desenho de fachada pouco mais elaborado, de gosto marcadamente eclético, onde se reconhecem alguns traços do rococó, embora simplificados. A parte inferior da fachada é arrematada pelos cunhais imitando pilastras coríntias, entre as quais aparecem a porta central e duas janelas de vergas retas e realçadas por moldura lisa, encimadas por pestana contínua.



Capela de Nossa Senhora dos Remédios, Fazenda Pereiras, Itatiba, 2006.



Capela de Nossa Senhora do Carmo, Fazenda Cana Verde, Itu, 2006.



Capela de Nossa Senhora da Conceição, Fazenda Dona Carolina, Itatiba, 2006.

A pequena nave é separada da parte posterior da capela por uma pequena balaustrada de madeira e por um falso arco cruzeiro, além do qual se encontra o altar-mor, de mármore colorido, encimado por nicho incrustado na parede, dentro do qual foi pintada a imagem de Nossa Senhora da Conceição. A ornamentação é completada por pinturas, ao lado do altar, representando florões, guirlandas e pombas.

Algumas capelas, mais simples, foram construídas pelos próprios imigrantes, com seus poucos recursos. Esse é o caso da capela de Nossa Senhora do Rosário, construída em 1900, com recursos de 16 famílias de colonos, na fazenda Santa Paulina, situada na cidade de Casa Branca. Curiosamente, a santa escolhida pelos imigrantes foi a mesma de devoção dos antigos escravos.

Trata-se de uma capela com nave única, de planta retangular e cobertura em duas águas. O aspecto externo é muito simples, com alguns poucos elementos decorativos.

Internamente, o coro de madeira se apoia sobre duas grossas colunas de alvenaria, que ajudam a segurar a torre sineira. Aos fundos, numa espécie de absíde, fica o altar-mor, ladeado por dois cômodos, a sacristia e o depósito, este acessado somente pelo lado externo. Sobre o altar-mor, um pequeno óculo, fazendo às vezes de rosácea, com vidros coloridos garante melhor iluminação. Toda a talha é muito simples, o que dá ao interior dessa capela aspecto um tanto *naïf*. A ausência de forro reforça a simplicidade do ambiente.

Ao redor da capela, alguns restos de alicerces denunciam a presença da antiga colônia, não mais existente. Hoje a edificação faz parte do roteiro oficial do Caminho da Fé, que liga as cidades de Tambaú e Aparecida do Norte, e é ponto de parada dos peregrinos.



Capela de Nossa Senhora do Rosário, Fazenda Santa Paulina, Casa Branca, 2005.

### Capelas singelas

Outros exemplos de capelas singelas, embora já com uma linguagem dentro dos padrões ecléticos, encontramos nas fazendas: Santa Eudóxia, na cidade de São Carlos; São Sebastião, em Ribeirão Preto; da Mata, em São João da Boa Vista; Santa Maria, em Casa Branca; ou na Avenida, em Nuporanga. Todas elas misturam elementos da arquitetura erudita já devidamente adaptados ao gosto popular. Evidentemente, com exceção talvez da capela da fazenda da Mata, são resultado de projetos de mestres de obra, alcançando melhor ou pior resultados.

A da Santa Eudóxia situa-se aos fundos do pomar, próxima ao casarão. Possui um estilo que mescla elementos



Capela de Santa Eudóxia, São Carlos, 2013.



do neoclássico, como o arco pleno da porta principal, às aberturas neogóticas das janelas laterais, guarnecidas de vidros coloridos. Pilastras falsas com capitéis, cimalthas, além de um curioso desenho de frontão, compõem seus elementos ornamentais, tudo adquirindo um aspecto, ao final, agradável. Causa surpresa a qualidade da talha de seu altar mor, bastante elaborada para o local e período em que foi construída (década de 1880), o que talvez se explique pelo fato do seu proprietário, ser à época, um dos homens mais ricos e influentes da cidade de São Carlos.

Já as capelas das fazendas São Sebastião e da Mata, situam-se nas imediações dos respectivos casarões e são obras do início do século XX. A fachada da primeira destaca-se pelo efeito interessante das paredes a 45° e aberturas com vergas em arco pleno e por estar elevada em uma plataforma, o que obrigou o construtor a fazer uso de uma escadaria, dando-lhe certo aspecto monumental. Na segunda, ao corpo da nave principal, foram alocados em ambos os lados, em volumes salientes, os cômodos destinados à sacristia e ao depósito. Estes dois corpos laterais, bem como os fundos do corpo principal, possuem as quinas chanfradas, dando à planta da edificação um aspecto de cruz latina, inusitado em capelas rurais paulistas. O aspecto exterior, apesar da planta movimentada, é simples. No interior, a edificação apresenta decoração pictórica, que imita papel de parede, e ao fundo, aparecem três nichos incrustados na parede fazem às vezes de altar-mor. Nessa capela, foram realizados muitos casamentos e batizados, de proprietários e colonos, e muitas festas juninas<sup>9</sup>.



Capela de São Sebastião, 2006.



Capela da Fazenda da Mata, São João da Boa Vista, 2006.

Encontramos outros exemplos singelos nas fazendas Vanguarda, em Amparo, de 1917, e Serra, em Itu, de 1925, ambas construídas em alvenaria de tijolos.

A primeira é uma pequena edificação com empena apresentando o tradicional frontão triangular, encimado por uma sineira vazada e a cruz. Cimalthas muito simples, além de pilastras nos cunhais, e dois nichos, hoje vazios, ladeando a porta central, com bandeira envidraçada em arco pleno, compõem a fachada.

Alguns detalhes merecem destaque: a bandeira da porta central possui graciosos caixilhos de madeira, decorados com pequenos leques entalhados, além de perfurações formando desenhos simples, destinados talvez à ventilação. São pequenos cuidados que fazem com que o edifício, à primeira vista muito simples, adquira um valor único e nos convide a um exame mais acurado.



Capela da Fazenda Vanguarda, Amparo, 2006.

<sup>9</sup> No Brasil, persiste uma herança cultural portuguesa, a de celebrar os três santos católicos mais populares do mês de junho: Santo Antônio, São João e São Pedro. Daí o nome de festas "juninas".

Nas suas laterais, um conjunto de três aberturas circulares garante a iluminação interna. O piso é feito com ladrilho hidráulico, *mosaico* como diziam antigamente, nas cores cinza e vermelho. A estrutura de forro utilizada é a dita “abobada de berço”, feita em madeira. Não há divisões internas, tudo é muito simples.

Na fazenda da Serra, em Itu, a pequena capela volta-se para o casarão, ficando num nível acima deste, mas pouco abaixo dos terreiros, numa elevação natural do movimentado relevo aí existente. Construída em 1925, suas dimensões são bem acanhadas, mais até do que o exemplo anterior. Mesmo assim, foi um dos poucos exemplares com abside verdadeira aos fundos, acolhendo o altar-mor. O aspecto geral é muito simples, sem ornamentações dignas de destaque: cunhais e cimalkhas na fachada arrematada pela cruz. Internamente, não há divisões. A ornamentação resume-se a uma pintura estrelada da meia abóbada formada pela abside, numa representação da dimensão cósmica, sagrada, do altar.



Capela de São Roque, Fazenda da Serra, Itu, 2006.

### Capelas suntuosas

Capelas mais suntuosas podem ser observadas nas fazendas Santa Gertrudes, no município de mesmo nome; e na Santa Veridiana, em Casa Branca, cujos projetos provavelmente foram feitos na cidade de São Paulo, onde ambas as famílias proprietárias residiam. O templo da Santa Gertrudes foi construído em 1898, pelo seu então proprietário cujas boas relações com o Vaticano levaram à incorporação desse templo na basílica de San Giovanni in Lateranus, de Roma, uma distinção espetacular.

Talvez por isso, a antiga capela, de pau-a-pique tenha sido substituída pelo atual templo de linhas neogóticas, feito por empreiteiro italiano em alvenaria de tijolos e com materiais nobres no acabamento, possuindo dimensões muito maiores que o usualmente encontrado.



Capela da Fazenda Santa Gertrudes, 2003

Esta capela chama a atenção tanto pela altura da torre sineira, centralizada, como pela beleza e elegância da ornamentação externa e interna. Trata-se de uma edificação extremamente sofisticada, com acabamento muito acima da média, mesmo para os padrões de outras grandes fazendas cafeeiras do mesmo período e região.

Um dos poucos exemplares que se lhe equiparam, dos encontrados em nossos levantamentos, é a capela da fazenda Santa Veridiana, em Casa Branca, que infeliz-



Capela da Fazenda Santa Gertrudes, 2003.

mente encontra-se em total estado de abandono. Esse exemplar, de 1894, ficava situado em meio à imensa colônia existente na fazenda, hoje totalmente desaparecida. Suas linhas são de inspiração neorromânica e o aspecto geral é bastante harmonioso, resultado certamente de projeto de profissional conhecedor de regras eruditas da arquitetura<sup>10</sup>. Ressaltamos o bom uso das faixas de cores e texturas diferenciadas que preenchem os panos de paredes externas e o belo desenho do conjunto das janelas laterais, encimadas por óculo circular. A alvenaria é de tijolos feitos na própria fazenda. No interior daquela que deve ter sido uma das mais belas capelas de fazendas paulistas, é possível observar os restos da graciosa escada em caracol de madeira de acesso ao coro, ou do antigo altar-mor de madeira.



Capela da Fazenda Santa Veridiana, Casa Branca, 2005.

Esse estilo neorromânico, juntamente com o neogótico, foram as correntes arquitetônicas mais usadas para a concepção de templos religiosos, até a década de 1920, quando a linguagem preferida pelos projetistas passou a ser a neocolonial. Isso pode ser observado nas capelas das fazendas São Luiz, em São Carlos; São Roberto, em Ibaté; Santa Cecília, em São João da Boa Vista; ou Ermida, de Jundiaí.



Capelas das Fazendas São Luiz, em São Carlos e Santa Cecília, em São João da Boa Vista, 2003 e 2006.

A capela da fazenda São Luiz guarda imensa semelhança com as pequenas capelas e igrejas mineiras do século XVIII, principalmente na composição da fachada, onde foi utilizada a pequena sineira com cobertura de duplo declive, ao centro da fachada, logo acima do frontão. É interessante o desenho dessa pequena sineira, que se encontra ligeiramente destacada da fachada, sendo falsamente apoiada por uma peanha inusitada. Também ajuda a realçar o desenho, a cobertura da parede do frontão com telhas capa e canal colocadas transversalmente.

A capela da fazenda Santa Cecília possui um desenho mais elaborado: torre sineira independente, com cobertura em abóbada encimada por coruchéu e falsas pilastras nos cunhais. O frontão apresenta um desenho estilizado dos recortes que foram muito comuns nas igrejas barrocas setecentistas mineiras. Curioso é que o mesmo desenho de frontão se repete na fachada posterior. Também lança mão de aberturas em arco abatido, enquanto que no segundo pavimento da torre, foram usadas as vergas em arco pleno.

O forro é feito com esteira de taquara, formando desenhos diagonais, pintada de branco, uma solução muito comum na arquitetura mineira tradicional: estando essa capela situada em São João da Boa Vista, região limítrofe com o estado de Minas Gerais, não chega a ser um dado inesperado.

<sup>10</sup> Não há documentação conhecida, porém acredita-se que o projeto tenha sido realizado pelo escritório do arquiteto Ramos de Azevedo, o mais importante entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX em São Paulo, responsável, entre outros, pelos projetos do Teatro Municipal da cidade de São Paulo, do Museu Paulista (ou Museu do Ipiranga) e por grande parte dos antigos casarões da Avenida Paulista.

Na cidade de Gália, a fazenda São João do Tibiriçá, possui uma das mais interessantes capelas do Estado de São Paulo. A capela de São João, construída em estilo neogótico inglês, com suas paredes de tijolinhos aparentes e aberturas em arcos ogivais. Percebe-se, pelo programa, que não era uma simples capela, mas uma igreja destinada a atender moradores rurais de uma ampla área, possuindo batistério, coro, ampla nave, sacristia, e o altar-mor em mármore. Afastada do núcleo central da fazenda, só não foi ainda demolida porque não pertence oficialmente à fazenda, mas à Paróquia de Gália.



Capela de São João, Fazenda São João do Tibiriçá, Gália, 2005.

Hoje a edificação está abandonada, embora conserve muito de sua beleza e imponência, a começar pela torre sineira, ao centro da fachada principal, pelos vitrais e o excelente trabalho realizado no assentamento de tijolos, criando relevos e texturas diversos. No interior, as pinturas primitivas, foram encobertas por camadas de tintas e o forro ruiu.

Já a capela da fazenda São Roberto, dedicada a Santa Rita de Cássia, é a única em que encontramos o projeto arquitetônico original, com origem devidamente indicada e datada: *F. P. Ramos de Azevedo & Cia. Engenheiros-Architectos, 14 de janeiro de 1928*. Construída em alvenaria de tijolos com estrutura de concreto armado, está situada ao lado do casarão, logo acima dos terreiros.

Possui nítida inspiração neocolonial e linhas bastante sóbrias, se comparadas com projetos anteriores do mesmo escritório, o que nos leva a supor ter sido projeto do arquiteto português Ricardo Severo, grande difusor dessa corrente em São Paulo, e que já trabalhava nessa época no escritório de Ramos de Azevedo. No entanto, no projeto a autoria do desenho é atribuída ao Dr. Francisco de Paula Ramos de Azevedo e cópia de Paulo Gianini, o desenhista do escritório.

À planta retangular, onde estão nave, coro e altar, agregam-se a sacristia, o batistério e a torre sineira, em corpos laterais; além de um alpendre com cobertura levemente arqueada, formando uma abóbada de berço. O frontão da fachada possui as linhas recortadas tradicionais da linguagem barroca, cujo desenho, e talvez aqui esteja o grande acerto do projeto, amplia e fortalece as formas do óculo quadripartido, existente nesse mesmo frontão e que serve de iluminação ao coro.



O efeito obtido é bastante interessante, ajudando a harmonizar as formas destoantes do alpendre e da torre sineira, cuja cobertura possui telhado de dupla inclinação em agulha, arrematado pelo cruzeiro metálico. O resultado é um desenho de fachada bastante equilibrado, com rico jogo de volumes.



Capela Santa Rita de Cássia, Fazenda São Roberto, Ibaté, 2003.

Internamente, o aspecto sóbrio se mantém, com o uso de falsas pilastras dóricas intercaladas entre as aberturas de caixilharia metálica e vidros coloridos.



## Conclusão

Todas essas capelas, acabaram se tornando parte indissociável do arquétipo das fazendas cafeeiras paulistas. Tão arraigadas elas estão nesse imaginário, que é muito comum, nos dias atuais, se construïrem capelas em novos estabelecimentos rurais, mais numa tentativa de se recompor aquela paisagem tradicional do que pelo aspecto religioso. Passados os tempos áureos da cafeicultura, veio o período da lavoura canavieira. As mudanças na legislação trabalhista, em meados do século passado, expulsaram os antigos trabalhadores. Em 1960, quase 35% da população paulista (cerca de 4,5 milhões de pessoas) vivia no campo; atualmente, essa porcentagem caiu para somente 4% (cerca de 1,67 milhão de pessoas).

Dessa forma, grande parte do acervo arquitetônico do século XIX e das primeiras décadas do século XX foi abandonada, já não tem utilidade para os padrões vigentes da nova política agrícola brasileira, embora siga marcando a paisagem. Também não há interesse das autoridades e da população em preservá-los, ao menos não há manifestações nesse sentido. A conservação é fruto mais de interesses particulares e isolados. Ainda está longe o dia em que haverá uma conscientização ampla da importância da preservação do patrimônio ligado a cafeicultura no Brasil, inclusive do seu potencial de exploração econômica ligada ao turismo, por exemplo. Fazendo parte desse conjunto patrimonial, as capelas rurais padecem do mesmo mal.

Embora não diretamente relacionadas com a produção cafeeira, as capelas foram muito importantes para estabelecer um ambiente de convivialidade amigável entre o grupo heterogêneo de pessoas que compunha a população de uma fazenda. Muitas vezes, a religião era um dos poucos traços comuns e de união entre elas. Se serviram a interesses do fazendeiro, também ajudaram os trabalhadores a suportar melhor o árduo cotidiano em meio aos cafezais.

Créditos de todas as fotografias: Vladimir Benincasa.

## Bibliografia

- Benincasa, V. (2003) *Velhas Fazendas. Arquitetura e cotidiano nos Campos de Araraquara*. EdUFSCar/IMESP, São Carlos/São Paulo.
- Benincasa, V. (2007) *Fazendas Paulistas. Arquitetura rural do ciclo cafeeiro*. EESC-USP, São Carlos.
- Borges, M. E. (1999) *A pintura na "Capital do Café": sua história e evolução no período da Primeira República*. UNESP, Franca.
- Lemos, C. A. C. (1999) *Casa Paulista*. Edusp, São Paulo.
- Milliet, S. (1982) *Roteiro do Café*. Hucitec/INC, São Paulo.
- Uzai, M. N. (1996) *O Fascínio de um Sonho Inglês nos Trópicos: memórias sobre a Companhia Agrícola Rio Tibiriçá. Gália-SP (1930-1960)*. FFC-UNESP, Marília.

# RUTAS, ESTANCIAS Y HACIENDAS JESUITAS VITIVINÍCOLAS EN IBEROAMERICA E ISLAS ATLANTICAS (1549 – 1767)

**Adriana Micale<sup>1</sup> e Graciela Moretti<sup>2</sup>**

Desde su creación y hasta la expulsión de la Compañía de Jesús de los reinos de España y Portugal, los jesuitas establecieron una red de rutas terrestres y marítimas que vincularon a sus colegios con los conjuntos productivos instalados para su propio sustento. Los sitios agroindustriales fueron denominados de diversas formas, siendo los más representativos relacionados con la vitivinicultura las huertas, chacras, haciendas, bodegas, estancias y quintas. Los jesuitas practicaron la actividad tanto en zonas aptas para la actividad como en otras que no lo fueron por cuestiones climáticas y por ello la realizaron en forma experimental. En aquellas regiones donde el suelo y clima fueron propicios, la producción de vino se convirtió en el pilar de su economía y las bodegas en símbolos del patrimonio vitivinícola iberoamericano en tiempos coloniales. A partir del siglo XIX el legado jesuítico fue tomado como modelo por parte de otras órdenes y hacendados.

## **Introducción**

Los numerosos estudios realizados sobre la cultura del vino coinciden en señalar que la vitivinicultura americana es hija de la mediterránea. También que a través de los conquistadores procedentes de la península Ibérica, la *vitis vinifera* llegó al continente americano, ingresando desde las Antillas a través de dos rutas, la mexicana y la peruana, y que en estos trayectos colaboraron las órdenes religiosas. Si bien estas afirmaciones son correctas, es necesario plantear una nueva mirada sobre el espacio geográfico iberoamericano y señalar que el ingreso de la vid al continente americano se realizó a partir de tres vías: México, Perú y Brasil. Esta hipótesis suma la ruta portuguesa con protagonistas como conquistadores y religiosos enviados por el Rey João III para consolidar los asentamientos de la costa del Brasil. Esta visión destaca un aporte conjunto de españoles y portugueses a la vitivinicultura en los inicios de la etapa colonial. En las tres vías de ingreso la Compañía de Jesús tuvo un doble rol, actuando como agente difusor de la vid y a la vez, impulsando la industria del vino. Pudo concretarlo a partir de los saberes y conocimientos adquiridos por sus miembros en Europa y también gracias a las prácticas logradas en América. A través de sus propiedades cultivadas con vides es posible reconstruir una red de caminos y plantear un mapa vitivinícola jesuítico intercontinental iniciado a mediados del siglo XVI. Al mismo tiempo todas sus propiedades productivas, como estancias, haciendas, chacras, huertas, superficies menores como patios de colegios y bodegas, constituyen un valioso testimonio material e inmaterial de la cultura del vino tanto en América como en Europa durante el período colonial.

1 - Universidad de Congreso – Departamento de Humanidades – Cátedra de Historia Política Argentina y Latinoamericana. Secretaria General de la JEHM – Junta de Estudios Históricos de Mendoza. Miembro Titular del Instituto Argentino de Estudios Constitucionales y Políticos.

2 - Universidad de Congreso – Departamento de Arquitectura y Urbanismo – Cátedra de Historia de la Arquitectura y el Urbanismo. Miembro de la Academia Argentina de la Vid y el Vino. Delegada en Mendoza de la CNMMLH – Comisión Nacional de Museos, Monumentos y Lugares Históricos.

Los hermanos coadjutores de la Orden participaron en forma activa en el momento de la concepción y puesta en marcha de los emprendimientos agro-vitivínicos. Igual de las construcciones que las conformaron, constituyendo hoy un universo patrimonial jesuítico de gran valor y significación. Ellos diseñaron los complejos ubicados en diferentes regiones de la geografía iberoamericana y dirigieron las obras aplicando y compartiendo con otras órdenes y con particulares, sus conocimientos científico-técnicos, arquitectónicos y enológicos. Si bien tomaron en algunos casos modelos europeos, en general adaptaron los proyectos a las realidades regionales según las necesidades. Hicieron en cada sitio un uso racional del espacio aprovechando –salvo algunas excepciones– los recursos materiales disponibles de cada lugar. Tanto las construcciones que se mantienen en pie como aquellas que conservan escasos vestigios, poseen un enorme valor patrimonial y son fuente de estudio para la reconstrucción del pasado con vistas a revisar la tarea emprendida por la Compañía en las Asistencias de España y Portugal.

### la llegada de la *vitis vinifera* a América y sus rutas de ingreso

La *vitis vinifera* llegó a América a fines del siglo XV, proveniente de las islas Canarias y Madeira en el viejo mundo. Lo hizo a las Antillas españolas por el Atlántico de la mano de Cristóbal Colón, probablemente con el equipaje de la tripulación en forma de uvas pasas (Gade, 2005:72). Esta acción, a la que se sumó la de algunos lusitanos que la trasladaron también al nuevo continente, determinó que por espacio de casi cuarenta años la vid se extendiese, arraigase o extinguiese su cultivo según las regiones y los climas a donde llegó. Fue una acción conjunta de europeos y de transferencia cultural del Viejo al Nuevo Mundo. Como bien señalan algunos autores, “significó la imposición de un gusto nuevo en un continente habituado a las bebidas fermentadas a partir de granos, como el maíz, tubérculos, como la yuca; y cactus, como el agave, entre otros” (Polvarini de Reyes, 2005:349).

**Ingreso de la *vitis vinifera* a América e islas atlánticas**

Lugar	La ruta española	Año	La ruta portuguesa	Lugar
Antillas españolas	Introducción de uvas pasas durante el 2° viaje de Colón	1493		
Tenerife (Canarias)	Fernando de Castro introdujo cepas desde Portugal	1497		
		1500	Inicio de la vitivinicultura en la isla Madeira	
México	Juan de Grijalva llevó cepas desde Canarias	1517		
		1532	Martim Afonso de Sousa, introdujo cepas de Madeira	São Vicente (Brasil)
Perú	Francisco de Caravantes introdujo cepas desde Canarias	1535		
La Serena (Chile)	Francisco de Aguirre introdujo la vid desde Perú	1541 1548		
		1553	Afonso Bras vinificó por primera vez en la región	São Paulo (Brasil)
Santiago del Estero	Juan Cedrón (padre mercedario) introdujo la vid desde La Serena	1557		
Cuyo (Argentina)	Fundadores de Mendoza y San Juan introdujeron la vid	1561		
Baja California	Eusebio Kino (padre jesuita) introdujo la uva misión	1683		

Fuente: Elaboración propia a partir de la bibliografía consultada

Llevada por el conquistador Juan de Grijalva, la vid cruzó de las Antillas a México en 1517. Inició de esta forma una movilidad que nunca se detuvo. Posteriormente y hacia 1532, las cepas hicieron su ingreso al Brasil de la mano de Martim Afonso de Sousa, en lo que se consideró la primera expedición colonizadora a ese territorio. Lo hizo a través de la recién fundada ciudad de São Vicente, capital de la capitanía homónima, hoy perteneciente al estado de São Paulo. Aquí, el marino no sólo introdujo cepas de Madeira, una de las principales regiones vitivinícolas que tenía Portugal, sino también caña de azúcar (Fernandes dos Santos, 1999:23). El camino portugués permitió el ingreso de la vid por primera vez a América del Sur a través del Brasil, mientras que el recorrido español abrió la ruta desde Centroamérica hacia el norte del continente por México, abarcando la región noroeste de ese país y la actual California en los Estados Unidos. Al mismo tiempo, el camino español llevó la vid desde el Caribe hacia la región andina por el noroeste de América del Sur y también por el océano Pacífico, hasta llegar a Chile y a la provincia de Cuyo en la Argentina. Mendoza, al oeste de este país, conjuntamente con Córdoba en el centro, fueron las regiones más australes de la franja vitivinícola americana durante la colonia. Esta ruta española fue la que permitió también el ingreso de la vid por el sur del Brasil desde territorio argentino, planteando una nueva dinámica de desarrollo al unirse con la abierta previamente por los portugueses.

### Rutas de la vid. Ingreso de la vitis vinífera a América



Fuente: Elaboración propia a partir del mapa histórico "A Map of the World from the best Authorities" (Carey, Mathew, 1796) consultado en: <http://www.davidrumsey.com/maps860051-23885.html> el 5/07/2012.



## Los inicios de la Compañía de Jesús y su llegada a América

La Compañía de Jesús fue reconocida como orden religiosa el 27 de setiembre de 1540 gracias a la bula *Regimini militantis ecclesiae* emitida por el papa Pablo III. El padre Ignacio de Loyola, fundador y primer general a cargo fue el que condujo inicialmente a la Orden. Durante los primeros años esta bula sólo autorizó un número máximo de 60 miembros, situación que cambió a partir del 14 de marzo de 1543 mediante una nueva bula, la *Injunctum nobis*, que suprimió la limitación del número de religiosos (Lindsay, 1986:427). La rectificación posibilitó una creciente captación de nuevos miembros y la irradiación de padres y hermanos tanto por el Europa como por América. La Compañía fue protagonista junto con la Iglesia Católica de la Contrarreforma que tuvo como uno de sus objetivos esenciales, reconquistar fieles. También, evangelizar a las comunidades de indígenas de los nuevos territorios de ultramar conquistados por España y Portugal. Por ello, fueron precisamente los reyes ibéricos quienes en los inicios de la congregación favorecieron el traslado e instalación de los jesuitas en las ciudades y colonias americanas, africanas y asiáticas. La creación en 1546 de la Provincia Jesuítica de Portugal, la primera de la orden, fue un factor decisivo para la llegada temprana de los religiosos a los asentamientos del actual Brasil. Los jesuitas acompañaron a los capitanes portugueses en las fundaciones de São Salvador de Bahía (1549) y São Sebastião de Rio de Janeiro (1565), destacándose de esta forma la tarea conjunta entre corona y orden en lo que respecta al proceso colonizador. En forma análoga, la creación en 1553 de la Provincia Jesuítica de Brasil, primera en América, volvió a confirmar la activa labor de los miembros en las tierras de ocupación portuguesa. A la muerte de Loyola, en 1556, asumió como su sucesor el padre Diego Láinez, quien dos años más tarde promovió la organización de la primera estructura territorial de la institución a escala mundial. En esta etapa se nombraron los primeros cuatro Asistentes de la Compañía, quienes estuvieron al frente de las respectivas Asistencias creadas: la de Portugal que ya había llegado al Brasil y a la India; la de España, que abarcaba además de las tierras en la península, las misiones españolas de ultramar; la de Italia y la de Septentrión que incluía en ese tiempo a Alemania, Francia, Flandes y Polonia (Astrain, 1925: VIII). Durante el mandato del tercer general de la Compañía Francisco de Borja, iniciado en 1565, la Asistencia de España pudo concretar su llegada a América. Ingresaron primero a Lima, capital del Virreinato del Perú en 1568 y posteriormente a México, capital del Virreinato de Nueva España, en 1572. Los jesuitas aquí arribados habían partido desde Sevilla, haciendo escalas en Canarias y La Española. En la movilidad y difusión que tuvo la vid por América, la Compañía constituyó una pieza fundamental del engranaje económico. La acción conjunta de europeos ibéricos y religiosos transportando semillas, esquejes, sarmientos, cortes de cepas y vinos, habla de cierta unidad cultural concreta en torno a una industria con rasgos cosmopolitas.

**Ingreso de los jesuitas a América e Islas Atlánticas**

Territorios del reino de España		Año	Territorios del reino de Portugal	
<i>País Actual</i>	<i>Ciudad</i>		<i>País Actual</i>	<i>Ciudad</i>
		1549	São Salvador de Bahía	Brasil
		1554	São Paulo de Piratininga	Brasil
		1565	São Sebastião de Rio de Janeiro	Brasil
		1566	Isla de Madeira	Portugal
Perú	Lima	1568		
		1569	Angra, en Açores	Portugal
México	México	1572		
Argentina	Santiago del Estero			
	Córdoba	1587		
Chile	La Serena	1593		
Argentina	Mendoza	1608		
Brasil	Misiones de Río Grande do Sul	1626		
México	Baja California	1683		
Bolivia	Tarja	1688		
España	La Orotava, (Tenerife) Canarias	1691		
España	Las Palmas de Gran Canaria	1699		

Fuente: Elaboración propia a partir de la bibliografía consultada

En este trabajo nos centramos en la acción conjunta de los jesuitas de las Asistencias de Portugal y de España, y las zonas donde instalaron colegios, residencias y misiones entre los siglos XVI y XVIII. Abarcamos no sólo la geografía iberoamericana sino también la que corresponde a las islas atlánticas, específicamente las de Azores, Canarias y Madeira, donde los reinos de Portugal y España establecieron también colonias.

### **Los Jesuitas y la vitivinicultura en Iberoamérica**

La presencia de los jesuitas en la actual provincia de Mendoza, al oeste de la Argentina, sumado a la envergadura del complejo vitivinícola que aquí instalaron y que les permitió sustentar económicamente su colegio y residencia, motivó el inicio de un proyecto de investigación<sup>3</sup> acerca de la relación entre la orden de la Compañía de Jesús y la vitivinicultura en Iberoamérica. El foco de la investigación estuvo en la movilidad de la *vitis finifera* promovida por estos religiosos, y la producción de vinos a partir de haciendas y estancias vitivinícolas con bodegas. También, la adaptación que hicieron de locales en residencias y colegios para desarrollar la actividad.

El primer paso fue identificar y registrar todos aquellos conjuntos iberoamericanos donde la orden cultivó vides y elaboró vinos destinados no sólo para la celebración de la misa, sino también para el abastecimiento de las otras casas de la Compañía. Igualmente el comercio que practicaron con sus excedentes. El marco temporal comprende desde la introducción de la *vitis vinifera* en Amé-

3 - En la convocatoria 2011 de proyectos de investigación de la Universidad de Congreso, presentamos el trabajo "Rutas de ingreso de la vid en Iberoamérica. La Compañía de Jesús como agente difusor de la vitivinicultura y su llegada a Mendoza", que fue elegido para su realización. Propusimos una investigación de tipo interdisciplinaria entre historia y arquitectura, que desarrollamos en el ámbito de las carreras de Arquitectura y Relaciones Internacionales de la Universidad.

rica, con la llegada de los primeros jesuitas al continente americano, hasta su expulsión a mediados del siglo XVIII. El marco espacial lo constituyen las regiones donde la Compañía de Jesús desarrolló actividades vinculadas con la vitivinicultura. Sitios en donde construyeron espacios propios para la elaboración de vinos o sectores que acondicionaron a tal fin en colegios o residencias. De acuerdo con los objetivos del trabajo nos interesó especialmente el modo en que los jesuitas llevaron a cabo su estrategia misional poniendo en funcionamiento diferentes unidades productivas para sustentar sus colegios y casas. Así es como aparecieron propiedades agrícolas y ganaderas tales como chacras o chacaras, haciendas o fazendas, estancias, quintas y bodegas. De esta forma los jesuitas no sólo se dedicaron a evangelizar sino que se transformaron en terratenientes y administradores de tierras y cursos de agua. También en productores y comerciantes de lo elaborado en sus conjuntos. Con estas propiedades agrícolas solventaron la acción educativa desplegada desde los colegios y misiones. Por este motivo el poderío económico de la Compañía de Jesús fue considerado una amenaza para las coronas de la península ibérica, situación que contribuyó a la expulsión en 1759 de Portugal y sus colonias y en 1767 de España y sus reinos.

El vino, al igual que el trigo, fue parte indisoluble de la conquista. La transmutación de ambos en cuerpo y sangre de Cristo les permitió a los religiosos en general convertir a los indígenas a la fe cristiana y justificar su permanencia en América. Sin esta bebida, el acto litúrgico no se habría cumplido y el mandato político hacia las órdenes regulares habría fracasado. El vino para la misa debía ajustarse a ciertas características establecidas según el Derecho Canónico nacido durante la edad Media. Denominado “vino lícito”, debía sólo contener vid y no estar descompuesto ni con agregados. Esto es vino avinagrado, o con agua, orujo, ácido o algún cítrico respectivamente. Los religiosos fueron conocedores de esta exigencia por eso fue primordial fabricar su propio vino en Iberoamérica. Los patios de los colegios de la Compañía y sus residencias, pero fundamentalmente los citados conjuntos agroindustriales plantados con vid y elaborando vino, fueron una muestra de la importancia que le dieron a este cultivo y a la transformación de su fruto en bebida. A esto le sumaron sus conocimientos que demostraron y los instrumentos que utilizaron para vinificar. Los vinos de la Orden no sólo sirvieron para abastecer a otras casas de la Compañía sino también para comercializar sus excedentes y solventar la tarea misional, política, económica, social y cultural que desplegó.

Hemos detectado como particularidad que algunos colegios de la Compañía tuvieron entre sus inmuebles con tierras con viñedos, que no sólo fueron cultivados por ellos sino también por otros religiosos. Este fue el caso del Colegio de San Juan Bautista de Monterrei, al sur de la provincia Orense (Galicia), que tuvo dos viñas alquiladas a terceros de donde obtuvieron una renta por ellas. Aunque practicaron la vitivinicultura en las inmediaciones del colegio y tuvieron bodegas subterráneas en él y casa para destilar, también compartieron sus tierras con otras órdenes. También se sabe que la Compañía administró propiedades agrícolas pertenecientes a otras casas de la misma Orden. El colegio ourense administró viñas de los colegios de La Coruña y Santiago de Compostela

(Hernández Figueiredo-Penín Martínez, 2006). Una situación análoga se dio en América en la Asistencia de Portugal. Allí el colegio de São Salvador de Bahía tuvo a su cargo la *Fazenda Sergipe de Conde*, un ingenio azucarero que pertenecía al colegio de Santo Antão de Lisboa. Esta era, por otro lado, la única casa jesuita portuguesa con posesiones en Brasil. Ambos colegios llegaron inclusive a un litigio a causa de la administración del ingenio (Antonil, 2007: 38-39). Lo tradicional sin dudas era que los Colegios administraran bodegas relativamente próximas a ellos, como sucedió con la Quinta da Vacaria, propiedad que había sido donada al colegio de São Lourenço dos Grilos en Porto en 1616 (Martins, 1997). Los padres jesuitas llegaron a elaborar en esta propiedad situada en las cercanías de Peso da Régua en la región del Douro, entre sesenta y setenta pipas anuales de vino. Tal era el término que se daba en aquel tiempo a las barricas usadas para transportar las bebidas.

De las crónicas y descripciones hechas por los miembros de la Compañía, de las Cartas Anuas y de las temporalidades practicadas una vez expulsados de América, surge que los jesuitas tuvieron bodegas como construcción en algunas haciendas y estancias. Ligado a esto, practicaron la siembra, el riego, la poda, la vendimia, el pisado, la fabricación del mosto y la elaboración del líquido. También enseñaron a algunos esclavos e indígenas estas actividades como ocurrió en el oeste argentino entre sus residencia de Mendoza y San Juan. A raíz de esta industria tuvieron instrumental específico para vinificar, hornos para cocer greda y elaborar botijas, y sitios para cestería y elaboración de brea. Es decir, elementos y actividades secundarias que sirvieron para la vitivinicultura. La llegada de los jesuitas a América determinó un circuito evangelizador pero a la vez productivo. Hemos podido determinar en relación a la vitivinicultura los siguientes cuatro caminos en los que los miembros de la Compañía de Jesús tuvieron un rol protagónico:

- El camino portugués hacia las costas del Brasil. La movilidad en este camino se dio principalmente entre las islas atlánticas y los colegios instalados en las ciudades costeras en el actual Brasil.

- El camino español hacia el Virreinato del Perú, Quito y Nueva Granada. Con Lima como capital del Virreinato, los religiosos organizaron colegios y desde ellos administraron haciendas vitivinícolas. Entre las que se destacaron están la de los valles de Ica y Moquegua.

- El camino español hacia el Virreinato de México y la Baja California. Este camino está conformado a su vez por dos rutas: el denominado Camino real de tierra adentro, donde se cultivó la uva misión en el Colegio de Parras; y la ruta hacia Sonora, Sinaloa y Baja California.

- El camino español hacia el sur del Brasil, Chile y la Argentina.

En cada región, la instalación primero de los colegios y misiones y posteriormente sus conjuntos productivos, implicó una red de caminos y rutas (Micale et al. 2012). En definitiva, los senderos que recorrieron los religiosos a partir del vino y que en muchos casos coincidieron con los caminos reales abiertos durante la colonia, nos permite hablar de un mapa vitivinícola de la Orden, dentro de un gran mapa vitivinícola iberoamericano.



## Conjuntos vitivinícolas jesuíticos, testimonios materiales e inmateriales

La investigación realizada comprendió un universo amplio de conjuntos de diversa magnitud. En ellos observamos la conformación de establecimientos vitivinícolas de gran escala por la complejidad de las funciones desarrolladas. Fueron propiedades rurales y suburbanas en las que la Compañía estableció bodegas modelo. Constatamos además la producción de vino en sitios reducidos, en espacios destinados tanto al cultivo como a la elaboración dentro de colegios y residencias urbanas situados en los centros coloniales fundados por españoles y portugueses. Hemos registrado hasta el momento 188 propiedades jesuíticas en Iberoamérica sabiendo que aun restan incluir varios sitios más. De ellas, el 52% de las identificadas tiene vinculación con la actividad vitivinícola (45 propiedades con relación alta y 52 con relación media). Consignamos mayoritariamente conjuntos productivos de tipo rural pero también los colegios y residencias que los administraron. Hemos intentado a la vez que en este registro estuviesen no sólo aquellos sitios más reconocidos sino también los menos difundidos. Distinguimos también en este primer registro entre las propiedades con relación al patrimonio del vino tanto de la Asistencia de España como en la de Portugal, incluyendo tanto las bodegas, haciendas y estancias del continente americano como de las islas atlánticas e inclusive de la península ibérica. No todos aquellos bienes gestados por los jesuitas lograron llegar hasta nuestros días. Diversa suerte corrieron las propiedades de la Orden a partir de su expulsión. Sismos, incendios, ataques o simplemente el abandono, provocó la pérdida de sitios relevantes. Por otro lado, dentro del registro de propiedades podemos distinguir además entre aquellos casos que se conservan en pie y son parte del acervo material y aquellos que conforman el patrimonio inmaterial, sólo posible de reconstruir a través de documentos, relatos y grabados. Ambos tipos nos permiten revelar la riqueza funcional y arquitectónica de los complejos que fueron el patrimonio económico en aquel momento, hoy un patrimonio cultural que testimonia la labor de la Compañía en relación a la vitivinicultura.

### Identificación de propiedades relacionadas con la vitivinicultura

Registro total	Propiedades jesuitas vinculadas a la vitivinicultura	Vinculación ALTA	Vinculación MEDIA	Total propiedades	%
150	ASISTENCIA ESPAÑA (80%)	41	44	85	88%
38	ASISTENCIA PORTUGAL (20%)	4	8	12	12%
188	Total	45	52	97	100%

Fuente: Elaboración propia a partir del relevamiento e identificación de propiedades jesuitas en Iberoamérica.

## La Ruta del vino en América a partir de la Compañía de Jesús



Fuente: Elaboración propia a partir del mapa histórico "A Map of the World from the best Authorities" (Carey, Mathew, 1796) consultado en: <http://www.davidrumsey.com/maps860051-23885.html> el 5/07/2012.

### El patrimonio vitivinícola jesuítico material

Los complejos identificados ligados a la producción de vinos y que aún se conservan, conforman el patrimonio material jesuítico vitivinícola. Destacamos en este trabajo dos conjuntos correspondientes a la categoría de mayor desarrollo industrial y algunos sitios donde practicaron la actividad en una escala menor. Muchos de ellos actualmente destinados a usos diferentes de los iniciales y a pesar de no haber contenido bodegas en su solar, forman parte también del patrimonio del vino por la constatación de la actividad dentro de los patios y huertas de los colegios.

### Conjuntos donde vinificaron a mayor escala

En este primer grupo sobresalen la *Fajã dos Padres* cerca de Funchal, en la isla Madeira, y la *Estancia de Jesús María* en Córdoba, en Argentina. Fueron propiedades destinadas específicamente a la producción agrícola, situadas en zonas rurales o suburbanas alejadas de los centros históricos coloniales.

En 1595 los jesuitas comenzaron a elaborar vino en la hacienda *Fajã dos Padres*, propiedad rural que dependía del Colegio de Madeira. Fue este uno de los sitios más tempranos donde desarrollaron la producción a gran escala, y no sólo para consumo personal. Una de las particularidades del lugar fue el modo de cultivar el suelo. Lo hicieron en terrazas escalonadas sobre el Atlántico. Esta modalidad perduró por varios siglos a pesar de lo dificultoso de su realización. Hasta la expulsión, además de la vinificación que hacían a partir de su cepa regional, la malvasía, los jesuitas usaron la propiedad como hacienda de retiro en temporada de

verano. El conjunto, convertido hoy en un hotel rural, conserva varios testimonios del periodo jesuítico. Entre ellos la Quinta Grande, residencia de los padres construida en piedra y las ruinas de la capilla de Nuestra Señora de la Concepción. Se ha preservado la bodega, manteniendo su uso inicial en un recinto pequeño. La fama del vino que aquí elaboraron, el malvasia Cândida “Fajã dos Padres”, trascendió las fronteras de la isla para llegar a Inglaterra, Rusia y Estados Unidos. La *Estancia de Jesús María* en Córdoba, Argentina, alberga actualmente el Museo Jesuítico Nacional. La ciudad de Córdoba fue sin lugar a dudas el centro administrativo, cultural y económico de la Compañía de Jesús en el actual territorio argentino. Para el mantenimiento de su Colegio Máximo y de la universidad incorporaron estancias ganaderas y agrícolas. Los jesuitas tuvieron en Córdoba más de una bodega. Fueron éstas las de Quilino y Sigumán. También la de Jesús María, única sobreviviente material. A diferencia de otras propiedades que recibieron como donaciones, la estancia de Jesús María se originó a partir de una compra. Los padres que habían inspeccionado las tierras situadas sobre el camino real en dirección a Potosí decidieron comprar una estancia en Guanacate. Fue adquirida por el padre Provincial Pedro de Oñate el 15 de enero de 1618. Entre 1618 y 1683 la estancia se amplió a raíz de nuevas compras o donaciones. Hacia 1748 se contabilizaron casi 48.000 cepas y la producción de 250 botijas de vino (Page, 2000: 99). El año de 1730 se menciona como el de la construcción de la bodega que realizó el hermano Andrea Bianchi (Guidi et al, 1988: 46-49). En las cartas anuas de 1730 a 1735, la datación de la misma queda confirmada a través de los siguientes relatos: *“hace poco se construyó desde sus cimientos el nuevo edificio de la viña de Jesús María con su comedor y ocho aposentos estando todavía la obra sin acabar.”* (Sobrón, 1997: 259-264). Posteriormente en las cartas de 1735 a 1743, aparece nuevamente mencionada: *“en la estancia de Jesús María se ha construido una cómoda y sólida casa de habitación para los nuestros y una nueva bodega del vino.”* Entre los vinos que se elaboraron en Jesús María sobresalió el *lagrimilla de oro*, que fue uno de los preferidos de Felipe V y también servido en los banquetes de Castilla (Bischof, 1985:75). A la expulsión de los jesuitas la propiedad pasó a la Junta de Temporalidades. En 1941 la estancia, ya en manos del estado, fue declarada Monumento Histórico Nacional y hoy forma parte de los bienes jesuíticos que fueron declarados por la UNESCO en el año 2000 como patrimonio de la humanidad.

### **Colegios, residencias y misiones con producción reducida de vino**

En este segundo grupo destacamos algunos colegios y misiones donde los jesuitas tuvieron viñas y vinificaron. Los más relevantes fueron los colegios de São Paulo y São Salvador de Bahía en la Provincia Jesuítica del Brasil. También el colegio de Cartagena de Indias en Colombia y la misión de Nuestra Señora de Loreto en Baja California. Las propiedades que integran esta categoría se destacan por el valor arquitectónico de sus construcciones y el valor ambiental de los espacios, conservados hasta hoy. Si bien las iglesias en estos conjuntos constituyen el elemento protagónico, los patios a modo de claustros sobresalen no sólo por su valor tipológico sino por el patrimonio inmaterial asociado al uso

mismo del espacio, la producción de vinos para consumo de la Orden. Los Colegios Jesuíticos creados en Brasil por la Asistencia de Portugal son símbolos de las ciudades coloniales donde se instalaron. A fines del siglo XVI ya había vinificación en tres de ellos, São Salvador, São Paulo y São Sebastião de Río de Janeiro. En su crónica el padre Fernão Cardim refiriéndose a los viñedos del colegio de Bahía señaló *“está cheia de arvores d’espinho, parreiras de Portugal, as quaes se as podam a seus tempos, todo o anno estão verdes, com uvas, ou maduras ou em agraço. (...) delles fazem os Índios vinho, e tem outras boas commodidades; a maior parte do anno os ha”* (Cardim, 1847:11-12). Otro colegio jesuita que acreditó también vinificación fue el Cartagena de Indias donde la actividad se desarrolló junto a la iglesia de San Pedro Claver. Este edificio fue realizado en 1759 por Simón Schenherr, el jesuita que además proyectó la iglesia en Poyayán. Finalmente destacamos la actividad agrícola en las misiones de Baja California. En estos conjuntos se aprovechó la presencia de la uva *misión*, llevada hasta allí por los jesuitas desde México. Si bien elaboraron en pequeñas cantidades, se comprobó el traslado de vinos entre las misiones de Baja California y la Pimería (Bill Emersson, 1977:3). De ese tiempo se han conservado como testimonio de la presencia jesuítica, la Misión de Nuestra Señora de Loreto Conchó fundada por Juan María de Salvatierra en 1697 y la de San Francisco Javier Vigge Biaundo de 1699, donde se elaboró vino por primera vez en la región.



Colegio de Funchal  
(Madeira, Portugal)



La Estancia de Jesús María  
(Córdoba, Argentina) Foto: G. Santibañez, 2005



Quinta do Tanque (Bahia, Brasil).  
Foto: A. Micale, 2010



Colegio de Cartagena de Indias Misión de Nuestra Señora de Loreto (Colombia).  
Foto: A. Micale, 2012



(Baja California, México)



Quinta do Vacaria (Pésos da Régua, Portugal). Foto: G. Moretti, 2012



## **El patrimonio vitivinícola jesuítico inmaterial**



Gran parte del patrimonio jesuítico vinculado a la vitivinicultura ha desaparecido. Los casos de las propiedades rurales en Nasca, Perú, y de Mendoza en Argentina, son quizás las pérdidas más significativas. El trabajo de Sandra Negro Tua refleja la situación en el actual Perú, a la vez que recrea a partir de fuentes documentales, la organización de las haciendas, donde la bodega formó parte de un conjunto mayor (Negro Tua, 2005: 463). Lo mismo en Chile, en la Hacienda Calera de Tango, considerado el gran centro cultural de artesanías y productos de la Compañía, desaparecida su bodega por los sucesivos arrendamientos de la misma tras la expulsión (Cf. Benavídes, 1988 y Premat, 2008). Finalmente Mendoza y San Juan, con sus haciendas del Buen Viaje y la de Puyutá respectivamente, desaparecidas por violentos terremotos en 1861 y 1944. Estas bodegas tenían una disposición similar a la de Chile. En el norte, en La Rioja, la hacienda de Nonogasta, también se especializó en la producción de vinos no guardándose testimonio material de esta actividad.

## **La bodega de los jesuitas en Mendoza**

La Compañía de Jesús instaló en 1608 su colegio frente a la plaza mayor, en un solar donado por el capitán Lope de la Peña y su mujer Inés de Caravajal, residentes en Chile. Esta donación conseguida por el provincial Diego de Torres Bollo, más otras que recibieron y ampliaron con compras, permutas y ventas desde que llegaron hasta su expulsión, convirtió a los jesuitas en una suerte de bodegueros y empresarios del vino. Contribuyó en gran medida a esta situación el legado, también efectuado por el mencionado matrimonio, de otra propiedad cercana que contaba con viñedos. Esto dio origen al principal establecimiento vitivinícola de Cuyo en tiempos coloniales, la Chacra o Hacienda de Nuestra Señora del Buen Viaje. La superficie de la chacra se fue ampliando, a su vez, gracias a nuevas dádivas. En el momento de la llegada de los jesuitas, Mendoza experimentaba una alta producción de vinos, debido a la cantidad de cepas cultivadas y a la escasa población existente. Diversos factores contribuyeron al desarrollo de la vitivinicultura: el clima, lo pedregoso del terreno y el agua, que si bien escasa por la falta de lluvias, tenía una buena irrigación por medio de canales y acequias. En el año 1625, el colegio de Mendoza dejó de depender administrativamente de la Provincia Jesuítica del Paraguay y pasó a depender de la vice-provincia de Chile, luego ascendida en 1683 a Provincia Jesuítica (Valdés Bunster, 1985:45). De esta forma las residencias y colegios de Cuyo junto con todas sus propiedades, entre ellas las haciendas y estancias e inclusive las explotaciones mineras pasaron a formar parte del patrimonio de la mencionada Provincia. Esto condujo a que luego de la expulsión de la Orden en 1767, las posesiones cuyanas fueran tasadas e incluidas dentro de las temporalidades elaboradas. La realización de este inventario arrojó que la hacienda jesuítica constituía una de las propiedades más importantes de la Orden por el alto valor de sus tierras, construcciones, maquinarias y vino guardado en botijas (Micale, 1988:125, 197-198).

La Hacienda de Nuestra Señora del Buen Viaje estaba situada sobre la calle de la Cañada, a unas siete cuadras de la plaza mayor. Era un complejo tapiado que contenía una serie de edificaciones destinadas a las numerosas actividades que allí se desarrollaban: elaboración del vino y de botijas, depósitos de barro, brea, cueros e instrumentos propios de la industria vitivinícola. La chacra contenía además de los espacios destinados a la vitivinicultura y anexos, otros propios de la tarea religiosa como era la capilla y la Casa de Ejercicios Espirituales que data de 1727. La bodega correspondía al esquema adoptado en tiempos coloniales para las construcciones productivas, formada por una nave estrecha y larga, orientada de este a oeste, cuyas dimensiones estaban relacionadas con la disponibilidad de los materiales de construcción. Los anchos más usuales no sobrepasaban las seis varas, medida subordinada a las maderas usadas para cubrir los espacios. La de los jesuitas tuvo 6 por 38 varas, siendo éstas proporciones que se continuaron utilizando hasta fines del siglo XIX, especialmente en aquellos conjuntos rurales vitivinícolas de la etapa poscolonial. Los jesuitas elaboraron el vino *lagrimilla* y se ha comprobado además que produjeron aguardientes y también vinos tintos y blancos a partir de uva moscatel (Micale, 1998:119). Luego de la expulsión la hacienda fue tasada en \$3.780, las viñas en \$13.202 y finalmente otros elementos como tinajas, botijas y barriles en \$1.935, sumando un total de \$18.907. Si bien autores como Ernesto Maeder señalan que la hacienda no logró arrendarse, Adriana Micale indica que por el valor económico y productivo de la hacienda, la propiedad fue una de las primeras en hacerlo y que el canon anual que abonó Joseph Rodríguez desde 1768 por su uso fue de 1500 pesos anuales (Cf. Maeder, 2000:206 y Micale, 1998:132). El terremoto de 1861 destruyó la bodega perdiéndose de esta forma el testimonio más importante de la historia vitivinícola de la época colonial en Cuyo.

### Registro de propiedades Jesuíticas en Mendoza

Propiedad		Provincia Jesuítica	Vireinato	Modo de Adquisición	Propietario Inicial		
Colegio y Residencia de Mendoza (Iglesia de la Inmaculada Concepción de la Virgen)		Provincia del Paraguay	Vireinato del Perú	<input checked="" type="checkbox"/> Donación <input type="checkbox"/> Permuta <input type="checkbox"/> Compra <input type="checkbox"/> Otro	Lope de la Peña		
Tipo de Propiedad	Dependencia de	País actual	Provincia o Estado Actual	Año de Adquisición	Valor en fecha de adquisición		
Residencia y Colegio		Argentina	Mendoza	1608			
Imagen	Mapa ubicación	Año de creación	Creada por				
		1608 (Casa), 1616 (Colegio)					
Vinculación con la vitivinicultura		Funciones del Conjunto	Cap de la Bodega	Extensión	Superficie Cultivada	Tipo de Cultivo	Denominación de Vino Elaborado
<input checked="" type="checkbox"/> Alta <input checked="" type="checkbox"/> Media <input type="checkbox"/> Baja <input type="checkbox"/> Nulo		Colegio, Residencia					
Componentes del Conjunto		Derecho de Agua	Tecnología Aplicada	Itinerario	Tipos de Evazas		
Referencia: Micale A - Moretti G		Fecha de relevamiento: julio de 2012					

## Conclusiones

En un continente como el americano, masivamente volcado a la minería durante la Colonia, los jesuitas sobresalieron por el desarrollo agrario que llevaron adelante. Esto lo consiguieron en haciendas y estancias, según las denominaciones que les dieron al tipo de explotación, que oficiaron de unidades de producción. Para poder llegar a estas grandes propiedades, los sacerdotes pusieron en práctica un plan operativo fácilmente reconocible en cada región analizada. En primer lugar fundaron colegios en ciudades pobladas y afianzadas en las colonias españolas y también en zonas periféricas debido al momento tardío en el que llegaron a éstas. También lo hicieron en ciudades recién nacidas como ocurrió en algunas de las capitanías del Brasil, donde dieron origen a los primeros centros poblacionales y sus trazados urbanos. De estos colegios salieron los religiosos encargados de estudiar las potencialidades de las regiones y también las órdenes e instrucciones para los administradores de las mismas. La calidad del suelo y su rendimiento, el clima y los frutos propios de la región y la cercanía a ríos caudalosos para regar las tierras, fueron aspectos tenidos en cuenta en el momento de iniciar el desarrollo vitivinícola. A esto hay que agregarle la cercanía a los caminos reales, que les permitió el contacto con sus otras casas y el comercio del vino con los centros poblados. También la presencia de mano de obra pacífica, tanto indígena como negra, para realizar el trabajo.

Los conjuntos productivos que instalaron los jesuitas adoptaron una arquitectura sobria y pragmática. Las bodegas situadas en los caminos reales o cercanos a ellos, formaron parte de chacras, haciendas y estancias. Las construcciones estaban rodeadas por viñedos que eran irrigados a partir de canales y acequias o reservorios de agua. La Compañía de Jesús concibió estos asentamientos como verdaderos centros experimentales y de producción, generando una forma temprana un modelo de autosustentabilidad digno de atención. La acción jesuita a partir del desarrollo de la vitivinicultura se irradió desde las Asistencias de Portugal y España hacia América, pasando por las islas atlánticas. Desde México hacia Baja California y desde Perú hacia Ecuador y Colombia, o Chile o Argentina.

En Iberoamérica se conservan valiosas evidencias que atestiguan que los jesuitas se dedicaron a la vitivinicultura no sólo en sus chacras, haciendas y estancias productivas sino también en colegios y residencias urbanas. También lo son aquellos enclaves aislados de los centros coloniales creados para evangelizar a los indios, las misiones o reducciones, donde practicaron la vinificación de modo más artesanal. Esta elaboración de carácter reducido les permitía contar con vino de misa tanto para la liturgia como para otras celebraciones. Observamos reiteradamente que los padres permitían a los indios producir también, aunque muchas veces lo hacían con frutos que no eran vides. La cepa más usada en tiempos coloniales, fue la uva misión, que adoptó diferentes nombres de acuerdo a la región (criolla, chinche). El *lagrimilla* fue uno de los vinos emblemáticos de los jesuitas. Lo elaboraron en sus complejos bodegueros de Córdoba y Mendoza, los más importantes del siglo XVIII en el actual territorio argentino. Otro símbolo de la producción jesuítica fue el *malvasía candia*, un

vino de tipo fortificado que se elabora en Isla Madeira. Las haciendas y estancias con bodegas que los jesuitas instalaron en Perú, Chile y Argentina son ejemplos tempranos del patrimonio vitivinícola en el continente americano. A partir de sus testimonios materiales e inmateriales ellos conforman un universo posible de comprensión, de revalorización y puesta en valor para su reconocimiento y difusión. La arquitectura jesuítica con su riqueza material, morfológica y funcional, constituyó el escenario de la actividad y por ello su valor patrimonial indiscutido. Los conjuntos productivos impuestos por los jesuitas en los siglos XVII y XVIII fueron tomados como modelos de estancias productivas por parte de otras órdenes y también por hacendados que se basaron en los lineamientos de organización, proporciones y lenguajes desarrollados por los hermanos coadjutores italianos y alemanes de la Orden.

### **Agradecimientos**

A las instituciones que han avalado el proyecto de investigación que sustenta este trabajo, especialmente a la Universidad de Congreso que nos otorgó un subsidio a partir de la convocatoria 2011-2012 para proyectos académicos. También al Comité Argentino de ICOMOS (Consejo Internacional de Monumentos y Sitios) a partir del aval dado en el 2011 para el estudio del itinerario intercontinental de la vid y el vino. Finalmente al Consulado de Brasil en Mendoza que contribuyó en la búsqueda bibliográfica en instituciones de aquel país.

### **Referencias Bibliográficas**

- Antonil, A.J. (2007) **Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas**. São Paulo: Edusp.
- Astrain, A. (1925) **Historia de la Compañía de Jesús, en la asistencia de España**. Tomo VII. Tamburini, Retz, Visconti, Centurione 1705-1758. Madrid: Administración de Razón y Fe.
- Benavides, A. (1988). **La arquitectura en el virreinato del Perú y en la Capitanía General de Chile**. Santiago de Chile: Editorial Andrés Bello.
- Bill Emersson, L.P. (1977) **Mexico s grapes industry: table grapes, raisins and wine**. Washington: U.S.Department of Agriculture.
- Bischof, E. (1985) **Historia de Córdoba**. Cuatro siglos Buenos Aires: Plus Ultra.
- Cardim, F. (1847) **Narrativa epistolar de Uma viagem e missão jesuitica, desde o anno de 1583 ao de 1590**. Lisboa: Na Imprensa Nacional.
- Fernandes dos Santos, M.L. (1999) **Os Madeirenses na Colonização do Brasil**. Região Autónoma da Madeira: Centro de Estudos de História do Atlântico. Secretaria Regional do Turismo e Cultura.
- Guidi F. et al, (1988). "La estancia de Jesús María". En: Waisman, M. **Arquitectura colonial argentina**. Documentos para una historia de la arquitectura argentina. Buenos Aires: Ediciones Summa.
- Hernández Figueiredo, J.R. y J. D. Penín Martínez. (2006). "El colegio jesuítico de San Juan Bautista de Monterrei-Verín: memorial del proceso de una expulsión".

En: **Revista Hispania Sacra. Estudios de Edad Moderna**, Vol. 58 N° 117, enero-junio. Instituto de Historia. CSIC. Consultado en: <http://hispaniasacra.revistas.csic.es/index.php/hispaniasacra/article/view/4/4> el 12/08/2012.

Lindsay, T.M. (1986) **La Reforma y su desarrollo social**. Barcelona: Libros Clie.

Maeder, E.J. (2000) “La administración y el destino de las temporalidades jesuíticas en el Río de la Plata”. Consultado en:

[http://biblioteca.universia.net/html\\_bura/ficha/params/title/ernesto-j-maeder-bienes-jesuitas-destino-administracion-temporalidades-rio-plata/id/55254540.html](http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/title/ernesto-j-maeder-bienes-jesuitas-destino-administracion-temporalidades-rio-plata/id/55254540.html)

Martins, F. (1997) “Quinta da Vacaria: a cultura da vinha num documento do século XVII”. En: **Estudos & Documentos**. Vol. II. Douro.

Micale A. (1998) “El patrimonio económico de la Compañía de Jesús en Mendoza”. Temporalidades de los jesuitas En: Schavelzon, D. **Las Ruinas de San Francisco (ex jesuitas)**. Mendoza: Municipalidad de Mendoza.

Micale, A. Moretti, G. (2012). “La Compañía de Jesús y la vitivinicultura en sus estancias, haciendas y casas en Iberoamérica. La ruta del vino, saberes y conocimientos en torno a esta industria”. Presentado en las **XIV Jornadas Internacionales sobre las Misiones Jesuíticas**. San Ignacio de Velasco, Bolivia.

Negro Tua, S. et al (2005) **Esclavitud, economía y evangelización: las haciendas jesuitas en la América Virreinal**. México: Pontificia Universidad Católica del Perú. Fondo Editorial.

Page, C. (2000) **El Camino de las Estancias. Las estancias jesuíticas de Córdoba y la Manzana de la Compañía de Jesús**. Buenos Aires: Comisión del proyecto Unesco.

Polvarini de Reyes, A. (2005) “Las haciendas de vid y el mercado de aguardientes en el Perú entre los siglos XVIII y XIX”. En: **Esclavitud, economía y evangelización: las haciendas jesuitas en la América Virreinal**. México: Pontificia Universidad Católica del Perú. Fondo Editorial.

Premat, E. (2008). “Tres bodegas de los jesuitas en el Reino de Chile (siglo XVIII): Hacienda de la Calera de Tango (Santiago de Chile), Chacra de Puyuta (San Juan), Hacienda del Buen Viaje (Mendoza)”. En **Actas del IX seminario argentino-chileno**. Mendoza: UNCuyo.

Sobrón, D. H. (1997) **Giovanni Andrea Bianchi**. Buenos Aires: Corregidor.

Valdes Bunster, G. (1985) **El Poder económico de los jesuitas en Chile 1593 – 1767**, Santiago de Chile: Imprenta Pucará.

Fotos de las autoras, excepto la foto de la Misión de Nuestra Señora de Loreto (Baja California, México), retirada de la pagina Web

<http://www.flickr.com/photos/16917073@N06/>



# AS ROÇAS DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE – UM MODELO ÍMPAR DO PATRIMÓNIO AGRÍCOLA MUNDIAL

**Duarte Pape<sup>1</sup> e Rodrigo Rebelo de Andrade<sup>1</sup>**

São Tomé e Príncipe, pequeno arquipélago equatorial<sup>2</sup> composto por duas ilhas com pouco mais de 1000 Km<sup>2</sup>, gerou nos finais do séc. XVIII e inícios do séc. XX durante o seu ciclo de cacau e café um dos grandes exemplos de património agro-industrial conhecido como “Roças de São Tomé”.

Do português “desbravar mato”, “abrir clareiras” ou “terreno onde se roçou o mato”, a palavra “roça” transporta para este pequeno arquipélago o peso da sua herança, memória e identidade. Representa não apenas a estrutura de exploração do cacau e do café, mas sobretudo o seu modelo de expansão e penetração no território, como uma célula que se “desbrava” no território de geomorfologia complexa, e ocupada pelo “Obô”<sup>3</sup>.

A roça, enquanto estrutura urbana, foi o principal motor de desenvolvimento deste arquipélago apresentando, no contexto das ilhas atlânticas, vários factores comuns no processo de ocupação e colonização, quer com os arquipélagos da Madeira e Açores, quer com as ilhas de Cabo Verde. Entre esses factores estão: a introdução de uma população livre, designados “europeus”, e de uma população de escravos oriundos de África, América do Sul e Oriente, levando assim ao cruzamento de culturas e raças, gerando uma população livre e conseqüente substituição gradual da classe escravagista por uma classe servil atenuada tornando-se assim num importante motor de miscigenação racial; o desenvolvimento impulsionado pela introdução de culturas agrícolas e ciclos produtivos, com a atracção de grandes comerciantes e mestres do açúcar, levando à exploração comum de cana-de-açúcar no séc. XV com instalação de estruturas agrárias modernas de exploração dos recursos da terra. Este modelo de ocupação do território tem claras influências nas estruturas agrícolas provenientes do Mediterrâneo, como se pode verificar através do



Carta da Ilha de São Tomé 1901  
Fonte: IICT, Instituto de Investigação de Ciências Tropicais

<sup>1</sup> Arquitectos, Investigadores do projecto “Inventar(iar) as Roças de São Tomé e Príncipe

<sup>2</sup> coordenadas 0°0'0"N 6°31'25"E

<sup>3</sup> “Obô”: expressão local que significa mato denso, floresta tropical de São Tomé.

<sup>4</sup> É possível constatar essa matriz não só nas estruturas alentejanas mas também nas «quintas» do Ribatejo, Douro ou fazendas do Brasil. São no entanto estruturas com escalas, territórios e determinações bastante distintas que não importa aqui especificar.

próprio modelo de expansão no Sul de Portugal e, naturalmente, da experiência acumulada pelos mestres do açúcar oriundos do Brasil. As estruturas erguidas tanto no Alentejo, através dos «montes» ou no Brasil através do “engenhos” e “fazendas”, como em São Tomé e Príncipe através das «roças», apresentam semelhanças a nível de penetração no território, por intermédio de núcleos e sub-núcleos interligados, que permitiram a fixação da população. Adicionalmente, têm em comum o factor de exploração em latifúndio, com os espaços senhoriais, de equipamento e servil a conviverem entre si<sup>4</sup>.

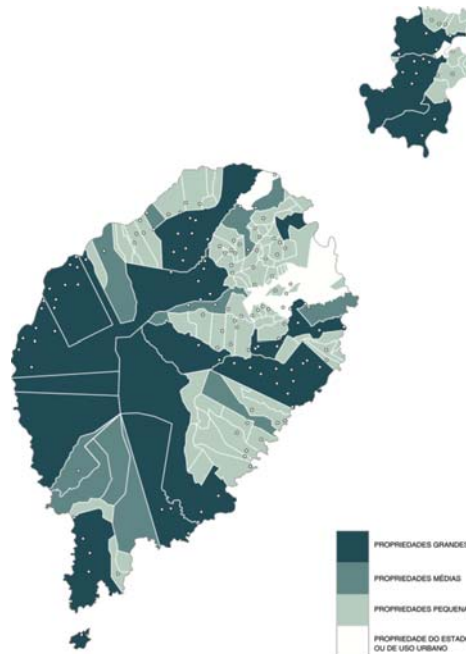
No entanto, a sua localização geográfica, a sua história de entreposto e a sua vasta amostra de estruturas agrárias mostram-nos as inúmeras influências que as roças terão sofrido, onde os nomes dado às roças remetem a terras de vários pontos do Globo como sejam Trás-Os-Montes em Portugal, “Guayaquil” no Equador ou “Porto Alegre” no Brasil, e aludem também a sensações ou sentimentos proporcionados pelo seu enquadramento como por exemplo “Bela Vista”, “Boa Entrada”, “Caridade”, “Desejada”, “Generosa” ou “Perseverança”.

### Modelos e Organização Interna

Numa escala territorial, a implantação das diversas empresas agrárias para exploração intensiva e constante dos recursos numa geomorfologia complexa, aliado à procura de maior eficiência e produtividade, levou à criação de estruturas com características particulares, dependendo da sua função produtiva e/ou localização.

A implantação das roças no território, veio deste modo impulsionar a criação das suas redes viárias, ferroviárias e portuárias, criando também fronteiras entre empresas agrárias. Neste ponto particular, compreendemos que a distribuição das propriedades foi evoluindo ao longo dos tempos devido à aquisição e fusão entre empresas. As fronteiras eram estabelecidas quer por fronteiras naturais quer por *varas* correspondendo a uma linha de um metro de largura perpendicular ao mar até ao ponto mais acessível ao homem.

A implantação das roças surgia habitualmente de uma «roça-



Diagramas de Propriedade (1953), “Inventar(iar) as Roças de São Tomé e Príncipe”. A distribuição das propriedades entre inícios do século XX e 1960 foi evoluindo, ao longo do tempo, tendo sido um período de aquisição e fusão. Este mapa, referente à década de cinquenta representa a estrutura base da dimensão de propriedades nas duas ilhas ao longo desse período.

<sup>5</sup> Dependência: roça satélite de menor escala. Poderia estar ligada directamente à roça sede ou ser totalmente auto-suficiente

<sup>6</sup> O nome da Roça Sundy surge do nome de um dos seus primeiros proprietários “Sr. Dias” que no dialecto *forro* se denominava Sundy

<sup>7</sup> *genius loci*: termo utilizado por Aldo Rossi para definir o carácter ou espírito do lugar.

-sede» com dimensão e infra-estruturas que a tornavam praticamente sustentável (encontramos como exemplos a roça Rio do Ouro, a roça Água Izé, ou a roça Porto Alegre). As roças de menor dimensão poderiam estar associadas à roça-sede, sendo então denominadas como «dependências»<sup>5</sup>, fazendo parte da mesma empresa agrícola, mas com uma função de pequena produção ou escoamento rápido do produto (encontramos como modelo exemplificativo a roça Fernão Dias, dependência da roça Rio do Ouro).

A criação das dependências permitia não apenas o aumento de área de influência de uma determinada empresa, mas também o escoamento do produto já mencionado, ou a produção de outras culturas, como copra, proveniente do coqueiro, óleo de palma, gado, reserva florestal para produção de lenha, diferentes tipos de café ou mesmo culturas de subsistência. Esta estrutura permitia o funcionamento produtivo de uma determinada empresa ao longo de todo o ano.

A estrutura interna da roça foi alvo de uma constante evolução do programa devido à necessidade de adaptações físicas e técnicas da actividade agrícola. No entanto, a sua estrutura mantém uma matriz comum que parte de uma triologia programática Habitacional, Assistencial e Agrícola, onde se destacam a Casa Principal, o Hospital e as Entradas, as Sanzalas (habitações dos serviçais), os armazéns, as estufas e os secadores. Esta era a base do programa que, conforme a dimensão e função produtiva, poderia conter ainda equipamentos administrativos, assistenciais de saúde, de educação, e religiosos.

A organização interna da roça nas suas múltiplas variáveis programáticas, partia do “Terreiro”, o seu espaço central e orientador.

Podemos constatar através de uma amostra significativa de roças que existem três tipologias de roça: Terreiro, Avenida e Cidade.

Uma “Roça Terreiro” caracteriza-se por estar desenvolvida em redor de um único terreiro, onde geralmente os edifícios encerram as várias frentes, mantendo uma organização interna fechada. É um esquema maioritariamente adoptado pelas roças de menor dimensão e pelas dependências. Encontramos as roças Belo Monte; Bombaim; Paciência; Ponta do Sol ou Sundy como claros exemplos desta tipologia.

A “Roça Avenida” caracteriza-se por se desenvolver sobre um eixo orientador, uma “espinha



Vista sobre avenida da roça Belmonte, ilha do Príncipe, 2011



Vista sobre avenida da roça Rio do Ouro, ilha de São Tomé, 2008

dorsal” que estrutura toda a roça. Nos topos situam-se os equipamentos mais marcantes e imponentes como a Casa Principal, o Hospital e as Entradas. Ao longo da avenida e acompanhando o terreno, estruturam-se os restantes edifícios como as sanzalas, as casas dos empregados, os armazéns e os secadores, agregados aos vários terreiros. Encontramos os exemplos das roças Agostinho Neto e Diogo Vaz.

Uma “Roça Cidade” é caracterizada por ter uma organização complexa. Este tipo de estrutura era normalmente utilizado para roças de grandes dimensões. Os vários terreiros determinam uma estrutura onde a implantação dos edifícios se estende por várias cotas, criando uma malha com ruas, becos, jardins e praças. É uma estrutura pouco comum, estando associada à grande estrutura de Água Izé, onde a hierarquia de terreiros define as circulações e as diferentes utilizações dos espaços da roça. Outros exemplos são as roças de Monte Café e Ponta Figo.

Os processos construtivos e estilísticos dos principais edifícios das roças eram, em parte, consequência do impulso industrial e da importação, por via marítima, de materiais industriais pré-fabricados, com referências arquitectónicas de fácil adaptação ao clima severo e tropical.

Ao analisar a amostra de casas principais, encontramos referências à moda estilística europeia vivida à época da habitação unifamiliar, como o “*Chalet*”, sob uma matriz de estilo colonial, dotando a habitação de uma grande funcionalidade, com largas varandas e coberturas avançadas tipo “*lusatite*” e telha *Marselha*, com a integração de variantes e particularidades conforme o gosto próprio do seu proprietário, através dos remates e ornamentos na sacada em madeira.



Casa Principal roça Boa Entrada, ilha de São Tomé, 2008



Casa Principal roça Praia das Conchas, ilha de São Tomé 2011

Os hospitais, por sua vez, apresentavam-se como símbolo da modernidade. Eram resultado dos factores técnicos de salubridade existentes, aparecendo assim elevados cerca de um metro do solo apoiados em arcos de alvenaria de pedra. A sua tipologia revela também influência funcional das unidades terapêuticas existentes em Portugal, através do seu



Hospital da roça Diogo Vaz, ilha de São Tomé, 2008



desenho de corpo central e duas alas, com métrica de vãos e de fachada muito marcada, fazendo a distinção entre as alas de enfermarias para homens, mulheres, crianças, serviçais ou feitores e administradores. Podemos observar estes elementos nos hospitais de Água Izé, Rio do Ouro ou Sundy.

As Sanzalas, casa dos serviçais, reflectiam a condição dos seus habitantes. De enorme simplicidade funcional, material e construtiva, serviam apenas de dormitório e tinham pouco mais de 14 m<sup>2</sup>. A sua disposição, em grupos de 8 a 10 unidades, dependia da necessidade de controlo dos trabalhadores: em forma de bairro e filas paralelas como na roça Boa Entrada, lembrando as vilas operárias, ou em redor do terreiro nos casos mais severos, como na roça Santa Margarida.



Sanzalas roça Boa Entrada, ilha de São Tomé , 2008

As edificações agroindustriais existentes na roça, como os secadores e armazéns, ocupavam a grande maioria da área construída da roça. Sem grande imponência e detalhe nos processos construtivos, desempenhavam um papel determinante no seu funcionamento agrícola.

Os secadores permitiam a secagem rápida através do calor produzido pelo lume, no entanto, as estruturas agrícolas tradicionais adoptavam um sistema de secagem ao sol, espalhando no espaço do terreiro tabuleiros retrácteis que empilhados sobre carris eram recolhidos para um telheiro, protegendo a produção das chuvas constantes.

Neste capítulo, as estruturas das roças demonstram uma grande variedade determinada pela constante evolução das necessidades das roças, bem como, pela transformação dos processos produtivos ao longo dos tempos. No entanto, essa diversidade, numa análise global rege-se por padrões e influências comuns, representando assim um exemplo de excelência no panorama do património agrícola mundial.

#### Estudo de Caso **Roça Sundy**

Coordenadas:

Latitude: 1°40'10.57"N

Longitude: 7°23'0.27"E

Altitude: 160 – 170 metros

Localizada no noroeste da ilha do Príncipe no distrito de Pagué a roça Sundy <sup>6</sup> e numa zona plana de fácil acesso, Sundy era a Sede da empresa Herdeiros Jerónimo José Carneiro e con-



Casa Principal roça Sundy, ilha do Príncipe, 2008



tinha cerca de 1400 hectares onde habitavam cerca de 400 pessoas.

Estruturada sobre um terreiro com proporções rectangulares, permitiu criar várias hierarquias em torno do mesmo espaço central. Em primeiro a casa principal, escritório e secadores, e em segundo as sanzalas e as cavalariças com presença forte devido ao seu alçado. Os edifícios convivem na sua maioria para o terreiro rectangular, sendo que o hospital construído mais tarde, se encontra fora da estrutura do terreiro, implantado na alameda de acesso ao complexo da roça.

Uma das maiores particularidade arquitectónicas desta roça prende-se com o facto de conter uma capela com características típicas das igrejas alentejanas, sendo também uma das primeiras igrejas instaladas numa roça, sobretudo na ilha do Príncipe.

No entanto, na roça Sundy, como em todas as construções em São Tomé, a antiguidade dos edifícios pode ser analisada através das padieiras dos vãos. Com a ausência de pedras de grande porte para o lintel, optou-se por vãos de arco de volta perfeita (com a excepção dos pequenos vãos das sanzalas), sendo as padieiras



Capela da roça Sundy, ilha do Príncipe, 2008

rectas resultado de uma tecnologia mais avançada, em cimento ou betão. A casa principal sofreu evoluções ao longo dos tempos. Aparentemente de um só piso, eleva-se num segundo na parte traseira da casa. A cobertura tipo “lusalite” reflecte a evolução que as estruturas das roças continham onde o seu interior é bastante rico e bem conservado no conjunto da amostra global das roças. Este dado deve-se ao facto de, em primeiro lugar, o seu proprietário ter habitado a roça até à independência de São Tomé e Príncipe no ano de 1975. Em segundo lugar, de se ter tornado, mais tarde, na habitação oficial dos altos cargos da nação nas suas visitas à ilha do Príncipe.

O edifício onde se localizavam as cavalariças e os estábulos, no topo do terreiro, num certo estilo “acastelado” simula uma muralha medieval torreada e, é também, dos edifícios mais recentes da roça.

As casas dos encarregados e os edifícios com os serviços administrativos, da-



Cavalariças roça Sundy, ilha do Príncipe, 2011

tam de 1890 e a sua volumetria é idêntica às sanzalas. Volumes de duas águas, de duas frentes, vãos de arco de volta perfeita e com as coberturas a fazerem um ligeiro alpendre.

As sanzalas estão organizadas em pente com duas frentes e perpendiculares ao terreiro onde a cozinha, refeitório e lavabo social se localizam no tardo de bateria de habitações.



Escritórios e Serviços Administrativos roça Sanzalas roça Sundy, ilha do Príncipe, 2011  
Sundy, ilha do Príncipe, 2011

O hospital segue uma tipologia comum de duas alas de enfermarias de um piso térreo mas com varandas de distribuição e com um corpo central marcado e elevado com um piso superior, com edifícios de apoio e capela mortuária no zona tardo de hospital.

## Conclusão

A roça é, em São Tomé e Príncipe, o reflexo da sua própria memória e identidade. Nos períodos de ciclos produtivos activos e de crescimento, o homem avança face à natureza. Em períodos de estagnação, a natureza prospera devido ao seu clima tropical.

Este pequeno arquipélago depara-se hoje, mais uma vez, com a sistemática luta entre o homem e a natureza, sob a ameaça de um novo ciclo que pretende conduzir o arquipélago ao seu desenvolvimento económico. A ameaça de novos ciclos desordenados, sejam o “ciclo do petróleo” ou o “ciclo do turismo”, deve ter presente esta herança, deixada pelos ciclos anteriores.

A roça é ainda hoje o espaço de vivência e de trabalho da maioria das comunidades locais. Embora o passar do tempo tenha alterado o seu *genius loci*, a recuperação da roça enquanto património agrícola mundial tem enormes potencialidades, e este é um recurso que deve ser identificado como tal. A dotação de infra-estruturas preexistentes pode constituir a alavanca para a sua reinvenção e reconversão, fazendo a transição entre o ciclo colonial e o ciclo cultural, através de projectos ecoturísticos e ancorados à sua actividade agrícola. Neste contexto, importa para o caso santomense ser analisado, estudado e comparado a outros casos de património agro-industrial, para que possa de facto ser valorizado enquanto modelo ímpar no panorama mundial e para que possa resgatar o seu papel estruturante e de motor de desenvolvimento do seu território e do seu povo.

As roças são, hoje em dia, um património escondido pelo mundo mas que não poderá ser esquecido pelo mundo. Neste sentido, é possível olhar o desenvolvimento deste arquipélago sem olhar ao seu fenómeno da «roça»; no entanto, nesse caso corre-se o risco de se estar a criar «roças-turismo», nichos de excelência ou condomínios privados, numa atitude de “abrir clareiras” e “desbravar mato” que ignora as condições de vida da população e a sua herança patrimonial.

Créditos das fotografias: Duarte Pape e Rodrigo Rebelo de Andrade

## **Bibliografia**

- AA.VV. - “As roças de São Tomé e Príncipe – o fim de um paradigma”, Lisboa: Revista Monumentos
- AA.VV. – Exposição “Inventar(iar) as Roças de São Tomé e Príncipe”, São Tomé: Duarte Pape e Rodrigo Rebelo de Andrade, 2011
- AA.VV. - Património de Origem Portuguesa no Mundo - arquitetura e urbanismo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian 2010, Volume II África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico.
- AA.VV. - São Tomé, Ponto de Partida. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flor, 2008.
- AA.VV. - 100 obras de engenharia portuguesa no mundo, no século XX. Lisboa: Ordem dos Engenheiros 2003
- REBELO DE ANDRADE, Rodrigo – As roças de São Tomé e Príncipe - O passado e o futuro de uma arquitetura de poder. (Dissertação para Tese Final de Curso) Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2008.
- COLONIAL, Centro Lisboa - Representação dos Agricultores de S.Tomé e Príncipe A sua Excelência o Ministro do Ultramar, 1957.
- FERNANDES, José Manuel - Arquitetura e Urbanismo na África Portuguesa. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005.
- LOUREIRO, João - Postais Antigos de São Tomé e Príncipe. Lisboa: ed. autor, 1999.
- MAGALHÃES, Ana; GONÇALVES, Inês - Moderno Tropical - Arquitetura em Angola e Moçambique 1948-1975. Lisboa: Tinta da China, 2009.
- MANTERO, Francisco - La mano de obra en San Thomé e Príncipe. Madrid: ed. autor, 1920.
- NASCIMENTO, Augusto, «S.Tomé e Príncipe» . Nova História da Expansão Portuguesa. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, Volume X: O Império Africano 1825-1890, pp. 269-318, Volume XI: O Império Africano. 1890-1930, pp. 201-258
- TENREIRO, Francisco José - A floresta e a ocupação humana na ilha de São Tomé. Lisboa: Revista da Junta de Investigação do Ultramar (Vol. 9 – nº 4), 1961.
- TENREIRO, Francisco José – A Ilha de São Tomé. Lisboa: Memórias da junta de investigações do ultramar, 1961.



# Arquiteturas Agroindustriais





# DAS ALDEIAS GLOBAIS ÀS MEMÓRIAS DAS GENTES E DOS LUGARES E VICEVERSA

**José Manuel Pedreirinho<sup>1</sup>**

O alargamento dos conceitos de património fazem com que seja cada vez mais imprescindível o cuidado posto na análise e apreciação daquilo que devemos, ou não, considerar como tal, sem o que corremos o risco de banalizar o conceito e tudo passar a ser património. Para o enquadrarmos e nos situarmos no meio das múltiplas mudanças que nos vão envolvendo, há que encontrar novas formas de educação que melhor nos permitam entendê-lo e situá-lo. É também necessário estabelecer critérios, deixando de considerar o património como algo de isolado, para o estudarmos no conjunto das relações que cada um destes testemunhos estabelece com todo o território envolvente. Pelo meio, restam-nos os mais variados testemunhos materiais ou imateriais e também toda uma proliferação de ‘aldeias globais’ onde muitos destes conceitos tendem a confundir-se, esquecendo-nos frequentemente do que me parece ser o mais importante de qualquer abordagem do património: as gentes que o criam, o fazem e o usam.

## **Introdução**

Em consequência de uma mudança de conceitos que se acentuou nas últimas décadas, todos estaremos certamente de acordo que o património não são os monumentos; ou melhor, não são só os monumentos.

Provavelmente nem sequer serão essencialmente os monumentos, e no entanto ainda é a eles que a maioria das pessoas associa a ideia de património. Continua a passar muito mais desapercibida a destruição de uma aldeia inteira de habitações populares do que a de um edifício erudito. E quando nos referimos à paisagem, então, parece que nem sequer nos apercebemos da continua destruição a que está sujeita. Provavelmente porque dá menos nas vistas, mas também porque esta é quase sempre uma transformação, mais lenta e feita de muitas e pequenas transformações, ainda que quase sempre também muito mais violenta.

Consequência de uma educação formada ao longo de muitos anos de discursos sobre uma hipotética Grande Arte, fruto de um gosto que todos sabemos ser cada vez mais fácil de manipular, mas muito difícil de formar; resultado de uma cultura onde se privilegia o espetáculo e onde uma certa ideia de progresso implica o abandono de todos estes testemunhos de um passado que, por vezes, parece que queremos esquecer.

<sup>1</sup> EUAC, Escola Universitária das Artes de Coimbra



**Paris – Notre Dame.** Uma das mais conhecidas “invenções do património. As gárgulas e esculturas criadas por Viollet-le-Duc para ornamentar as coberturas de Notre-Dame e que hoje já são parte integrante desse património.

Para mim continuo a pensar que o popular e o erudito, tal como o natural e o construído, o material e o imaterial, são complementaridades essenciais para o entendimento do todo e que só nessa complementaridade de relações que caracterizam cada um deles poderemos ter uma ideia mais completa do conceito de património.

### **Das interrelações**

Como refere Bourdieu, “estar atento ao espaço de relações implica uma ruptura radical com a filosofia da história inscrita no uso corrente ou semiculto.” Ou seja uma outra forma de interpretar e de procurar o entendimento destes aspectos, já não isoladamente, mas sim no conhecimento de que cada um deles é apenas uma parte de um vasto conjunto com o qual permanentemente se relaciona.

Como disse atrás, muito mais do que as características específicas de cada um destes aspectos, é das interrelações que eles estabelecem entre si, e também das modificações que delas resultam, que se podem procurar as especificidades com que poderemos, numa perspectiva de entendimento da globalidade, analisá-los e apreciá-los nas relações, muitas vezes quase imperceptíveis, que entre si estabelecem.

Só entendendo os instrumentos de trabalho podemos chegar ao entendimento do território, mas também das estruturas socioeconómicas, e da história, e daqui para as manifestações construídas, algumas delas claramente monumentais, muitas outras nem tanto assim. Mas também só entendendo a história, os seus caminhos, as influências, os convívios e os combates, a religião ou o poder político que nela sempre se apoiou, os senhores, mas também os seus servos, é que podemos estruturar a nossa memória.

Na paisagem que nos rodeia precisamos de entender os processos de cultivo e de colecta, as épocas e a estrutura social, a exposição solar e as vias de escoamento dos produtos se quisermos entender a paisagem construída e que continuamente vai sendo modificada pelo homem. Só nesta permanente leitura “bottom-up” e “upside down” que poderemos construir um melhor entendimento do território e conseqüentemente também de cada uma das suas partes.

Reflexo da cultura das pessoas que o criam, nele se exprimem, e usufruem, o património é também um elemento de influência e de formação dessa mesma cultura que por sua vez se vai refletir no património. Ou ainda citando de novo Bourdieu, a motivação está na relação entre o “habitus” e o “campo”, que faz com que o “habitus” contribua para criar o que o determina”.

### **Da complexidade**

Neste entendimento, património, mais do que cada um dos testemunhos, e da análise do seu valor intrínseco, são sobretudo as relações que se podem estabelecer entre as coisas, as pessoas, as memórias e as histórias. Na sua materialidade e imaterialidade. Só deste modo faz sentido valorizar o muro, a árvore, ou o enquadramento paisagístico com a mesma importância que pode ser dada ao monumento, pois de facto cada um deles pode anular todos os outros. Mas também faz aqui todo o sentido valorizar e proteger uma atividade pois ela pode ser a razão de ser para permitir a manutenção de determinados testemunhos.

A recuperação de uma atividade de tecelagem pode permitir a recuperação dos rebanhos e respectivos pastores necessários para fornecer o material necessário. E se estas necessidades se refletem na estrutura social e nas microeconomias destas terras, refletem-se também no modo como a paisagem se humaniza, na sua fauna e na sua flora.

Quantas vezes nos deparamos com problemas para manter uma determinada opção construtiva simplesmente porque um material ou uma profissão deixaram de estar disponíveis. De nada serve obrigar a manter caixilhos ou portas de madeira se não for possível encontrar carpinteiros que as saibam fazer, nem prever a recuperação de uma abobadilha quando deixou de se fazer a tijoleira leve e porosa com que era feita.

Temos ainda muito a aprender no modo como se vem fazendo a intervenção na recuperação das espécies animais onde há muito estas complementaridades são factores essenciais para o sucesso.

É justamente toda esta pluralidade de aspectos, de pontos de vista e de relações que nos dificulta o estudo desta realidade, porque a torna mais complexa, muitas vezes mesmo contraditória. Uma realidade onde, tal como na vida, cada ação provoca uma série de reações e onde a relação entre todos estes aspectos os vai continuamente modificando e alterando mutuamente.

Procurar entender o património pode passar tanto pelo estudo do não construído como pela criação de roteiros do existente; pelas relações entre o local e o global, entre o material e o imaterial que o suporta e fundamenta, pois cada um deles sempre foi o complemento do outro, ou melhor de todos os outros.

Só a construção desta rede de conhecimentos e das suas interrelações nos poderá levar ao entendimento desta complexidade global.



**Veneza.** O património não monumental, sem autor, sem composição, apenas o reflexo da passagem de muitas vidas por ali.

Uma das resistências que se coloca a esta abordagem do tema é desde logo o dos espartilhos de uma estrutura profissional há muito fragmentada numa série de profissões cada vez mais ‘especializadas’, e onde parece não sobrar ninguém capaz de estabelecer as necessárias sínteses.

Nesta proliferação de fragmentos torna-se muitas vezes difícil manter a necessária perspectiva de conjunto e saber estabelecer as necessárias sínteses de áreas de conhecimento que sendo distintas não podem deixar de ser entendidas nas suas complementaridades.

Consciente desta necessidade e do papel que nela cabe aos arquitetos, Álvaro Siza vem-se referindo cada vez com mais frequência a essa necessidade de o arquiteto ser um especialista em coisa nenhuma, algo a que já Alvar Aalto há muito também se referia, e Boaventura Sousa Santos fala do “cientista (como) um ignorante especializado”.

### **Da necessidade de seleção**

De facto, num mundo onde as matérias disciplinares se especializaram até ao absurdo, é cada vez mais difícil encontrar os ‘especialistas em não ser especialistas’, capazes de refletir sobre estas áreas de conhecimento.

O território, a paisagem, o ambiente construído, as técnicas e os materiais utilizados, enquadrados nas múltiplas variáveis de uma estrutura social e económica, e, naturalmente, a cultura constituem o entendimento daquilo que, Edgar Morin popularizou como a “unidade do homem: um ser cultural, social e individual”.

Mas se tudo é património, como por vezes parece poder deduzir-se, qualquer tentativa de o entendermos passa também pela necessidade de sabermos



hierarquizá-lo, encontrar critérios que nos permitam distinguir o essencial do acessório, saber o que se pode ou deve manter, e da necessidade de o distinguir de tudo aquilo que podemos e devemos esquecer.

Todos sabemos que a nossa memória é seletiva, senão deixaria de ser memória para passar a ser um grande arquivo de factos, a maior parte deles totalmente irrelevantes e completamente inúteis. Por isso, o nosso entendimento do património também tem de ter essa capacidade de saber ser (inteligentemente) seletivo.

Não somos a espécie animal com o cérebro maior, mas somos, e a grande distância de todas as outras, a que tem maior número de neurónios e com maior capacidade destes estabelecerem as mais variadas interrelações. Somos a espécie que consegue estabelecer um maior número de relações entre os dados disponíveis e essa tem sido a razão principal para a evolução que temos tido. É justamente essa capacidade de entendermos o património nas múltiplas relações que ele pode estabelecer que me interessa destacar. Sobretudo num sítio como todo este vale do Douro, onde estão bem presentes quase todos estes aspectos e onde estas relações são fundamentais para entendermos cada um dos testemunhos com que nos deparamos.

Por isso mesmo importa também fazermos um esforço para ensinar a ver, a descobrir as memórias de tudo o que não vimos, do que desconhecemos, esquecemos e, também por isso, deixamos estragar.

Analisemos um pouco esta ideia de aldeia global. Seguramente uma das mais fascinantes e apelativas que tem surgido e que podemos sintetizar como a possibilidade de usufruir de uma tecnologia avançada num cenário de século XIX. Ou seja, um sítio onde, com todo o conforto atual, possamos usufruir o sossego do campo, e ter acesso a todas as benesses permitidas pelo progresso tecnológico.

No essencial ela parte da convicção de que é possível conciliar uma vista bucólica para as vaquinhas a pastar, ao som da melhor interpretação de um Bela Bartok, próximo do aeroporto e sem moscas. Ou seja, o melhor de dois mundos.

Uma ideia que parece estar na base de algumas das propostas de intervenção mais recentes expressas em diversos programas oficiais. Ainda muito recentemente um anúncio a uma rede de telemóveis explorava este conceito, e trouxe de novo para a atualidade os contrastes, entre duas estruturas sócio culturais antagónicas.

## **Do entendimento da cultura**

É usual a publicidade explorar esse jogo de relações para nele introduzir o paradoxo e, assim, melhor realçar a mensagem que procura transmitir. Mas o que aqui está em causa tem a ver com aquilo que é a diferença entre conhecimento e cultura, no contraste entre o manuseamento das novas tecnologias e os arcaísmos de uma sociedade em desaparecimento.

Esse é também um dos paradoxos da época em que vivemos onde conseguimos ter acesso a quase todo o tipo de informações, que nos proporcionam um co-

nhcimento ilimitado, mas que nada tem a ver com a capacidade para explorar ou desenvolver cultura. Esta passa, necessariamente, pela filtragem e pela sedimentação da informação feita ao longo de um tempo que nunca pode ser o do instantâneo.

Uma “filtragem” que durante os muitos séculos em que perdurou uma sociedade com uma cultura muito estática, era algo de natural, mas que nos últimos anos se subverteu e alterou muito rapidamente.

Perante este tipo de situações, a tendência mais comum é então a de atribuímos as culpas para as tecnologias, mas como Umberto Eco nos recorda, nenhuma nova tecnologia mata a anterior. Acontece, isso sim, que estas novas possibilidades exigem de nós uma educação outra que nos permita entender os seus novos limites.

Se é certo que só podemos proteger aquilo que conhecemos, é de importância fundamental sermos capazes de recolher e estudar documentação, e divulgar-mos o património, até porque não é menos certo que só entendendo-o nas suas múltiplas, e complexas leituras é que, de facto ele nos pode ajudar a situarmo-nos no mundo.

Um outro problema, causador de muitos dos desajustamentos a que a tradicional interpretação da cultura nos leva tem a ver com a dificuldade em aceitarmos que a sociedade rural em que toda ela se apoiava e que a estruturava acabou. Podemos ter pena que isso tenha acontecido, podemos tentar perceber como, mas o facto é que apesar de tudo isso, esta é, nos nossos dias já uma estrutura que apenas conhecemos embalsamada. Acabou.

Mas isso não quer, naturalmente, dizer que não tenhamos necessidade de conservar e de saber, e de manter os seus testemunhos, nem muito menos que não tenhamos muito a aprender com eles. O que não devemos é fazer de conta que a estrutura social que esteve na origem daquela realidade ainda existe. E se ela não existe, questionarmos o sentido que ainda possa haver na manutenção dos seus testemunhos.

Ou estamos perante testemunhos de uma sociedade desaparecida, e então estamos perante um problema de musealização, ou estamos perante cenários que queremos apenas preservar ou até construir e então temos que os tratar enquanto tal. O que me parece errado é insistirmos na ambiguidade da indefinição entre ambos.

Transformar umas quantas casas de uma aldeia em casas-para-escapadinhas-de-fim-de-semana, para turistas é tão importante para a valorização dessa aldeia quanto pode ser para o barco rabelo a ridícula transformação a que uns quantos foram sujeitos para passear turistas frente à cidade do Porto. Ainda que ambos possam, a curto prazo representar algum retorno económico, não são de certeza manifestações de carácter cultural.

São apenas uma variante, mais ou menos pindérica, das várias Venezas que de Los Angeles a Macau, com gôndolas, gondoleiros e o-sole-mios à mistura servem tanto ao património quanto a múmia de Tutankamon serviu à preservação da XVIIIª dinastia de faraós, e nem sequer nos ajudam à proteção ou ao entendimento do património.

## Da arquitetura para ser vivida

A arquitetura, tal como as outras formas e manifestações de cultura são para ser vividas e não apenas para ser vistas. São para sentir em toda a complexidade dos sentidos e não apenas para olhar.

Essa terá sido uma das grandes distinções entre aquilo que desde há muito são as profundas clivagens entre os que procuram exprimir uma realidade que é plural, e por isso mesmo, necessariamente contraditória e profundamente complexa, e os que na tradição apenas procuram os aspectos mais superficiais e puramente visuais.

Essa é a grande distinção entre qualquer abordagem que tenha em conta as pessoas ou as que apenas procuram uma qualquer forma de pitoresco. Essa é, também, a distinção entre o verdadeiro e o falso, o real, ou aquilo que continuamos a considerar como tal, e o virtual que cada vez mais se confunde com aquele.

Perante a multiplicidade de factos que continuamente nos submergem, só conhecemos o que nos é dado a conhecer, e talvez, como Baudrillard nos alertou, a guerra do Golfo nunca tenha de facto acontecido, pelo menos a primeira porque a segunda essa já nos foi mostrada como um autêntico “reality-show”.

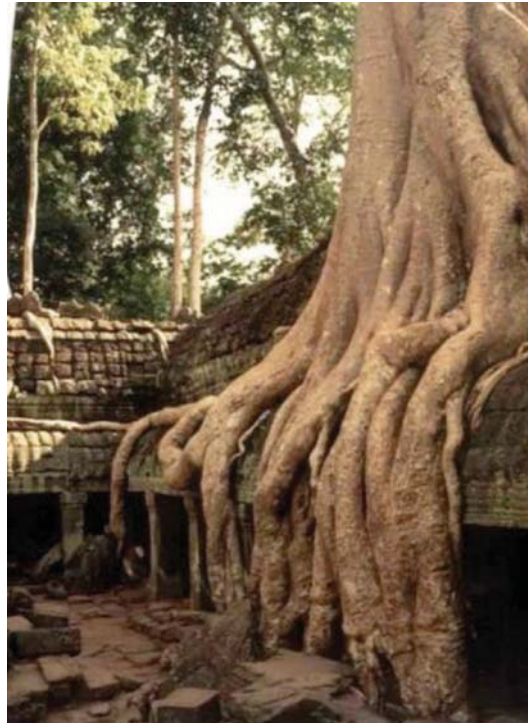
Enquanto que para uns há que atender a, e entender toda uma multiplicidade de aspectos, para os outros a forma, (ou mesmo qualquer tentativa de expressão étnica) fica-se pela mais restrita superficialidade.



**Barbie.** Tornada Ícone de uma certa Cultura, a Barbie representa hoje também património que se tornou já quase imaterial e que é bem representativo de uma certa forma de estar no mundo, e construir todo um universo cultural, cor-de-rosa. E agora há que o adoptar a uma realidade, política e etnicamente mais “correta” e diversificada, nem que seja superficialmente.

Entre a miniaturização do objecto na sua redução à forma pura, tal como ele é apresentado para colocar na vitrine, o que, como bem sabemos, mas muitas vezes esquecemos, está muito longe de ser um fenómeno exclusivamente nacional.

Quando atrás me referia à necessidade de termos em conta as relações entre os objectos, é também porque não podemos nunca esquecer que essas relações os modificam, quer nos seus aspectos físicos e mensuráveis (Rapoport), quer pelas alterações no próprio modo como vemos as coisas (D. Scott Brown), quer pelo modo como as interpretamos, tal como Umberto Eco destacou. Veja-se o caso de alguns dos bens naturais. Uma árvore, por exemplo, como um qualquer outro ser vivo também pode ser património, e ser protegida, ainda que, paradoxalmente, possa ser um factor de destruição de outras formas de património.



**Anghkor.** A difícil convivência entre o natural e o construído, mesmo que autofágica, pode por vezes ser ainda muito mais interessante do que cada um deles isoladamente.

E não é sequer preciso que seja um exemplar “monumental” basta, que se saiba destacar a excepcionalidade da sua localização, da sua forma ou qualquer outro aspecto que a caracterize. O território, ou melhor o ‘campo’, no sentido em que Bourdieu aplicava o termo, ou seja enquanto espaço físico onde os diversos grupos interagem, tem sido alterado a belprazer de factores puramente conjunturais e daquilo a que podemos chamar de “opinião” por oposição àquilo que tem muitas vezes sido referido como a “doxa”, ou seja aqueles aspectos que, sem qualquer restrições autoritariamente impostas, a sociedade aceita como garantidos e adquiridos.

Somos cada vez mais confrontados com um território que “deixou de ser uma finalidade em si mesmo para passar a estar ao serviço de outras finalidades”, como nos lembra Innerariy.

## Das sobreposições da história

A história sobrepõe-se em camadas que os arqueólogos vão destapando num processo que é de algum modo o inverso do do arquitecto, mesmo que ambos tenham sobretudo que saber onde devem ou podem parar.

Estamos no cerne da mais antiga região demarcada, a do Vinho do Porto, e ocorre-me que há já alguns anos alguém muito directamente integrado no processo da sua produção me garantia, num desabafo que era profundamente desgostoso, que a sua manipulação é cada vez maior, e que já não sabia bem se estávamos a tratar de um produto natural ou de uma manipulação química. Não tenho dados para ajuizar sobre este tema e dir-me-ão que não corresponde à realidade, mas confesso que desde então fiquei com algum amargo na boca. A necessidade do tempo para a reflexão e o entendimento do património opõe-se à velocidade com que por vezes são tomadas as decisões, sem tempo para as analisar num entendimento global. Perante a falta de tempo, a resposta é quase sempre a mesma: simplificam-se os parâmetros, reduzindo-os aos puramente quantificáveis: custos e tempo para a sua execução, ainda que esses sejam culturalmente os menos importantes como critérios justificativos de qualquer intervenção no património construído.

Por último uma chamada de atenção para os problemas que se colocam à necessidade de envolver as pessoas nestas acções, e para a constatação de sempre que se tentaram impor formas forçadas e artificiais de resolver as situações, elas não terem resultado.

Note-se que a necessidade de participação das pessoas nas tomadas de decisão também não é só por si sinónimo de qualidade dos projectos que muitas vezes escondem concepções folclóricas, maus projectos e más soluções” (como lembrava Rossi), e não nos podemos também esquecer das múltiplas formas de manipulação muitas vezes associadas a este tipo de acções. Todos conhecemos situações deste tipo.

Parece-me também importante realçar a complexidade subjacente a conceitos como o de “habitus” ou de “campo” desenvolvidos por diversos pesquisadores, porque me parece poderem ser da máxima importância para o entendimento das relações de poder entre os diversos grupos.

É no “habitus”, ou seja na estrutura social a nível do indivíduo, que se estrutura a “praxis” que por sua vez interfere com o “habitus”.

Ou, como Giddens afirmava, as pessoas formam a sociedade, mas são simultaneamente moldadas por ela. É por isso que a expressão física (e construída) tem de ser a expressão de memórias que, sendo individuais, são também sociais.

É sobre algumas destas contradições e sobre o modo como lidamos com a expressão física e construída de memórias que são também sociais, que a obra plástica de Rachel Whitehead tem reflectido, e que estão bem expressas em obras como “the house” onde um espaço sem espaços da memória de vidas que por ali passaram, se tornou símbolo da transformação social de toda uma vasta zona urbana, até ela própria ser destruída, por demasiado incómoda.





**“The house”, Rachel Whiteread, 1993.** É o espaço sem espaço das nossas memórias da casa. O território da intimidade tornado símbolo do social. Incómodo, por todas as questões que levantava, foi rapidamente demolido. A bem da paz e do empreendimento imobiliário que o substituiu.

Ao contrário das artes plásticas, a arquitectura tem necessidade de responder a programas funcionais muito específicos, mas tal não quer dizer que muitos destes aspectos não possam e devam ser tidos em linha de conta. A maior dificuldade reside no facto de para conseguirmos salvar o património que ainda nos resta, termos de ser rápidos na acção, enquanto que para o conhecermos, precisamos de tempo.

Precisamos de actuar em diversas frentes, que são contraditórias e de resultados que nem sempre estão de acordo com o previsto, mas, e voltemos um pouco atrás: precisamos sobretudo de uma nova educação que nos permita entendê-lo. Essa parece-me ser a tarefa mais urgente.

# EL VINO Y EL ARTE. UNA ARQUITETURA DEL SIGLO XXI – LAS BODEGAS DE LA RIOJA

*Transcripción parcial de la grabación*

## Introducción

Las conferencias son como los libros y, según creo, necesitan tanto una “capa” (como decís en Portugal) como la necesitan los libros.



He escogido esta “capa”, con una copa de vino blanco y otra de vino tinto, porque pienso que resume en sí el contenido de esta conferencia.

Una cosa muy importante, desde mi punto de vista, es contar con un índice.

Lo primero que tengo que hacer, cuando empiezo una conferencia es el ÍNDICE, o sea, poner las ideas en orden. Y una vez que está hecho el índice, pues... iya es muy fácil!, no hay nada más que escribir pequeños párrafos para cada uno de los números del índice.

Al final, como decía Lope de Vega: *“Contad si son catorce y iya está hecho!”*.

El índice debe comenzar por los AGRADECIMIENTOS, en los que quiero expresar los míos a Fernando, capitán de esta nave y felicitarle porque es un gran capitán, y a Julia, que ha sido el “Deus ex machina” de este congreso.

Como INTRODUCCIÓN presentaré sólo unos versos que escribió Gonzalo de Berceo, allá por el año 1195, poema en el que, además, es la primera vez que en España un poeta tuvo la “desvergüenza” de mencionar el VINO. Curioso es notar que él decía que iba a escribir una prosa pero le resultó un verso; supongo que el concepto de prosa ha cambiado o fue él quien cambió de opinión mientras estaba escribiendo... por razón del vino que se bebió, evidentemente.

*“Qiero fer una prosa en romanz paladino,  
en qal suele el pueblo fablar con so vecino,  
ca no so tan letrado por fer otro latino:  
bien valdra, commo creo, un vaso de bom vino”.*



Gonzalo de Berceo ya había abandonado el idioma latino y escribía como él solía “*fablar con so vecino*”: Comienza a utilizar el Castellano que, nacido en Rioja, empieza a ser un idioma; por eso es hoy un idioma tan importante en el mundo: porque se crió con vino de Rioja y así creció fuerte y poderoso.

Empezamos con “El Vino y el Arte”, el arte de la arquitectura –se entiende– “Una Arquitectura del siglo XXI” o “Las Bodegas de la Rioja”.

Primero vamos a enmarcar el fenómeno del vino de La Rioja geográficamente. Cuáles son las Regiones que existen en España y su producción.

Regiones de España

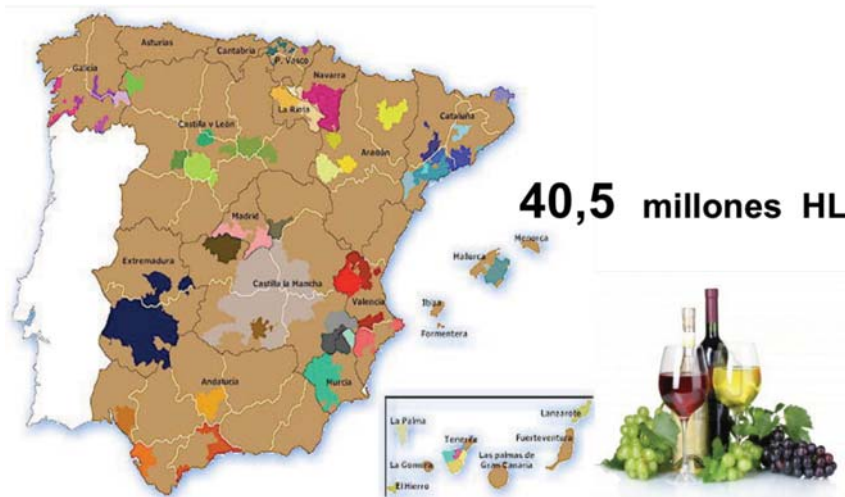


Producción de Vino por Regiones

REGIONES	% aprox	PRODUCCIÓN millones de HL
CASTILLA-LA MANCHA	52	21
EXTREMADURA	10	4
CATALUÑA	9	3,5
<b>LA RIOJA</b>	<b>6,5</b>	<b>2,8</b>
VALENCIA	5	2
CASTILLA-LEÓN	5	2
ANDALUCÍA	3	1,5
GALICIA	2,5	1
Resto	7	3,5

Y cuáles son las Denominaciones de Origen. Entre las numerosas D.O. que hay, destacan: La Rioja, la Ribera del Duero y los vinos catalanes; todo ello con independencia del vino de Jerez, mundialmente conocido.

### Denominaciones de Origen



La Rioja se encuentra situada en el cuarto lugar, con una producción de cerca de 3 millones HI. Mientras que Castilla La Mancha, tiene una producción siete veces superior a La Rioja.

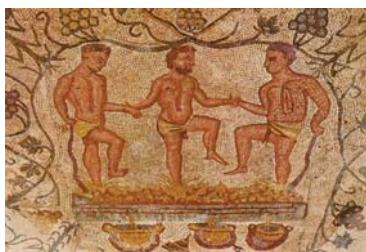
El área de La Rioja-productora de vino se sale fuera de La Rioja-región autónoma e independiente – administrativamente – del poder central.

La Rioja, se llama así, por ese Río Oja que desemboca en el Río Ebro, que es el que la limita al norte.

Con anterioridad, La Rioja nunca había sido una región autónoma, siempre fue una provincia que se llamaba Logroño y, dado su carácter, siempre formó parte de Castilla La Vieja, ya que fue la madre del Castellano. Cuando vino la locura de las comunidades, se dijeron: “¿Qué nombre le pondremos?”, y uno que era el más listo, dijo: “Vamos a llamarle Rioja que es un nombre que lo conoce todo el mundo”.

Véase que hasta hay un trocito, como veremos después, de La Rioja-vinícola que entra en la provincia de Álava.

### Historia de la producción del vino



Detalle del Mosaico de la pisa de uva. Casa Anfiteatro.

EL cultivo de la vid llega a La Rioja a través de fenicios, romanos y celtíberos. Sin duda, la uva y el trabajo son importantes y, por su parte, el agua y la tierra harán después lo fundamental.

Éste es un mosaico romano, del siglo I, que documenta los factores que intervienen en la fabricación del vino; la tradición en este área es de gran importancia.



Otro tema importante son los hombres, como, por ejemplo, López Heredia, creador de una de las bodegas más conocidas, que empezó a producir el vino fino de Rioja, y que fue el bisabuelo de la actual Gerente-Directora.

La técnica es importante, pues la producción de vino es una verdadera técnica. Aquí vemos el uso de las barricas de roble que fue bien moderna, en su día, viniendo a sustituir a unos grandes recipientes cerámicos.

El documento escrito más antiguo, referente a la vid en La Rioja, tiene la fecha de 873. Este documento acredita la fabricación del vino ya en ese tiempo.

Se crea la Carta de Población en 1063, que es cuando el Rey Sancho el Fuerte reconoce jurídicamente el vino de La Rioja.

Los Cosecheros logroñeses diseñaron un Símbolo o Logotipo para su vino, una idea del periodo medieval que es tan antigua como actual.

Más tarde, llega la Filoxera prácticamente en el año 1900 procedente de Francia... He oído aquí en una conferencia que en Portugal la tuvisteis en mil ochocientos cincuenta y tantos... Eso quiere decir que los de Rioja tuvieron la suerte de que, durante casi 40 años, los franceses y los portugueses trabajaran en la solución del problema de la filoxera que, después, aplicaron rápidamente en La Rioja.

Y, en 2012, el 26 de octubre, aquí dice que doy una conferencia en Peso da Regua. ;-)

## Arquitectura de Las Bodegas

Este tema ha sido dividido en tres capítulos: la Arquitectura Tradicional, el “Efecto Guggenheim” y la Arquitectura Actual.

### Arquitectura Tradicional

**Las bodegas antes fueron de arquitectura industrial tradicional.**

**Vemos unos ejemplos de este tipo de construcciones para apreciar el drástico cambio que ha sufrido la arquitectura de las bodegas hasta el presente.**



Bodega López Heredia



Bodega López Heredia actualmente





Bodega Ternero



Bodega Valpiedra



Bodega La Virgen

## Efecto Guggenheim

El Guggenheim es el museo que todos conocéis, proyectado por Frank Gehry y construido en Bilbao.



He denominado “Efecto Guggen” al fenómeno sufrido por la sociedad española al conocer el impacto del Museo Guggenheim en la economía de Bilbao, a través del turismo y tratar de imitarlo edificando construcciones similares de gran coste y de trazado original.

hay una selección de algunas bodegas que me han parecido las más representativas de esta denominación. Lo he tratado de representar aquí... ¿veis? Es una copa de vino que todos sabemos lo que es, pero el efecto que produce una gota, hace algo extraño, muy hermoso.



Aquí, a continuación,

## Arquitectura Actual

Como desconocía la composición que iba tener tan distinguido público, no he preparado una conferencia técnica llena de plantas, secciones, cortes, alzados, detalles constructivos, etc. Sino más bien, como decía Berceo:

*en qal suele el pueblo fablar con so vezino*

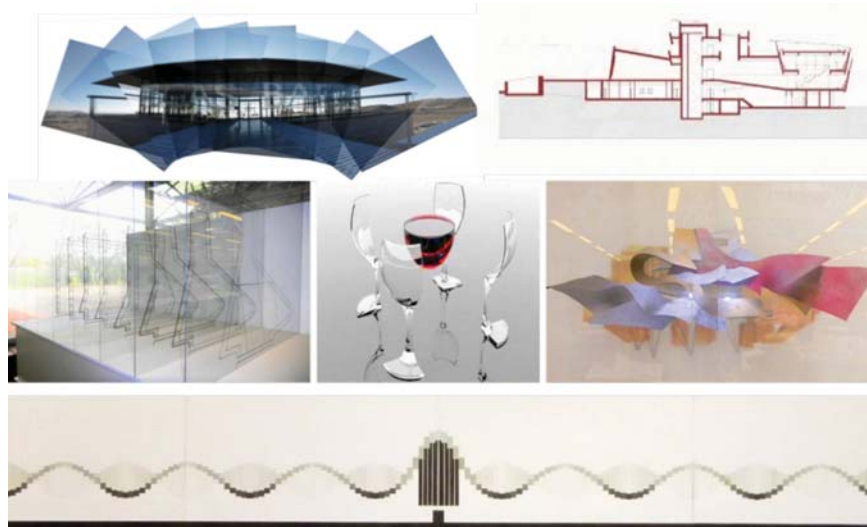


### Bodegas de La Rioja

He hecho una selección de bodegas y os enseño algunas fotos comentadas. Os cuento también pequeñas anécdotas, para que no os aburráis demasiado. Riscal no es una bodega es un hotel y un restaurante que se sitúa cerca de las bodegas.

Tampoco es una bodega la de López Heredia sino un pabellón representativo de entrada de visitantes.

Esta es una composición con las bodegas donde aparece un elemento central que nos ha parecido muy significativo: una cosa es el vino y otra es la copa. Aquí la copa está fragmentada de tal forma que se separa del vino contenido en ella. Eso es precisamente lo que vamos hacer: Ver los contenedores.



**YSIOS**

<b>Situación:</b>	Laguardia
<b>Autor:</b>	Santiago Calatrava
<b>Superficie M²:</b>	8.000
<b>Ha Viñedo:</b>	75 + compras
<b>Inversión (€):</b>	12.000.000
<b>Producción Bot/Año:</b>	1.000.000
<b>Año:</b>	2001

La estructura de esta bodega consiste en dos muros paralelos que tienen, ambos, un remate en forma de sinusoide, desfasados entre sí en medio módulo. La cubierta hace por lo tanto unas olas al pasar las vigas de la parte inferior del sinusoide a la superior. Está toda rodeada por un gran estanque de agua, que unas veces se utiliza para refrigerar y otras, en caso de que se produjera un incendio, para tener agua próxima en abundancia.



Bodega Ysios

**MARQUÉS DE RISCAL**

<b>Situación:</b>	Elciego
<b>Autor:</b>	Frank O. Gehry
<b>Superficie M²:</b>	3.000
<b>Ha Viñedo:</b>	(no)
<b>Inversión (€):</b>	80.000.000
<b>Producción Bot/Año:</b>	(comercial)
<b>Año:</b>	2006

La empresa Riscal decidió edificar un hotel y un restaurante de gran lujo, situado junto a sus bodegas tradicionales.

El proyecto lo realizó Frank Gehry que concibió el edificio como un elemento central envuelto en “volantes y faralaes” de titanio, como la falda de una bailaora flamenca. Muy interesante y llamativo.

Ya dije que no es una bodega.



#### LÓPEZ HEREDIA

<b>Situación:</b>	Haro
<b>Autor:</b>	Zaha Hadid
<b>Superficie M<sup>2</sup>:</b>	1.000
<b>Ha Viñedo:</b>	(no)
<b>Inversión (€):</b>	30.000.000
<b>Producción Bot/Año:</b>	(comercial)
<b>Año:</b>	2006

Tampoco es una bodega.

Contaba la hija de López Heredia, que es quien lleva esto con muy buena mano, que ella conservaba un pabelloncito que utilizaron en la Exposición de Paris de 1878 y que quería ponerlo en valor en la finca.



Llamó a Zaha Hadid. Ella le presentó primero un proyecto del que, con mucha gracia, la directora de las bodegas, decía: “Me trajo una cosa que yo no entendía nada, porque ya sabéis cómo es Zaha Hadid, que lo “esgoncia todo”.

“Esgonciar” es una palabra del argot castellano... “esgonciar” es estropear, retorcer, romper, sacar de sus goznes.

También decía: “Otros se compran un Picasso; yo me he comprado un Zaha Hadid”

Lo que es muy bonito es esa cobertura, que es como una superficie especular y que sirve para que lo estéis viendo todo a la vez por todas partes. Tiene una especie de concepto de visión holística. Esta forma, adoptada por Zaha Hadid, pretende ser una botella, aunque tiene más aspecto de decantador que de otra cosa.



#### BAIGORRI

<b>Situación:</b>	Samaniego
<b>Autor:</b>	Iñaki Aspiazu
<b>Superficie M<sup>2</sup>:</b>	14.000
<b>Ha Viñedo:</b>	10 + 70 viñedos
<b>Inversión (€):</b>	25.000.000
<b>Producción Bot/Año:</b>	1.700.000
<b>Año:</b>	2004

Aquí no existe ningún tipo de bomba para trasvasar los líquidos... aquí llegan los camiones por arriba de la montaña y...

Se ha vaciado una montaña entera y se han dispuesto dos grandes muros de contención a derecha e izquierda, creando diferentes pisos, para terminar, al nivel del suelo exterior.

El propietario de la bodega, decía: "Hemos hecho un buen trabajo: Yo le enseñaba a él -al arquitecto- cómo se hace el vino, porque él no lo sabía, y él me enseñaba a mí a comer, cosas ambas muy importantes. Tanto que al final terminé poniendo un restaurante también".

Esta es la parte que se ve, al exterior, que ahora la vamos a ver por dentro. Es un gran cubo de cristal vacío, absolutamente minimalista -usando esa expresión tan de moda- desde el cual se divisa el pueblo cercano con sus iglesias, sus torres y su arquitectura rural y, al fondo, un campo de vides que se extiende casi hasta el horizonte.

Esta foto me parecía muy expresiva, porque aparecen las terrazas que cubren los ámbitos de los diferentes niveles.



<b>DARIEN</b>	
<b>Situación:</b>	Logroño
<b>Autor:</b>	Jesús Marino
<b>Superficie M²:</b>	12.000
<b>Ha Viñedo:</b>	450 + compras
<b>Inversión (€):</b>	15.000.000
<b>Producción Bot/Año:</b>	1.000.000
<b>Año:</b>	2007

Esta es otra de las últimas bodegas de trazado moderno.

Aquí se muestran las tres grandes plantas, de las líneas maestras de la fabricación del vino.





Son apreciables esas prolongaciones en vuelo, jugando con la morfología del suelo.

Las fotografías del atardecer y nocturnas, muestran la adaptación al paisaje circundante que se ha obtenido con esta arquitectura de volúmenes delineados.

#### PORTIA

<b>Situación:</b>	Gumiel de Izan
<b>Autor:</b>	Norman Foster
<b>Superficie M<sup>2</sup>:</b>	12.500
<b>Ha Viñedo:</b>	162
<b>Inversión (€):</b>	25.000.000
<b>Producción Bot/Año:</b>	2.000.000
<b>Año:</b>	2010

Esta forma que tiene, es muy característica, dicen que de trébol, pero yo veo más bien la estrella de Mercedes. Presenta las tres áreas fundamentales: el área de elaboración, el área de fermentación y el área de envejecimiento.

Con un sistema muy curioso, porque los camiones suben por encima de la bodega, depositan su carga en la parte superior y una vez ahí ya, automáticamente, se va distribuyendo por gravedad.

Tiene una iluminación muy cuidada... la iluminación es media vida de la arquitectura. La luz que utilizan es LED porque no les cambia la temperatura y la pueden controlar de color.



**PROTOS**

<b>Situación:</b>	Peñafiel (V)
<b>Autor:</b>	Richard Rogers
<b>Superficie M²:</b>	20.000
<b>Ha Viñedo:</b>	600
<b>Inversión (€):</b>	24.000.000
<b>Producción Bot/Año:</b>	3.000.000
<b>Año:</b>	2008

La bodega Protos, una de las bodegas insignia de Castilla la Vieja, responde al proyecto de Richard Rogers consistente en una serie de bóvedas paralelas de estructura de madera.

Esta foto es muy significativa con el castillo de Peñafiel al fondo, castillo que está dedicado actualmente a Museo del Vino y que se comenzó a edificar hace más de quince siglos. Después se reedificó, se modificó y, al final, no se sabe bien los años que tiene, pero los menos optimistas dicen que es del siglo XV o del XVI. Y debajo las bóvedas de la bodega. El pasado y el futuro.

**CHIVITE**

<b>Situación:</b>	Estella (N)
<b>Autor:</b>	Rafael Moneo
<b>Superficie M²:</b>	9.500
<b>Ha Viñedo:</b>	160
<b>Inversión (€):</b>	11.000.000
<b>Producción Bot/Año:</b>	1.200.000
<b>Año:</b>	2002

Como veis, esto es muy típico de Rafael Moneo: grandes superficies cerradas jugando con grandes ventanales.

La bodega viene a realizar la ampliación de las instalaciones históricas de la firma en Navarra. Se puede apreciar la conjunción de los elementos antiguos que se han conservado y los modernos de nuevo trazado.

La estructura de las naves es muy simple y de fácil lectura. Así como los voladizos de protección de las áreas de carga y descarga.



## Resumen

En Resumen: Muy resumido y Resumiendo, se podría decir que diez millones de euros de edificación y de instalaciones, producen alrededor de un millón de botellas al año. Es decir, que una botella al año viene a costar unos diez euros de inversión, o sea, que no parece tan exagerado.

Además téngase en cuenta que se conserva la bodega y la instalación y que todos los años te tomas una botella... Así visto, no parece muy caro.

A mí me aconsejaron que documentara “in situ” toda esta conferencia y ilo hice! Pero la cosa terminó como vais a ver... en el Río Oja y con esta imagen aparecen la palabra que estáis esperando todos: FIN.

**CONFESIÓN:** Me aconsejaron que me documentara “in situ”... y ¡ LO HICE !



Querría deciros sólo unas palabras más, porque, como veréis, yo solo no podría hacer todo esto. A mi joven edad, tengo... una vez que dije esto mismo y me dijeron: “¡Mil años!” Yo les contesté: “Hombre, ino!, sólo treinta años y medio”. Treinta años y medio siglo.

Isabel me ha ayudado viajando conmigo, fotografiando las bodegas y buscando la

documentación; y siempre discutiendo. Como ella es buena informática y una gran pintora, ha sido la colaboradora perfecta para hacer una presentación hermosa. Cada vez que hacía algo, me decía: “Quita, quita, que eso no queda bonito...”

O sea, que estos aplausos finales, se los habéis dedicado también a Isabel. ¡Muchas Gracias, de nuevo!

Imagen de Gonzalo de Berceo, retirada de la pagina web <http://www.biografiasyvidas.com/biografia/b/berceo.htm>

Mapa de las regiones de España, retirada de la pagina web <http://www.miradorvr.com/mapa.htm>

Mapa del relieve de La Rioja, retirada de la pagina web

<http://mapasinteractivos.didactalia.net/comunidad/mapasflashinteractivos/recurso/Relieve-de-La-Rioja-Como-se-llama/>

Mapa de las Denominaciones de Origen en España, retirada de la pagina web  
<http://www.vendervino.com/tag/denominaciones-de-origen-2/>

Imagen del Mosaico de la pisa de uva, Casa del Anfiteatro, retirada de la pagina web  
<http://www.jdiezarnal.com/public/merida.html>

Imagen López Heredia, retirada de la pagina web  
<http://www.lopezdeheredia.com/>

Imagen de la Bodega de López Heredia, retirada de la pagina web  
<http://www.lopezdeheredia.com/>

Imagen de la Bodega Ternero, retirada de la pagina web  
<http://www.vinedosdelternero.com/>

Imagen de la Bodega de Valpiedra, retirada de la pagina web  
<http://www.familiamartinezbujanda.com/valpiedra/?idc=20>

Imagen de la Bodega Ysios, retirada de la pagina web  
<http://buildipedia.com/aec-pros/featured-architecture/santiago-calatravas-ysios-bodegas>

Imagen de la Bodega Marques de Riscal, retirada de la pagina web  
<http://blog.tribunadonorte.com.br/vinodivinovino/top-ten-do-turismo-enologico-da-espanha/49630>

Imagen de la Bodega Darien, retirada de la pagina web  
<http://alasdplomo.com/bodegas-darien/>

Imagen de la Bodega Portia, retirada de la pagina web  
<https://turismodevino.com/45/comidas-en-bodegas-portia>

Imagen de la Bodega Phrostos, retirada de la pagina web  
<http://www.diariodelduero.com/nombres-y-apellidos/herrera-inaugura-las-nuevas-instalaciones-de-bodegas-protos/>

Imagen de la Bodega Chivite, retirada de la pagina web  
<http://www.vanitatis.com/tendencias/2011/ruta-enologica-vino-bodegas-autor-20110217-13003.html>

# CONSTRUIR COM A TOPOGRAFIA: AMPLIAÇÃO DA ADEGA DA QUINTA DO VALLADO

**Francisco Vieira de Campos<sup>1</sup>**

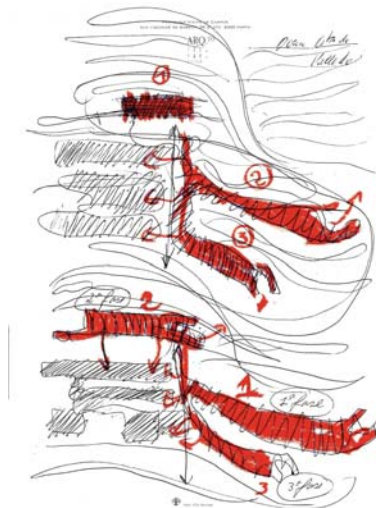
A definição de arquitetura de Jean Baudrillard “a arquitetura é uma mistura de nostalgia e antecipação extrema” – tem-nos acompanhado como um murmúrio em todos os projetos, mas muito especialmente quando intervimos no património, seja ele construído ou paisagístico.

Pensamos que cada projeto deve representar sempre um renovado empenho em captar o que é único e intransferível em cada episódio arquitetónico.

A incorporação da contingência, a atenção aos limites das possibilidades de realização, aos meios disponíveis, às condições de produção locais, às vivências e culturas dos lugares, bem como a capacidade de utilização do projeto como ferramenta de leitura e reavaliação do território cultural e físico, tem sido o caminho que nos tem interessado.

## Do Programa

A ampliação da adega da Quinta do Vallado retira do programa e do lugar, o que torna específico um projeto, as sínteses que conduziram à utilização de uma estratégia de inserção com impacto mínimo na topografia acidentada.

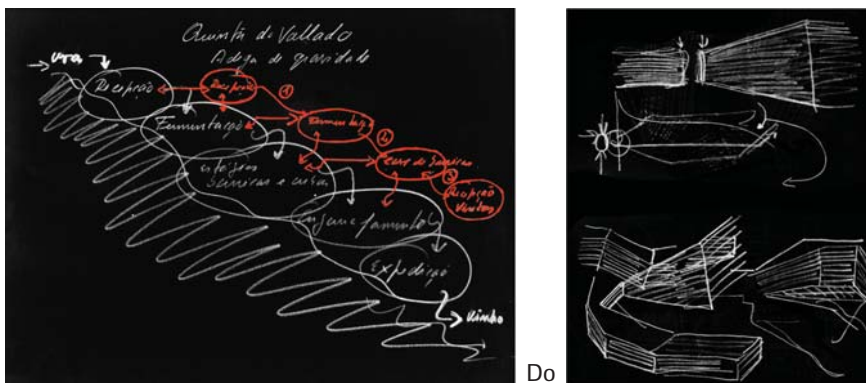


Esquisso do Arquiteto Francisco Vieira de Campos, 2008

Do programa, o que é estruturante é o funcionamento por gravidade no processo de fabrico do vinho, que estabelece uma forte dependência entre a implantação dos vários edifícios e a topografia do terreno. A necessidade de com-



patibilizar o espaço íngreme, disponível para a inserção das novas construções, com as instalações existentes, procurou dar ao conjunto um forte carácter unitário e contemporâneo.



Do

Esquissos do Arquitecto Francisco Vieira de Campos, 2008

Do lugar, da paisagem e da região, importa destacar o peso da história, do tempo e da ideia de continuidade no tempo, como a verdadeira essência da profundidade dos lugares.

### Da Intervenção

A intervenção integrou a manutenção dos edifícios existentes, complementando-os com a reestruturação necessária à construção de novos edifícios: Armazém de Fermentação, Armazém de Barricas e Recepção.

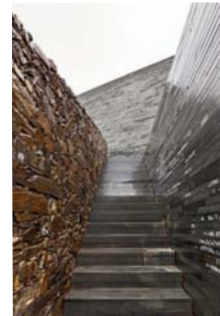
A resolução de uma adega que funciona por gravidade obriga ao entendimento de todo o sistema produtivo e a um grande rigor, disciplina e restrição na implantação das cotas dos edifícios. Os novos volumes criam uma relação de tensão e equilíbrio entre edifícios e topografia, integrando-se no terreno sem deixarem de afirmar a sua natureza artificial.



Quinta do Vallado, 2010  
Foto: Alberto Plácido ©

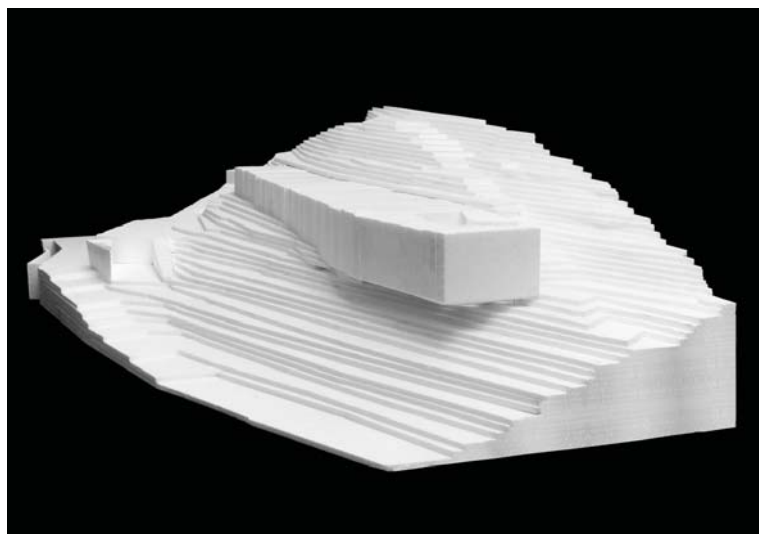
O armazém de fermentação, situado à cota mais elevada, faz a reconstrução integral de um edifício em ruínas. A Cobertura do edifício é acessível, sendo

através dela que se inicia todo o processo de fabrico do vinho. O edifício está completamente camuflado num muro de xisto que prolonga os muros existentes. Dois acessos feitos por túneis conduzem ao armazém existente numa cota inferior e ao novo armazém de barricas.



Dois Acessos que conduzem ao armazém existente e ao novo armazém de barricas.  
Quinta do Vallado, 2010  
Foto: Alberto Plácido ©

O Armazém de Barricas, simultaneamente, autonomiza-se e dialoga com a paisagem, tomando como base a topografia dos socacos do Douro. Uma grande massa encrostada no terreno remata numa consola. Assim o edifício ora se agarra ao solo, tornando-se rocha e barreira física, ora se solta, permitindo o seu atravessamento, procura criar uma relação de equilíbrio e tensão entre edifício e topografia, integrando-se no terreno sem deixar de afirmar a sua natureza artificial.



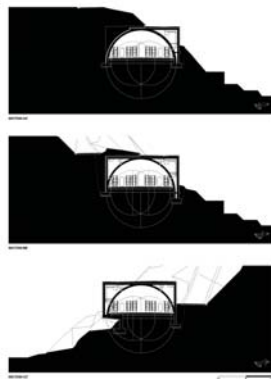
Maquete, 2008  
Foto: Francisco Vieira de Campos

Como um objeto de Land Art, o edifício, simultaneamente, autonomiza-se e dialoga com a paisagem, tomando como base a topografia dos socacos do Douro.



O edifício autonomiza-se e dialoga com a paisagem. Quinta do Vallado, 2010  
Foto: Alberto Plácido ©

Com a implantação definida, o edifício permite simultaneamente responder às exigências técnicas do programa (criação de uma plataforma de nível/de uma adega de gravidade) e preservar a topografia/caminhos existentes. Com o volume exterior paralelepípedo e espaço interior abobadado, a omissão do material não resistente da parede possibilita a criação duma caixa-de-ar, simultaneamente túnel de infraestruturas e sistema de ventilação natural que permitem um bom desempenho térmico para os estágios dos vinhos. Concilia-se a estrutura e infraestrutura na conceção de uma forma ancestral abobadada.



Corte do edifício, 2010  
Foto: Francisco Vieira de Campos

## Da construção

A área de construção (961m<sup>2</sup>) é distribuída num só piso, abobadado e compartimentado em quatro espaços, com capacidade para receber cerca de 1176 barricas. Esta área inclui ainda espaço exterior para manobras de carga e descarga de veículos.



Espaço exterior da Quinta do Vallado, 2012  
Foto: Fernando Guerra © | FG+SG

Destinada a receber os visitantes da Quinta do Vallado, a Receção inicia um percurso por todas as etapas da fabricação do vinho, passando pela Cave de Barricas e culminando no Armazém de Fermentação.



Cave de Barricas da Quinta do Vallado, 2012  
Foto: Fernando Guerra © | FG+SG

O acesso dos visitantes é feito neste volume autónomo e situa-se à cota baixa. Este espaço integrado na lógica do terreno em socalcos contempla um pátio exterior.

Todos os volumes novos são construídos em betão com acabamento bujardado no interior, enquanto no exterior são revestidos a pedra de xisto tratada de modo contemporâneo.



Processo de construção da Quinta do Vallado, 2008  
Foto: Francisco Vieira de Campos

## A terminar

Numa encosta de forte pendente em risco de erosão, o projeto considera a conservação e preservação dos processos naturais e biológicos indispensáveis à garantia dos ecossistemas existentes.

*“Cada edifício é construído com um propósito específico, para um lugar específico, numa sociedade específica. (...) se desenvolvermos essa linguagem com pensamento crítico, podemos resistir à arbitrariedade das formas e significados e regozijarmo-nos com o espírito e razão dos edifícios”*

Peter Zumthor

Fazer arquitetura é conseguir ler os sinais e dar sentido ao que existe.

Todas as fotografias têm direitos de autor. All photos are copyright protected.  
contactos / contacts FG+SG, Alberto Plácido:  
e-mail: [sergioguerra@ultimasreportagens.com](mailto:sergioguerra@ultimasreportagens.com) [albertoplacido02@gmail.com](mailto:albertoplacido02@gmail.com)  
web: <http://www.ultimasreportagens.com> <http://www.albertoplacido.net/>



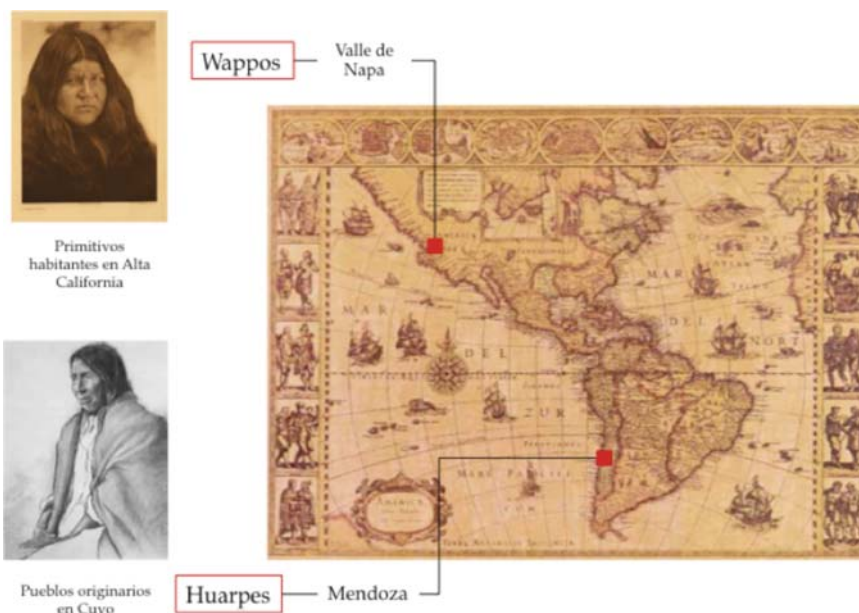
# TRADICIÓN E INNOVACIÓN EN LAS BODEGAS DE MENDOZA Y CALIFORNIA

**Graciela Moretti<sup>1</sup>**

Esta presentación reflexiona sobre el rol de la arquitectura contemporánea a la hora de distinguir las bodegas más significativas de Mendoza en Argentina y de San Francisco - Napa Valley en los Estados Unidos, en el marco del premio "The Best Of" instaurado en 2005 por la red GWC (Grandes Capitales del Vino, por sus siglas en inglés). Tanto el patrimonio arquitectónico como las propuestas vanguardistas de profesionales de renombre emergen como símbolos de la cultura del vino actual. Por su tradición e innovación ambos modelos identifican por igual a los paisajes vitivinícolas de Mendoza y California, únicas regiones en América que pertenecen a la red y que comparten un origen común al iniciarse la vitivinicultura de la mano de españoles y religiosos. En cada una de las categorías que se premian puede verificarse que las bodegas recurren al patrimonio natural y cultural como recurso esencial para el enoturismo.

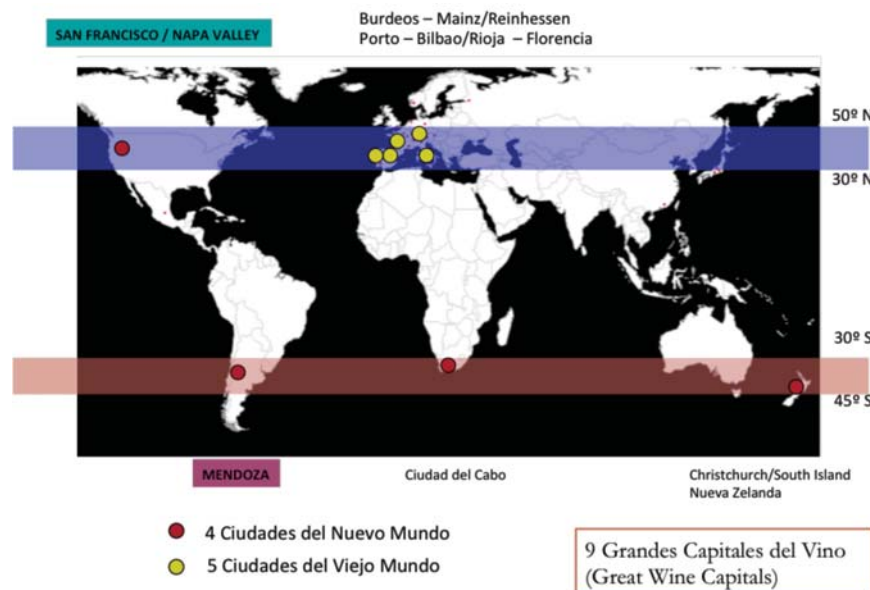
## Introducción

Los valles vitivinícolas de Mendoza en Argentina y de California en Estados Unidos se destacan por sobre otros en sus respectivas regiones por haber transformado sus tierras semidesérticas en oasis artificiales gracias a un adecuado manejo del agua. En ellas las vides traídas durante la época colonial por los conquistadores españoles y los miembros de las órdenes religiosas, encontraron un escenario propicio para el cultivo. Mientras Mendoza ya atestigua una elaboración de vino que data del siglo XVI, en Baja California se ha comprobado que las primeras vides de tipo misión llegaron a fines del XVII y se difundieron posteriormente hacia la Alta California un siglo después. Mientras la provincia de Mendoza alberga los oasis vitivinícolas más importantes de la Argentina, situados entre los 33 y 35 grados de latitud sur, en el estado de California se destacan los valles de Sonoma y Napa situados a 38° de latitud norte.



La toponimia de las tribus originarias fue tomada por bodegas de Mendoza y California, para identificar sus viñedos o propios vinos. La bodega Clos Pegase de Robert Mondavi denominó "wappos vineyards" a una de sus viñas, en Mendoza los hermanos Toso bautizaron con el nombre de Huarpe a su vino.

El valle de Napa fue distinguido junto con San Francisco como Gran Capital del Vino, por la red GWC, creada en 1999, con el objeto de promover el turismo, la cultura y el intercambio comercial entre regiones del Viejo y Nuevo Mundo donde el vino tiene larga tradición. Junto con Mendoza, son las únicas regiones, hasta 2012, que participan por América. Fueron reconocidas, en primer lugar, por la excelencia de sus vinos pero también por la relevancia de su patrimonio vitivinícola.



Mendoza se ha incorporado en 2005 a las restantes grandes capitales: Porto en Portugal, Florencia en Italia, Bilbao | Rioja en España, Burdeos en Francia, Mainz en Alemania, Ciudad del Cabo en Sudáfrica y Christchurch | South Island en Nueva Zelanda.

El organismo está integrado por gobiernos locales, universidades y grupos empresarios que tienen entre sus objetivos premiar las prácticas más relevantes del turismo del vino y en 2005 instituyeron el premio *“The Best of”*. En ese concurso son las bodegas quienes se someten a un jurado, primero nacional y luego internacional. El objeto de este trabajo es reflexionar sobre el rol de la arquitectura contemporánea en el momento de premiar la categoría Arquitectura, Parques y Jardines entre las ocho categorías distinguidas por la GWC.

### Las Bodegas en las transformaciones de los siglos XX Y XXI

El siglo XX se caracterizó por los vaivenes económicos, sociales y políticos que alternaron etapas de máxima productividad con períodos de crisis. El norte de California acreditaba 140 establecimientos hacia 1880. Mendoza, en 1910, tenía distribuidas en todos sus oasis cerca de 1500 bodegas. Las bodegas tradicionales mendocinas se caracterizaron por el diseño racional de las naves destinadas a la elaboración del vino. Lo singular estaba en la fachada menor cuyo diseño se asemejaba a la de los templos clásicos por la utilización de un sistema de proporciones y por la presencia de frontones triangulares y óculos. Los cons-

tructores italianos se destacaron por la excelente mano de obra empleada en la realización de las fachadas en ladrillo y aplicación de ornamentos.

Luego de la depresión del año 29, tanto Mendoza como California experimentaron un resurgimiento que se tradujo en la construcción de grandes bodegas. En cuanto a la imagen de las bodegas surgidas a mediados del XX en Mendoza, la característica principal fue el uso de galpones de grandes dimensiones con techos metálicos a la manera de tinglados. En el valle de Napa, por el contrario, hubo un interés por la recuperación de las raíces y la reinterpretación de los lenguajes propios del lugar. Un claro ejemplo fue el diseño realizado en los años sesenta para la bodega de Robert Mondavi. Aquí, el arquitecto Cliff May imprimió un sello en estilo misional o neo-misión. Tanto la fachada como otros elementos del conjunto, entre ellos los portales de ingreso, remiten a formas - aunque estilizadas - de las antiguas misiones franciscanas.

Las décadas del 80 en California y del 90 en Mendoza marcaron el inicio de la reconversión de viñedos. Con la globalización de la economía mundial comenzaron a realizarse nuevas bodegas que contribuyeron también a posicionar los paisajes vitivinícolas. En California se contrataron arquitectos renombrados para diseñar bodegas. Las construcciones comenzaron a verse como íconos de la imagen de los vinos. Sobresalen las bodegas Clos Pegase, Codorniú, Opus One y Dominus, como protagonistas iniciales de este fenómeno. En los oasis mendocinos y a partir del año 2000 se instalaron también nuevas bodegas especialmente en zonas que antiguamente no habían tenido riego tradicional. Generalmente estuvieron impulsadas por empresarios foráneos en forma análoga, a lo que se había dado cien años atrás. Se contrataron principalmente estudios locales, aunque también participaron en el cambio arquitectónico profesionales nacionales e internacionales. Han sido algunas de las protagonistas de la transformación cultural las Bodegas Salentein, Séptima, O. Fournier, Atamisque, Vistaalba y Diamandes, todas realizadas por el Estudio Bórmida & Yanzón (B&Y). También las bodegas Navarro Correas (Atelman - Fourcade-Tapia), Tapaus (Pedemonte), Andeluna y Decero (Reina), Melipal (Hocevar), Caelum (Merlo-Fader) y finalmente las construidas en Clos de los Siete (estudio Legrand, estudio Japaz). Ambas regiones son hoy reconocidas por sus vinos y también por su nueva arquitectura.



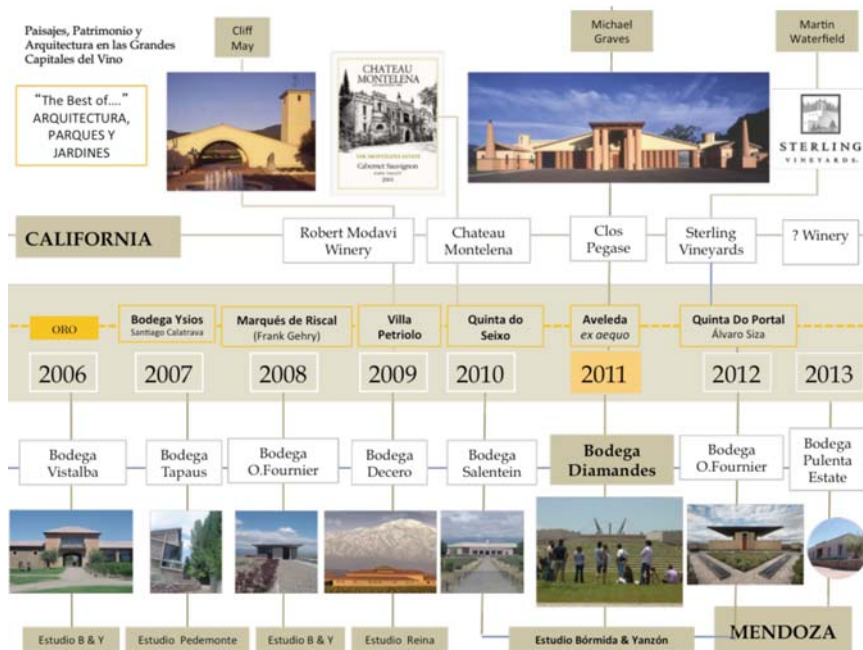
Bodega Clos Pegase, 1987 (Michael Graves)



Bodega Opus One, 1984 (Johnson, Fain & Pereira)

## Tradición e innovación a partir del Concurso “The best of”

Presentamos las obras más importantes que desde 2005, año en que se instauró la competencia “The Best of” y hasta 2013 fueron distinguidas en Mendoza y California por la red GWC. Nos focalizaremos sólo en la categoría “Arquitectura, Parques y Jardines”.



Proceso de construcción da Quinta do Vallado, 2008  
Foto: Francisco Vieira de Campos

## Bodegas premiadas en “Arquitectura, Parques y Jardines” (2006 y 2013)

### 2006. Bodega Vistalba (Luján de Cuyo)

La bodega Vistalba fue la primera en recibir el Oro Nacional en 2006 en la categoría Arquitectura. El conjunto, diseñado por el estudio B&Y, se ubica en el oasis norte de la provincia sobre un tradicional carril mendocino. La bodega se construyó en una finca antigua de 53 hectáreas con vistas al Cordón del Plata, cuyas tierras reciben irrigación tradicional por medio de canales y acequias. El establecimiento se organiza a partir de la articulación de volúmenes y patios, logrando de esta forma un conjunto de tipo introvertido que recuerda las antiguas construcciones criollas con galerías, a la manera de las haciendas vitivinícolas poscoloniales de Cuyo. Los vinos de la bodega rinden homenaje a una de las figuras más representativas de la cultura del agua en Mendoza: el “tomero”, personaje que tiene a su cargo la distribución del agua y los turnos en las fincas. Además de la actividad industrial propiamente, la bodega tiene un

restaurante que recibió el Oro Internacional ese mismo año y una posada rural. La arquitectura de la bodega Vistalba reinterpreta, a partir de un lenguaje contemporáneo, la imagen tradicional de las construcciones mendocinas y refleja a la vez la idiosincrasia de los dueños de la bodega, la familia Pulenta, ligada a la vitivinicultura desde fines del siglo XIX.

### **2006 - 2007. Bodega Flichman (Maipú), Bodega Norton (Luján de Cuyo) y Sutter Home Winery (St. Helena)**

Entre 2006 y 2007 las bodegas mendocinas Flichman y Norton respectivamente, ganaron el Oro Nacional en la categoría Parques y Jardines. Estos conjuntos históricos habían sido refuncionalizados por B&Y en los años 90. La bodega Norton además recibió el Oro Internacional por el cuidadoso manejo de sus espacios abiertos. El premio fue compartido con la bodega de Napa Valley Sutter Home Winery. Este conjunto fundado en 1874 se destaca por su casa patronal de estilo victoriano y especialmente por sus jardines pintorescos y rosadales.

### **2007. Bodega Tapaus (Maipú)**

En el año 2007 la Bodega Tapaus, diseñada por el arquitecto Marcelo Pedemonte, fue la distinguida con el Oro Nacional. Contribuyó su arquitectura de fuerte carácter regional y la integración del edificio, construido con piedras extraídas del lecho del río, con el paisaje a través de enormes ventanales que miran a las barrancas. Ese año, el Oro Internacional en Arquitectura fue para la bodega española Ysios proyectada por Santiago Calatrava.

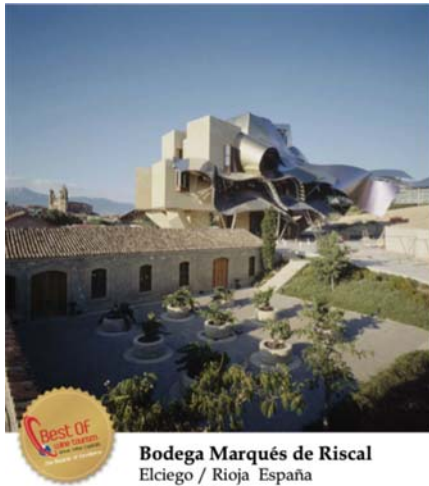
### **2008-2012. Bodega O. Fournier (San Carlos)**

En 2008 y luego también en 2012 la bodega O. Fournier ganó el Oro Nacional en esta categoría. El conjunto está situado en el valle de Uco en una región de fuerte historia ligada al patrimonio sanmartiniano. También proyectada por B&Y,





la bodega fue concebida para la elaboración de vinos finos y sus instalaciones fueron pensadas especialmente para conjugar dos aspectos esenciales: la funcionalidad enológica y la racionalidad constructiva. Ambos aspectos ofrecen una respuesta sustentable y creativa al hecho vitivinícola. Los visitantes recorren las instalaciones apreciando todas las etapas de elaboración, desde los cultivos de tempranillo, su cepa emblemática cultivada en forma de arbolito, hasta la producción, donde la vinificación se realiza por gravedad, hasta la guarda subterránea en cavas, escenario al mismo tiempo de exposiciones y conciertos de gran nivel artístico. Su innovador diseño ha revolucionado el paisaje tradicional del vino en Mendoza, pero a la vez lo ha cualificado y hoy la volumetría del edificio principal debido a su carácter es sello de la identidad vitivinícola mendocina. A pesar de no haber sido premiada con el Oro Internacional, ya que la categoría fue ganada respectivamente en 2008 y 2012 por las bodegas Marqués de Riscal proyectada por Frank Gehry y Quinta do Portal diseñada por Alvaro Siza, sin dudas O. Fournier es uno de los ejemplos más significativos de la arquitectura del vino del siglo XXI.



**Bodega Marqués de Riscal**  
Elciego / Rioja España  
Frank Gehry



**Bodega O. Fournier**  
San Carlos / Mendoza / Argentina  
Bórmida & Yanzón

### **2009. Bodega Decero (Luján de Cuyo) y Robert Mondavi Winery (Oakville)**

En el año 2009 fueron premiadas en Mendoza y California respectivamente la bodega Decero proyectada por el Estudio Reina y la bodega Robert Mondavi Winery proyectada por Cliff May. Cada una en su estilo refleja la idea de volver a las raíces, a la tradición local de la arquitectura. La de Mendoza porque recupera la técnica del ladrillo a la vista que caracterizaba a las antiguas bodegas del lugar y la de California porque remite en forma directa al lenguaje de las misiones franciscanas construidas en el siglo XIX. En ambos casos los jurados premiaron por sobre la innovación, aquellas arquitecturas tradicionales que reflejan la historia y patrimonio del lugar y lo reinterpretan de un modo con-

temporáneo.



**Robert Mondavi Winery**  
Napa Valley, California/ Estados Unidos  
Cliff May



**Bodega Decero**  
Luján de Cuyo, Mendoza / Argentina  
Estudio Reina

### **2010. Bodega Salentein (Tunuyán) y Chateau Montelena (Calistoga)**

En 2010, la arquitectura de la Bodega Salentein en el valle de Uco y del Chateau Montelena en el valle de Napa fueron consideradas las más relevantes en sus respectivas regiones. Mientras la de California, representa la historia y la tradición, la de Mendoza refleja la arquitectura actual pero con acento regional. El Chateau de Montelena fue fundado en 1882 por Alfred Tubb. Es un conjunto que se ha preservado con sumo respeto como testimonio del legado de los pioneros. El Espacio Salentein, propiedad de un grupo holandés, en cambio se destaca por haber sido la que dio el primer paso en relación al cambio cultural que significaba proyectar una bodega no sólo con un fin industrial sino cultural. Los sucesivos edificios, bodega, centro de visitantes y capilla, fueron proyectados por el estudio B&Y. Los mismos se dispusieron a lo largo de un eje ceremonial y le dan sentido a este concepto innovador donde la arquitectura es protagonista excluyente de estas ideas. Tecnológicamente cada edificio se resolvió en forma independiente y diferente, pero entre ellos existe el interés de respetar el entorno, mostrar la materialidad de un modo inédito hasta el momento y con suma creatividad. Ese año, como ya había sucedido en el 2008, el Oro Mundial quedó en Portugal. Allí fue premiada quien había representado a Porto en el certamen, la bodega Quinta do Seixo, en cuyo diseño había participado curiosamente también el estudio mendocino B&Y, situación que no debería sorprender en estos tiempos globalizados que nos caracterizan.

### **2011. Bodega Diamandes (Vista Flores, Tunuyán) y Clos Pegase (Calistoga)**

El Oro Internacional en la categoría Arquitectura, Parques y Jardines, fue otorgado por primera vez a Mendoza en 2011. La distinción recayó en una bodega de propietarios franceses que aunque estaba ya produciendo vinos, no había sido oficialmente inaugurada. El premio fue compartido con la Quinta da Ave-

leda, fundada en 1870 y de fuerte tradición en la región del Douro. En tanto, la bodega Clos Pegase, un ícono de la arquitectura posmoderna que había proyectado Michael Graves fue la ganadora del Oro Nacional en San Francisco – Napa Valley. Contribuyeron al reconocimiento internacional las características sobresalientes de su arquitectura y espacios de inspiración andina: la organización de recorridos con la intencionalidad de poner en valor el patrimonio natural, el uso de materiales adaptados al sitio, especialmente la realización de muros realizados con cantos rodados y gravas extraídas de los estratos aluviales del piedemonte cordillerano. Si bien el edificio refleja un carácter contemporáneo e innovador, su nombre remite a dos referentes toponímicos de la tradición local, la Laguna del Diamante (área natural protegida de la provincia) y la cordillera de los Andes. Como símbolo e ícono emerge un diamante de acero que preside la terraza de visitantes y patio central, otorgando un sello distintivo a la bodega que forma parte del conjunto Clos de los Siete.



**Clos Pegase Winery**  
Napa Valley, California / Estados Unidos  
Michael Graves, 1987



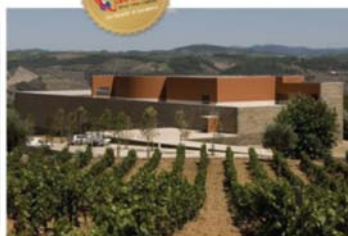
**Bodega Diamandes, Clos de los 7**  
Vista Flores, Mendoza / Argentina  
Bórmida & Yanzón, 2011

## 2012. Sterling Vineyards (Calistoga)

En California, el Oro Nacional fue ese año para la bodega Sterling Vineyards proyectada por Martin Waterfield. Se distinguió un conjunto que fue pionero en el turismo enológico desde su creación en 1964. A la bodega situada en lo más alto de una colina los visitantes llegan al conjunto de líneas mediterráneas mediante un funicular del que se aprecian las mejores vistas al valle circundante. Ese año, el Oro Mundial quedó en Porto con la bodega Quinta do Portal.



**Bodega Sterling Vineyards**  
Napa Valley / California / US A  
Bórmida & Yanzón



**Quinta do Portal**  
Douro / Portugal  
Alvaro Siza



**Bodega O.Fournier**  
Mendoza / Argentina  
Bórmida & Yanzón

### 2013. Bodega Pulenta Estate (Luján de Cuyo).

En la reciente premiación del concurso en la escala nacional, fue premiada otra bodega de B&Y, un complejo nuevo de escala intermedia. Asimismo en ella se combinan en forma armónica la tradición y la innovación. A diferencia de otras bodegas modernas donde la fermentación se realiza en tanques de acero inoxidable, en Pulenta Estate se diseñaron como en las bodegas centenarias, con piletas de cemento armado situadas en las cavas subterráneas. Esto tuvo por objeto revalorizar la elaboración tradicional del vino. Para los espacios de sociabilidad, en cambio, se diseñaron lugares que reflejan la arquitectura de hoy, con un lenguaje contemporáneo. La novedad en esta premiación fue la distinción con medallas de Plata y Bronce a dos bodegas representativas del patrimonio del vino mendocino. Es alentador que el jurado también reconozca conjuntos como los de las bodegas Lagarde y Los Toneles cuyas fachadas testimonian los dos modelos principales que adoptó la arquitectura vitivinícola a principios del siglo XX: La fachada templo y la fachada palacio. Por otro lado las restauraciones e intervenciones en ellas han sido respetuosas del lenguaje italianizante que las identifica.



Bodega Los Toneles PLATA



Bodega Lagarde BRONCE



Bodega Pulenta Estate  
Luján de Cuyo / Argentina  
Bórmida & Yanzón

### Conclusiones

El análisis de los conjuntos más destacados en los últimos años por la red GWC permite reflexionar acerca de cuáles son los valores que el jurado destaca a la hora de la premiación en Mendoza y California. También observar cómo ha sido la performance a nivel internacional, a la hora de medirse con las bodegas de otros continentes. Entre las particularidades que arrojó el estudio podemos mencionar que entre 2006 y 2013 las bodegas distinguidas pertenecen, equitativamente, tanto al grupo de bodegas tradicionales como contemporáneas. Las bodegas actuales tanto en el valle de Napa como en los oasis mendocinos combinan tres grandes industrias: la vitivinícola, la constructiva y la turística. A partir de este concepto cobran importancia los espacios complementarios a lo estrictamente productivo. Por ello es posible encontrar tanto en las bodegas refuncionalizadas como en las de nueva planta espacios de museos, centros de interpretación, galerías de arte, salas de degustación, auditorios, restaurantes e alojamiento.

En el caso de las bodegas contemporáneas, su arquitectura ha sido destacada como ejemplo sobresaliente del diseño vitivinícola, compartiendo sus autores

el sitio de honor con sus colegas del resto del mundo. En los últimos tiempos se han incrementado las intervenciones en bodegas existentes, pero aun falta recuperar un nutrido grupo de las consideradas de alto valor patrimonial. El patrimonio natural y cultural constituye el pilar de la identidad vitivinícola regional en cada latitud y, por ello, la protección de los paisajes del vino debe ser una acción constante, observándose un cuidado más profundo en los oasis californianos por sobre el de los oasis mendocinos.

**Bodegas de Mendoza y California distinguidas entre 2006-2013 (*The Best of..*)**

Categoría	GWC Mendoza	GWC California	GWC Mundial	Año
Arquitectura	<b>Bodega Vistalba</b> (Estudio Bórmida y Yanzón)			2006
Arte y Cultura				
Otras	<b>Bodega Vistalba</b> (Restaurante La Bourgogne)	<b>Spring Mountain Vineyard</b> (Experiencias relevantes)		
Arquitectura	<b>Bodega Tapaus</b> (Estudio Pedemonte)		<b>B-RIOJA - Bodega Ysios</b> (Santiago Calatrava)	2007
Arte y Cultura			<b>C. CABO Bodega Vergelen</b>	
Otras: Parques, Jardines y Medio Ambiente	<b>Bodega Norton</b> (Estudio Bórmida y Yanzón)	<b>Bodega Sutter Home Winery</b>	<b>MENDOZA - NAPA</b> ( <i>ex aequo</i> )	
Arquitectura	Bodega O. Fournier (Estudio Bórmida y Yanzón)		<b>B-RIOJA - Marqués de Riscal</b> (Frank Gehry)	2008
Arte y Cultura	Bodega Bianchi		<b>PORTO - The House of Sandeman</b>	
Otras		<b>SF-NAPA Grgich Hills Estate</b> (prácticas sostenibles)	<b>MZA - Bodega Familia Zuccardi</b> Experiencias innovadoras	
Arquitectura	<b>Bodega Decero</b> (Estudio Reina)	<b>Robert Modavi Winery</b> (Cliff May)		2009
Arte y Cultura	<b>Killka Espacio Salentein</b> (Estudio Bórmida y Yanzón)		<b>MZA - KILLKA</b> (Estudio Bórmida y Yanzón)	
Otras			<b>SF-NAPA Domaine Chandon</b>	
Arquitectura	<b>Bodega Salentein</b> (Estudio Bórmida y Yanzón)	<b>Chateau Montelena</b>	<b>PORTO Quinta Do Seixo</b>	2010
Arte y Cultura	<b>Casa Vinícola Reyter</b>	<b>Clos Pegase</b> (Michael Graves)	<b>SF - NAPA - Clos Pegase</b>	
Otras	<b>Algodón Wine Estate</b> (Alojamiento)	<b>Napa Valley Wine Train</b> (Restaurante)	Quintessa (Walker Warner Architects) Prácticas sostenibles	
Arquitectura	<b>Bodega Diamandes</b> (Estudio Bórmida y Yanzón)	<b>Clos Pegase</b> (Michael Graves)	<b>PORTO Aveleda</b> ( <i>ex aequo</i> )	2011
Arte y Cultura	<b>Bodega El Faraón</b>	<b>Robert Mondavi Winery</b> (Cliff May)		
Otras		<b>Conn Creek Winery</b> (Experiencias innovadoras)		
Arquitectura	<b>Bodega O. Fournier</b> (Estudio Bórmida y Yanzón)	<b>Sterling Vineyards</b> (Martin Waterfield)	<b>Quinta do Portal</b> (Álvaro Siza)	2012
Arte y Cultura	<b>Finca La Anita</b>	<b>The Hess Collection</b>	<b>CT - MAINZ</b> ( <i>ex aequo</i> ) <b>La Motte Wine Estate (Sudafrica)</b>	
Otras	<b>Bodega Atamisque</b> (Experiencias innovadoras)	<b>Meadowood Napa Valley</b> (Alojamiento)		
Arquitectura	<b>Bodega Pulenta Estate</b> (Estudio Bórmida y Yanzón)			2013
Arte y Cultura	<b>El camino del vino</b> (film)			

Fuente: elaboración propia a partir de las premiaciones de la GWC

Del análisis de la competencia surge que tanto el patrimonio arquitectónico como las propuestas contemporáneas de profesionales de renombre emergen



como símbolos de la arquitectura del vino de hoy y que, a partir de la difusión de los resultados de ambos certámenes, se impulsa el posicionamiento de las regiones a través de sus bienes más preciados, sus bodegas y su entorno natural y cultural, incluido aquí el trabajo de su gente.

### **Agradecimientos**

A la Dirección de Patrimonio Cultural de Mendoza, Ministerio de Cultura. Gobierno de Mendoza, a la Universidad de Mendoza, a través del ICAU (Instituto de Cultura Arquitectónica y Urbana) de la Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño, a la Universidad de Congreso, a través del Departamento de Arquitectura y Urbanismo. A la Academia Argentina de la Vid y el Vino. A la Delegación Mendoza de la Red GWC.

### **Bibliografía**

- Bórmida, E. y G. Moretti. 2005. Guía de Arquitectura de Mendoza. Sevilla: Junta de Andalucía.
- Corcuera, A. 2007. Bodegas II Arquitectura y Diseño. Barcelona: Kliczkowski.
- Fayad, F. 2012 "Cultura del agua será materia obligatoria en todas las escuelas". En: Diario Los Andes, Mendoza: 5/09/2012.
- Hartje H. Perrier, J. 2004. Bodegas: Arquitectura y Diseño. Barcelona: Kliczkowski.
- Marchionni, F. 2008. "Vendimia, memoria y olvidos. Los paisajes culturales en la Fiesta Nacional de la Vendimia como aportes a la construcción de nuestra identidad regional". En: Moretti, G. (comp.) "I Seminario de Patrimonio Agroindustrial. Paisajes Culturales del Vino, el Pan, el Azúcar y el Café". Mendoza: Dirección de Patrimonio Cultural.
- Micale A. 1998. "El patrimonio económico de la Compañía de Jesús en Mendoza". Temporalidades de los jesuitas. En: Schavelzon, D. (coordinador). Las Ruinas de San Francisco (ex jesuitas). Mendoza: Municipalidad de Mendoza.
- Micale, A. 2012. "La Compañía de Jesús y la vitivinicultura en sus estancias, haciendas y casas en Iberoamérica. La ruta del vino, saberes y conocimientos en torno a esta industria". En: XIV jornadas internacionales sobre las misiones jesuíticas. San Ignacio de Velasco: Universidad Católica de Bolivia.
- Moretti, G. 2010 "Cultura del agua y del vino en el desierto americano: El patrimonio cultural de los oasis vitivinícolas de Mendoza y California". En: Bortolucci, M. 2º Seminario de Patrimônio Agroindustrial. Lugares de Memoria. São Carlos: SAP/EESC/USP, CICOP.
- Moretti, G. 2012. "Industria, Vivienda y Sociedad en los pueblos del cemento. Centro Oeste Argentino (1920-1980)". Universidad Nacional de Tucumán. Tesis de maestría inédita.
- Ruiz, C. Bienes Culturales. Mendoza: Ediciones Culturales.
- Sullivan, C. 2008. Napa Wine A history. China: The wine appreciation Guild San Francisco.

### **Archivos y fuentes consultadas**

Sistema de Información Patrimonial. Dirección de Patrimonio Cultural. Gobierno de Mendoza.

Diario Los Andes (Mendoza)

Diario Uno (Mendoza)

[www.greatwinecapitals.com](http://www.greatwinecapitals.com)

# ARQUITETURA DOMÉSTICA ERUDITA. SOLARES DE ENTRE-CÔA-E-TÁVORA

**Filinto Girão Osório<sup>1</sup>**

A produção arquitectónica e os resultados dessa produção não podem ser entendidos de forma desligada dos contextos histórico, cultural, sociológico e económico de cada período de vida que a matéria edificada atravessa. Importa por isso tecer algumas considerações prévias de enquadramento sobre essas questões, para melhor se compreenderem as razões de ser da arquitetura dos solares. Convém primeiramente aclarar o significado de Solar. A palavra, originária do latim *solum*, tem a ver com a terra ou, como especifica R. Bluteau, com «o chão, ou assento, donde o homem está, e assim Solar significa Terra, e mais amplamente lugar ou edifício, em que teve início alguma família nobre de Hespanha»<sup>1</sup> No 'Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram', de Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo, é também dada a significação de Solar, assente na raiz etimológica da palavra, que remete para o lugar que determinada família ocupa, sua sede e sua área de influência.

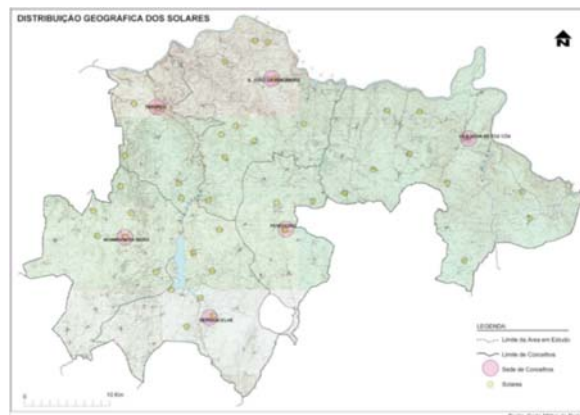
Do ponto de vista arquitectónico, os solares são edifícios que foram construídos com fins práticos, para cumprirem a função habitacional e as funções necessárias à gestão e à rendibilização das atividades agrícolas, a transformação e o armazenamento das produções geradas em diversas parcelas de solo rural que lhes estão associadas. O solar apenas pode ser entendido enquanto edifício doméstico, que é ao mesmo tempo sede duma unidade de exploração agrícola e polo de dinamização da atividade rural, dotado dum grau muito elevado de autossuficiência económico-productiva. Surge da vontade e da necessidade de assegurar a função primeira que é a de habitar. E também para albergar os espaços e dependências necessários à gestão agrária. É lugar de concentração e de reinvestimento das mais-valias geradas pela rendibilização das atividades de exploração agrária, concretizando elaboradas formalizações arquitectónicas de referenciais eruditos, em afirmação de prestígio e distinguindo-se no panorama edificado do meio vernacular em que se implanta.

Nesta medida, o solar constitui uma forma de representatividade e de afirmação de poderio através da utilização da arquitetura. As edificações procuram refletir elevado estatuto social; o cuidado posto na sua execução denota evidentes preocupações de ordem económica e inequívoca vontade de afirmação social. Aquando da construção e/ou do melhoramento do solar, procurou-se fazê-lo de modo tão grandioso quanto os recursos económicos o permitissem. Em muitos casos, tentou-se fazê-lo com ambição maior que a realidade efetivamente permitiu.

Pelas características que reúnem, o elevado grau de qualidade posto na execução e na escolha dos materiais utilizados, bem como o cuidado nas lingua-

gens arquitectónicas, os solares constituem bens de natureza cultural cujo valor patrimonial é inquestionável.

Grande parte da área geográfica sobre que incide este estudo está incluída na Região Demarcada do Douro, que se caracteriza pela existência de grandes quintas de produção vitivinícola. Porém, com raras exceções, invariavelmente situadas junto ao casario de alguma vila ou aldeia, propiciadas pela localização de determinada exploração vinícola, nas quintas do Douro não há solares. E importa perceber que as arquiteturas das quintas do Douro não são solares, nem o pretendem ser. Assinala-se o facto de na região de Entre-Côa-e-Távora se registar a existência de um considerável número de exemplares de arquitetura doméstica erudita.



Mapa de Distribuição Geográfica dos Solares na região de Entre-Côa-e-Távora  
Tabuaço e S. João da Pesqueira são, no território estabelecido, concelhos centrais e o mesmo ocorre com partes dos concelhos de Moimenta da Beira e de Sernancelhe. Há muitos locais situados tão fora de mão, que para lá chegar e fazer o indispensável levantamento com recolha de informações minimamente aceitáveis é necessário empregar toda uma longa jornada de viagem e trabalho.

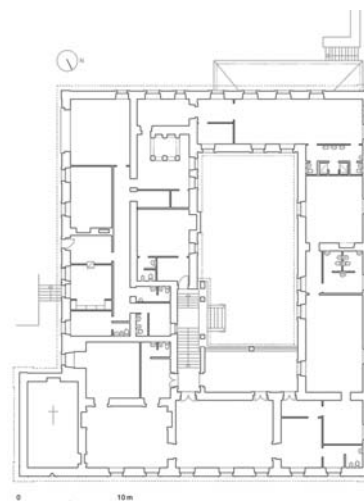
No estudo desenvolvido, procurou-se compreender os traços distintivos desta arquitetura, e as invariantes de natureza morfológica e tipológica que apresenta.

Privilegiou-se o levantamento exaustivo dos solares que existem na região, a sua observação direta e a recolha do maior número possível de elementos informativos relativamente a cada um deles. Apresenta-se neste artigo um registo muito sintético do trabalho desenvolvido.

## **Evolução dos solares**

No decurso do tempo, a edificação de solares ocorre em praticamente todas as épocas. Indubitavelmente que o solar arcaico existiu, e encontram-se diversos exemplares nesta região. Edifícios duma arquitetura ainda plena de vernaculidade, embora já com feição erudita se comparadas com as construções populares, esses solares (ou o que possa considerar-se como precursor do solar dos séculos XVII e XVIII) organizam-se em assentamentos estritamente ligados

à ocupação e exploração agrária. Durante os séculos XVII e XVIII grande número de solares teve melhoramentos, acrescentos ou reconstruções. Os processos de criação dum solar renovado ao longo de seiscentos e de setecentos, foram vários: nova edificação junto ao solar arcaico; edifício em ampliação e prolongamento da velha construção; solar edificado no mesmo espaço, por substituição de anterior construção mais antiga; ou, finalmente, solar novo construído num outro local, mais ou menos próximo, com progressivo ou radical abandono da construção solarenga original.



Solar dos Freixos – Penedono

Há também solares que foram construídos de raiz, sem que resultassem numa renovação ou numa substituição de qualquer edificação anterior. E houve ainda solares criados a partir de um novo projeto matrimonial.

Na região encontram-se edifícios de variado fôlego; desde os mais monumentais, em dimensão e em grandeza de execução, como a extraordinária Casa do Cabo, em São João da Pesqueira, ou o sóbrio Solar dos Freixos, em Penedono, aos relativamente mais modestos, mas de arquiteturas igualmente interessantes, como a Casa Grande de Freixo de Numão, no concelho de Vila Nova de Foz Côa, ou o Solar de A-de-Barros, no concelho de Sernancelhe.

Porém, o que se vê mais frequentemente são casas de média dimensão e de importância meramente local, executadas segundo programas relativamente limitados, mas a que não faltam ambições de afirmação social por meio da utilização de gramáticas plásticas bastante elaboradas. Recorrem a linguagem erudita, no sentido em que as formas escolhidas, desde a planta à decoração e aos elementos compositivos, remetem claramente para padrões estéticos elevados. No contexto local em que se inserem, assumem afirmação ativa de diferença perante os modos de fazer das demais edificações.

Pouco, ou quase nada se sabe sobre quem foram os autores. Em minuciosas investigações arquivísticas, talvez em arquivos de família, poderão descobrir-se nomes de um ou outro mestre pedreiro, que eventuais registos associem a presenças em outras obras mais conhecidas ou melhor documentadas. Nomes de arquitetos dificilmente surgirão. Há, no entanto, algumas balizas de influência, designadamente a de Nicolau Nasoni para as realizações arquitectónicas setecentistas, provavelmente não tanto a do próprio (embora se diga que esteve ligado à edificação da Casa do Cabo, em S. João da Pesqueira) mas a dum escola de que foi precursor.

Por um lado, sabe-se que havia famílias de artífices dedicadas em exclusivo às práticas edificatórias. Nestas, o conhecimento dos modos de fazer passava de pais a filhos, em sucessivas gerações. Por outro lado, a partir de certa época, a tratadística assumiu papel relevante na divulgação de modas estilísticas, no-



meadamente pela circulação de estampas, que se tornou bastante vulgarizada. Influências mútuas se relevam entre alguns solares situados em diferentes pontos da região. Determinadas semelhanças de estilo, certas nuances dos recursos linguísticos, permitem hoje datar determinados objetos arquitectónicos, parcialmente ou no todo, destrinchando-os em correlativas leituras diacrónicas.

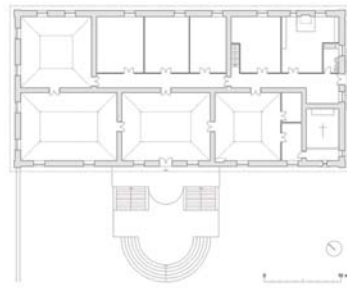
A evolução construtiva dos solares sedimentou-se ao longo de modos de fazer

sucessivamente experimentados. Em cada época adoptam-se as inovações artísticas em uso. Para a sua construção recorre-se aos melhores operários e aos mais conceituados artífices que haja na região, aqueles que possuam as técnicas construtivas mais refinadas.

Um ou outro solar revela falta de unidade de estilo arquitectónico, ou é mesmo constituído por certa diversidade ou sobreposição de estilos. Isso resulta, sobretudo, do facto de ter sido edificado em várias épocas. Aliás, poucos são os solares que foram construídos dum só fôlego, segundo um projeto ou desenho unitário inicial. Este, quando existiu, foi em grande número de solares modificado e adaptado com o decorrer das obras; e no decurso do século XVIII muitos foram melhorados ou ampliados, ou ambas as coisas.

Não é por esse facto que o edifício se revela menos digno de interesse, e uma diversidade de modos construtivos presentes num único solar constitui sempre motivo de valorização acrescida, pois permite um melhor conhecimento da evolução dos gostos de diferentes épocas.

Apesar das diferenças ou sobreposições de estilos que possam apresentar, quase sempre na frontaria do solar é respeitado um desenho unitário e de grande coerência.



Solar de A-de-Barros – A-de-Barros, concelho de Sernancelhe

### Componentes espaciais dos solares

As componentes espaciais dos solares podem ser muito diversificadas: pátios exteriores; entrada nobre e entradas secundárias e de serviço; salas de recepção e de estar; cozinha; quartos, câmaras e alcovas; escritório e gabinete de leitura; capela; zonas de serviços e os baixos que se destinam, geralmente, a espaços de apoio às atividades agrícolas e a armazenamento dos géneros e produtos para uso da casa.

A forma e a disposição desses pátios relativamente aos volumes construídos e perante as diversas funções que deles se pretende, revela normalmente pragmatismo e sentido prático com vista a resolver adequadamente os problemas de funcionalidade e, em simultâneo, contribui para o enriquecimento compositivo e para a acentuação das qualidades de erudição arquitectónica do solar. Nas capelas, quando as há – lugar de maior afirmação formal e lugar de incrementado investimento numa vasta panóplia de elementos decorativos – as in-

tenções de monumentalidade revelam algum protagonismo deliberado.

A atitude de integração do corpo da capela no solar é chamar a este uma valência de peso, para valorizá-lo efetivamente. Em termos de significação sociológica, é-o também; a própria prerrogativa de edificação duma capela (com as complexas autorizações eclesiásticas necessárias) não estava acessível a qualquer devoto, pelo que a sua existência por mais modesta que seja constitui sempre sinal de distinção.

No tratamento dos espaços interiores dá-se particular atenção aos compartimentos destinados a estar e a receber, nos quais há frequentemente recurso a tectos dinâmicos, com a forma de masseira mais usual, ou a tectos poliédricos e/ou de caixotões; os salões e as salas comunicam diretamente uns com os outros, sendo raríssimos os corredores e as antecâmaras ou espaços estritamente de transição e de circulação. As zonas reservadas à vida íntima da família, isto é saletas, quartos e alcovas, são modestos nas dimensões assim como na forma e no tratamento, inclusivamente quanto à decoração e ao próprio mobiliário; as dependências destinadas ao pessoal de serviço doméstico são de muita austeridade, chegando a apresentar até algum desconforto na habitabilidade, e localizam-se as mais das vezes nos sótãos, em aproveitamento dos vãos das coberturas e nem sempre com aberturas para o exterior.

Na hierarquização espacial do solar, dentre as dependências funcionais e de serviço destaca-se a cozinha como centro da atividade doméstica cuja vida quotidiana se faz grande.

### Solares como Equipamentos Públicos

Alguns solares são hoje casas esvaziadas e o seu sentido profundo encontra-se subvertido por vicissitudes de modificações vivenciais. Quantas vezes as famílias suas proprietárias deles se desinteressam ou, se ainda mantêm algum interesse, não conseguem descortinar-lhes uma utilidade prática com utilização regular nem a forma adequada de preservá-los, preferencialmente assegurando-lhes continuidade de função, sem dúvida o melhor modo de lhes permitir perdurar condignamente.

Transformações operadas no decurso do tempo determinaram, em diversos solares, a respectiva obsolescência. Alguns sofreram, cumulativamente às transmissões de propriedade, uma ou mais mudanças de uso e, por vezes, também de estatuto; de residências familiares e sedes de assentos de la-



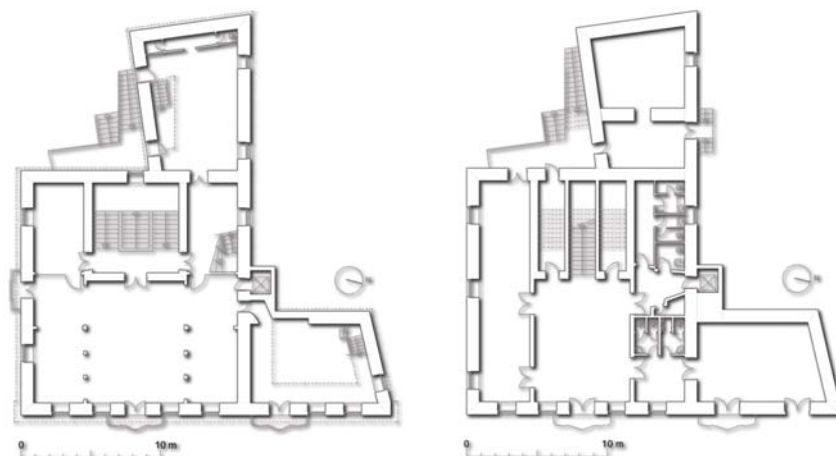
Bodega Clos Pegase, 1987 (Michael Graves)



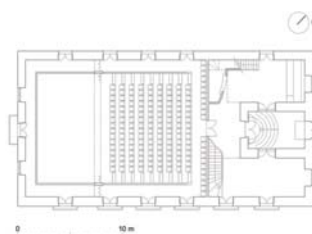
Bodega Opus One, 1984 (Johnson, Fain & Pereira)

voura, passam a serviços públicos ou a equipamentos ao serviço da colectividade.

O Solar dos Guedes, em Moimenta da Beira, foi alvo duma reconversão integral e serve hoje como biblioteca municipal; na Casa da Quinta do Ribeiro, em Rua, no concelho de Moimenta da Beira, embora no corpo principal se mantenham na generalidade as suas características arquitectónicas originais, o conjunto foi muito modificado com diversas ampliações, e está reconvertido em escola agrícola; o Solar dos Freixos, em Penedono, alberga atualmente os Paços do Concelho, os serviços de registo e o quartel da Guarda Nacional Republicana; a Casa do Cabo, em São João da Pesqueira, é propriedade do Ministério da Justiça, serve como tribunal de comarca e aloja alguns outros serviços públicos, como notariado e registos; o Solar na rua Direita, no Granjal, concelho de Sernancelhe, é parcialmente propriedade da respectiva junta de freguesia e serviu, até há pouco tempo, como 'Casa do Povo'; o Solar dos Condes de Anadia, em Sernancelhe, que há muito perdera o uso doméstico, serviu longos anos como Paços do Concelho e foi depois alvo duma intervenção para adaptação a auditório municipal, função que hoje assegura; finalmente, a Casa Grande de Freixo de Numão, no concelho de Vila Nova de Foz Côa, teve uma reconversão profunda que modificou todo o seu interior e hoje é museu de arqueologia.



Plantas de R/C e o primeiro piso do Solar dos Guedes em Moimenta da Beira



Solar dos Condes de Anadia – Sernancelhe

## Conclusão

Os três princípios basilares enunciados pelo tratadista romano Vitruvius para a arquitetura, em que *firmitas* cobre todos os aspectos técnicos da construção (local, materiais, fundações), *utilitas* remete para a função do edifício, e *venustas* para a beleza arquitectónica, encontram-se patentes no desenho e nas formalizações concretas dos solares e são tomados como base decisiva para afirmar valores numa sólida concepção da vida social que se pretende de grande imobilismo e estabilidade. Os dois primeiros estão intensamente interiorizados e deram origem a formas arquitectónicas de grande robustez e muito agarradas ao solo – surgindo da terra que lhes dá origem e os sustenta, mas assentando também pesadamente nessa mesma terra, que anseiam domesticar, rentabilizar, racionalizar e dominar – e estáticas como o mundo de valores de que resultam e que procuram também afirmar. Já com o terceiro, *venustas*, faz-se recurso numa outra dimensão, a estética, para de certo modo alhear do solo esses mesmos edifícios, fazendo com que possam como que planar acima das quotidianas preocupações do camponês, e das limitações da vivência no meio rural.

Embora ao longo do tempo tenham sido sujeitos a inúmeras transmissões por partilhas sucessórias e alienações, continuam sendo maioritariamente propriedade de particulares. Em diversas situações, o solar teve que ser dividido em subunidades com diferentes proprietários. Mas muitos são ainda os solares que, na totalidade ou parcialmente, se mantêm na posse de descendentes da família originária.

Os modos de vida da atualidade diferem substancialmente dos do passado, quer relativamente às épocas em que foram edificados, quer em relação aos diversos períodos de vida que a matéria edificada atravessou, porém, a função doméstica continua a prevalecer na maioria dos solares. Essa função assume hoje formas mais diversificadas, que podem ser ainda a convencional habitação permanente, a de residência temporária de famílias em períodos de repouso da vida agitada nas grandes cidades, ou a adaptação para recepção de hóspedes na modalidade de turismo no espaço rural, uso também doméstico em que se procura uma optimização e alguma rendibilização da utilização do solar.

O relacionamento com as atividades agrícolas, que em termos socioeconómicos esteve na génese desta tipologia arquitectónica, ainda se mantêm em grande medida, apesar de hoje a maior parte dos solares ter um acervo de parcelas produtivas muito reduzido relativamente ao que teve no passado.

# Complexos Agroindustriais e Sítios Históricos





# ESTRATÉGIA DE RECUPERAÇÃO DOS MOINHOS DE ÁGUA DO GAVIÃO

**Ana Silva<sup>1</sup>**

*[...] Na terra moraram os nossos antepassados. Marcados pelo território, transmitiram-nos as estruturas sociais com que nos organizamos, as técnicas agrícolas que em parte as dominam, e tudo o mais que foi moldando as nossas comunidades até hoje. O território é o elemento permanente da identidade. [...] E é verdade que estamos cada vez menos condicionados pela natureza. Mas talvez seja sensato não a ignorar. [...]*<sup>2</sup>

A diversificada riqueza que o concelho do Gavião apresenta, não impede que atualmente sofra as consequências da desertificação. Na tentativa de retoma ao seu estado auto sustentável, é necessário enaltecer o que tem de melhor: terras propícias à agricultura, desde que restabelecidas e, património arquitectónico agro-industrial aliado a uma riqueza ambiental ímpar.

Os moinhos de água existentes na Ribeira das Barrocas e na Ribeira de Alferreira, são a expressão cruzada desta combinação. A sua implantação no território, em zonas morfológicamente distintas, proporcionando diferentes relações com a envolvente, demonstra que a estratégia adotada deverá estabelecer entre eles, uma relação à escala territorial. A reposição de ambientes e condições outrora existentes, é parte integrante do projeto de recuperação destes moinhos.

Pela sua implantação, o conjunto dos Moinhos da Ribeira das Barrocas, possui uma relação estreita com a envolvente, que faz com que a natureza e o património edificado se fundam, espontaneamente, originando um lugar introspectivo. De forma a manter estas características, repôs-se o seu estado original e evitou-se a permanência de visitantes, pois pretende-se que seja apenas uma zona de passeio e reconhecimento deste *Museu Vivo*. A forma expedita como o homem lidou com a natureza em função das suas necessidades, o processo de moagem e o equipamento hidráulico e tecnológico de funcionamento dos moinhos, serão os temas das principais lições partilhadas neste local. O Moinho da Ribeira de Alferreira e sua proximidade do Rio Tejo, apelam ao desenvolvimento de atividades de carácter lúdico.

## **Objectivos gerais da intervenção**

Os moinhos de água existentes na Ribeira das Barrocas e na Ribeira de Alferreira, alvo principal do projecto, representam o património construído com base nas atividades económicas que contribuíram para o desenvolvimento da região. Construtores anónimos foram ao logo dos tempos aperfeiçoando o engenho motor que transformava o cereal em farinha, em prol da produção qualitativa e quantitativa e sem qualquer finalidade estética. A beleza destes edifícios nunca poderá ser superior em relação ao seu estado original, portanto numa atitude

<sup>1</sup> Colaboradora no Gabinete de Arquitetura de Siza Vieira

<sup>2</sup> MATTOSO, José; Portugal, *O Sabor da Terra – Um retrato histórico e geográfico por regiões*; Círculo de Leitores e Temas e Debates 2010; Rio Tinto, 2010.

humilde e respeitosa perante tamanha excelência, urge a reposição do seu carácter original, de modo a que não se perca para sempre. Estes edifícios e esta atitude são o mote de toda a proposta. Todas as intervenções são feitas com a intenção de criar uma base sustentável de todo o plano.

### **Estratégia Geral de Intervenção**

A colocação no território dos moinhos a recuperar, em zonas de morfologia distinta e diferente relação com a envolvente, mostram que a estratégia deverá estabelecer entre eles uma relação à escala territorial. A reposição de ambientes e condições outrora existentes, deverá ser parte integrante do projeto de reabilitação dos moinhos. O sucesso desta intervenção, no intuito de gerar novas dinâmicas que possam adicionar valor a esta região, depende fundamentalmente da capacidade da mesma influenciar os espaços que a envolvem pois, apesar do autêntico ser aquilo que hoje se encontra no lugar, a tradição foi interrompida e urge ser reposta, com capacidade inovadora. A importância dos campos de cultivo e das matas funcionando em torno deste conjunto de moinhos é tão importante hoje para o restabelecimento de um ambiente produtivo e gerador de riqueza, como o foi para as populações de outrora.

Esta estratégia assenta em sub-estratégias desenvolvidas aos níveis paisagístico, turístico, de estabelecimento de percursos pedonais e viários bem como em propostas de intervenção no edificado existente. Estas últimas serão objecto de maior detalhe descritivo.

### **Ao nível paisagístico**

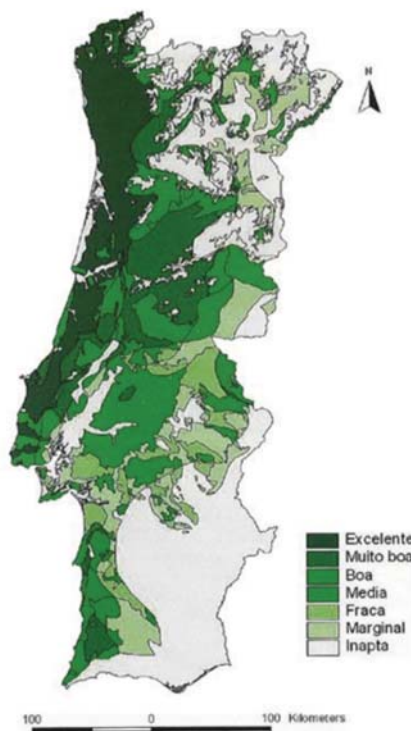
Na estratégia que se apresenta, pretende-se restaurar gradualmente o coberto vegetal característico da região partindo do traçado definido para o percurso PR2. A qualificação ambiental da envolvente a este percurso trará mais-valias para todos os produtores presentes no território e procura criar condições para o estabelecimento de outros mais. Especula-se o desenvolvimento desta mancha vegetal por outros caminhos e percursos propostos, bem como por linhas de festo, linhas de divisão de propriedades e linhas de água, umas vezes funcionando como estrutura de sebe, outras como maciços arbóreos de maior dimensão. Esta intervenção criaria um mosaico paisagístico exponencial com qualidades incomparáveis à paisagem que predomina atualmente.



Evolução da mancha de regeneração ecológica, partindo do percurso PR2

Este melhoramento tem a capacidade de incluir a permanência das atividades existentes, monoculturas de eucaliptos e pinheiros bravos, produção de mel, áreas de pasto e outras formas de exploração pois, este circundará as propriedades em questão, desafetando para si áreas insignificantes destes terrenos, providenciando espaços de refúgio para espécies da fauna local, protegendo os solos contra a erosão, melhorando a sua qualidade, funcionando também como proteção contra ventos e geadas.

Primariamente, este trabalho seria orientado pela autarquia de Gavião devendo para isso contar com trabalho voluntário de indivíduos interessados na problemática da regeneração ecológica, escuteiros, habitantes locais ou apenas interessados. São propostos na estratégia geral, espaços de abrigo para estas pessoas. Esta intervenção tem subjacente uma vontade de mostrar à população residente a aposta real na valorização do património natural com objetivos de preservação, mas também com vista à reposição das atividades humanas em estreita relação com a verdadeira floresta. Idealmente, esta alteração paisagística estender-se-ia pelos terrenos agora incultos, povoados por espécies pioneiras após um incêndio ou após abandono da exploração para pasta de papel, bem



Aptidão do eucalipto em Portugal

como pelos terrenos atualmente ocupados por eucaliptais em monocultura visto que, somadas algumas rotações, os solos onde se encontram deixam de fornecer as condições ideais para uma exploração rentável.

A recuperação das galerias ripícolas das Ribeiras de Alferreira e Barrocas, onde se enquadram os moinhos existentes a intervencionar atravessados pelo percurso pedestre (PR2) previsto, e o incremento da sua biodiversidade, riqueza e função cénica, passará pela eliminação progressiva de elementos estranhos à comunidade, de modo a reduzir a acumulação de biomassa, e das espécies vegetais infestantes, nos troços em que a galeria ripícola se encontra já bem definida. Em troços em que a galeria se encontra inexistente dever-se-á delimitar as faixas de proteção às linhas de água estipuladas por lei e proceder-se à plantação para o estabelecimento da mesma.

### Ao nível Turístico

Hoje em dia, as tradições e os modos de vida genuinamente rurais estão fortemente valorizados do ponto de vista ambiental, com significado turístico e económico

por parte de uma sociedade cada vez mais urbanizada, globalizada e padronizada. Este fator tem vindo a assumir um significado económico relevante para desenvolvimento local e regional. Também neste contexto, se procedeu à criação de vários percursos pedestres, diretamente relacionados com princípios turísticos.

A intenção, por parte do município, de integrar a zona da Ribeira das Barrocas e da Ribeira de Alferreira na Rede Natura 2000, uma rede de Áreas Protegidas e, conseqüentemente, a sua integração no Programa Nacional de Turismo da Natureza, aplicável na Rede Nacional de Áreas Protegidas, desencadearia a prática de Turismo da Natureza. Os princípios deste tipo de turismo são viáveis nesta região e encontram-se em harmonia com o panorama com que aqui nos deparamos.

Como *input* do desenvolvimento turístico nesta zona, estão criadas as condições para dar início à prática de Turismo no Espaço Rural como *Casas de Campo*. São *Casas de Campo* os imóveis situados em aldeias e espaços rurais que se integrem, pela sua traça, materiais de construção e demais características, na arquitetura típica local. Quando as *Casas de Campo* se situem em aldeias e sejam exploradas de uma forma integrada, por uma única entidade, podem vir a consideradas como *Turismo de Aldeia*.

Desta forma, e tendo como objetivo a criação de condições para o desenvolvimento deste tipo de turismo,

envolvendo as aldeias, requalificando-as, com o objetivo de serem pontos de atração, partiu-se de um levantamento dos edifícios devolutos presentes nas aldeias de Atalaia, Degracia Fundeira e Degracia Cimeira, e na atribuição de funções a estes edifícios.

As reabilitações serão feitas com base em sistemas ecológicos e auto-suficientes do ponto de vista energético. Os edifícios cuja reabilitação não for viável, constituirão apenas uma memória, preservando-se em ruína, pois são apontamentos indispensáveis para a leitura e entendimento da paisagem.

Os edifícios devolutos que albergavam serviços e espaços públicos serão de igual forma reabilitados de acordo com os mesmos princípios, assumindo novos serviços e/ou espaços públicos, contribuindo para o desenvolvimento do Turismo no Espaço Rural, ou do Turismo da Natureza, no caso da integração da Rede Natura 2000.

### **Percursos Pedestres**

Entre estas incitativas, encontra-se um conjunto de percursos pedestres, temáticos em certa medida, que proporcionam aos visitantes o reconhecimento destas localidades. O primeiro percurso criado (PR1) “Arribas do Tejo”, é um percurso pedestre de pequena rota que decorre pelas arribas do rio Tejo envolvendo as freguesias de Belver e de Gavião, fazendo duas travessias do rio: uma na barragem de Belver e outra na centenária ponte de ferro da EN244. O segundo percurso (PR2) “Corredor Ecológico das Ribeiras de Alferreira e Barrocas” é um percurso pedestre em circuito, que envolve a Ribeira das Barrocas, a Ribeira de Alferreira, o Rio Tejo e as Aldeias de Degracia Cimeira, Degracia



Fundeira e a Atalaia. O terceiro, (GR) “Terras de Gavião”, abrange os dois primeiros.



Aldeias – Atalaia, Degracia Fundeira, Degracia Cimeira Ribeiras de Alferreira e Barrocas



A extensão do PR2 - “Corredor Ecológico das Ribeiras de Alferreira e Barrocas” é considerada a área base de intervenção, no entanto, a sua abordagem é indissociável de toda a sua envolvente. Ela proporciona um plano a larga escala, cujo desenvolvimento apenas fará sentido, se faseado e ponderado no decorrer do tempo.

Trata-se de um percurso bastante pertinente. Na sua extensão apresenta características de grande riqueza e diversidade, abrangendo várias morfologias presentes no território. As sensações serão sempre intensas, tanto no que diz respeito às paisagens agrestes e com influência dominante de elementos naturais, como às paisagens mais tranquilas e suaves, com mais evidente humanização. Os seus limites são espaços de interação e adaptação interior/exterior, promovendo um quadro relacional mais complexo.

### Especificação das intervenções no PR2

O turismo no espaço rural, apoiado pela prática da agricultura e fomentado pelo património envolvente, irá gerar uma inversão desta realidade. Assim, e tendo em vista o desenvolvimento deste tipo de turismo, é possível salientar as operações principais que irão desencadear mais-valias neste sentido (todas estas iniciativas serão paralelas ou posteriores à intervenção principal):

**Turismo no Espaço Rural - Casas de Campo** – reabilitação, com base em princípios sustentáveis, das casas devolutas existentes nas aldeias, com ou sem proprietários, de modo a albergar turistas e/ou visitantes. Desta forma, densificar-se-á e restabelecer-se-á o traçado original das aldeias.

**Habitacões para habitantes das Aldeias** – Algumas das casas devolutas irão também albergar os novos habitantes que, por motivos profissionais regressarem às aldeias, de forma a contrariar o que se verifica hoje em dia, por exemplo na Atalaia, em que as casas novas construídas ignoram a existência de casas inabitadas com maior relevância no traçado da aldeia e maior qualidade arquitectónica.

**Centro de Interpretação dos Moinhos das Ribeiras de Alferreira e Barrocas**

– Este Centro funcionará na Aldeia de Atalaia, no Monte da Eira depois de recuperado. Trata-se de um edifício de elevada qualidade arquitetónica e encontra-se no início do PR2. Para além de Centro de Interpretação, este edifício deverá também gerir toda a atividade turística que aqui se irá praticar, aluguer de casas rurais e abrigos, registo em percursos, informações, salas com internet assistida, etc.



Centro de Interpretação dos Moinhos das Ribeiras de Alferreira e Barrocas

**Restaurante e Loja (gastronomia e produtos regionais)**

– Pela sua localização e integração paisagística desafogada, depois de recuperado, o antigo Lagar da Atalaia, deverá albergar um restaurante, onde serão servidos pratos típicos da região, confeccionados com os produtos biológicos aqui produzidos. Estes produtos serão vendidos numa loja integrada no restaurante. O visitante poderá adquirir os produtos que acabou de experimentar no restaurante, como por exemplo o feijão-frade da Margem e outros produtos hortícolas, a farinha produzida nos moinhos, doces, etc.



Antigo Lagar. Restaurante e Loja. Atalaia

**Escola para a 3ª idade**

– Esta escola deverá ocupar as instalações da antiga Escola situada na Degracia Cimeira, na tentativa de combate à taxa de analfabetismo e com vista a uma universidade sénior do Concelho.

Para além destes serviços principais que porventura despoletarão outros, é conveniente que seja feita a recuperação das fontes e espaços centrais das aldeias. É essencial que seja feito o rearranjo da “rotunda” onde se situa a fonte de S. Pedro na Degracia Cimeira, de modo a que perca o carácter de “rotunda” e que o aumento das suas dimensões proporcione a implantação de um jardim, que permita a reunião dos habitantes. Este é um ponto importante no PR2, tendo potencial para fomentar o convívio entre visitantes e habitantes da aldeia.



Escola para a 3ª idade. Degracia Cimeira

## Ribeiras de Alferreira e Barrocas

Os moinhos de água que se encontram ao longo destas Ribeiras são testemunhos da vida das populações. Durante metade do ano (desde fins de Outubro a inícios de Abril), era aqui que se instalavam. Na outra metade, as Ribeiras não tinham caudal suficiente para fazer mover os rodízios e produzir farinha e, por isso, as pessoas voltavam à Aldeia.

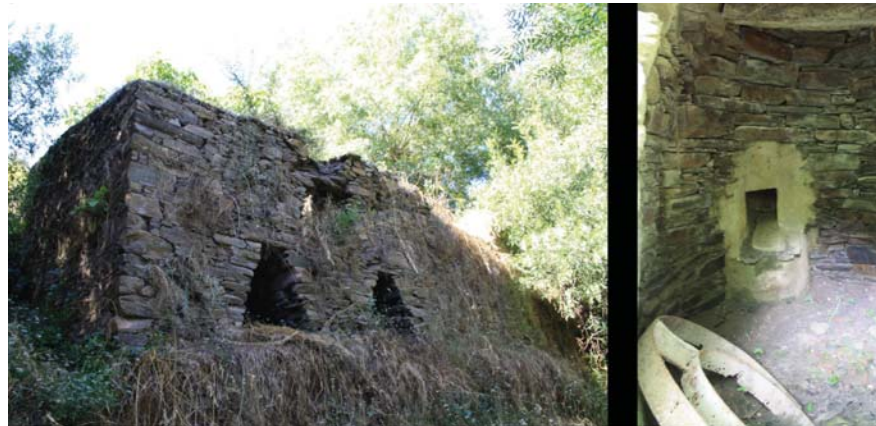


Ribeira de Alferreira, junto do moinho prédio 9

Atualmente, o património edificado encontra-se em ruína. O contexto de grande dificuldade de acessos e conseqüente isolamento, onde parece que o tempo parou, favoreceu a permanência de importantes valores naturais, tanto em termos de vegetação como de fauna. Não existe pressão humana e por este motivo a área destas ribeiras apresenta um maior número de valores biológicos protegidos e um estado geral elevado de conservação dos ecossistemas. São estes fatores que vão permitir o enquadramento destas duas Ribeiras na Rede Natura 2000 e é por este motivo, que a manutenção e preservação das suas características constituem os objetivos principais da intervenção.

Numa tentativa de manter estas características, evita-se a fixação dos visitantes. Pretende-se que seja uma zona de passeio e reconhecimento deste *Museu Vivo*. O conjunto deverá ser reabilitado por fases, em consonância com a estratégia geral. Sendo que a primeira fase corresponde apenas à reabilitação do moinho do prédio 9, de acordo com o seu estado original. Pretende-se que desenvolva a função para a qual foi concebido, para que as novas gerações possam aprender, vivendo estes espaços. A forma expedita como o homem lidou com a natureza, em função das suas necessidades, o processo de moagem e o equipamento hidráulico e tecnológico de funcionamento do moinho serão as principais instruções neste *Museu Vivo*.

O Moinho do Prédio 1 será também reabilitado nesta primeira fase, seguindo os mesmos princípios que o moinho do prédio 9. No entanto, a sua envolvente e proximidade com o Rio Tejo, permitem a relação com actividades mais lúdicas. Ao contrário do conjunto anterior que se entranha na envolvente, este encontra-se já mais liberto, numa zona de transição para uma outra realidade - a do Rio Tejo. Tendo em conta a rede de caminhos já existentes, foram definidos dois *percursos viários* cuja extensão abrange todo o conteúdo do PR2, desempenhando um papel importante no combate a incêndios. Estes dois percursos que culminam em duas áreas de estacionamento direcionam os visitantes para as duas zonas dos moinhos, (situados nos prédios 1 e 9), facilitando-lhes os acessos, sem no entanto os colocar dentro do lugar de destino - zona limítrofe destes moinhos - promovendo desta forma o percurso pedestre nas zonas que se consideram indispensáveis à leitura dos conjuntos.



## Desenvolvimento das Propostas

### Museu Vivo

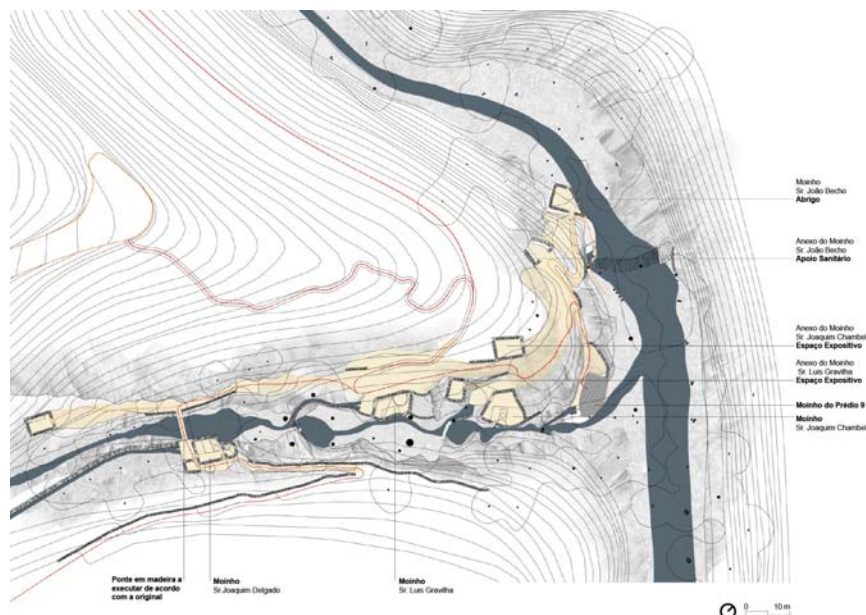
O conjunto - Museu Vivo - vale por si só, pela sua unicidade. A recuperação do Moinho do prédio 9 é o meio de incentivo à recuperação dos moinhos que o envolvem. A estratégia da sua recuperação será faseada, e uma vez criada essa estratégia, haverá uma adesão por parte dos atuais donos dos moinhos, já que atualmente estes se encontram em processo de degradação, criando assim o tão importante envolvimento da população.

A existência, na proximidade, do Museu de Trens da Margalha, de gestão privada, é uma oportunidade de formação de um importante conjunto museológico acerca do quotidiano destas populações. Consolidada esta relação, o passo seguinte seria a integração de ambos no Conjunto de Museus do Distrito.

A atitude nesta recuperação irá contrariar a tendência para a fixação dos visitantes, evitando a destruição das características únicas deste lugar, preservando o seu carácter.



O Moinho do prédio 9 será recuperado de acordo com o seu estado original e segundo os métodos construtivos tradicionais. Após ter sido feito um levantamento rigoroso do processo construtivo e do esquema de funcionamento interno deste moinho, chegou-se à proposta apresentada, no entanto, é certo que para concretizar esta recuperação será necessário um estudo ainda mais avançado.



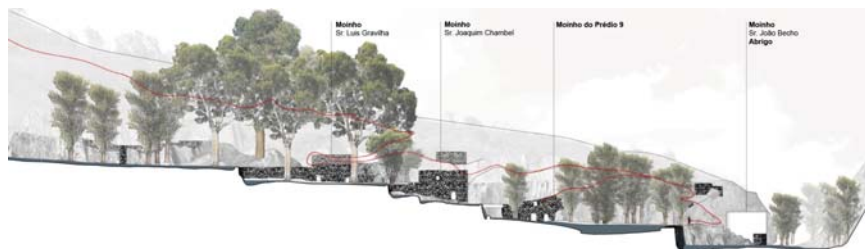
#### Desenvolvimento das Propostas

Pretende-se que o moinho retome a produção de farinha, associado à recuperação da cultura de cereal nesta zona. A farinha seria vendida nas aldeias (com vista à sua exportação) e o seu fabrico seria alvo de demonstrações perante os visitantes (visitas escolares, caminheiros, turistas, etc.).

O PR2 aproxima-nos deste conjunto através dos caminhos ladeados pelos muros em xisto existentes na margem direita da Ribeira das Barrocas, integramos o conjunto através do Moinho do Sr. Joaquim Delgado, que funcionará como uma espécie de receção e uma pequena zona de descanso. Ao contrário dos restantes moinhos, este, depois de reabilitado, produzirá energia elétrica que será distribuída através de “balaustrada”, pelos outros edifícios (este acontecimento justifica-se numa última fase quando todo o conjunto estiver a funcionar). A reconstrução da ponte, atualmente em ruína, em madeira como a original (em detrimento do passadiço em madeira proposta no plano do PR2), irá permitir a passagem para a outra margem. Através de caminhos existentes percorre-se o conjunto, até ao Moinho do Sr. Luís Graviha, cujo anexo será um espaço expositivo sobre a atividade cerealífera do concelho, com engenhos e peças inutilizadas dos moinhos, fotografias antigas, jornais, etc. O mesmo acontecerá no anexo do Moinho do Sr. Joaquim Chambel, cujo moinho seria também usado na produção de farinha. Chegamos então ao moinho do prédio 9. Todo o conjunto irá



dispor de um apoio sanitário seco, no anexo do Moinho do Sr. João Becho, cujo moinho seria recuperado como abrigo temporário, numa fase final, caso fosse necessária a pernoita de pequenos grupos, mediante marcação prévia.



Desenvolvimento das Propostas

### Moinhos do Tejo – prédio 1

Seguindo os mesmos princípios da recuperação do Moinho do prédio 9, também estes moinhos voltariam a produzir farinha. O levantamento deste moinho deixou algumas questões por esclarecer no que diz respeito ao encaminhamento das águas, por este motivo, também este deverá ser alvo de um levantamento e estudo mais intensivos.

Para além da vertente educativa, pela sua situação geográfica e sua relação com a envolvente, este moinho está associado a duas vertentes: a primeira, diretamente relacionada com as regas, numa lógica de partilha de águas, a segunda, associada à primeira, mas numa vertente mais lúdica.

A levada destes moinhos possui cerca de 3Km e existe um fragmento que se encontra desmoronado. Propõe-se a sua reconstrução, em detrimento da proposta da construção de um passadiço em madeira suportado por estrutura metálica fixa à parede rochosa, constante no plano do PR2, obtendo, depois de limpa e reabilitada na sua totalidade, a levada no seu estado original, facto benéfico para os visitantes, já que este plano propõe aos caminheiros o reconhecimento do seu traçado original.

Através do levantamento e análise do existente identificaram-se entre os Moinhos do Tejo e a Casa do Moleiro alguns troços do que aparenta ser a parte restante da levada. Este troço, além de encaminhar água até à Casa do Moleiro, possibilitava as regas nas áreas de cultivo existentes entre esta e os Moinhos, segundo o princípio da partilha de águas. Partindo da identificação destes troços, foi feita uma reinterpretação da levada. A sua associação a tanques de rega que permitem o armazenamento de água, utilizada com o auxílio de um sistema de rega no Verão, em que os caudais são muito baixos, permite simultaneamente a sua utilização como espaço de banho. Depois deste tanque, implantado paralelamente à zona de pomar, o restante troço da levada que desenha simultaneamente um caminho, conduzirá os caminheiros a uma pequena zona de bar e apoio às atividades piscatórias e náuticas, que ocupa a atual Casa do Moleiro e junto à qual se implanta um outro tanque. Esta linearidade “encastrada” na encosta contorna-a, repetindo a postura dos moinhos, relativamente à morfologia do terreno.

## Ancoradouro

O ancoradouro situa-se na margem do Rio Tejo, no alinhamento do novo apoio. Este local é hoje em dia utilizado como zona de estar, convívio e zona de pesca desportiva. Reinterpretando a composição dos muros de sirga, esta construção de aparência ligeira, permitiria apenas o atracamento de barcos de pequenas dimensões, nomeadamente o barco que realiza o atravessamento do Tejo em direção à outra margem, permitindo a continuidade do percurso GR – Terras de Gavião.

## Apoio Agro-Florestal / Posto de guarda-florestal / Abrigo / Observatório

Para que responda a todas estas exigências, o edifício foi estrategicamente implantado. O facto de ser um dos pontos mais altos, permite uma boa relação visual com o leito do rio Tejo através do enfiamento do vale, direccionando o observador para o Castelo de Belver. Este contexto, em conjunto com o reconhecimento da necessidade de um apoio agrícola e de um posto de apoio à vigilância e combate a incêndios, resulta na escolha desta implantação. Para que os caminheiros possam pernoitar, foi também criado uma zona de abrigo neste edifício que pode, também, abrigar pessoas voluntárias ou outras que venham acompanhar e participar nos trabalhos agrícolas em desenvolvimento. Assim, estará equipado com instalações sanitárias e um sistema de aproveitamento de águas pluviais para utilização nestas instalações. Este edifício conjuga desta forma uma componente lúdica, de fruição da paisagem e contexto natural, com uma componente ligada ao trabalho da terra, fomentando desta forma a interação entre os diferentes grupos de pessoas.



Apoio Agro-Florestal / Posto de guarda-florestal / Abrigo / Observatório

# ENGENHOS DE AÇÚCAR NO BRASIL – PROGRAMA E FORMA

**Telma de Barros Correia**

O trabalho investiga a organização espacial e o programa de engenhos de açúcar erguidos no Brasil, durante o período colonial e o século XIX, assim como as características das moradias para trabalhadores. A análise tem como referências, sobretudo, registros iconográficos e relatos de observadores do século XIX como Vauthier e Koster. O trabalho destaca a relevância dos engenhos no processo de povoação do território no início da colonização, assinalando a difusão das senzalas no século XVIII. A pesquisa realça, também, o programa complexo destes núcleos residenciais, com a prática de disposição das construções em torno de um pátio no século XIX.

## **O programa e a disposição dos prédios**

No Nordeste do Brasil, no período colonial, pequenos povoados surgiram junto aos engenhos de açúcar, reunindo geralmente uma capela, o engenho e seus anexos, uma casa-grande, moradias para trabalhadores livres e escravos. Descrevendo a Paraíba no período holandês em obra publicada em 1647, Gaspar Barléu registrava que, além da cidadezinha de Filipéia, *“não possui outras povoações senão os lugarejos dos engenhos, que, pela multidão dos trabalhadores, constituem verdadeiras aldeias”* (BARLÉU, 1974, 71).

A relevância dos engenhos de açúcar como núcleos de povoamento, encontrava correspondência na complexidade de sua organização econômica. Gilberto Freyre considerava que o engenho do século XVIII era *“como unidade social e econômica (...) uma quase cidade (...) nelle tudo se produzia para o consumo interno, com verdadeira sufficiencia economica. (...) Mantinha ainda o engenho o seu capellão, que oficiava aos domingos na capela e ensinava aos meninos latim e doutrina; mantinha os seus “bravi”, que eram a força policial do senhor de engenho...”* (FREYRE, 1979, 157).

O montante e a diversidade das construções presentes nos engenhos foi se ampliando durante os primeiros séculos de colonização. A partir dos relatos de Gabriel Soares, a pesquisadora Esterzilda de Azevedo mostra como os engenhos do Recôncavo Baiano contavam no século XVI com casa-grande, capela, fábrica, casas para moradores e “oficinas” (1990, 103). No século XVII, Andreoni enumerava as construções existentes no Engenho Sergipe do Conde: senzalas para escravos, moradas para capelão, feitores, mestre, purgador, banqueiro e caixeiro, capela, casas para o senhor com quarto separado para os hóspedes e o edifício do engenho e suas oficinas (AZEVEDO, 1990, 104). Uma fonte preciosa



Engenho pernambucano do século XVI

para a compreensão da disposição espacial destes “povoados” é a iconografia holandesa do século XVII, sobretudo, os nove quadros pintados por Frans Post, retratando conjuntos de construções de engenhos. Como indica o historiador Evaldo Cabral de Mello, algumas constantes na disposição dos prédios dos engenhos pernambucanos do século XVII podem ser verificadas a partir destas pinturas, nomeadamente:

*“... casa de moagem nas proximidades do rio ou riacho de que dependia para a força motriz e para outros usos (...) casa de vivenda na área mais elevada, via de regra na meia encosta, em decorrência da necessidade prática de controle das atividades produtivas e simbólica de expressão de domínio; e a ereção da capela à mesma altura da casa-grande ou um pouco acima, conotando o valor do sagrado” (MELLO, 2002, 12).*



Engenho pernambucano em quadro de Frans Post do século XVII

Acerca do engenho baiano do século XVIII, Esterzilda de Azevedo identifica uma maior complexidade de programa, simultânea a um aumento no número e nos tipos de edificações. No caso do Engenho Pimentel - além de fábrica, casa-grande e capela - um inventário enumera a existência de depósitos, enfermaria, estrebaria, carpintaria, estaleiro, casa do feitor, 47 senzalas, olaria, alambique e ferraria. No engenho Santo Antônio dos Vargas foram identificados engenho, casa-grande, enfermaria, casa do cargueiro, oito senzalas e 55 casas de palhas (AZEVEDO, 1990, 134).

Na década de 1840, descrevendo um engenho pernambucano, o engenheiro francês Louis Léger Vauthier registrava uma disposição semelhante àquela dos primeiros séculos da colonização, com a particularidade de ser a capela construída colada à casa grande (entre a moradia do senhor e os quartos de hóspedes) e com a presença em destaque de uma senzala disposta ao lado da casa do senhor. De fato, neste momento, um novo elemento se afirmava no cenário do engenho: a senzala. Ao descrever a paisagem do engenho pernambucano, Vauthier destacava a comprida chaminé e as construções cinzentas do engenho, num misto de agricultura e a indústria reunidas, o telheiro extenso da senzala e a casa branca e alta do senhor, construções tão diversas que permitem a identificação clara dos seres a que se destinam: escravos e senhores (VAUTHIER, 1943, 134).

No programa de um engenho, a casa-grande funcionava como moradia do proprietário e sede administrativa da unidade produtiva. Suas características em termos de forma, tamanho e implantação conspiravam para lhes atribuir um domínio sobre a paisagem e um destaque entre as demais moradias e instalações vinculadas à produção. Construção de maior destaque na paisagem dos engenhos assumiu diversas configurações formais e espaciais, cuja análise foge aos objetivos deste trabalho.

Conforme assinalava Fernando de Azevedo, o engenho é *“uma difícil empresa agrícola e industrial”* (AZEVEDO, 1949, 89). Henry Koster sublinhava a complexidade envolvida no funcionamento de engenhos pernambucanos no século XIX dado o numeroso pessoal empregado, *possuindo “no seu recinto todos os operários indispensáveis ao funcionamento da indústria regular, carpinteiros, ferreiro, marceneiro, oleiro e outros que são de inútil citação nesse lugar. É uma fábrica e também uma fazenda, e ambas têm tarefas iguais e devem agir juntas, em conexão com as estações do ano”* (KOSTER, 2002, 533).

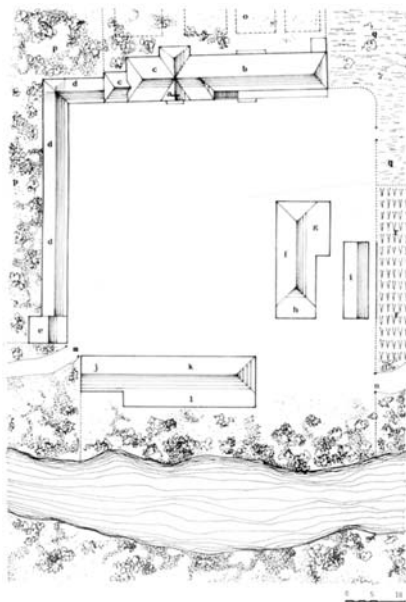
Sobre os prédios e suas disposições, o autor relata ainda a existência, em algumas propriedades, de um engenho de cada gênero por causa da falta d'água na estação seca ou pela safra avultada. Regista também que a Casa das Caldeiras, usualmente ligada ao Engenho, é a parte mais valiosa da aparelhagem porque as máquinas costumavam ser compradas na Europa. Este observador descreve os Engenhos estabelecendo comparações com a Inglaterra: *“A rua das casas dos negros (...) é mais negligenciada que as mais pobres na Inglaterra, e são erguidas com o mesmo material da Casa-Grande”* (KOSTER, 2002, 545-546).



Conforme assinala o arquiteto Geraldo Gomes, a disposição do engenho pernambucano no século XIX foi alterada em muitos casos, para assumir a forma de um pátio retangular. Henry Koster descreveu em 1816 o engenho por ele arrendado em Jaguaribe como tendo uma praça, em torno da qual se erguiam os principais prédios (KOSTER, 2002, 376). O engenheiro Vauthier também descreveu, em meados do século XIX, um engenho pernambucano com a seguinte disposição: um pátio retangular em torno do qual se situa a casa-grande; a capela; a casa do administrador; as senzalas; a olaria; as estrebarias e as instalações para o fabrico do açúcar (VAUTHIER, 1943, 131).

A presença de pátios também ocorre em engenhos paulistas. Em São Paulo - segundo Carlos Lemos a partir de influências mineiras com origens na “eira” portuguesa - o pátio, originado da justaposição de um longo correr de cômodos à construção principal, em muitos casos, assumiu a forma conhecida como “quadrado” (LEMOS, 1999, 89). Constituí-se assim, um pátio fechado “... para o qual convergiam todas as atividades da propriedade agrícola - onde se guardavam as ferramentas, onde se beneficiavam os produtos da roça de mantimentos (...), onde se estocavam os grãos, como o milho, onde ficavam os moinhos” (LEMOS, 1999, 96).

Um exemplo deste tipo de pátio fechado em engenho de açúcar é a Fazenda Milhã, situada perto de Piracicaba, cujas construções são da primeira metade do século XIX.



Plano Geral de um engenho em Pernambuco, segundo ilustração de Vauthier da década de 1840

A presença de um pátio retangular na arquitetura rural brasileira do século XIX não se restringiu a engenhos de açúcar. No caso das fazendas de café paulistas da segunda metade daquele século, também se tornou rotina a presença do “quadrado” (LEMOS, 1999, 89).

## **A moradia dos trabalhadores**

Além da casa-grande, os engenhos de açúcar reuniam alojamentos - casas e/ou senzalas - para trabalhadores (escravos ou livres). A presença de casas é registrada desde o século XVII. Quadros de Frans Post retratam pequenas casas térreas, com paredes de taipa e cobertas de palha, as quais, às vezes, surgem dotadas de um alpendre de meia-água sustentado por pilares. Em termos de sistemas construtivos, no período colonial e imperial, foram comuns casas de taipa de pau-a-pique. As cobertas costumavam ser feitas com estrutura de madeira e telha canal, com exceção dos casebres, nos quais era usual o uso de palha.

Na década de 1840, Vauthier produziu croquis e relatos que descrevem as casas destinadas aos trabalhadores livres dos engenhos pernambucanos: os lavradores e os moradores. Conforme o autor, os lavradores cultivavam a propriedade, plantando cana e partilhando o produto ao meio com o proprietário do engenho. Tinham escravos, mas também trabalhavam diretamente na lavoura. Moravam em “casas acanhadas”, geralmente de taipa, com janelas sem vidraças e mobília reduzida como esteiras, bancos de madeira, redes e vasos de barro (VAUTHIER, 1943, 207). Os moradores, conforme Vauthier, ocupavam posição mais humilde. Praticavam agricultura de subsistência nas terras do engenho. Moravam em choupanas de taipa cobertas com folhas de coqueiro e dotadas de um alpendre na frente. A mobília é ainda mais restrita: no alpendre, uma rede armada usada pelo morador durante algumas horas ao dia; na sala, esteiras onde família dorme, potes de barro, cabides nas paredes e um baú de folhas onde guardam as roupas melhores (VAUTHIER, 1943, 207-208). Este engenheiro registrou também que os grandes engenhos dos primeiros séculos da colonização costumavam ter um padre residente, ao qual uma casa especial era destinada. Em meados do século XIX, entretanto, esta prática tinha desaparecido e em muitos engenhos mesmo as missas haviam se tornado um acontecimento raro (VAUTHIER, 1943, 200).

Nos engenhos de açúcar, os escravos foram alojados no térreo das casas grandes, em casebres e/ou em senzalas. A existência de alojamentos para escravos em engenhos é registrada desde o final do século XVI. Naquele momento eram referidos como “casas dos negros”, enquanto no decorrer do século XVIII se generalizou o uso do vocábulo banto “senzala” para nomear estas moradias. Efetivamente, uma ilustração de Frans Post em um mapa reproduzido no livro de Barléu publicado em 1647, mostra ao lado de uma casa-grande, uma construção comprida, coberta de palha, que conforme assinala Evaldo Cabral, poderia se destinar a abrigar escravos. Sua forma corresponde ao modelo tradicional que assumiriam as senzalas do Nordeste. Na iconografia holandesa do século XVII, esta ilustração constitui uma exceção: nas demais pinturas de engenhos não há construções que sugiram se tratarem de senzalas. Uma hipótese que o autor formula para explicar esta ausência é que até o século XVII, os escravos dos engenhos nordestinos – ainda pouco numerosos – eram abrigados

no térreo das casas-grandes e em construções próximas ao engenho. A partir da segunda metade do século XVII, verifica-se uma expansão da área agrícola diretamente cultivada pelo senhor de engenho e um conseqüente aumento do número de trabalhadores por ele empregado. Tais trabalhadores passaram a ser alojados em amplas senzalas ou em casebres, dotados de paredes de taipa e telhado de palha. Vale salientar, entretanto, que ainda é possível registrar a moradia de escravos no pavimento térreo de casas grandes no século XIX. Assim, enquanto Koster, em 1811, descrevia uma casa grande onde o térreo era utilizado para o depósito de açúcar, Tollenare, em 1816, fazia menção a outra onde o pavimento térreo servia como estrebaria e residência escravos. Vauthier esclarece a questão, ao registrar – na década de 1840 – que o térreo das casas grandes costumava ser ocupado “pelos armazéns ou pelo pessoal de serviço” (VAUTHIER, 1943, 194)



Ilustração de Frans Post em mapa reproduzido no livro de Barléu,



Pormenor de quadro de Frans Post, de 1660, mostrando a casa-grande e casebres que provavelmente abrigavam escravos em engenho

O modelo usual de senzala no Nordeste é uma construção composta por uma *“série de cubículos contíguos em linha, com um alpendre comum ao longo de todo o edifício e cobertos com um mesmo telhado de duas águas”* (GOMES, 1998, 43). As senzalas foram erguidas em taipa ou em alvenaria de tijolos; cobertas geralmente com telhas de barro do tipo canal; no alpendre, colunas de alvenaria de secção circular apoiam a cobertura; em alguns casos, os cubículos surgem subdivididos (GOMES, 1998; AZEVEDO, 1990). Embora o alpendre fosse muito comum nas senzalas nordestinas, havia casos em que este elemento não aparecia. As moradias de trabalhadores de engenhos em senzalas e em casebres são descritas ainda em relatos de observadores do século XIX. Em 1816, Tollenare registrava a moradia de escravos do engenho Salgado, em Pernambuco, em senzalas de pedra e cal dotada de galeria sustentada por colunas. Em outras propriedades teria encontrado senzalas de pedra e cal e também moradias de taipa e cobertas com folhas de coqueiro (FREYRE, 1943, 120-121). No mesmo ano, Henry Koster descrevendo o engenho Paulistas, em Pernambuco, assinalava a existência de casa-grande, capela, engenho, casa do administrador, casa do capelão, *“a longa fila de casinhas dos negros”* e *“uma fileira de cabanas de escravos”* (KOSTER, 2002, 341). Também no engenho situado na localidade de Jaguaribe, administrado por Koster entre abril e novembro de 1812, os negros habitavam *“choças de folhas de coqueiro”*, *“cabanas de barro”* ou a senzala (KOSTER, 2002, 375-376).

Sobre a senzala de outro engenho, o observador acrescenta maiores detalhes construtivos:

*“A terra nua constitui o seu piso. As dimensões de cada cubículo atingem apenas a 3 metros ou 3 metros e meio quadrados. A porta, que abre sobre a pequena galeria externa, é a única abertura que foi prevista. As paredes são de pau a pique. Pequenas estacas de madeira com casca, de 5 a 6 centímetros de diâmetro, fincadas na terra, suportam um gradeado horizontal, formando quadrados de 20 a 25 centímetros de lado, cheios de barro grosseiramente alisado pela parte de fora. Nenhum reboco protege esse enchimento, por isso, a ação das chuvas e do calor o deteriora prontamente, praticando ali aberturas suplementares através das quais penetra no cubículo um pouco de luz e de frescura”* (VAUTHIER, 1943, 204-205).

Em cada cubículo, conforme o autor, podia ser alojada uma família inteira ou duas ou três pessoas solteiras. Neles inexistia mobiliária, mas apenas alguns poucos utensílios como esteiras, cobertores de lã, gamelas, cabaças e cabides toscos onde roupas eram penduradas (VAUTHIER, 1943, 205).





Senzalas do Engenho Tinoco e do Engenho Monjope, Pernambuco  
(Foto: Philip Gunn, 1998).

Em 1878, referindo-se a fazendas e engenhos do estado do Rio, o Barão de Lavradio mencionava *“choupanas ou casebres em que moram os escravos e trabalhadores”* (FREYRE, 1943, 122).



Capela e Senzala do Engenho Tinoco em Pernambuco

Em 1850, o inventário do Barão de Maragogipe, proprietário de vários engenhos na Bahia, faz menção às características das senzalas: as oito senzalas do Engenho Santo Antônio dos Vargas *“são cobertas de telhas”*; as 47 do Pimentel são *“feitas de esteios, cobertas com palhas”*; as senzalas três do Bom Gosto são *“grandes, feitas de esteios de taipa de mão, cobertas com telhas”* (AZEVEDO, 1990, 155-157). No Engenho Pimentel, as senzalas constituíam um bloco com



oito conjuntos de três cubículos. Neste caso, não havia o alpendre, obtido com o prolongamento de uma das duas águas do telhado. Este elemento esteve presente, na Bahia, nas senzalas dos engenhos Subaé e Vitória (AZEVEDO, 1990, 157).

## **Conclusões**

Nota-se que, além de unidades de produção, muitos engenhos constituíram-se em verdadeiros povoados, com papel relevante no processo de povoação do território no início da colonização. Seu programa frequentemente incluía senzalas, moradias, capela, casa do proprietário e o edifício do engenho e suas oficinas. Nas senzalas e mocambos moravam escravos e/ou trabalhadores livres empregados em atividades agrícolas, domésticas e industriais. Moradias de melhor padrão podiam ser destinadas a feitores, mestre, purgador, banqueiro e caixeiro (e às vezes, também, a capelão). Na ordem espacial dos engenhos, dois momentos importantes foram a difusão das senzalas no século XVIII e da prática de disposição das construções em torno de um pátio no século XIX.

No engenho colonial situa-se a gênese nacional da criação de alojamentos para empregados por patrões – evidenciada em semelhanças em termos de programa e de forma – inaugurando uma prática que perdura até os dias atuais. Uma alteração importante nos núcleos residenciais vinculados à produção de açúcar no Brasil ocorreu com a emergência dos engenhos centrais – que começaram a se implantar na primeira metade do século XIX – e das usinas – que se difundiram a partir da década de 1860. Conforme salientado, com suas vastas extensões de terras e amplas plantas fabris, as usinas constituíram em alguns casos, verdadeiras cidades em miniatura.

A usina amplia a escala e torna mais complexo o programa dos núcleos residenciais de engenhos. Em termos da arquitetura, introduz preocupações higienistas no âmbito da moradia do trabalhador, ao mesmo tempo em que absolve tendências arquitetônicas que se difundem a partir das décadas finais do século XIX. Sua emergência e difusão, entretanto, apenas confirmariam a resistência temporal de modos de morar específicos ligados ao açúcar. Nos anos recentes, a velocidade do desmonte dos núcleos residenciais ligados a usinas – assim como a engenhos – parecem indicar o ocaso de um modelo.

## Referências bibliográficas

- AZEVEDO, E. (1990) Arquitetura do Açúcar, Nobel, São Paulo.
- AZEVEDO, F. de. (1949) Canaviais e engenhos na vida política do Brasil, Melhoramentos, São Paulo.
- BARLÉU, G. (1974). História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil, Ed da USP, São Paulo.
- CORREIA, T. de B. (2004) Núcleos Fabris e de Mineração no Brasil: As Experiências Pioneiras (1811-1880), Anais do Oitavo Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, UFF, Niterói, CD-Rom, Outubro 2004.
- FREYRE, G (1943) Casas de Residência no Brasil, Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 7, 99-127.
- FREYRE, G. (1979) A cultura da cana no Nordeste. Aspectos do seu desenvolvimento histórico. in Livro do Nordeste, Edição fac-similada (primeira edição 1925). Arquivo Público Estadual, Recife.155-159.
- GOMES, G. Engenho & Arquitetura, 2 ed. Fundação Gilberto Freyre, Recife.
- HERKENHOFF, P. (org) (1999) O Brasil e os Holandeses, 1630-1654, Sextante Artes, Rio de Janeiro, 1999.
- KOSTER, H. (2002) Viagens ao Nordeste do Brasil, Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, Recife,
- LEMOS, C. (1999) Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café, EDUSP, São Paulo.
- MELLO, E. C. de. (2002) Um Enigma iconográfico. Folha de São Paulo, Caderno Mais! 06-01-2002. 12-13.
- VAUTHIER, L.L. (1943) Casas de Residência no Brasil. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 7, 99-207.

# PROJETOS EM ÁREAS CENTRAIS TRADICIONAIS – REABILITAÇÃO DO ENGENHO CENTRAL DE PIRACICABA

**Cauê Baldi<sup>1</sup>, Mariana Saviano da Fonseca Adriano<sup>1</sup> e Patrícia Cerezel Sampaio<sup>1</sup>**

Os conjuntos fabris edificados no Brasil no fim do século XIX vêm sendo objeto de recentes intervenções urbanas, cujo objetivo é viabilizar novos usos economicamente sustentáveis, requalificando o patrimônio histórico industrial. O Engenho Central de Piracicaba é um conjunto fabril fundado em 1881, voltado à produção do açúcar e álcool, que está implantado na área central da cidade de Piracicaba/SP. Possui 17 edificações que sofreram ampliações e intervenções ao longo do tempo, resultando em diversidade de tipologias arquitetônicas, em meio a áreas livres e vegetação abundante. O objetivo deste trabalho é diagnosticar e propor novos usos ao Engenho Central de Piracicaba, procurando mantê-lo em utilização o ano todo através de atividades em diversas horas do dia, contribuindo para sua preservação e dinamização de seu entorno. Para isso ser possível, precisamos entender as características do engenho, respeitar a sua história e o seu significado para a população piracicabana.

Após ser desativado em 1974, o Engenho Central recebeu a sua primeira proposta de intervenção na década de 1980, elaborada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, objetivando atender o poder público. Em 1989, o complexo passou por um processo de desapropriação para a constituição de um parque público; e no mesmo ano se deu o tombamento em nível municipal. Posteriormente, o antigo conjunto foi objeto de estudo de outros quatro escritórios que visavam instalar equipamentos de lazer e cultura, edifícios de escritórios ou viabilizar grandes eventos no local. Dessas propostas, apenas o Teatro Municipal<sup>1</sup> foi executado, em 2004.

A proposta<sup>2</sup> apresentada parte da compreensão e diagnóstico da inserção urbana, contexto histórico, propostas de intervenções anteriores, a origem do teatro e as recentes alterações na área urbana no entorno do complexo. Assim, prevê novos usos aos edifícios presentes, bem como novas atividades que se somam às já existentes, visando promover o uso constante do Engenho Central através de dois grandes eixos: artístico-culturais e pedagógicos. Isso proporcionará lazer à população bem como a dinamização do próprio conjunto e da sua relação com a cidade.

## **Contextualização de piracicaba**

O surgimento do município de Piracicaba deve-se ao rio Piracicaba que atraiu colonizadores pela sua abundância de água, madeira, terra fértil e força d'água. Posteriormente, virou caminho das tropas dos monçoeiros e bandeirantes. Com

<sup>1</sup> Faculdade de Engenharia e Arquitetura - CEUNSP, Brasil

<sup>2</sup> elaborado pela Brasil Arquitetura.

<sup>3</sup> desenvolvida no âmbito da disciplina Projeto Arquitetônico 6, do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio (CEUNSP).

isso, teve início um pequeno povoado que ocupou a margem direita do rio, onde hoje está localizado o Engenho Central e, posteriormente, ocupou-se a margem esquerda do sítio, definindo assim a ocupação territorial que deu origem ao município (Cachioni, 2011).

A proximidade das indústrias às margens do rio poderia ter trazido degradação, mas foram criadas áreas destinadas ao uso público e conservada parte da mata nativa (Cachioni, 2011). Destacam-se ainda, na área central da cidade, a instalação de iluminação pública, que só foi possível depois da instalação da usina geradora de energia às margens do rio Piracicaba, e outros benefícios à cidade como água encanada e coleta de lixo (Otero & Souza, 2011).

Ao final do século e início do século XX, podia-se notar às margens do rio Piracicaba uma diversidade econômica, com dois pontos fortes: os engenhos de açúcar e a indústria têxtil. O Engenho Central, umas das mais modernas instalações açucareiras do país à época, utilizava como principal fonte para seu funcionamento o salto do rio Piracicaba. Em decorrência do desenvolvimento da indústria têxtil, do outro lado do rio, as margens do rio Piracicaba começaram a se tornar uma área decadente, dadas as dificuldades de acesso. A partir da década de 70, a prefeitura de Piracicaba inicia um processo de reaproximação rio-cidade com uma série de desapropriações que objetivam tornar públicas as margens do rio. Essas ações atingiram seu ponto alto há 10 anos, com o início do Projeto Beira-Rio, que tenta reaproximar a população para próximo do rio, a exemplo das práticas antigas da cidade desde o século XIX.

### **Propostas de reabilitação nos últimos trinta anos**

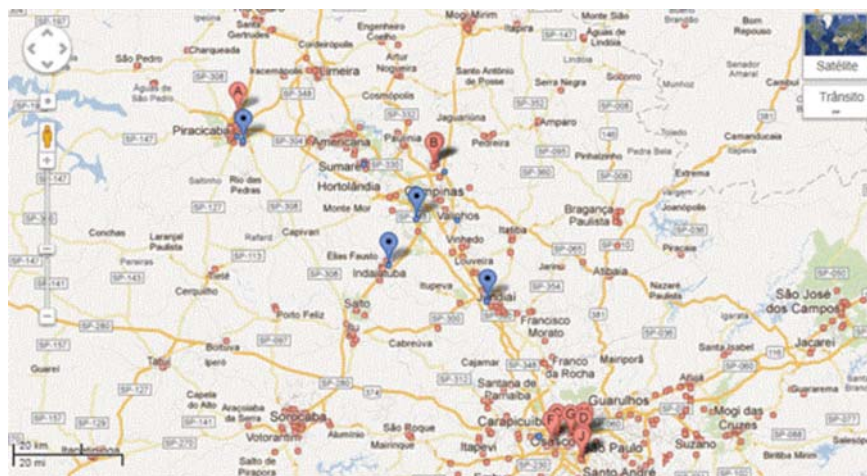
Ao longo dos anos foram criadas diversas propostas de intervenção no complexo. A primeira delas foi elaborada pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Tal proposta consistia na demolição dos prédios, exceto os Gêmeos e a antiga sede administrativa, para a implantação de novos edifícios para utilização pública e também a construção de uma nova ponte ligando as duas margens do rio.

Em 1992, o complexo foi objeto de estudo pelo escritório Battagliesi e Carvalho Arquitetos Associados. A proposta previa equipamentos culturais e de lazer, com incentivo do poder público, abrangendo também cinema, teatro, centro de convenções, academia de esportes, escritórios, hotel e restaurante. Em 1994, Carlos Bratke apresentou sua proposta para o conjunto que previa a manutenção e restauro do complexo do Engenho, além da criação de uma nova ponte e de torres espelhadas de escritórios.

Em 2004, o conjunto recebeu uma proposta de intervenção da Brasil Arquitetura, prevendo a manutenção de grandes eventos, como shows, feiras e festas e a implantação do Museu de Ciência e Tecnologia nos Gêmeos e do Teatro Municipal. Este último foi inaugurado em março de 2012. Em 2006, Paulo Mendes da Rocha fez sua proposta de intervenção, que contemplava restaurantes, mirante, teatro, centro de convenções, centro de exposições, hotel, além de um pavilhão novo. Mas apenas se alterou a pavimentação de todo o complexo.

## Diagnóstico e propostas de uso

Com a finalidade de promover o uso constante do Engenho Central, foi trabalhada a variedade de atividades que o complexo poderia dispor à população. Assim, pesquisamos os potenciais e o público alvo para cada equipamento a ser inserido. Primeiramente, buscamos a relação de interesses entre a cidade de Piracicaba e as cidades vizinhas, o que resultou na identificação de um grande número de universidades.



Localização das principais universidades de Piracicaba e entorno  
Fonte: <<http://maps.google.com.br>>. Acesso em: mar.2012.

Daí, a aposta em dois grandes eixos, artístico-cultural e pedagógico. O primeiro eixo foi impulsionado pela intervenção realizada pelo escritório Brasil Arquitetura nos quatro armazéns que originaram o Teatro Municipal Erotides de Campos e pela presença do Salão do Humor (Companhia Internacional de Humor) em outro prédio. Assim, analisando a implantação dos prédios e suas plantas livres, bem como a existência da Companhia Estável de Teatro Amador de Piracicaba, propomos nova instalação dessa companhia em três prédios e a criação de áreas para ensaios, salas de aulas, anfiteatro, entre outros ambientes que viabilizem uma adequada utilização do espaço por essa Companhia. Esses três conjuntos de prédios gerariam um núcleo de atividades artísticas ao redor de um pátio que, por sua vez, pode ser utilizado para pequenos eventos e apresentações artísticas. Propõe-se, a fim de completar a proposta artística com um equipamento cultural, a implantação da Biblioteca Municipal com livraria, sala para lançamentos de livros, auditório e uma grande área de café aos fundos no prédio dos Gêmeos. Próximo a esse conjunto, também foi proposta a reutilização do antigo túnel de cargas com a instalação de um “túnel do tempo” onde será contada a história do Engenho Central e da cana de açúcar, além da instalação de uma cachaçaria para degustação.

Já o eixo pedagógico, se insere no conjunto de prédios da parte esquerda do complexo onde se elaborou dois tipos de atividades acadêmicas associadas às práticas profissionais. A primeira delas é a Expansão Universitária da Escola



Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP) que desenvolverá cursos básicos de jardinagem e botânica, por exemplo, para a população de Piracicaba. A outra é a criação da Cozinha-Escola, cujo objetivo é associar o aprendizado dos universitários com a prática e o funcionamento de um restaurante-bar. O que gerará uma auto sustentação entre o local de aprendizado dos universitários e uma opção de lazer para a população.

Além dessas atividades permanentes, o complexo poderá receber grandes eventos e ser palco das comemorações anuais do município. Outras propostas visam promover feiras profissionais para auxiliar os estudantes da região na escolha profissional e viabilizar a implantação do sistema “Poupa tempo móvel” em alguns períodos do ano.

## Programa dos edifícios

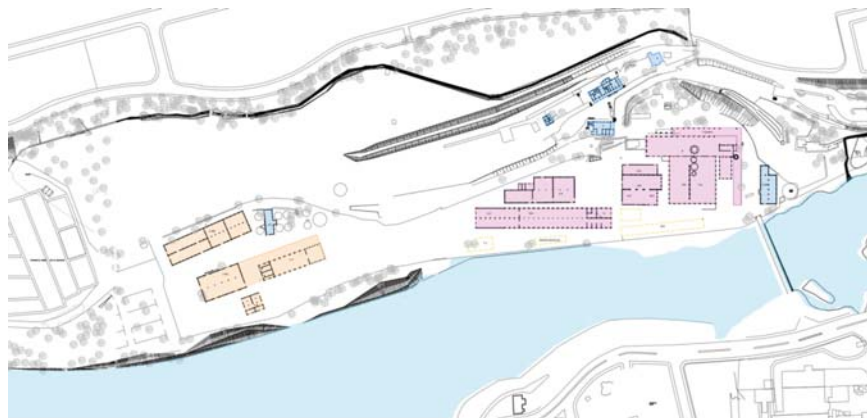
A fim de melhor descrever a proposta de utilização dos edifícios presentes no Engenho Central de Piracicaba, foi elaborada uma tabela de associação dos usos existentes e previstos e estes últimos foram assinalados em planta.

**Relação dos usos atuais e propostos para cada edifício do complexo**

<b>Prédio</b>	<b>Uso Atual</b>	<b>Uso Proposto</b>
14A	Administrativo	Manter uso atual
Túnel	Desativado	Restaurar e propor Linha do Tempo (memorial do engenho e da cidade)
7A/7B	Desuso	Biblioteca, livraria, lançamento de livros
5	Desuso	Café/cybercafé
6A/6B/6C/6D	Obras Brasil Arquitetura	Teatro Brasil Arquitetura/Restaurante
8	Desuso	Demolição para melhorar o fluxo
8A	Uso comercial em uma pequena área do prédio	Deslocar esse comércio e demolir o prédio para abrir a vista para os prédios do teatro e da biblioteca
9	Desuso	Banheiros/salas de apoio
9A/10	Desuso	Oficinas
14	Salão do Humor	Manter uso atual
Banheiros	Banheiros	Demolição para garantir fluidez do fluxo
11	Desuso	Demolição para garantir fluidez do fluxo
17	Desuso	Salão para eventos de médio porte
14C	Desuso	Oficina gastronômica/cozinha piloto
13	Desuso	Demolição para abrir a entrada
14B	Desuso	Expansão universitária
15	Desuso	Setor administrativo e apoio à eventos

Fonte: Autores (2012)

Os prédios representados em laranja referem-se ao setor pedagógico, que contempla a Expansão Universitária e a Cozinha-Escola com o restaurante, bar e adega. Os prédios representados pela cor rosa referem-se ao setor artístico-cultural e contemplam o Teatro Municipal, Biblioteca Municipal, Salão do Humor,



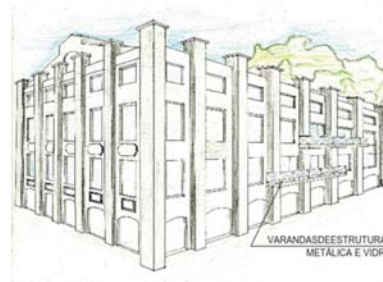
Implantação do Engenho  
Fonte: Autores (2012)

Túnel-Memorial, café e salas de exposições. Em azul, estão os prédios do setor administrativo e institucional, que abrigam os serviços administrativos do setor pedagógico e cultural, Centro de Documentação do Humor, Guarda Municipal e Secretaria de Ação Cultural. Já em amarelo, estão os prédios que serão demolidos em nossa proposta, com a finalidade de valorizar os fluxos, garantir a melhor visualização do complexo e a monumentalidade dos prédios intervenidos.

### Proposta arquitetônica

A proposta arquitetônica de intervenção se deu apenas em dois conjuntos de prédios. Em ambos se prevê a revitalização, a partir da manutenção dos elementos arquitetônicos existentes, e a inserção de novos elementos que otimizem o uso proposto, sendo utilizados materiais diferenciados que demarquem as fronteiras entre o novo e o antigo, mas mantendo a mesma linguagem visual.

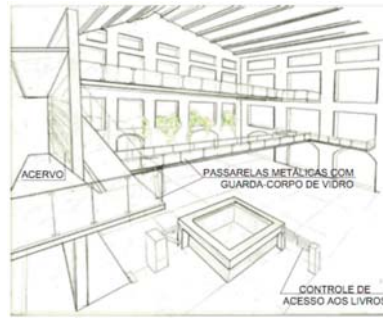
A Biblioteca Municipal será instalada nos prédios de maior importância arquitetônica e monumentalidade do Engenho Central, os Gêmeos. A fim de preservar o valor predial, as fachadas laterais receberão varandas em estrutura metálica e vidro e, a ligação com o teatro, será feita por uma cobertura também metálica e vidro, o que permitirá leveza e melhor uso do edifício. Em seu interior, o pé direito alto é valorizado pela grandiosa estante de livros vertical a instalar na parede estrutural entre os dois prédios, que é acessada através de rampas metálicas e vidro ao redor dela; dessas rampas partem passarelas que direcionam o usuário as áreas de estudo ou varandas externas. Tal medida, mantém a amplitude no interior dos Gêmeos e explora, de



Croqui intervenção na fachada dos Gêmeos  
Fonte: Autores (2012)

forma discreta, as dimensões dos prédios. A circulação é restrita apenas na parede-estante que permite acesso ao acervo. Em todo pavimento térreo ela é livre e possibilita acessar as áreas externas e, principalmente, o café aos fundos da biblioteca.

O café localizado aos fundos da Biblioteca Municipal será implantado de forma a não interferir na natureza que avançou para o interior, ao longo desses anos sem utilização. Tal proposta tem como referência o Bar Chácara Santa Cecília da cidade de São Paulo.



Croqui esquema de rampas e passarelas  
Fonte: Autores (2012)



Fundo dos prédios Gêmeos  
Fonte: <<http://olhares.uol.com.br.com.br>>.  
Acesso em: mar. 2012.



Bar Chácara Santa Cecília, São Paulo/SP  
Fonte: <[www.chacarasantacecilia.com.br](http://www.chacarasantacecilia.com.br)>.  
Acesso em: mar. 2012.

Entre o prédio da futura Biblioteca Municipal e o prédio dos serviços administrativos há um túnel soterrado que era utilizado no tempo fabril. A fim de restaurá-lo, propomos a criação de uma linha do tempo com exposições permanentes, sala de vídeo e, como elemento diferencial, um bar de cachaça para o visitante degustar esse produto popular em Piracicaba. Com a existência desse bar, o túnel criará atividades noturnas que complementam outras oferecidas pelo complexo.

A entrada do conjunto na área de separação física dos prédios segue uma intervenção contemporânea, através de planos de cobertura metálica e vidro, a fim de conectar as partes integrantes, suavizar a diferença de altura entre os prédios e demarcar expressivamente a entrada da Cozinha-Escola aos usuários.

Outro elemento estabelecido pela di-

ferenciação arquitetônica existente entre os prédios foi a adega. Pode-se notar a variedade construtiva entre o bloco da frente que receberá fechamento em vidro e o posterior, mais alto, de forma a criar um corredor de vegetação ao



Croqui cobertura metálica e translúcida  
Fonte: Autores (2012)

redor de seu fechamento em vidro e no interior do prédio. Tal medida foi tomada a fim de manter a esquadria original das janelas que deveriam ser fechadas para viabilizar a total vedação.

Para a grande área aberta existente entre os prédios 10 e 17, que atualmente recebe eventos de grande porte como shows, feiras e exposições, a proposta é prever a manuten-

ção desses usos. No entanto, visando criar um atrativo para o espaço propomos pouca intervenção no local através da implantação de praça seca como a Praça dos Três Poderes, em Brasília. Para assim, constituir-se um espaço de estar e passagem mais agradável.

Por fim, a demolição de cinco prédios é justificada por estes não possuírem tanto valor arquitetônico como os outros prédios e, também, para valorizar a visualização de todo o Engenho Central a partir da margem oposta do Rio Piracicaba, facilitar o fluxo, melhor integrar o rio ao complexo e garantir uma continuidade espacial.



Croqui do prédio 17 em detalhe adegua  
Fonte: Autores (2012)

## Conclusões

A partir de um diagnóstico do local de estudo e de seu entorno próximo, buscamos inicialmente compreender o complexo, suas necessidades e suas problemáticas para, posteriormente, embasar nossa proposta objetivando reabilitar essa grande área industrial localizada na área central de Piracicaba.

A criação de duas áreas de especialização dentro de um único espaço, que se constitui como Centro Cultural e Educacional de referência regional, garante a implantação de importantes equipamentos públicos, além da Extensão Universitária do campus da ESALQ que possibilita uma proximidade entre o ensino superior e a população local.

Como já exposto ao longo do trabalho, o Engenho Central de Piracicaba recebeu várias propostas para o local, muitas delas rejeitadas e criticadas pelo governo e a população local, devido a incompatibilidade de uso e a tentativa de implantar algo que não pertence à cultura e ao cotidiano daquela cidade. Sendo assim, a tentativa de reimplantar essas áreas na paisagem local depende, sobretudo, de compreender as pessoas que habitam esse local, que serão as futuras frequentadoras do espaço e as responsáveis por garantir o sucesso da proposta.

## Agradecimentos

Agradecemos aos Professores Ms. Estevam Vanale Otero e Andrea Andery Ferrari, a transmissão do conhecimento e das bases necessárias para elaboração deste projeto.

## **Bibliografia**

AUM ARQUITETURA (2010) **Centro Cultural**, Araras, SP.

BRASIL ARQUITETURA (2006) **Centro Cultural e de Eventos**, Engenho Central, Piracicaba, SP.

Cartilha do Patrimônio Cultural de Piracicaba (2011) Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba, 2ª Edição Ampliada, Prefeitura Municipal de Piracicaba.

DUPRÉ, Nelson (2008) **Centro Cultural**, São Paulo, SP.

IPPLAP (2011) **Piracicaba, o rio e a cidade: ações de reaproximação**, IPPLAP, Piracicaba.

OTERO, Estevam & SOUZA, Maria Beatriz S. D. A (2011) Reconquista das Margens do Rio Piracicaba: uma reconstrução histórica à guisa de introdução In:IPPLAP. **Piracicaba, o rio e a cidade: ações de reaproximação**, IPPLAP, Piracicaba.



# FAZENDA SALTO GRANDE E COMPLEXO INDUSTRIAL DA VILA CARIOBA: UM EXEMPLO DE ROTEIRO CULTURAL

**Maria José Araújo Ribeiro<sup>1</sup>, Melquisedec Ferreira<sup>2</sup> e Mariselma Ferreira Zaine<sup>3</sup>**

O presente trabalho visa apresentar uma análise espacial dos edifícios da casa sede da Fazenda Salto Grande, usina hidrelétrica de Salto Grande e do complexo industrial da Vila Carioba, localizados na cidade de Americana, no município de designação idêntica com apenas 133km<sup>2</sup> de território quase totalmente urbanizado no estado de São Paulo, Brasil. O patrimônio representado por esses prédios preservados evoca as etapas da ocupação territorial da cidade e pretende-se destacar as diversas e importantes funções que esses edifícios assumiram ao longo do tempo.

A casa sede da Fazenda Salto Grande construída em 1815 ao estilo colonial português, utilizou a tecnologia de taipa de pilão. A usina localizada nas suas proximidades foi construída a partir de 1907 até 1911, quando a fazenda foi adquirida e anexada ao complexo industrial da Carioba. O complexo industrial da Vila Carioba foi iniciado em 1875 e totalmente configurado na década de 1930 enquanto a vila industrial Carioba foi construída a partir de 1902, em estilo europeu pelo alemão Franz Müller, contando com salões de fiação e tecelagem, casas patronais e de operários constituindo um conjunto singular dotado de benfeitorias como escola, biblioteca, cinema, gabinete dentário, hotel, capela e clubes.

Na década de 1980, a casa sede da fazenda e a vila Carioba passaram a pertencer ao poder municipal. A partir de 1995, estes patrimônios e suas paisagens passaram a compor uma rota cultural abrangendo a casa sede da fazenda, transformada em museu histórico pedagógico e a Vila Carioba com seus salões industriais, representando um autêntico museu têxtil vivo. As casas patronais funcionam como casas de cultura do município, atraindo anualmente milhares de visitantes para os seus eventos. O projeto Raízes apresenta um roteiro histórico pedagógico com visitas monitoradas.

## Introdução

A política de ocupação do interior da capitania de São Paulo foi grandemente estimulada pelo Morgado de Mateus, governador geral indicado pelo rei de Portugal na década de 1760. Datam de 1777 as primeiras notícias sobre pioneiros que cultivavam cana de açúcar nas proximidades dos rios Jaguari e Atibaia, notadamente ao local onde o Atibaia forma uma grande cachoeira conhecida como Salto Grande (Jones, 1967). Cerca de um quilometro abaixo os rios se unem formando o importante Rio Piracicaba. Em 1799, foi instituída a Sesmaria do Salto Grande, doada pela Coroa Portuguesa a Domingos da Costa Machado. A sesmaria foi depois desmembrada e vendida a Manuel Teixeira Vilela que fun-

<sup>1</sup> Sociedade Pró Memória de Limeira-SP, Brasil

<sup>2</sup> Diretor de Cultura da Prefeitura Municipal de Americana-SP, Brasil

<sup>3</sup> Universidade Metodista de Piracicaba, SP, Brasil

dou a Fazenda Salto Grande, construindo uma sede majestosa e engenho de açúcar em 1815. Em 1834, o pintor francês Hercule Florence retratou Antônio Teixeira Vilela, herdeiro do fundador da propriedade contemplando seu empreendimento: o engenho com suas chaminés fumegantes, a imponente casa sede com suas senzalas anexas, os campos de cana de açúcar e um talhão da nova cultura que iria impulsionar o desenvolvimento da região, o café. Esta obra de Florence representa um registro iconográfico da maior importância para os estudiosos da expansão cafeeira em terras paulistas (LEMOS, 1999)

A infraestrutura produtiva do açúcar foi sendo gradativamente substituída pelos terreiros de café e tulhas onde se fazia seu armazenamento e benefício, com utilização de máquinas movidas a vapor. A Fazenda Salto Grande passou, a partir de 1887, a substituir a mão de obra escrava por colonos europeus, principalmente italianos que eram abrigados nas colônias, i.e. conjuntos de casas distribuídas pela propriedade onde cada família cultivava talhões de café a ela destinados. A Fazenda Salto Grande foi durante décadas uma importante propriedade produtora do município de Campinas.

### **A imigração americana e o cultivo do algodão**

O atual município de Americana deve sua fundação a dois fatos singulares tais como a vinda de imigrantes americanos procedentes do Sul dos Estados Unidos a partir de 1867 e a construção da estrada de ferro da Companhia Paulista em 1875. Inconformados com os rumos da política imposta pelo Norte após a derrota dos Estados Confederados na Guerra de Secessão (1861 – 1865) numerosas famílias americanas emigraram se estabelecendo em várias regiões do Brasil. Entretanto, a colônia que prosperou foi a de Santa Barbara, pertencente ao município de Piracicaba, onde se fixaram aproximadamente 300 famílias que iniciaram o cultivo de algodão em pequenas e médias propriedades. Hábeis agricultores, os americanos difundiram novas técnicas de cultivo do algodão e novos equipamentos agrícolas (CANABRAVA, 1975).

### **A expansão cafeeira e a construção da ferrovia**

A expansão cafeeira que caracterizou o interior paulista a partir de meados do século XIX impôs a necessidade de meios de transporte mais rápidos e econômicos para o transporte do café até o porto de Santos. Em 1867, foi inaugurada a primeira ferrovia paulista, a São Paulo Railway, empresa inglesa responsável pela construção do trecho que liga Santos a Jundiaí. Detentora da concessão do transporte nesse trajeto a empresa não se empenhou na construção da via férrea até Campinas, Limeira e Rio Claro, florescentes regiões cafeeiras. Os fazendeiros de café, liderados pelos campineiros instituíram uma sociedade por ações e fundaram a Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, em 1869 (MATOS, 1974). Campinas se notabilizou como centro irradiador de novas tecnologias agrícolas e sede de indústrias de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas destinados a lavoura cafeeira e ao beneficiamento do café para exportação (CAMILO, 1999).

### **De vila da estação à villa americana**

Em 1872, os trilhos da ferrovia chegaram a Campinas. Urgia a construção do prolongamento até Limeira e Rio Claro. Em agosto de 1875, foi inaugurado o trajeto até o local onde se originou a atual cidade de Americana, sendo aí construída uma pequena estação denominada Santa Barbara para atender a localidade de mesmo nome, distante 9 km do tronco ferroviário.

A linha ferroviária demarcava a jurisdição do território pertencente a Campinas e a Villa de Santa Barbara. Com a fixação dos trabalhadores da ferrovia nas imediações da estação começou a se formar um povoado inicialmente denominado Vila da Estação. Após a construção da linha ferroviária até Rio Claro e inaugurado o tráfego de trens, a presença dos imigrantes americanos se tornou assídua na estação, pois se tinham estabelecido nas proximidades. Suas viagens freqüentes e comparecimento ao local para envio e recebimento de correspondência, comercialização de produtos como a melancia que tinha grande aceitação na capital paulista, aliados a seu linguajar característico e vestimentas diferenciadas chamavam a atenção. Em pouco tempo, o povoado começou a ser chamado popularmente como Vila dos Americanos (JONES, 1967).

Em 1900, a Companhia mudou o nome da estação para Villa Americana e em 1904 a povoação foi elevada a categoria de vila, desanexada do território de Santa Barbara passando a distrito de Campinas e oficializando-se o nome de Villa Americana.

### **A primeira indústria têxtil**

Em 1875, foi inaugurada a 2 km da estação ferroviária, no lado campineiro, uma indústria de fiação e tecelagem de algodão para aproveitamento da matéria prima produzida na região. A empresa foi fundada pelo engenheiro americano Willian Pultney Ralston que se associou aos irmãos Antonio e Augusto de Souza Queiroz, importantes cafeicultores de Campinas e Limeira. Estes desejavam diversificar seus empreendimentos, empregando na indústria os rendimentos auferidos com a comercialização do café. Na década de 1880, a indústria foi vendida aos ingleses Clement e Jorge Wilmot. Estes ampliaram a fabrica e iniciaram a construção da vila operaria, já com a denominação de Fabrica de Tecidos Carioba (Carioba é termo da língua Tupi que significa pano branco, referindo-se ao tecido de algodão).

Os proprietários ingleses foram também responsáveis pela contratação de imigrantes italianos provenientes de regiões têxteis da Itália, o que ajudou a formação de mão de obra local especializada nesse setor. Entretanto, os irmãos Wilmot não tiveram sucesso em seu empreendimento devido às incertezas da política econômica dos primeiros anos da Republica, tendo que fechar a empresa, em 1896, por dívidas com o Banco do Brasil. Nesse período, a indústria foi responsável pela formação de mão de obra especializada na atividade têxtil, permanecendo muitos operários e operárias residindo na Villa Americana à espera de uma oportunidade de reabertura da empresa.

## A reabertura da Fábrica de Tecidos Carioba (1902)

Franz Müller, empresário alemão radicado na capital paulista com casa importadora de máquinas, adquiriu a indústria da Carioba em leilão promovido pelo Banco do Brasil em 1901. Para tanto se associou a um irmão residente na Alemanha e a um capitalista inglês Rowland Rawlinson. Entusiasmou-se com as possibilidades da indústria e encantou-se com as belezas naturais da localidade onde a mesma se situava, às margens do Rio Quilombo e do Rio Piracicaba. Dinâmico e empreendedor, colocou a indústria em funcionamento em apenas três meses de trabalho na recuperação das máquinas e turbinas. Transferiu sua residência para a casa construída pelos ingleses e iniciou seu projeto de construção de uma vila operária baseada em empreendimentos similares de sua terra natal (MÜLLER CARIOBA, 1992)

Ampliou a fiação e a tecelagem, construiu novas seções de tinturaria, expandiu a vila operária e edificou em estilo europeu, casas para os funcionários mais graduados, além de residências para seus filhos nos mesmos moldes. Procurou dotar a localidade de melhoramentos tais como escola, biblioteca, cinema, consultório médico e gabinete dentário, hotel, capela, clubes de futebol e regatas. Todas essas benfeitorias visavam à perma-



Vista aérea da Vila Carioba.  
Fonte: Acervo da família Hafers

nência dos trabalhadores na empresa e o sentimento de pertencimento a uma comunidade unida por laços de amizade e solidariedade. Estes fatores atraíram grandes contingentes de emigrantes, principalmente italianos, que permaneceram na Vila Carioba por décadas.

O desenvolvimento do sistema paternalista industrial que caracterizou a indústria de Carioba sob o comando do Comendador Franz Müller se expressava no pressuposto de que os proprietários de empresa deveriam aliar sua função industrial com a responsabilidade social no âmbito da sociedade.

Na vista aérea da Vila Carioba, as imagens datadas do final da década de 1930, mostram com destaque a residência do Sr. Hans Müller no primeiro plano; a represa Carioba, à esquerda e o Rio Piracicaba, à direita. O paisagismo da vila já estava consolidado com grande número de árvores, tanto nas praças como nos quintais das casas e nos parques.

Para garantir o funcionamento de energia à indústria, Franz Müller adquiriu em 1907 a Fazenda Salto Grande onde havia o salto d'água propício à construção da hidrelétrica. Dedicou-se pessoalmente a estudar e planejar a construção contratando para este fim uma empresa especializada a Hacker, Bromberg e Cia. Inaugurada em 1911, a usina fornecia energia para a Rawlinson, Müller e Cia. Fabrica de Tecidos Carioba e, também, para a Villa Americana, Santa Barbara, Cosmópolis e outras cidades da região, o que possibilitou a instalação de inúmeras indústrias na região.

A Fazenda Salto Grande é apresentada, com a usina hidrelétrica no canto inferior à esquerda, a sede da Fazenda, próxima à junção dos rios Atibaia (à esquerda) e Jaguari (à direita), formando o Rio Piracicaba e as colônias rurais.



Fazenda Salto Grande.  
Fonte: Acervo da família Hafers

A indústria da Carioba caracterizou-se como a matriz industrial que propiciou a formação de mão de obra especializada na atividade têxtil que

iria transformar a Villa Americana num dos mais importantes centros têxteis do Brasil. A Villa Americana foi elevada a município em 1924, mas somente em 1942 passou a chamar-se simplesmente Americana lembrando a atuação dos primeiros imigrantes a se fixarem na região.

Quando os filhos do Comendador Müller venderam a indústria em 1944, por restrições impostas aos alemães durante a 2ª Guerra Mundial, muitos trabalhadores se transferiram para Americana onde estabeleceram pequenas tece-lagens baseadas no trabalho a feição, esta é uma modalidade de relação de trabalho em que o trabalhador possui as máquinas, mas recebe a matéria prima - os fios de terceiros para confeccionar o tecido, recebendo por produção. O trabalho a feição se difundiu bastante na região, originando uma ampla camada de pequenos e médios proprietários de indústrias têxteis, e a ascensão social de muitos operários formados na indústria da Carioba e, de certa forma, iniciadores de uma atividade que iria moldar o desenvolvimento local (RODRIGUES, 1978).

A Fabrica de Tecidos Carioba foi vendida, em 1944, ao Grupo Abdalla, empresários que se dedicavam a uma ampla gama de negócios tais como a indústria de cimento, a agropecuária e o comércio. Os novos proprietários da Fabrica Carioba ampliaram as instalações da indústria, modernizaram o setor de tecelagem, mas foram prejudicados por inúmeras questões trabalhistas com antigos operários e pelas dificuldades de qualificar famílias oriundas da zona rural para o trabalho na indústria. A Fabrica de Tecidos Carioba foi fechada em 1976, um século após a sua fundação. As dívidas trabalhistas foram pagas com lotes de terreno em áreas que vieram a constituir bairros da cidade de Americana. Numa tentativa de desmobilizar os movimentos de antigos moradores da Vila Carioba para sua preservação, os proprietários aceleraram o processo de destruição da vila operária, no início de 1980, com a venda ou doação de material das casas para os empregados que se retiravam da vila industrial e desejavam construir em seus terrenos.

### **Novas funções para o patrimônio edificado**

Retornando as colocações iniciais acerca do patrimônio edificado, remanescente da antiga Fábrica de Carioba e Fazenda Salto Grande, cumpre mencionar que estes prédios só foram preservados pela ampla mobilização da população



da cidade de Americana no início dos anos de 1980. Em 1982, firmou-se acordo entre a Prefeitura Municipal e os proprietários, o Grupo Abdalla, com a devolução de áreas desapropriadas a estes. Em troca, esse patrimônio passou ao poder público. Alguns prédios já foram restaurados, sediando atualmente projetos culturais formulados pela própria Secretaria Municipal de Cultura de Americana ou em convenio estabelecido com a Fundação de Desenvolvimento da Educação, (FDE) de instancia estadual.

O projeto conveniado é intitulado Cultura é Currículo – Lugares de Aprender e possibilita a visitação à Casa de Cultura Hermann Müller, por estudantes da rede publica estadual, atendendo um total de aproximadamente 2000 alunos por mês. A casa Hermann pode ser visualizada quando ainda apresentava a cúpula com observatório astronômico.



Casa Hermann Müller, década de 1920.  
Fonte: Acervo da Secretaria de Cultura de Americana.

O projeto Raízes, desenvolvido pela Secretaria de Cultura, envolve um roteiro com visitas monitoradas aos marcos históricos do município, incluindo o prédio do Museu Histórico e Pedagógico, localizado no Casarão do Salto Grande ainda em zona rural, e aos prédios do Complexo Industrial da Carioba que distam aproximadamente 7 quilômetros da cidade. Este roteiro visa complementar o aprendizado sobre a história do município e da região, permitindo aos alunos desenvolver noções de espacialidade entre essas construções e a situação atual totalmente modificada pela expansão urbana. Iniciado em 1995, o projeto Raízes atendeu mais de 100.000 estudantes neste período.

A residência patronal Casa Hermann transformada em Casa de Cultura reúne os integrantes do Projeto Prosa Cariobense, antigos moradores de Vila Carioba que relatam suas vivências nessa comunidade e assim reforçam os laços que os unem. Os integrantes do Prosa Cariobense se empenham pela recuperação da cultura imaterial consubstanciada em musicas, poesias, receitas culinárias. Seus depoimentos são gravados e constituem sempre enriquecedoras contribuições à memória do bairro. A participação desses antigos moradores evoca as colocações de Ecléa Bosi “podem arrasar as casas, mudarem o curso das ruas, as pedras mudam de lugar, mas como destruir os vínculos com que os homens se ligavam a elas?” (BOSI, 1994, p.452)

Eventos culturais são realizados, mensalmente, na Casa de Cultura e em seus jardins. Um exemplo que deve ser mencionado é o Café Caipira com apresentação de cantores de musica popular brasileira da banda municipal e da orquestra municipal. Estes eventos chegam a reunir até 10.000 participantes e possibilitam o reencontro de antigos moradores que contribuem freqüentemente com fotos e pinturas que retratavam a Vila Carioba, permitindo o enriquecimento do acervo imagético do bairro.

Os vínculos estabelecidos entre os antigos moradores podem ser interpretados através do pensamento de Halbwachs. “Destruída a parte de um bairro onde

se prendiam lembranças de infância de um morador, algo de si morre junto com as paredes ruínas, jardins cimentados, mas a tristeza do indivíduo não muda o curso das coisas: só o grupo pode resistir e recompor traços de sua vida passada” (HALBWACKS, 1990).

Finalizando, pode-se concluir que o conhecimento histórico acerca do patrimônio edificado, seu estilo, as funções a que se destinavam, as pessoas que o habitavam, permite que os indivíduos, no presente, se identifiquem com os mesmos buscando sempre recompor traços de sua própria trajetória.

## Referências

- CANABRAVA, Alice P. (1985) **O algodão em São Paulo, 1861- 1875**. T.A. Queiroz, São Paulo.
- CAMILO, Ema E.R. (1998) **Guia Histórico da Indústria Nascente em Campinas, 1850 – 1887**. Centro de Memória Unicamp - Mercado de Letras, Campinas.
- BOSI, Eclea. (1994) **Memória e sociedade: Lembranças de Velhos**, Companhia das Letras, São Paulo.
- HALBWACHS, Maurice. (1990) **Memória Coletiva**, trad. L. L. SCHAFFER, Ed. Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, São Paulo.
- JONES, Judith Mc Knight. (1967) **Soldado descansa, uma epopéia norte-americana sob os céus do Brasil**. Ed. Jarde, São Paulo.
- LEMOS, Carlos A.C. (1999) **Casa paulista: história das moradias anteriores ao eclétismo trazido pelo café**. Edusp, São Paulo.
- MATTOS, Odilon N. de. (1974) **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desempenho da cultura cafeeira**. Alfa-Omega, São Paulo.
- MULLER CARIOBA, Horst (1992), **Histórias da família**, edição própria, São Paulo.
- RIBEIRO, Maria José F. de A.; GOBBO, Célia ; OLIVIERI, Fanny; FERREIRA, Melquesedec. (1999) **Preservando nossa história**. Edição Própria, Americana.
- RIBEIRO, Maria José F. de A. (2005) **Memória, imigração e educação – Fábrica de tecidos Carioba: uma vila industrial paulista no início do século XX**. Tese de doutorado. Faculdade de Educação Unicamp, Campinas.
- RODRIGUES, João A. (1978) **Façonismo: um sistema de trabalho da indústria têxtil – o exemplo de Americana**. Geografia das indústrias, Instituto de Geografia/USP, São Paulo.

# LA DIMENSIÓN MATERIAL DEL PATRIMONIO AGROINDUSTRIAL DEL ÁREA ANDINA: REGIONES NOA Y CUYO. ARGENTINA

**Gabriela Santibañez<sup>1</sup>, Ana Lía Chiarello<sup>2</sup>, Lucas Guzmán Coraita<sup>2</sup> y Juan José De Haro<sup>3</sup>**

El presente trabajo constituye un avance de la investigación *“La dimensión material del patrimonio arquitectónico. Técnicas y materiales en la región Andina: NOA y CUYO”*, en el que se aborda el tema del patrimonio agroindustrial a partir de la dimensión material de los sitios y conjuntos arquitectónicos más significativos del área andina argentina, reconociendo la diversidad de sistemas constructivos e identificando modos semejantes en cuanto a la materialización de las obras. Para ello se seleccionaron ejemplos representativos del período poscolonial, que impactaron no sólo en el territorio sino también en la economía local, a través del desarrollo agroindustrial. Los casos analizados comparten una importante significación histórica y patrimonial, por lo que han recibido declaratoria de lugares y monumentos históricos nacionales de Argentina. Por su trascendencia y riqueza, en la actualidad funcionan como museos regionales.

## **Introducción**

La arquitectura de esta región se ha caracterizado, desde tiempos muy remotos, por la calidad constructiva del trabajo a partir de materiales como la piedra o la tierra cruda. Mientras el primer material fue inicialmente utilizado por la cultura inca en enclaves del sistema vial y en la arquitectura y posteriormente por artesanos en épocas coloniales y poscoloniales, el uso de la tierra cruda, en todas sus aplicaciones (adobe, quincha y tapia) identifica la zona.

Con el propósito de presentar algunos casos de estudio, de acuerdo al avance de la investigación encarada desde el ámbito académico<sup>4</sup>, hemos seleccionado en cada una de las áreas analizadas ejemplos representativos que identifican al patrimonio agroindustrial desde una valoración material y tecnológica, que además comparten una importante significación histórica y, por ello, han recibido declaratoria de lugares y monumentos históricos nacionales de Argentina. Por su trascendencia y riqueza han sido convertidos en museos regionales.

Estos casos nos hablan de una diversidad de sistemas a lo largo de más de cinco siglos pero a la vez reafirman modos semejantes en cuanto a la materialización de las obras de la región andina, generando la perdurabilidad de modelos y tipos, de lenguajes y de técnicas constructivas que los convierten en ejemplos a revalorizarse y ponerse en valor.

El objetivo del estudio es mostrar el uso de los diversos materiales y su aplicación en obras destinadas al uso agrícola e industrial de las provincias de Mendoza y Tucumán, para observar en forma comparada la perduración de técnicas y materiales propias de las áreas rurales en el patrimonio agroindustrial de la región, a lo largo del siglo XIX y en las postrimerías del siglo XX.

<sup>1</sup> Universidad de Congreso

<sup>2</sup> Universidad Nacional de Tucumán

<sup>3</sup> Universidad de Congreso

<sup>4</sup> Este trabajo se ha realizado en el marco de la investigación financiada por la Universidad de Congreso y el Fondo Nacional de las Artes. La investigación se inscribe en el Acta Acuerdo suscripto entre la Universidad de Congreso, Universidad Nacional de Tucumán y la Universidad de Mendoza.

## La configuración territorial del área andina

Si bien la cordillera de los Andes configura la espina estructurante de toda América del Sur, consideramos como Área Andina a la unidad que tuvo influencia cultural incaica. El sistema vial andino, Qhapaq Ñan, es la suma de caminos y rutas que los diferentes pueblos andinos trazaron, y que luego los incas articularon conformando una única red de proporciones continentales, unificando sus dominios, atravesando los actuales territorios de Colombia, Ecuador, Perú, Bolivia, Chile y Argentina.

La región andina<sup>5</sup> está estructurada por la presencia dominante de la cordillera de los Andes y la configuración de un paisaje natural caracterizado por las cimas más altas de América, valles, serranías, quebradas, extensas llanuras aluvionales, mesetas, áreas desérticas y oasis irrigados por ríos de régimen estival, que definen climas variables. Estas características aseguran una resultante de gran riqueza y complejidad, configurando una región de contrastes naturales y diversidades sociales que se han reflejado en el uso del suelo y el manejo de estrategias para la subsistencia humana.

De esta manera, fue posible en la región, y aún lo es, desarrollar actividades vinculadas a la agricultura o a la ganadería en áreas donde el agua, la tierra y la temperatura lo permitieron. El hombre, en tanto, mediante su conocimiento en el manejo del agua y los cultivos, logró transformar zonas áridas en verdaderos oasis productivos. Estos aspectos determinaron una transformación sustancial en el paisaje, abandonando sus características naturales para conformar nuevos paisajes culturales que, aunque diversos, enfatizan la unidad de la región andina.

## Conjuntos agroindustriales en el área andina

El protagonismo que finalmente alcanzaron a fines del siglo XVIII las provincias de Mendoza y Tucumán, en sus respectivas regiones del Noa y Cuyo, no fue casual. Las ciudades capitales ya se habían emplazado en sitios estratégicos que posibilitaron el desarrollo de una eficiente red de comunicaciones, originada en la época colonial y consolidada durante el siglo XIX. Reafirmaron la importancia de esas ciudades, primero la presencia del General José de San Martín en Mendoza desde 1814, para organizar la gesta libertadora y luego, la elección de San Miguel de Tucumán para realizar el Congreso de la Independencia en 1816.

Tanto los ingenios en el norte argentino, como las bodegas en Cuyo, constituyeron casos de importante desarrollo regional, logrando considerables volúmenes de producción gracias al heredado sistema de protección arancelaria



Área Andina – Región Noa

<sup>5</sup> Compuesta por las regiones del noroeste argentino (NOA) y Cuyo. La primera comprende las provincias de Jujuy, Salta, Tucumán y Catamarca. La segunda está integrada por La Rioja, San Juan y Mendoza. A pesar de formar históricamente parte de Cuyo, la provincia de San Luis quedó excluida en este estudio, por no poseer relación con la cordillera.

concedido por la oligarquía porteña a Tucumán y Mendoza. La alianza política en el período de organización nacional con las clases dominantes fue estratégica para atenuar la rebeldía de las provincias débiles de sus respectivas áreas de influencia. Las bodegas y los ingenios azucareros crecieron de la mano de la burguesía local (Jorge, 1986). En 1910, Tucumán se había consolidado como centro azucarero, con cuarenta y cuatro ingenios (Dorfman, 1986) mientras, Mendoza se mostraba como centro vitivinícola, con más de mil cuatrocientos establecimientos de elaboración de vino, según consta en la publicación *Reseñas geográficas de la provincia de Mendoza*.

Del universo de sitios registrados en la investigación en curso, hemos seleccionado casos relevantes del período histórico comprendido desde mediados del siglo XVIII y 1930, aquellos que nos permiten de acuerdo con los objetivos, verificar las hipótesis planteadas.

La selección recayó en casos que resultan importantes no sólo desde los aspectos agroindustriales sino porque, fundamentalmente, comparten una realidad histórica trascendental y son obras claves en el patrimonio arquitectónico de la región. También por su rol de centros, ya que a partir de su instalación, generaron asentamientos, desarrollaron y potenciaron áreas. Finalmente, porque representaron la introducción de una nueva actividad productiva, la que posteriormente transformó el desarrollo económico de la región.



Área Andina – Región Cuyo

## Tucumán y el patrimonio azucarero

En tiempos prehispánicos la actual provincia de Tucumán estaba habitada por antiguas civilizaciones autóctonas, algunas de ellas sedentarias asentados sobretudo en toda el área montañosa del oeste tucumano. Cultivaban el maíz, la papa, diversas variedades porotos y la quinoa, adecuando el terreno en un sistema de andenes y terrazas de cultivo.

Ya en tiempos de la colonia, la vitivinicultura fue junto con la caña de azúcar, uno de los principales cultivos desarrollados en las estancias jesuíticas establecidas en el territorio de la actual provincia de Tucumán. A esta actividad se sumó luego la industria del cuero, y a fines del siglo XVIII ya se contaba con la producción de aguardientes e incipientes plantaciones de arroz.



Etapa Preindustrial, 1821.



Estas nuevas explotaciones hicieron que la importancia de la vitivinicultura disminuyera considerablemente ya que el volumen de producción alcanzado por otras provincias se presentó casi inalcanzable.

El cultivo de caña de azúcar y la obtención de derivados se desarrolló en Tucumán de la mano de los Jesuitas en la Reducción de Lules, localidad cercana a la capital. Luego de su expulsión, perdió continuidad hasta que en 1821 el Obispo Colombres, en su finca de El Bajo retomó la actividad,



Etapa Industrial, 1901.

colaborando en la difusión del cultivo de caña de azúcar en la provincia y conformando el primer establecimiento en explotarla para obtener de ella ciertos derivados. Se iniciaba así la etapa pre-industrial de lo que luego serían los ingenios azucareros. Pocos años después, en 1827, son ya siete los establecimientos de este tipo, y en 1850, trece. A la muerte del Obispo Colombres ya había veinticuatro establecimientos dedicados al azúcar.

La llegada del ferrocarril en 1876 expandió y consolidó la actividad, permitiendo la introducción de la mejor tecnología del momento para el equipamiento de lo que serían los ingenios azucareros ya en su fase industrial. Por otro lado, facilitó el contacto con los centros de consumo lo que fue clave en el desarrollo de la agroindustria. El crecimiento de las áreas de cultivo fue exponencial. De las 233 hectáreas de 1850 se pasó a 127.053 hectáreas en 1926. La cantidad de ingenios existentes en la provincia pasó de ochenta y dos pequeñas fábricas a treinta y cuatro de mayor envergadura en 1901.

El azúcar fue, durante cincuenta años más, la principal actividad económica de Tucumán.

### **La casa del obispo colombres**

Este establecimiento agroindustrial fue el primero destinado al procesamiento de la caña para la elaboración de azúcar en la provincia de Tucumán. Al célebre presbítero José Eusebio Colombres, protagonista del Congreso de la Independencia, se deben los primeros ensayos para la reintroducción de la Caña de Azúcar que ya había existido en Tucumán durante los siglos XVII y XVIII y que se extinguió tras la expulsión de los Jesuitas de estas tierras. Para ello, en 1821, destinó una propiedad aldeaña a la ciudad de entonces que ofició las veces de casa de reposo y lugar de experimentación. La quinta llamada “El Bajo”, al naciente de la ciudad es una fracción inserta en lo que hoy es el Parque 9 de Julio. Allí se instaló un muy rudimentario sistema de procesamiento que consistía en dos trapiches de madera movidos por bueyes, en los que se molía la caña y se fabricaba miel, tabletas, chancaca, así como el azúcar. A medida que los primeros ensayos fueron dando buenos resultados, el sacerdote comenzó a extender las plantaciones de caña. En un principio cultivó caña también en una quinta de El Colmenar que poseía con su hermano Ambrosio, donde instaló seis trapiches más. Pequeñas cantidades de lo fabricado se enviaba a las veci-

nas provincias de Santiago del Estero, Salta y Catamarca. La resonancia que alcanzó la actividad fue valorada por la sociedad política cuya Sala de Representantes, a propuesta del gobernador Salustiano Zavalía lo designó ciudadano benemérito en 1839.

El conjunto se resuelve alrededor de un patio que actuaba como elemento organizador de las actividades productivas: el patio de labor o canchón adonde llegaban las carretas con la materia prima. A su alrededor una serie de edificaciones lo delimitaban en forma de U: un volumen principal rectangular de dos plantas, la casa propiamente dicha, un sector más bajo, separado y perpendicular hacia



Casa del Obispo Colombres. El conjunto.

el frente, la fábrica, y, enfrenteado a éste, otro volumen bajo, el galpón. Se sabe por los registros gráficos que en 1910, en su lateral izquierdo estaban los vestigios aún del galpón de adobes donde el presbítero debió fabricar el azúcar por primera vez, así como el aguardiente, las chancacas, las tabletas, la miel, el guarapo y el alfeñique, productos que distinguieron a las regiones del interior. Tiempo después, según los análisis históricos, ese galpón fue trasladado al lado derecho, apenas separado de la casa, como lo estaba el anterior, que aún se conservaba medio destruido. Sirvió de depósito para las mieles, y en el se colocaban los fondos de hierro, grandes tinas de barro y bateones de madera. Recientemente se han descubierto, enterradas frente a la casa, las ollas que sirvieron para la cocción de mieles. Así también sobre ese frente del primer galpón, las noticias históricas dan cuenta de que estaban situados los dos trapiques de madera movidos por bueyes, que servían para la molienda de la caña por los medios primitivos.

La parte más importante del conjunto por escala y tratamiento, es el cuerpo principal de dos plantas, la casa del propietario, cuyo frente principal al norte con su figura de superficies lisas y revocadas se ve perforado por galerías profundas con arcos de medio punto. Esta solución arquitectónica, más allá de ser una expresión pragmática acorde a las condiciones locales del clima, le



La casa del propietario.

aportan un carácter singular y propio de un establecimiento rural. Por el contrario, sus laterales –este y oeste– y la fachada sur, desde lo climático, son paramentos que prácticamente se cierran al espacio exterior. La apertura del frente norte hacia el patio de labor con galerías permite generar un filtro de privacidad para las actividades domésticas, a la vez que ejercer, desde la vivienda, el total control de la actividad productiva.

La técnica constructiva utilizada, respondió al manejo de conocimientos empíricos de la construcción propios de este período poscolonial. Los espacios interiores aparecen regulares, repetitivos, adecuados a sus funciones, interrumpidos regularmente con muros transversales que tienen por objeto aislar convenientemente una habitación con otra y disminuir las luces que las maderas debieron cubrir para conformar el piso superior. Resultaron también muy similares entre sí, apelando a un carácter multifuncional según las exigencias de uso a las que tuvieran que dar respuesta. Las dos habitaciones extremas, de mayores dimensiones, albergaron la oficina en planta baja y el dormitorio en la planta alta, siendo los lugares más representativos y donde seguramente se concentraba mayor cantidad de equipamiento y personas.

Los muros en planta baja, de ladrillos cocidos y adobe, se engrosan para recibir las cargas de la planta alta, se apela a un importante trabajo de carpintería para fabricar la escalera y generar un envigado para sustentar las tablas de madera dura con que está resuelto el entrepiso y el techo con dos capas de tejas. Los muros de la cocina, en cambio, son de tapia.



La materialidad

Las carpinterías son de gran porte y gruesa madera, postigos en las ventanas y sistema de pomelas y cerraduras metálicas, pintadas de color contrastante con el blanco de los muros encalados.

Este edificio impone un notorio sentido longitudinal y exteriormente el volumen denota solidez y prestancia formal por el trabajo que expresan pilares, arcos de medio punto y cornisas. Los materiales y técnicas utilizados manifiestan una impronta de raíz colonial a pesar de que el edificio fue construido en la segunda década del siglo XIX, es decir varios años después de nuestra independencia con España.

A principios del siglo XX, en ocasión de aproximarse la celebración del Primer Centenario, el gobierno provincial sancionó una ley que autorizaba la expropiación y demolición de las fincas ubicadas en unos terrenos de 600 hectáreas que abarcaban desde las proximidades del casco fundacional, para proceder a la construcción de un parque. Al comenzar la expropiación, en 1913, una intervención del entonces gobernador Dr. Ernesto Padilla, salvó al establecimiento, ya muy deteriorado, de su demolición. Padilla dispuso la suspensión del remate de la casa para resguardarla como casa histórica, por ley del 9 de octubre de ese año que la declara monumento público.

De inmediato se realizaron reparaciones: se colocó en su frente un trapiche de palo idéntico al que se usaba en los tiempos del presbítero Colombes, y se autorizó la colocación de un busto del célebre prelado. La propiedad restaurada y el busto se inauguraron el 1 de julio de 1916, como acto de apertura de los festejos del Centenario.

Como Museo de la Industria Azucarera posee una importante galería de imágenes históricas de los distintos establecimientos azucareros de la Provincia y

expone muebles, indumentaria y otras pertenencias del presbítero. En el exterior se recrea la finca de antaño y en los galpones se organizan las piezas que servían al proceso de fabricación del azúcar. En el patio se alza un aljibe y una pileta revestida con mayólicas en un jardín de impronta española, estos últimos agregados de la década de 1930 de acuerdo al gusto Neocolonial impuesto por el movimiento de revalorización de lo Hispano, que se produjo en el país en los años del Centenario.



Casa Quinta Obispo Colombes. En 1941, se inauguró el Museo de la Industria Azucarera.

En 1941 se inauguró el Museo de Historia, dedicado a recordar la memoria del sacerdote tucumano. Ese año y, en mérito a lo dispuesto por la Ley n° 12.665, por decreto n° 98.076 del 12 de agosto, fue declarada Monumento Histórico Nacional. Una reciente restauración general, propiciada por el Municipio y la Comisión Nacional de Monumentos la rescató del avanzado estado de deterioro que tenía. Además, se realizó un sondeo arqueológico que posibilitó incorporar nuevas facetas de la vieja industrialización de la caña de azúcar.

## Mendoza y su patrimonio agroindustrial

El territorio de Cuyo estaba habitado, a mediados del siglo XVI, por aborígenes que se dedicaban a una agricultura de subsistencia. Durante el período colonial los españoles mejoraron el sistema de irrigación que habían iniciado los aborígenes, desarrollando cultivos de vid, trigo y maíz.

Para Mendoza, la creación del Virreinato del Río de la Plata en 1776, significó un cambio trascendental. La cordillera impuso su presencia y determinó el cambio de dependencia política, ahora a favor de Buenos Aires. En 1785, el comercio de vinos, aguardientes y pasas se había triplicado, gracias a las disposiciones del virrey Juan José de Vértiz y Salcedo en relación al libre tránsito de carretas y mulas vineras hacia Buenos Aires (Lacoste, 2004).



Etapas Preindustrial. Casa de la Chacra de los Barriales, Johan Moritz Rugendas, 1838.

Con el proceso de independencia en marcha, luego de la Revolución de mayo, el modelo se interrumpe temporalmente por la economía de guerra impuesta durante el proceso de formación del Ejército de Los Andes. El general San Martín, en su rol de Gobernador Intendente de Cuyo, adopta medidas para la población de zonas aisladas, favorece la apertura de canales para posibilitar nuevas áreas de cultivo: expansión y diversificación de la producción regional. La presencia de San Martín en Mendoza resultó clave el desarrollo de la región. El esplendor económico que significó su política declinó con su alejamiento.

La ley de libre comercio de 1778 había dado lugar a un sistema económico basado en el modo de producción agro-extensivo de engorde de ganado, que predominó hasta mediados del siglo XIX, por lo que la actividad productiva estaba dominada por las plantaciones de alfalfa. Hacia 1860, comenzó a desarrollarse la vitivinicultura, con un desenvolvimiento inicial lento e inestable. Sin embargo la extensión de los viñedos aumentó sin pausa, acompañada por el apoyo de la ciencia vinícola, estableciéndose bodegas de acuerdo con planes prácticos y modernos. La producción tenía destino convergente en Rosario y su nuevo puerto, constituido como el segundo centro comercial del país, desde 1853, además de Buenos Aires.

El sistema económico local se fortaleció gracias al aumento del mercado interno y al mejoramiento del sistema de transportes, mediante la expansión territorial que representó la llegada del ferrocarril, cuyo trazado replicó las antiguas rutas de la colonia.



Etapa Industrial

La vitivinicultura encontró su resurgimiento de la mano de la llegada de

importantes corrientes inmigratorias provenientes principalmente de Francia, Italia y España. Nombres como Pouget, Giol, Gargantini, Tomba, Benegas, Arizu, Toso y Palencia, entre otros aportaron mano de obra calificada y capitales que posibilitaron la expansión de la tradicional actividad productiva, acompañados de una política que fomentó el desarrollo. Este proceso se consolidó a partir de 1880 (Gago, 2004).

Hacia 1910, en plena conmemoración del Centenario, la actividad vitivinícola se encontraba en franco apogeo. Como muestra de su crecimiento acelerado basta considerar que en 1885 existían sólo dos mil hectáreas de viñedos, mientras que veinticinco años después se contaban más de treinta mil hectáreas (Caras y Caretas, 1910).

### **La Chacra de los Barriales, la Tebaida del General San Martín.**

El general José de San Martín en su rol de gobernador intendente de Cuyo marcó notablemente a Mendoza y, sobre todo, a la zona este de la provincia. Una economía estricta y un orden riguroso, combinados con valores de honradez, ética y moral, generaron una transformación política, social y territorial sin precedentes, que fue fervientemente acompañada por la población mendocina en pos del plan estratégico para lograr la independencia.

Con la finalidad de fomentar la política de obtención de recursos para la gesta libertadora, San Martín impuso una severa economía de guerra. Para ello desarrolló una estrategia de poblamiento de zonas aisladas y para estimular la venta de terrenos, estableció una chacra en tierras que él y su hija obtuvieron en donación.

Las tierras se ubicaban en el este mendocino, relativamente cercanas a la ciudad de Mendoza, aproximadamente unos 50 kilómetros, en una zona donde los



cursos de los ríos Mendoza y Tunuyán se aproximan, conformando una planicie inundable y cenagosa conocida como “los Barriales”. Como parte de un plan de fomento eficiente, se planificaron obras de drenaje y la apertura de canales de riego para aumentar las superficies de cultivo, se modificó la traza vial para que la ruta de comunicación Buenos Aires-Chile, el antiguo Camino Real, pasara por allí, potenciando de esta manera el desarrollo de la zona. El gobierno dispuso también la fundación de una villa con el nombre del general San Martín.

La chacra de los Barriales o “mi te-baida”, como cariñosamente se refería a ella su propietario, ocupaba una extensión de doscientas cincuenta cuadras, aproximadamente 393 hectáreas. La actividad agrícola concen-



Casa de la Chacra de los Barriales, 1925.

tró mayormente plantaciones de cereales y alfalfa, destinada al engorde del ganado, acorde al modo agro-extensivo predominante en Mendoza para la época. El conjunto productivo incluía una vivienda cuyo testimonio no ha llegado a nuestros días. El único registro concreto de la casa es el que aportó el pintor alemán Johann Moritz Rugendas. El artista, cuya obra contribuyó a ampliar la idea de los paisajes americanos en Europa, vivió en Chile durante once años donde conoció a algunos protagonistas de la Campaña Libertadora que le instruyeron sobre la figura de San Martín. En su paso por Mendoza, en 1838, registró la casa de la Chacra.

El grabado permite apreciar que se trataba de un volumen sencillo emplazado en un amplio espacio abierto, rodeado de una espesa y añosa forestación. Estaba compuesto por un cuerpo central alargado cuya cubierta estaba resuelta mediante tres bóvedas peraltadas. En sus extremos, a modo de remate, se ubicaban dos cuerpos que estaban cubiertos por cúpulas, ya que no eran realmente bóvedas, aunque se las llama así, de mayores dimensiones. Es evidente el manejo de un sistema de proporciones que aseguraban una coherencia entre la habitación y la bóveda que la cubre. Aunque sobre la materialidad no hay datos, seguramente se utilizaron técnicas y sistemas de arquitectura en tierra. San Martín retornó de la Campaña en 1823 y abandonó Mendoza ese mismo año para instalarse en Europa. En 1871, veintiún años después de la muerte de San Martín en Francia, su hija Mercedes decidió la venta de la chacra, considerablemente arruinada por falta de mantenimiento. La propiedad, disminuida en superficie, con dudosas perspectivas productivas y las ruinas del edificio, severamente dañado tras el terremoto de 1861 que devastó Mendoza, fue vendida en remate público en 1872. Tuvo sucesivos traspasos y subdivisiones hasta que, en 1905, Ricardo Palencia reunió nuevamente la extensión registrada en el inventario de 1871.

Fue este pujante comerciante, proveniente de Rosario, quien impulsó el desarrollo productivo de la hacienda, otrora sanmartiniana, mediante la plantación masiva de viñedos. La antigua chacra, ahora “Finca Las Bóvedas” se sumaba a un patrimonio de cuatro propiedades más, cuya producción se elaboraba en la bodega “La Hispano Argentina”. (Marigliano, 1994). Palencia fue un gran exponente de

la etapa industrial vitivinícola mendocina, siendo uno de los fundadores cuando se celebraba el primer Centenario argentino. Palencia hizo construir, además, un edificio que reflejó el espíritu de la ya desaparecida casona sanmartiniana que quedó en la memoria de la población, a modo de justo homenaje.

La obra, ubicada en el extremo occidental de la ahora finca vitivinícola, parece tener dimensiones mayores a la referida, pero rescata su esencia mediante un cuerpo central alargado que remata en sus extremos con dos cuerpos contundentes coronados por imponentes bóvedas. Está organizada por medio de un muro que actúa como espina central, compuesto de trece columnas de adobe que articulan los corredores norte y sur. Los gruesos muros están resueltos con bloques de adobe de tierra cruda mezclada con paja, y colocados de cabeza, formando traba. Los dinteles están resueltos con rollizos de álamo, madera propia de la zona y sobre ellos se disponen bloques de adobe, simplemente apoyados. Las cubiertas abovedadas se construyeron en quincha, un sistema liviano combinando estructura de madera, entramado de caña y terminación de torta de barro, hoy reemplazada por una capa de mortero de cemento. La imponente estructura de madera está compuesta por tres cerchas maestras, puntales diagonales, correas y nervios de madera y permiten, en su conjunto, apreciar el cielorraso de cañas que sostienen. Los pisos están revestidos, casi en su totalidad, por piezas originales de ladrillo criollo de formas cuadradas y rectangulares. Se conserva la carpintería original, resuelta en madera de algarrobo en bastidor, tablero y marco. Las puertas-ventana que abren a las galerías cuentan con vidrio repartido para permitir el ingreso de luz al interior. Las galerías norte y sur están resueltas a partir de la disposición de pies derechos de álamo escuadrado.

Al exterior, el único elemento decorativo es una moldura de ladrillo que recorre el borde superior de los muros. También cuenta con el agregado de un zócalo inferior de cemento, de unos 0,50 m de altura. Este tipo de intervenciones desafortunadas son frecuentes en obras resueltas en sistemas de tierra, ya que no sólo no evitan el ascenso de humedad por capilaridad en los muros, sino que la hacen florecer más arriba, afectándolos seriamente. Se desconoce el espesor del original revoque de barro, ya que en la actualidad toda la propiedad está revestida con revoque de cemento. Con el tiempo y los sucesivos sismos sufridos en la región, la obra ha evidenciado un excelente comportamiento, aunque el notable desaplome del muro central ha obligado a la colocación de refuerzos de madera perimetrales y en los bordes terminales de los muros internos y externos. Las llaves de madera están ancladas a la estructura muraria con tensores metálicos pasantes a una altura de cuatro metros.

El uso de la construcción estaba íntimamente ligado a la actividad productiva, ya que en el cuerpo central se almacenaba la mercadería que era cargada o descargada, de acuerdo a la situación, en los carros que se estacionaban de punta en la galería, mientras que en los extremos, a modo de remate, se disponían habitaciones cuya mayor altura, conferida por las "bóvedas", generaba un acondicionamiento interior apropiado para el descanso de los viajeros.

Puede resultar llamativo o extemporáneo el uso de la materialidad descrita en un momento en el que, luego del terremoto de 1861, los sistemas constructivos

apelaban al desarrollo de técnicas sismorresistentes. La presencia del adobe y la quincha en el edificio de Las Bóvedas quizás se debe a una búsqueda deliberada de semejanza morfológica, funcional y aun material, con el edificio ya desaparecido de San Martín. Esto constituye un antecedente trascendental desde los aspectos patrimoniales.



La materialidad

Por otro lado, la persistencia de las técnicas constructivas en tierra en los ámbitos suburbanos vinculados a la actividad agroindustrial fue muy común durante las primeras décadas del XX en Mendoza. En las casas patronales de las bodegas ubicadas en zonas rurales, se continuaron usando las tipologías tradicionales en doble T y con galerías, al igual que los sistemas constructivos en tierra (Guaycochea de Onofri, 2001). En 1927, la propiedad fue transferida a la firma Echesortu y Casas, Sociedad Anónima, también rosarina, que continuó con la producción vitivinícola.

Con el objeto de identificar, proteger y valorar el patrimonio nacional, en 1938, se creó la Comisión Nacional de Museos, Monumentos y Lugares Históricos (CNMMLH). El 10 de diciembre de 1941, la finca de las Bóvedas, antigua Chacra de los Barriales, fue reconocida con el rango de “Lugar Histórico Nacional” mediante decreto 107.512 del Ministerio de Justicia e Instrucción Pública de la Nación, dada la importancia de su significado en relación al patrimonio sanmartiniano, mientras que el edificio obtuvo declaratoria de Bien de Patrimonio Cultural de la Provincia, en 1998 (Decreto 1146).

En 1970, la firma propietaria efectuó la donación de la manzana donde se emplaza el edificio ya identificado con el nombre de “Las Bóvedas” en referencia a sus notables cubiertas, con expresa condición de la conformación de un museo y parque. En 1976, se inauguró el “Museo Histórico Municipal Las Bóvedas”. En él se exhiben múltiples colecciones y artículos aportados por los habitantes locales. Merece consideración especial el patrimonio de evocación sanmartiniano que posee el sitio: la réplica de la Bandera del Ejército de los Andes, el cofre que guardó a la bandera original durante años y las rejas de la escuela Patricias Mendocinas, llevadas allí luego de la demolición, en 1982, de una de las primeras escuelas realizadas en la ciudad posterremoto.

La Chacra de los Barriales es uno de los ejemplos más significativos de la provincia, no sólo por su vinculación con el general San Martín, como muestra cabal de su política visionaria y progresista, sino por ser uno de los pocos testimonios agroindustriales de la región correspondiente al periodo poscolonial. Fue originalmente chacra y luego en ella se plantaron vides cuya producción tuvo trascendencia nacional, evidenciando la transición



La Casa de la Bóvedas. En 1998, declaratoria Bien de Patrimonio de la Provincia (Gobierno de Mendoza).

hacia la etapa industrial. Los vinos elaborados allí ganaron premios internacionales, como el “Moscatel Rosado Palencia”, siendo promocionados en revistas de circulación nacional como *Caras y Caretas*, a principios del siglo XX.

## Conclusiones

En el área andina argentina, en general y en particular en las regiones del Noa y Cuyo, hemos podido comprobar que en aquellos edificios destinados a las agroindustrias y situados en zonas rurales y suburbanas entre el siglo XIX y las primeras décadas del XX, tanto los materiales como los sistemas constructivos empleados mantienen la tradición colonial. Verificamos, a partir del registro general de casos, los rasgos que detectamos como constantes en los estudios de casos presentados, principalmente ese afán por la persistencia de modelos tipológicos y morfológicos construidos en tierra cruda.

## Bibliografía

- Castro, A. et al. (1999) **La Chacra de San Martín y la pirámide de Barriales**, en San Martín en el este mendocino: la chacra y el molino, Dirección de Patrimonio Histórico Cultural, Instituto Provincial de la Cultura, Gobierno de Mendoza, Mendoza
- Chiarello, A. Moretti, G. (2009) **El patrimonio residencial en los conjuntos agroalimentarios. Arquitectura y paisaje en la rehabilitación de antiguas casas patronales**, presentado en Encuentro internacional de Patrimonio Industrial Agroalimentario, Córdoba
- Cirvini, S. (2011) **Arquitectura Vernácula en la región de Cuyo (Argentina)**, ACE: Architecture, City and Environment. Año VI, núm. 17 Junio. Diario El Orden, Tucumán, 14 de Setiembre de 1932.
- Dorfman, A. (1986) **Historia de la Industria argentina**, Hyspamérica Ediciones Argentina, Buenos Aires.
- Guaycochea de Onofri, R. (2001) **Arquitectura de Mendoza y otros estudios**, Inca Editorial y Talleres gráficos, Mendoza.
- Jorge, E. (1986) **Industria y concentración económica**, Hyspamérica Ediciones Argentina, Buenos Aires.
- Marigliano, C. (1994) **La Chacra de los Barriales “Mi Tebaida” en la ciudad de General San Martín, Mendoza**, Ediciones Culturales de Mendoza, Mendoza.
- Pérez, F. (1999) **La Chacra del General San Martín**, en “*San Martín en el este mendocino: la chacra y el molino*”, Dirección de Patrimonio Histórico Cultural, Instituto Provincial de la Cultura, Gobierno de Mendoza, Mendoza.
- Revista La Industria Azucarera n° 575. Septiembre de 1941.
- Viola, R. **La Casa del Obispo Colombres**. Inédito

# Contributos para Memórias





# CONSERVAÇÃO-RESTAURO NO MUSEU DO DOURO. QUE ESTRATÉGIAS SUSTENTÁVEIS?

**Carlos Mota<sup>1</sup>**

O Museu do Douro (MD) foi criado em 1997, na sequência de uma lei aprovada por unanimidade (Lei 125/97 de 2 de dezembro), pela primeira vez no País, como Museu de território, cujos objetivos gerais visam preservar, valorizar e divulgar o património material e imaterial da Região Demarcada do Douro (RDD). A Fundação Museu do Douro (FMD), criada mais tarde através do Decreto-Lei nº 70/2006 de 23 de março, é uma entidade privada de direito público, sem fins lucrativos e de utilidade pública e resulta da cooperação entre a sociedade civil e o estado, tendo como fins a promoção de atividades culturais, a quem cabe a instalação, a manutenção e a gestão do Museu da RDD.

Com base na perceção e experiência pessoal de trabalho na área de conservação-restauro, procura-se apresentar a essência da atividade desenvolvida ao longo de seis anos e, simultaneamente, constituir uma reflexão que contribua para traçar caminhos sustentáveis ao desempenho, organização e evolução das atividades de conservação-restauro neste museu de território. O campo de ação da conservação-restauro ICOM-CC (2008) na FMD enquadra-se no património móvel e integrado, particularmente ligado à produção e comercialização dos vinhos da região do Douro, em especial do vinho do Porto, para a sua salvaguarda e intervenção.

## Da conservação-restauro

Os bens culturais móveis incorporados no MD são maioritariamente objetos de uso comum, etnográficos, oriundos da RDD, que foram produzidos para cumprir funções entretanto perdidas, seja por obsolescência ou por desgaste consequente da utilização. Regra geral, estes bens encontraram-se “abandonados” e substituídos por outros, dado que os materiais são pobres e diversificados, resultantes de uma produção por vezes pouco esmerada, sendo por isso compreensível o avançado grau de degradação, a ponto de se por em causa o investimento na sua preservação.



Fig. 1 – Alçado frontal do balcão de provas de vinhos da sede da Real Companhia Velha em Peso da Régua, antes da intervenção de restauro no MD. Fotografia: MD – Carlos Mota, 2011.

<sup>1</sup> Técnico Superior de Conservação e Restauro da Fundação Museu do Douro. Doutorando em Museologia na Universidade do Porto. Investigador do CITCEM. cfmota@gmail.com

<sup>2</sup> Estes painéis a óleo sobre tela resultam de uma encomenda destinada à participação desta instituição na 1ª Exposição Colonial Portuguesa, realizada em 1934,



Fig. 2 – Vista geral da oficina de conservação-restauro do MD durante o processo de restauro do balcão de provas. Fotografia: MD - Carlos Mota, 2011.



Fig. 3 – Vista geral do balcão citado nas figuras 1 e 2 depois da intervenção. Do resultado final salienta-se a restituição da sua função original. Fotografia: MD – Marco Peixoto, 2012.

O debate desta problemática tem merecido a atenção de vários autores, destacando-se aqui a reflexão de Gaynor Kavanaugh (1989), onde observa que os registos escritos apresentam muitas vezes uma visão parcial, produzida por uma classe média-alta letrada, enquanto que os objetos etnográficos são indicadores das realidades, ideologias ou até mesmo do status social do povo. Razão válida para dissolver eventuais dúvidas relativas à importância do investimento levado a cabo pelo MD na preservação dos bens culturais etnográficos da RDD.

A preferência pela estratégia metodológica da conservação *in situ* para a salvaguarda destes bens tem-se revelado difícil de implementar, não só pelos escassos recursos, como também pela morosidade do processo de sensibilização das comunidades. Para compensar o cenário, o MD tem incorporado estes “documentos” em núcleos expositivos ou em reservas.

O património móvel e integrado que o MD pretende salvaguardar apresenta uma diversidade de materiais que vai desde a madeira (de pinho, casquinha, castanho, carvalho, vinhático, entre outras espécies), passando pelo metal (ferro, aço, cobre, latão, bronze, prata e outras ligas não identificadas), o mais comum, pela cerâmica (barros, faianças, porcelanas e terracotas), a pedra (granito, xisto e calcário), o vidro, o têxtil (algodão, linho, seda), couro, papel e plástico, entre outros. Os problemas da sua preservação surgem, desde logo, associados ao facto de coexistirem todos, circunstância que inviabiliza a prática de alguns princípios da conservação preventiva.

Em concreto, torna-se necessário abordar o controlo e adequação ambiental, uma das condições chave para a conservação preventiva, pois, os valores ideais de humidade e temperatura são específicos para cada material. O ICCROM recomenda que a maioria dos materiais orgânicos devem ser mantidos numa humidade relativa (HR) entre os 50% e 65%, com variações graduais não superiores a 5% e com uma temperatura em torno dos 20°C. Sabemos que estas condições previnem os ataques microbiológicos, a secagem e deformação dos materiais, o surgimento de fendas ou fissuras, entre outras patologias, mas, se verificarmos os aconselhamentos para a conservação de metais e vidro, deparamo-nos com valores contrários, isto é, 40% ou inferior de humidade relativa e temperaturas entre os 15°C e 20°C, de forma a prevenir o desenvolvimento ou agravamento de problemas como a corrosão ou a *doença do vidro* ICCROM sd, cit. GASPAR (2002).

Ora, a diversidade de materiais em reserva e nas exposições do MD está presente não só entre os objetos mas também na sua própria constituição, condição que leva à falência das anteriores recomendações, notando-se em publicações mais recentes, como IMC (2007), que já não se apresentam tabelas com valores aconselhados, alertando para o seguinte:

*“Flutuações importantes, valores muito elevados ou valores muito baixos de H.R., provocam a degradação de uma grande diversidade de materiais.” [ou] “Flutuações bruscas de H.R. podem alterar a estabilidade dimensional dos objectos provocando o aparecimento de fendas, deformações, destacamentos de policromias e outras alterações indesejáveis.” [...] “Regra geral, flutuações repetidas de tem-*

*peratura provocam ciclos de expansão e contracção num dado material, contribuindo para a sua degradação. Em materiais compósitos este problema é agravado, porque a materiais diferentes correspondem coeficientes de dilatação diferentes.”*

Este cenário implica que se questione quais serão as estratégias mais indicadas para a conservação de objetos compostos por diversos materiais. Contudo, a resposta não é linear e certamente passará pelo bom senso, procurando na medida do possível e face ao panorama atual, a melhor solução que poderá passar pelo avanço na escala de intervenção.

Talvez o caminho eticamente correto se encontre no sentido da prática de ações de conservação, uma vez que todos os bens culturais têm, por si só, a capacidade de transmitir valores intrínsecos insubstituíveis, que poderão ser ética e deontologicamente questionados quando estes mesmos valores são submetidos a uma intervenção de restauro.



Fig. 4 – Processo de intervenção em objetos etnográficos enquadrado no programa de estágios/voluntariado de 2011. Fotografia: MD - Carlos Mota, 2011.

Assim, a escolha do nível interventivo numa proposta de conservação-restauro deverá respeitar uma hierarquia: *“Preservar é um dever iniludível e permanente; conservar é uma necessidade mais ou menos urgente; restaurar é uma opção que pode sempre aguardar”* ALARCÃO sd, cit. CORDEIRO (2010). No Museu do Douro, tal decisão é conseguida através do diálogo multidisciplinar entre o conservador-restaurador, o curador, o historiador e o museólogo, recorrendo-se por vezes a pareceres externos de químicos, físicos e de biólogos.



## Das estratégias sustentáveis

Tendo em conta que as atribuições do serviço de conservação-restauro do MD consubstanciam-se na salvaguarda do património cultural móvel e integrado da RDD, como atrás se referiu, equacionar a sua sustentabilidade é uma ação inerente à definição da estratégia metodológica.

Com efeito, as atividades de conservação-restauro desenvolvidas na Fundação Museu do Douro, de 2006 até à atualidade, apresentam as seguintes estratégias de gestão:

1 Investigar utilizando métodos laboratoriais, quando necessário, a fim de diagnosticar, executar e/ou orientar ações de conservação preventiva, nomeadamente manutenção de exposições e das coleções em Reserva, bem como a monitorização e controlo das respetivas condições ambientais e de pragas;



Fig. 5 – Sala de acabamentos/expurgo da oficina de Conservação-restauro do MD. Em primeiro plano, encontra-se um mapa isolado em atmosfera anóxica. Esta técnica sofisticada de desinfestação é eficaz e não prejudica os objetos, os operadores, nem o ambiente. No segundo plano, encontram-se obras em fase de conclusão de intervenção. Fotografia: MD – Carlos Mota, 2009.

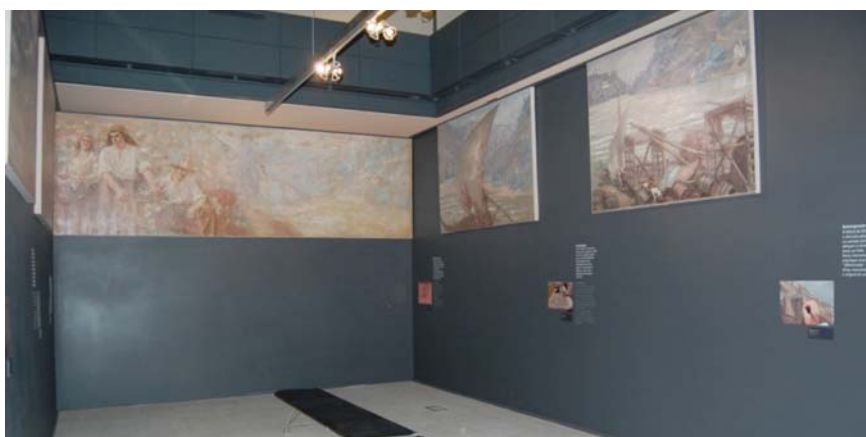


Fig. 6 – Vista parcial da exposição de um conjunto de pinturas da Casa do Douro, da autoria do mestre Joaquim Lopes, que ilustra uma viagem pelo Douro. Nesta exposição deu-se conta ao público da metodologia interventiva empregue no restauro das obras. Fotografia: MD – Marco Peixoto, 2010.

- 2 Apoiar e intervir *in loco*, particularmente no património cultural móvel e integrado da RDD, mediante a disponibilidade de recursos humanos e materiais;
- 3 Desenvolver as intervenções necessárias de conservação curativa e restauro de espólio depositado, emprestado e da coleção do MD;
- 4 Apoiar, debater e disseminar as boas práticas de conservação-restauro de bens culturais móveis da RDD, nomeadamente no domínio da consultadoria e ações de sensibilização;
- 5 Orientar e apoiar o desenvolvimento de estágios de conservação e restauro, quer sejam curriculares, extracurriculares e profissionais, bem como a orientação de voluntários não especializados para apoio das atividades;
- 6 Prestação de serviços a cidadãos particulares e institucionais.



Fig. 7- Ação de sensibilização sobre preservação de pintura de cavalete. Destaca-se o retrato de Dona Antónia Adelaide Ferreira (AAF), da autoria de Francisco José Resende, propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Peso da Régua (SCMPR). Fotografia: MD - Marco Peixoto, 2011.



Figs. 8 e 9 –Retrato do benfeitor Pedro Verdial, antes e depois de ser intervencionado no MD. Esta obra da autoria de Afonso Soares é da propriedade da SCMPR, integra a exposição temporária itinerante “Santa Casa da Misericórdia – Coleção de retratos”. Fotografias: MD – Carlos Mota, 2012.

## A terminar

Na atual conjuntura, os constrangimentos financeiros dificultam a resolução de problemas urgentes, pelas carências de recursos humanos, logísticos, tecnológicos e materiais. Ora, para contrariar esta tendência, a conservação-restauro do MD presta também, numa lógica complementar, serviços a particulares ou a instituições, com o objetivo de garantir de forma sistemática os recursos para suprir as necessidades interventivas, mais urgentes, no património cultural móvel, que este Museu de território se propõe salvaguardar.

Uma das ilações possíveis é que a multidisciplinaridade poderá ser considerada imprescindível para a execução da maioria das intervenções de conservação-restauro de bens culturais móveis, cabendo ao Conservador-Restaurador a decisão pela escolha do método interventivo mais adequado a empregar. *“O Conservador-Restaurador trabalha directamente com bens culturais e é pessoalmente responsável perante os mesmos, o proprietário e a sociedade. O Conservador-Restaurador tem o direito de trabalhar sem obstáculos à sua liberdade e independência.”* ECCO (2003)

No quadro conceptual do Museu do Douro, a estratégia seleccionada para a preservação do património cultural é a conservação preventiva (Pereira, 2004). Esta prática pode não assumir, porém, a resolução de todos os “males” pois, por vezes, a implementação rígida dos seus princípios pode desencadear resultados contrários aos pretendidos, especialmente em coleções etnográficas que apresentem composições heterogéneas. Refira-se, a título de exemplo, a madeira, cujos valores ambientais favoráveis à sua preservação não são compatíveis com aqueles que favorecem a conservação de metais ferrosos, donde se depreende que a generalização das estratégias pode causar, facilmente, o insucesso de uma prática coroada de êxito noutra realidade.

A tendência nos países desenvolvidos consiste na prática direta da conservação preventiva sobre os bens culturais, devido ao seu bom estado de conservação alcançado através do investimento permanente na salvaguarda e educação patrimonial.

No caso da RDD, muito há a fazer ao nível da sensibilização para a preservação e defesa do vasto património cultural, e certamente grande número de intervenções de conservação curativa urgem ser executadas, acarretando um maior investimento por parte das entidades responsáveis públicas, privadas e sociedade civil.

De entre as estratégias apresentadas, destaca-se a prestação de serviços de conservação-restauro no MD como caminho inovador e pioneiro no quadro regional que procura contribuir para a continuidade do laboratório/oficina de conservação-restauro, que por sua vez constitui uma ferramenta essencial à salvaguarda das coleções sobre a sua responsabilidade. Contudo, para que esta medida tenha sucesso, dever-se-á reforçar e consolidar a estratégia de marketing dirigida às elites, pois são elas que detêm maior capacidade financeira para suportar as despesas de intervenções de excelência.

A conservação-restauro terá de atuar de forma interativa com a comunidade, contribuindo para a sensibilização e educação da salvaguarda patrimonial, pois

só se preserva o que conscientemente se conhece. O sucesso das intervenções de conservação-restauro no património cultural coaduna-se com a conjugação de esforços no sentido de transmitir às gerações futuras a importância da preservação dos legados patrimoniais.

## Referências

- ALARCÃO sd, cit. CORDEIRO, F. R. (2010) – Problemas em intervenções de conservação e restauro. Como evitá-los?, *Ge-conservacion/ conservación* (1), Madrid, Open Journal System, 156, In <http://www.ge-iic.com/ojs/index.php/revista/article/view/17> (acedido a 2011.02.19; 23h).
- E.C.C.O. (2003) – Directrizes profissionais (II): Código de ética, Bruxelas, European Confederation of Conservator-Restorers Organisations, art. 3.
- ICCROM sd, cit. GASPAR, V. (2002) – *Noções de Climatologia*, Tomar, Instituto Politécnico de Tomar, 38.
- ICOM-CC (2008) - *Terminologia para a definição da conservação-restauro do património cultural material*, 15º Encontro trienal, 22-26 de Setembro, Nova Deli, ICOM-CC.
- IMC (2007), Anexo II Humidade relativa e temperatura, In CAMACHO, C. (Coord. de), *Plano de Conservação Preventiva. Bases orientadoras, normas e procedimentos*. Lisboa, IMC, 101-103.
- KAVANAUGH, G. (1989) - *Objects as Evidence or Not?*, *Museum Studies in Material Culture*, Leicester, Susan M. Pearce, Leicester University Press.
- PEREIRA, G. M., (coord. de), (2004) - *Estrutura de Projecto do Museu do Douro. Relatório de Missão*, Peso da Régua, Museu do Douro.

# PATRIMÔNIO AGROINDUSTRIAL E ARTESANAL DA UVA NA REGIÃO DA BACIA DO RIO JUNDIAÍ - MIRIM

**Evelyn Gregory Moraes<sup>1</sup>, Erika Gregory Moraes<sup>1</sup> e Marina Gregory Moraes<sup>2</sup>**

O artigo se concentra nos modelos de intervenções realizados em espaços com significados culturais e históricos, e apresenta um exemplo de patrimônio agroindustrial, envolvendo uva e vinho artesanal da região do circuito das frutas, próximo ao município de Jundiaí, do estado de São Paulo, Brasil.

Faremos analogia do modelo selecionado com a realidade contemporânea, isto é a necessidade da geração de um ambiente sustentável representando a inovação mas tirando lições do passado a partir dos aspectos da cultura e história que se mantém com a tradição.

## Jundiaí, terra da uva: significado cultural

A importância da preservação da região dos vinhedos do Caxambu e das áreas com significado cultural histórico relacionado a produção de uva e vinho não somente para a cidade de Jundiaí, mas para toda região, isto é, na *Terra da Uva*, tem a intenção de salvaguardar a memória no contexto contemporâneo.

O termo *Terra da Uva* caracterizou fortemente a região de Jundiaí por várias décadas, pela intensa produção de uva e vinho. A partir de 1970, a uva passou a ser a principal atividade. Segundo o IBGE (1995) a uva (79,6%-1600 ha), o milho (4,98%), cítricos (5,37%) e feijão (3,98%) são as principais atividades agrícolas do município. No bairro do Caxambu, a uva possuiu 64,53 % de área plantada com 2003 hectares.

Esta produção de uva iniciou com a vinda dos imigrantes italianos no século XIX e foi se diluindo com o tempo, devido a diminuição do interesse pela produção agrícola das gerações seguintes, somadas a especulação do valor das terras. A proposta de parque patrimonial procuraria resgatar o significado do termo *Terra da Uva* e o sentido histórico. O município de Jundiaí tem o importante papel de região industrial e faz parte do polo do circuito das frutas por possuir uma parte do município que produz frutas inclusive, uvas. Esta característica, somada à de estratégias de preservação do patrimônio cultural existente, permitiria contar com as melhores possibilidades de desenvolvimento da região.

A evolução dos conceitos de patrimônio e o trabalho que vem sendo realizado por instituições civis como Soapha e instituições públicas como Conselho do



Mapa. Arquitetura relacionada com os ciclos do café, aspectos ambientais e a uva.

<sup>1</sup> Global Centro Multicursos

<sup>2</sup> Universidade de São Paulo



Patrimônio Histórico e Cultural da Prefeitura Municipal de Jundiá- estado de São Paulo, poderiam constituir-se em valor a partir dos atrativos culturais (e naturais) existentes ou seja, patrimônio edificado e a paisagem, bem como dos vinhedos com finalidades educacionais ou turísticas.

Descrever a história de Jundiá escapa aos objetivos deste trabalho, contudo destacam-se, nos levantamentos, alguns pontos que merecem reflexão por relacionarem-se com a formação do patrimônio cultural no espaço rural do município:

- a participação dos ciclos da cana-de-açúcar e café, deixando marcas na arquitetura da Fazenda Ermida;
- a forte influência da Igreja Católica na composição histórica da cidade, entre outros fatores, fez com que os italianos provenientes de diversas regiões da Itália, advindos para trabalharem nas lavouras do café, se instalassem no município;
- as principais festas promovidas na região possuem características da religião católica e da cultura italiana ou relacionada à produção agrícola da uva;
- as marcas desta imigração presentes nos elementos culturais como nos sítios produtores de frutas, particularmente uva e vinho;
- o desenvolvimento histórico e a modificação das atividades no meio rural, como a preocupação com o meio ambiente.

Pode-se afirmar que o espaço rural de Jundiá foi configurado a partir de dois aspectos histórico-culturais e, atualmente, por possuir um aspecto ambiental preponderante:

- o ciclo econômico do café, verificado pela localização da Fazenda Ermida e demais propriedades de café situadas no seu entorno;
- a imigração italiana que veio trabalhar nas lavouras de café da região, instalando-se ao norte do município e trazendo uma cultura agrícola e,
- atualmente, baseia-se fortemente nas características e necessidades de preservação ambiental, ao sul da Área de Gestão da Serra do Japi.

A identificação das áreas de Patrimônio e Arquitetura Rural no município de Jundiá, mostrando propriedades de produção de uva e vinho artesanal: sítio da Roseira, sítio São Roque, sítio da Represa e sítio São José.

A entrada da parreira em terras de Jundiá está descrita no inventário e testamento de Rafael de Oliveira,



Propriedades rurais com aspectos históricos-culturais

Fonte: Gregory Moraes, 2006

lavrado em 1648, que possuía parreiras em um sítio descrito no documento. Após esta citação, não há mais referências por dois séculos. Já em 31 de dezembro de 1887, o relatório da Comissão Central de Estatística apresenta ao presidente da província a situação da lavoura principal de café, o desenvolvimento da cultura da vinha e um ensaio da produção de vinho (SOUSA, 1955). Jundiaí, com o advento da indústria açucareira e o destaque da indústria têxtil, estabelece comércio com São Paulo, o qual aumentou com a exportação cafeeira, desde 1867, a partir da ferrovia para São Paulo e Santos.

Por esta época, segundo a tradição oral, iniciou-se a produção da variedade de uva Isabel, provavelmente em 1880, no atual bairro da Malota, região indicada como o primeiro local em terras jundienses, que as recebeu e cultivou.

A viticultura surge em Jundiaí, com produções de destaque, em 1887, no Núcleo Colonial Barão de Jundiaí, instalado em 515 hectares das terras da “Fazendinha”, a 3 km da cidade. No ano da inauguração, o núcleo recebeu 24 imigrantes italianos e, no ano seguinte, 163.

Filippini e Pereira (1988) analisaram as etapas de planejamento, implantação e povoamento do Núcleo Barão de Jundiaí, mostrando as construções rurais dos italianos, as quais tinham como principal característica uma planta com quatro quartos voltados para uma sala retangular e cozinha aos fundos. Os materiais construtivos eram tijolos de barro, por vezes produzidos em olarias dos próprios imigrantes e telhas cerâmicas.

### **Etapas do processo de produção de vinho artesanal e edificações**

A compreensão das etapas de processo produtivo de vinho artesanal, correspondente ao patrimônio de produção, implica o conhecimento das variedades de uva e da sua constituição, bem como da compreensão do conceito de vinho artesanal, além do processo produtivo propriamente dito.



O Processo produtivo do vinho artesanal.

Com base na relação entre processo produtivo de vinho artesanal e arquitetura tendo em vista a evolução das edificações, podem-se definir duas construções típicas, relevantes na implantação dos sítios de uva. São estas a cantina e as

habitações de dois tipos, conjuntas a adegas e independentes. A qualidade do vinho recebe influência da técnica na manipulação da uva e do edifício em que estes trabalhos se processam. Este edifício denomina-se cantina, podendo ser desde o local em que o pequeno vitivicultor transforma a uva em vinho, até o estabelecimento enológico da indústria. Gobbatto (1942) apresenta um antigo projeto de arquitetura para cantinas modelo de grande porte, segundo extraído de seu manual de vitivinicultura.

### **Casa típica dos colonos italianos da bacia do rio Jundiá-Mirim**

A habitação geralmente encontra-se localizada próximo à adega, com pátio central. A maioria dos sítios utiliza água de mina, sendo servidos por redes de esgoto ou fossa séptica e eletricidade. As propriedades possuem antena parabólica e acesso à Internet. As construções são simples, sem sofisticação onde as residências, assim como os galpões de produção e comercialização de vinho, e as demais construções complementares existentes na maioria dos sítios da região, possuem telhado de duas águas (alguns em quatro águas), estruturado em madeira e coberto de telhas cerâmicas. As aberturas, em geral, não possuem molduras e as paredes estruturam-se em alvenaria de tijolos com revestimento externo argamassado e pintura. O pé direito utilizado era em média de quatro a cinco metros.

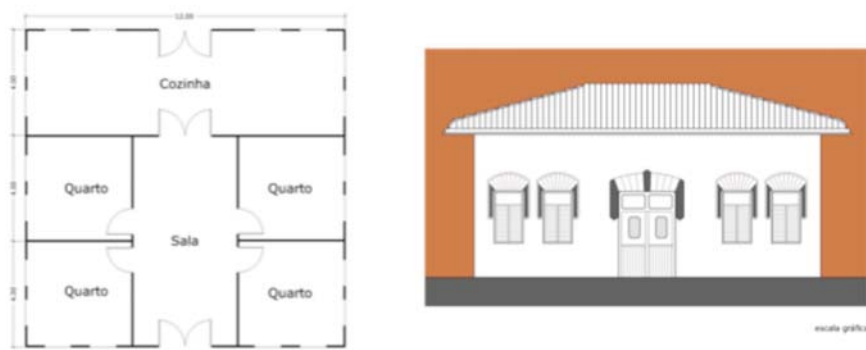
Foi possível apurar na casa sede do sítio Santa Adélia, e também por meio de diversas entrevistas e levantamentos de campo, que a organização da planta dessas casas dava-se em volta de uma grande sala retangular (4x8 m), onde ficava a mesa de refeições, que reunia a família nos quase sagrados horários do café, almoço e, principalmente, jantar. Para esta sala davam quatro quartos quadrados (4x4 m cada um), de modo que a planta da casa assumia a forma retangular (12x8 m). A porta da frente da casa voltava-se diretamente para a grande sala de refeições. Do lado oposto desta mesma sala havia uma outra porta que se abria para a cozinha, algumas vezes sem parede; e a área de serviços. O banheiro normalmente ficava fora do conjunto principal da casa.

### **Sítio Santa Adélia/ Família Fontebasso**

O sítio de uva aberto pelo “nono” Fontebasso, no final do século XIX, permanece com a família até os dias de hoje. Obviamente, as divisas originais da propriedade sofreram modificações, em função da fragmentação ocasionada pelas sucessivas distribuições entre os herdeiros.

A propriedade foi adquirida em 1892 por Santo Fontebasso, proveniente de Veneza, bisavô do proprietário atual. Santo chegou ao Brasil em 1887 e se instalou em Itatiba, comprando o sítio de dez alqueires. A casa de Santo Fontebasso, construída em 1920, era de dois andares, e o que existe hoje é uma construção típica que foi alterada, com a demolição do andar superior, tendo preservada a fachada. O primo do proprietário está atualmente morando na residência.

A casa-sede do sítio é original, embora tenha passado por diversas reformas. A planta parece seguir uma distribuição típica adotada pela grande maioria dos



Planta e Fachada típica residências dos italianos – Família Fontebasso

italianos que se instalaram na região, no final do século XIX e início do século XX. Trata-se de uma planta simétrica, retangular e modulada.

As edificações foram modificadas com o decorrer do tempo, como se pode perceber pelas fotos, e a casa sede possui características originais como os detalhes das janelas, telhas e tijolos. A maioria das construções possuem o tipo de cobertura de quatro águas, com inclinação de 30% e telha capa e canal. As paredes são de tijolo cerâmico. Não existem molduras de arremate no telhado. As fachadas têm varandas que são utilizadas como garagem, e o acabamento externo é reboco e pintura. Os elementos externos são: um paiol para produção de fubá, um galpão para produção de vinho e outro para comercialização dos vinhos artesanais.

Os materiais empregados no galpão de comercialização são tijolos cerâmicos nas paredes e telhas cerâmicas aparentes com estrutura de madeira no teto, sendo o piso cimentado. As esquadrias são de aço e de madeira. Os materiais de construção da residência principal eram fabricados por Santo Fontebasso, como se nota nas iniciais verificadas nos tijolos.

## Conclusões

A intenção foi executar um trabalho de levantamento histórico de forma crítica e analítica, pautando documentar e registrar o patrimônio e avaliar o impacto inicial da implantação das propriedades na forma e vida das cidades.

À luz das iniciativas estudadas, a investigação resumiu e propôs, como um dos seus primeiros resultados, algumas características do que se entende por parque patrimonial.

Entendemos parque patrimonial como um lugar ou território onde se privilegia a memória e a tradição local; onde moradores e visitantes tendem a encontrar recursos como edifícios e eventos comuns, culturalmente significativos em equilíbrio com os recursos naturais.



### **Referências bibliográficas**

GREGORY MORAES, Evelyn. Arquitetura rural das unidades de produção de uva e vinho artesanal na bacia do rio Jundiá-Mirim. Campinas, SP. Unicamp, 2006. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

PLANNING study for the Cardener River corridor. Massachusetts Institute of Technology; Diputació de Barcelona; The Willard Prince Memorial Fund. 2001. Disponível em: [http://web.mit.edu/11.943/www/Cardener\\_report.pdf](http://web.mit.edu/11.943/www/Cardener_report.pdf)

TARTARINI, Jorge; CARNEVALE, Liliana; IBARROULE, Ana Maria. Restauración, refuncionalización y puesta en valor de la estación de ferrocarril de jaramillo para habilitar como museo “Facón grande” in V Coloquio Latinoamericano e Internacional sobre Rescate y Preservación del Patrimonio Industrial, Buenos Aires, 18 al 20 de Setembro de 2007



# UMA CIDADE “NITRINA” – CONSTRUÇÃO E DESMONTE DO CONJUNTO FABRIL DA CIA. NITRO QUÍMICA BRASILEIRA

**Luciana Lepe Tonaki<sup>1</sup>**

Este artigo trata da construção e desmonte das vilas operárias e equipamentos de uso coletivo e comércio construídos pela Cia. Nitro Química Brasileira, na década de 1930, no bairro de São Miguel Paulista, zona leste de São Paulo. Analisa o impacto gerado pela instalação do conjunto fabril no então longínquo e isolado bairro, os objetivos que levaram a opção por este método de gestão do trabalho e o rápido processo de desmonte do conjunto, iniciado já na década de 1960, cujas demolições levaram a destruição da quase totalidade das edificações.

## **Introdução**

A construção de casas para seus trabalhadores constitui uma prática antiga que envolveu empresas dos mais variados setores. Uma forma de atração e retenção de mão de obra que se revelou, também, um meio de incorporar os trabalhadores a um regime de regulamentos e horários rígidos de trabalho, de difícil adaptação ao indivíduo acostumado ao campo.

As vilas operárias são um patrimônio importante do ponto de vista da Arquitetura pois podem ser entendidas, conforme CORREIA (2004, 2011), como um momento inicial de construção de um *habitat proletário moderno*, um modelo de moradia higiênico e funcional para o trabalhador. Para a história da Urbanização, constituem um capítulo essencial para o esclarecimento da formação da rede urbana, dentre os fatores de expansão das principais cidades brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Sorocaba, Recife ou Fortaleza e mesmo na origem de cidades como Telêmaco Borba (PR), Volta Redonda (RJ) e Votorantim, Alumínio, João Monlevade, Ilha Solteira e Caieira, no estado de São Paulo. Estas vilas operárias foram construídas em todas as regiões do território nacional, especialmente no período entre 1880 e 1950, com variados estilos arquitetônicos, tipologias habitacionais e filiação urbanística.

No entanto, apesar do reconhecimento do valor patrimonial desses assentamentos, eles vem sofrendo um processo de desmonte que vai desde ações de descaracterização dos conjuntos fabris à demolição parcial ou completa. Em São Miguel Paulista, periferia leste de São Paulo, um desses conjuntos fabris vem testemunhando, sistematicamente, o desaparecimento de seu patrimônio; ação que teve início na década de 1960 e acelerou-se na década de 1980, quando a quase totalidade dos equipamentos de uso coletivo foi demolida.

<sup>1</sup> Universidade de São Paulo (USP), Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos (IAU).

### Construindo uma cidade dentro de um bairro

A notícia da desativação da fábrica americana Turbize Chatillion Co., produtora de rayon (seda artificial) como consequência da grave crise de 1929 deu origem à Companhia Nitro Química Brasileira. Ao tomar conhecimento do fechamento da fábrica americana, em meados de 1930, o industrial Wolf Klabin (Klabin Irmãos & Cia) interessado em ampliar seu ramo de atividades, restrito à celulose e papel, entrou em contato com os proprietários da firma buscando estabelecer uma parceria entre as duas empresas e a transferência da produção americana para solo brasileiro. Preocupados com a inexperiência da Klabin no setor têxtil, os americanos sugerem que ao empreendimento seja incorporado alguma outra empresa mais experiente do ramo. Chegaram assim a José Ermírio de Moraes, à frente da S/A Votorantim desde meados de 1920, em substituição ao sogro e fundador da Votorantim, Antônio P. Ignácio. Para a Klabin e para a Votorantim, a aquisição de uma indústria de fio sintético simbolizava a diversificação da produção. A Klabin era conhecida pela produção de papel e celulose, esta última, matéria prima para a produção de rayon, a “seda dos pobres”, pelo processo adquirido pelos brasileiros denominado *Chardonnet*. A Votorantim viu na Nitro Química a possibilidade de ampliação da sua produção têxtil, antes restrita às fibras de origem natural (algodão) e de entrada no setor químico.

Dentre os construtores nacionais, as Empresas Votorantim e a Klabin Irmãos e Cia. estão entre as mais importantes, sendo responsáveis por alguns dos maiores e mais interessantes casos de fábricas com vilas operárias. Ambas adotaram a criação de moradias e equipamentos para trabalhadores desde suas primeiras unidades, ainda no final do século XIX e início do século XX. A Votorantim possui conjuntos construídos em pelo menos cinco estados brasileiros; a Klabin teve atuação semelhante, com conjuntos que se destacam pela qualidade arquitetônica dos edifícios. A Cia. Nitro Química marca a união das ações desses dois gigantes industriais na construção de moradias operárias. As primeiras habitações da Nitro Química foram construídas simultaneamente à montagem da própria fábrica e buscavam conservar os empregados essenciais ao funcionamento da companhia.

Após os acertos jurídicos iniciais, inaugurou-se a Companhia Nitro Química Brasileira em 11 de setembro de 1935. Num processo audacioso, e especialmente difícil para a época, a fábrica foi desmontada de solo americano e cerca de 18 mil toneladas de equipamentos, incluindo móveis e instalações sanitárias, foram transferidos para o Brasil onde seria remontada. O local escolhido foi um terreno de cerca de 50, 33 ha na periferia

leste de São Paulo e o processo de transferência, inclusive treinamento de mão de obra local, demorou cerca de 30 meses de trabalho (RAVAGLIA, 1988).



A Cia. Nitro Química Brasileira em 1938. Acima, a Vila Americana. Fonte: Memória Votorantim

A companhia entrou em funcionamento em setembro de 1937 com 1.554 funcionários e foi oficialmente inaugurada em 26 de abril de 1940, já em franca atividade, e com cerca de 2.600 trabalhadores. Ergueu um extenso conjunto fabril composto por fábricas e casas para trabalhadores distribuídas em duas vilas: *Vila Americana* e *Cidade Nitro Química* e ainda diversos equipamentos de uso coletivo e comércio que mudaria, definitivamente, as feições do isolado bairro. Conforme a análise de Aroldo Azevedo (1945), responsável por alguns dos primeiros estudos dos subúrbios de São Paulo, a ocupação gerada pela Nitro Química trouxe um benefício inédito à zona leste da cidade, sendo um fator que diferenciava São Miguel dos outros bairros periféricos. A ocupação de São Miguel, até então dispersa, passou a se concentrar nas imediações da empresa, como consequência das vilas construídas pela empresa e pelas habitações construídas por iniciativa particular, loteamentos clandestinos ou não, visando os trabalhadores não contemplados.

No momento de instalação da empresa (1935), a indústria não tinha importância na periferia leste de São Paulo que permanecia com características rurais e a economia baseada em inexpressiva produção agrícola e pequenas olarias. A facilidade de comunicações inaugurada com a nova via férrea e estrada de rodagem, a disponibilidade de amplas áreas desocupadas, o baixo valor dos terrenos e a presença do Tietê (que gerava a possibilidade de utilização abundante de águas do maior rio paulista) foram fatores importantes para a escolha desta zona por fábricas de grande porte, da qual a Nitro Química foi a pioneira. Segundo VIANA (1982), São Miguel Paulista foi o bairro que apresentou os maiores índices de crescimento populacional entre as décadas de 1940 e 1980. Nesta pesquisa, constatamos que, apesar de a quantidade de casas construídas nas vilas ter sido grande, cerca de 350-450 casas, o projeto inicial previa ainda mais, pois o plano urbano aprovado junto à Prefeitura Municipal de São Paulo contava de aproximadamente 950 lotes para residências.

Ao longo de seus primeiros 20 anos de funcionamento, a Nitro Química implantaria um verdadeiro complexo arquitetônico que desde o princípio visou à criação de um núcleo independente e autossuficiente. A construção das primeiras casas veio acompanhada dos primeiros equipamentos: Açougue e Farmácia (1940), Restaurante e Berçário (1942), Armazém e Padaria (1943) ou seja, aqueles destinados ao atendimento imediato das necessidades cotidianas dos



Escola de ensino profissionalizante.  
Fonte: Memória Votorantim.



Alunos em aula na escola da Nitro Química.  
Fonte: Memória Votorantim

trabalhadores e à liberação da mão de obra feminina para o trabalho fabril. Em seguida, a atuação da empresa ampliou-se para outros aspectos da vida do operário através da criação de equipamentos de formação profissional e lazer. Em 1944 inaugurou duas escolas, uma de ensino básico para os trabalhadores menos qualificados e outra de ensino profissionalizante, visando à formação de seu próprio corpo técnico.

Criou ainda um Clube Social (1944) e um Clube de Regatas (1950). O primeiro destinava-se também à prática esportiva dos operários e continha campo de futebol com arquibancada, pista de atletismo, piscina com trampolim e edifício para vestiário. Como em outras fábricas, o lazer regrado guiava o tempo livre, substituía o perigo do ócio e estimulava o desenvolvimento das aptidões físicas e psicológicas para o trabalho (CORREIA, 1998). O bom desempenho das equipes e o estímulo das empresas no lazer saudável além de estimular o sentimento de coletividade de seus trabalhadores também contribuíam para a publicidade positiva para a empresa, aspecto este, imprescindível no caso da Nitro Química, já que a fábrica apresentava elevado grau de periculosidade devido à produção e manuseio de produtos químicos tóxicos e de teor explosivo.



Jogo de futebol no Clube de Regatas. Década de 50.  
Fonte: Memória Votorantim.



Competição de Atletismo. Década de 50.  
Fonte: Memória Votorantim.

No Clube de Regatas, a companhia organizou os principais eventos (festas, jantares, comemorações, etc.) e é, ainda hoje, lembrado com nostalgia pelos moradores do bairro.



Clube de Regatas (data desconhecida).  
Fonte: Memória Votorantim.



Apresentação musical no Clube de Regatas (data desconhecida).  
Fonte: Memória Votorantim.

Desde o início de seu funcionamento a fábrica teve especial atenção com o setor de saúde e manteve, por vários anos, uma ambulância e convênios com dentista e ótica em São Miguel Paulista, tendo construído um Ambulatório (1943) dentro das dependências da empresa e um Hospital e Maternidade (1955). Apesar da força simbólica adquirida pelas edificações de lazer e cultura, o maior destaque fica por conta deste último equipamento construído pela Nitro Química, de três pavimentos e quase 2.600 metros quadrados de área, claramente buscando a melhoria de sua imagem perante a opinião pública e os trabalhadores, nesta época já fortemente vinculados aos sindicatos.

Efetivamente, a década de 1950 foi de grande desenvolvimento para a companhia que modernizou as fábricas já obsoletas na ocasião da compra e criou novas unidades como a fábrica de TNT (trinitololueno), que explodiu pouco após a inauguração, causando a morte de nove operários (RAVAGLIA, 1988). Nesta fase, a maior parte dos investimentos não teve o retorno esperado e os acidentes frequentes, o forte cheiro gerado, o risco de contaminação dos solos e das águas, refletiram-se na má imagem da empresa junto aos órgãos de imprensa e no recrudescimento de suas relações trabalhistas.

### **As ações de desmonte**

Os movimentos grevistas (1953, 54, 57 e 63) afetaram fortemente a empresa, dando início aos primeiros sintomas do esgotamento do projeto de disciplina e dominação do grupo operário instrumentalizado pelas vilas operárias e equipamentos da Nitro Química e seu Serviço Social. Na década de 1960, a empresa entraria numa fase de declínio, tendo início a separação das suas maiores acionistas, a Votorantim e a Klabin, concretizada em 1967. Outros pequenos acionistas também se retiraram da sociedade e a Nitro Química passou na totalidade para o Grupo Votorantim. Em 1965, a empresa teve seu menor faturamento e nos dez anos seguintes passaria a desativação dos equipamentos coletivos ao lado da diminuição do efetivo, formação de novos quadros diretores, racionalização e modernização administrativa e investimento nos setores mais produtivos (RAVAGLIA, 1982).

Segundo CORREIA (1997), reorganizações empresariais e mudanças nas relações entre trabalho e capital estão entre os motivos que aceleraram os processos de desmonte de vilas e núcleos em todo o Brasil na década de 1980. Outros fatores seriam a necessidade de expansão das fábricas, fechamento de indústrias, valorização imobiliária de terrenos, terceirização de setores da produção e difusão de doutrinas neoliberal correlata ao retrocesso nos direitos sociais. Na Nitro Química, chama atenção a rapidez de formação e de desmonte do núcleo habitacional e de assistência aos trabalhadores. Foram cerca de trinta anos (de 1935 a 1965) desde a construção das primeiras casas e o início efetivo da desativação desses benefícios. Até os anos 1980, as casas foram repassadas aos trabalhadores via acordos trabalhistas decorrentes das demissões em massa, ocorridas a partir do final da década de 1960, e a grande maioria dos espaços coletivos foram demolidos ainda em ótimas condições de uso (conforme sugere o levantamento fotográfico realizado nesta pesquisa).



Similarmente ao que ocorreu com outras vilas e núcleos operários, assim que a propriedade das casas foi transferida para os trabalhadores, teve início um amplo processo de descaracterização dessas edificações. Na Cidade Nitro Química, a maior parte das casas ainda mantém a integridade física, mas estão bastante desfiguradas. No caso da Vila Americana, pouco restou do belo conjunto de residências pois a sua localização "privilegiada", próxima à estação de trens de São Miguel, e destinada aos trabalhadores mais qualificados, levou também à maior valorização dos terrenos nessa zona. Foi também na Vila Americana que foram implantados os equipamentos de comércio da Nitro Química (Farmácia, Armazém/Padaria e Açougue), aos quais, supomos, pela arquitetura e alguns relatos, também serviam para o restante do bairro. Ao longo dos anos, a vocação comercial associada à localização central acentuou-se e a antiga Vila Americana deu lugar à zona mais comercial do bairro, onde o processo de descaracterização foi ainda mais rápido. Assim, não conseguimos afirmar se os Armazém/Padaria, Farmácia e Açougue foram demolidos e substituídos, dado o alto grau de intervenção tanto nos lotes quanto nos edifícios da Vila Americana.

A Cia. Nitro Química desativou e demoliu a maioria dos equipamentos, deixando vazios os terrenos do ambulatório, restaurante, berçário, escola profissionalizante e delegacia. O Clube de Regatas encontra-se em ruínas, fruto de abandono e vandalismo. A Escola de ensino básico, único equipamento situado na Cidade Nitro Química, foi a que sofreu menor interferência externa, mas funciona com outros usos e já não é propriedade da fábrica.



O Clube de Regatas atualmente. Foto acervo pessoal da autora



A escola de ensino básico da companhia atualmente. Foto: Phillip A. dos Reis.

Situado dentro dos limites da fábrica, o Clube Social mantém-se parcialmente ativo e exclusivo de uso de alguns funcionários, já sem a arquibancada, o grande campo de futebol e outras práticas esportivas. O Hospital, símbolo maior da política de benefícios da Nitro Química, foi arrendado e os novos dirigentes assumiram o compromisso de continuar a assistência aos funcionários mas o edifício também acabou demolido.

Os equipamentos de assistência ao trabalhador, implantados pela Nitro Química, tornaram-se uma referência para São Miguel e, provavelmente, suprimiram a falta de equipamentos sociais na zona leste de São Paulo, ainda hoje uma das áreas mais carentes do município. O desmonte do conjunto fabril "nitriño" coloca, não apenas o impacto negativo à memória da industrialização do bairro

de São Miguel Paulista e à história da formação urbana de São Paulo, quanto à perda de um raro e importante acervo uniforme de arquitetura Art Déco aplicado a um conjunto fabril e a diferentes tipologias de equipamentos.

A Companhia Nitro Química continua em funcionamento, com um número bastante reduzido de funcionários e de produtos, hoje formado basicamente por resinas usadas pela indústria de tintas e vernizes, cosméticos e defensivos agrícolas. Em novembro de 2011, foi vendida pelo Grupo Votorantim para o fundo de investimento Faro Capital, formado por investidores privados e administrados pela BRL Trust, colocando ainda mais dúvidas em relação ao que resta desse importante e pouco conhecido patrimônio.

### Referências bibliográficas

AZEVEDO, A. E. de. (1945) **Subúrbios Orientais de São Paulo** (Tese de Concurso à Cadeira de Geografia do Brasil FFCLH-USP), São Paulo.

CORREIA, T. de B. (1997) Moradia e trabalho: o desmonte da cidade empresarial, in **Anais do VII Encontro Nacional da ANPUR**, MDU-UFPE, (1), Recife, 715-727.

CORREIA, T. de B. (1998) **Pedra: plano e cotidiano operário no sertão**. Papirus, Campinas.

CORREIA, T. de B. (2004) **A construção do habitat moderno no Brasil-1870-1950**. RiMa, São Carlos.

CORREIA, T. de B. (2011) A Moradia na Paisagem Industrial: a forma de vilas operárias e núcleos fabris, in **Forma urbana e arquitetura de vilas operárias e núcleos residenciais de empresas no Brasil**. Anablume - Fapesp, São Paulo, 273-301.

FONTES, P. R. R. (1996) **Trabalhadores da Nitro Química: A fábrica e as lutas Operárias nos anos 50**. Dissertação (Mestrado - UNICAMP), Campinas.

RAVAGLIA, F. (1988) **Contribuição à História da Nitro Química Brasileira 1935 - 1985**. (Publicação de circulação Interna do Grupo Votorantim), São Paulo.

VIANA, M. T. R. (1982) **São Miguel Paulista o chão dos desterrados (um estudo de migração e de urbanização)** Dissertação (Mestrado - FFLCH USP), São Paulo.

# SÍTIOS HISTÓRICOS DA ÁREA RURAL DE PORTO ALEGRE: HISTÓRIA, ARQUITETURA E ARQUEOLOGIA

**Fernanda Tocchetto<sup>1</sup>, Rosilene Possamai<sup>2</sup>, Rosane Maria Fluck<sup>3</sup>,  
Simone Graciela Derosso<sup>4</sup>**

Apresenta o trabalho que está sendo desenvolvido sobre patrimônio cultural remanescente na área rural do Município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Através do Grupo de Trabalho da Secretaria Municipal da Cultura, estão sendo levantados os sítios históricos relacionados a fazendas, chácaras, casas de veraneio e outros locais de produção econômica e de subsistência, construídos entre o final do século XVIII e início do século XX. Estão sendo privilegiados os exemplares de arquitetura principalmente luso-brasileira (devido a sua escassa presença na cidade) e/ou sítios de interesse histórico e arqueológico. A zona sul do Município, ainda com características rurais, tem sido alvo das ameaças da expansão da malha urbana. Sendo assim, este projeto, em desenvolvimento, insere-se na demanda urgente de ações de preservação do patrimônio edificado mais antigo da capital, por meio da união de competências técnicas da área da História, Arqueologia, Arquitetura, Educação e Sociologia da Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre. O trabalho interdisciplinar realizado pelo Grupo de Trabalho<sup>5</sup> para o projeto de pesquisa *“Sítios Históricos da Área Rural de Porto Alegre nos Séculos XVIII e XIX – História, Arquitetura e Arqueologia de Chácaras e Fazendas”*, compreende estudos, ações educativas e de caráter preventivo. São considerados os valores culturais tangíveis e intangíveis relacionados aos sítios históricos investigados, os quais incluem estruturas edificadas e seu contexto. Por tratar-se de um trabalho voltado à área rural, a relação dos valores culturais tangíveis e intangíveis está intrinsecamente relacionada com os bens naturais daquela área. Portanto, na investigação cartográfica, na pesquisa histórica e memorial, na análise e valoração, os bens arquitetônicos e arqueológicos estão sempre associados ao seu contexto rural, natural, atual e histórico. A Fazenda do Arado, exemplar máximo de um patrimônio especial, é aqui tomada como estudo de caso.

## O contexto

A área rural de Porto Alegre é a segunda maior entre as capitais do Brasil e, desde 1999, deixou de existir legalmente, passando a ser considerada rururbana<sup>6</sup>. Os argumentos para a escolha da zona sul do Município de Porto Alegre para a área de abordagem do projeto estão relacionados, principalmente, à ameaça ao seu patrimônio cultural edificado e arqueológico.

<sup>1</sup> Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo/Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, Brasil.

<sup>2</sup> Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural/Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, Brasil.

<sup>3</sup> Arquivo Histórico de Porto Alegre Moisés Vellinho/Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, Brasil.

<sup>4</sup> Centro de Pesquisa Histórica/Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, Brasil.

<sup>5</sup> Rosilene Martins Possamai (Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural); Fátima Ávila (Centro de Pesquisa Histórica); Simone Graciela Derosso (Centro de Pesquisa Histórica); Rosane Maria Fluck (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moisés Vellinho); Tagore Vieira Rodrigues (Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural); Sílvia Rita de Moraes Vieira (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moisés Vellinho); Fernanda Bordin Tocchetto (Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo); Marcus Vinicius Carvalho Pinto (Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo); Leandro Isoton de Carvalho (Centro de Pesquisa Histórica); Jéssica Santos de Lima (Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural).

<sup>6</sup> Conforme inciso VIII do artigo 29 da LC 434/1999 – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental, alterada pela LC 667/2011, incluindo a LC 646/2010.m

A região de Porto Alegre passou a ser ocupada de forma desenfreada, fazendo com que a expansão da malha urbana trouxesse prejuízos às práticas econômicas e sociais, constituídas desde os primórdios da sua ocupação histórica no século XVIII. Já a região sul ainda mantém-se rural, com o ambiente natural mais preservado e de ocupação rarefeita. Caracteriza-se pela sua estreita relação com o Lago Guaíba, seus cordões arenosos e terraços lacustres ao sul (ME-NEGAT, 1998) e por ser a zona mais verde da cidade.

A zona sul se organiza urbanisticamente em área de ocupação intensiva, com os bairros cidade-jardim, área de interesse ambiental e área de ocupação rarefeita - a chamada cidade rururbana. Esta última, no extremo sul, ainda prevê usos relacionados à produção primária, à agropecuária, possui áreas de proteção do ambiente natural e áreas de conservação permanente.



Sede de uma antiga fazenda com engenho, séculos XVIII - XIX, Bairro Langeado

Além das características apontadas para a escolha da área rural na zona sul para o desenvolvimento do projeto, elementos relacionados à ocupação histórica e ao patrimônio cultural são indicativos do seu potencial para fins de pesquisa, preservação, valorização e fruição. O registro de sítios arqueológicos pré-históricos e históricos na região, bem como o inventário de bens imóveis de interesse cultural, como o da sede de fazenda de arquitetura luso-brasileira no Bairro Lageado, exemplificam o acima citado.

A arquitetura luso-brasileira tem presença rara em Porto Alegre. Poucos exemplos do período inicial da ocupação da cidade permaneceram para contar a história da capital gaúcha. Se Porto Alegre é uma das quatro cidades mais antigas do Estado, juntamente com Santo Antônio da Patrulha, Rio Pardo e Rio Grande, não se percebe isto no simples transitar pela cidade. Daquele passado restaram pouquíssimos imóveis na área central que podem ser citados de memória: um sobrado<sup>7</sup> com janelas em arco abaido;



Solar dos Câmara, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1818

cinco sobrados azulejados<sup>8</sup>, sendo um em ruínas; dois Solares, dos Câmara e Lopo Gonçalves; a Igreja das Dores; a antiga Assembleia Provincial (atual Memorial da Assembleia Legislativa); as partes antigas da Santa Casa de Misericórdia e da Cúria Metropolitana, e a Igreja da Conceição. Além destes, se reconhece o Solar da Travessa Paraíso no Bairro Santa Tereza e uma casa de fazenda na Estrada da Taquara, extremo sul da cidade. Destes bens culturais, alguns foram tombados mas a maioria carece de estudo aprofundado e tombamento.

<sup>7</sup> à Rua Riachuelo, nº 645

<sup>8</sup> nas ruas José Montauray, Sete de Setembro, dos Andradas e Duque de Caxias - deste último literalmente sobrou somente parte da fachada



Igreja Nossa Senhora da Conceição, 1851    Igreja Nossa Senhora das Dores, 1807-1901

Este projeto sobre os sítios históricos, que inclui a busca de reminiscências arquitetônicas tradicionais<sup>9</sup>, especialmente da arquitetura luso-brasileira, vem preencher a lacuna deixada pela destruição e desvalorização daquele patrimônio edificado mais remoto e contar mais uma parte da história de Porto Alegre, voltada para a sua área de produção e lazer entre o final do século XVIII e início do XX.

Ocorre, também, uma lacuna na historiografia sobre Porto Alegre no que diz respeito à vida social, econômica e cotidiana do meio rural. Poucos são os sítios arqueológicos históricos registrados na zona rural de Porto Alegre. O Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, órgão da Secretaria Municipal da Cultura (SMC), registrou o sítio Fazenda Lomba do Pinheiro, atualmente com suas edificações em ruínas; os sítios Chácara da Figueira, em área limítrofe com Viamão e Casa Branca, no Bairro Jardim Itália, sem edificações; e os sítios Solar Lopo Gonçalves e Solar da Travessa Paraíso, tombados, restaurados e atualmente inseridos nos bairros Cidade Baixa e Menino Deus, respectivamente.

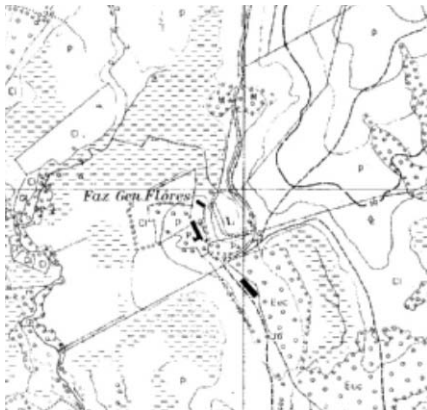
### **A metodologia aplicada**

O método inclui vários procedimentos relativos à pesquisa histórica - em documentação escrita, iconográfica e história oral - e de campo, a ações de preservação e educativas. Quanto ao trabalho de campo, foi preciso desenvolver uma metodologia própria, visando maximizar os resultados. Uma vez que se trata de um projeto pioneiro, não contamos com dados de pesquisas prévias a partir dos quais uma generalização para uma seleção probabilística dos locais a serem visitados pudesse ser feita. O projeto considera, de forma integrada, os três tipos de unidade de prospecção apontados por Nuno Bicho (2006) - uma natural (zona no sul do Município, com mais área verde, rural e com relação com o Lago Guaíba), uma institucional (obedecendo as divisões dos bairros

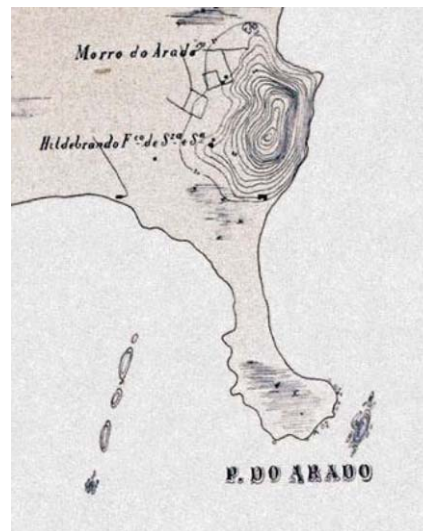


ros) e, por fim, uma cultural (que foca em um determinado tipo de cultura material edificada).

A realização do levantamento segue a divisão atual dos bairros, identificando os que permanecem sendo de ocupação rural e que correspondem às áreas da antiga zona rural do município do século XVIII ao começo do XX. O ponto de partida dá-se pelas principais vias que correspondem, geralmente, às antigas estradas que ligavam a área central da cidade aos bairros. O uso da cartografia é um dos elementos essenciais na preparação do trabalho de campo. A base é o Mapa Topográfico do Município de Porto Alegre de 1939/41 onde são marcados os pontos que indicam presença de edificações ou evidências com características de ocupação nas principais vias ou com acesso pelas mesmas, bem como a atividade exercida na área ou o nome da fazenda. Estes pontos são numerados e, posteriormente, se passa à análise nas imagens de satélite do *Google Earth* que informam se a edificação ainda existe ou se teve o telhado alterado. Essa comparação tem um caráter complementar, uma vez que visa um entendimento do contexto e a condição em que a provável estrutura se apresenta. Não tem um caráter eliminatório, visto que a não identificação não exclui uma vistoria presencial. Estes mapas constituem uma fonte confiável para a escolha dos pontos iniciais a serem vistoriados, tornando o trabalho mais objetivo e eficiente.



Extracto do Mapa Topográfico do Município de Porto Alegre de 1939/41



Detalhe da Planta Topographica e Orographica do 4º e 5º Distrito do Município de Porto Alegre, de 1896, com a indicação de algumas edificações junto ao Morro do Arado e o nome Hildebrando Francisco de Souza e Silva (OLIVEIRA, A. Relatório Técnico de Diagnóstico Arqueológico, abril de 2011)

O levantamento de campo é municiado pelo mapa de 1939/41 e pelos dados informativos prévios. Os sítios são vistoriados e são feitos registros fotográficos das edificações ou remanescentes destas, bem como de outras estruturas arquitetônicas relevantes, fotografias do entorno e também da paisagem. Mora-

dores das redondezas são contatados na busca de indicações de edificações de interesse que poderiam não constar nos mapeamentos antigos. As informações verbais sempre auxiliam na localização das edificações, uma vez que os levantamentos são morosos devido a pouca visibilidade dos bens culturais junto às áreas verdes. Entende-se esta vistoria de reconhecimento não apenas como uma fase preliminar ao trabalho de campo, mas como um estudo investigativo de natureza bastante independente, capaz de propiciar uma variedade de informações, com relativa rapidez (RENFREW e BAHN, 1993).

Tentando suprir a inexistência de dados sobre a temática, o levantamento das fontes históricas documentais e orais é fundamental. Reconhece-se o caráter parcial na extensão da cobertura das áreas vistoriadas, uma vez que não se pode checar toda a zona delimitada e que o mapeamento das fontes pode ser incompleto. Para minimizar as deficiências, uma vez em campo, utilizamos uma abordagem oportunista, buscando indicações de outras possíveis estruturas remanescentes através de relatos dos habitantes locais.

Com relação aos imóveis com relevante valor cultural, é encaminhada uma ação preventiva. O proprietário é informado sobre o interesse sócio-cultural a fim de impedir demolições indesejáveis. As Secretarias Municipais competentes também são informadas para que os pedidos de aprovação de projetos no Município considerem o trabalho sobre o patrimônio cultural da área rural que vem sendo realizado pelo Grupo de Trabalho da SMC. Outras ações preventivas que visam a preservação dos sítios de valor histórico, arquitetônico, arqueológico e público são o registro dos sítios arqueológicos identificados junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), bem como o inventário e o tombamento dos bens.

### Os primeiros resultados

Além do levantamento nos três bairros oficiais do Município (Belém Velho, Restinga e Lomba do Pinheiro), foram realizadas diversas vistorias e análises de projetos de construção de empreendimentos em tramitação, situados na zona rural da cidade ou em áreas com indicação de existência de potencial patrimônio cultural. O trabalho encontra-se na fase de pesquisa histórica e de campo, e encaminhamento de ações preliminares de preservação.

Foram evidenciados relevantes bens arquitetônicos e arqueológicos em diferentes estados de conservação: da casa de veraneio de Júlio de Castilhos (Bairro Cascata), do início do século XX, remanescem apenas ruínas; a casa da Estrada da Costa Gama (Bairro Restinga), do século XIX, é bastante íntegra, mas inserida em pequena propriedade rural junto à estrada; da antiga fazenda do General Flores da Cunha (Bairro Belém



Antiga fazenda do General Flores da Cunha, Bairro Restinga. Área: 400 hectares

Velho), a antiga sede, provavelmente de arquitetura luso-brasileira do século XVIII ou XIX, foi demolida há mais tempo remanescendo para registro aspectos intangíveis da história e da memória, além de futuros repertórios arqueológicos provenientes de escavações.

O mesmo ocorre com a sede da antiga Fazenda do Boqueirão (Bairro Lomba do Pinheiro), do final do século XVIII, registrado como sítio arqueológico junto ao IPHAN. A sede da fazenda e o engenho, atualmente em ruínas, eram exemplares de arquitetura e serão objeto de interpretação e valorização. A casa de João de Oliveira Remião, do início do século XX e atual Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro, permanece como exemplar arquitetônico rural.



Antiga fazenda do Boqueirão (séc. XVIII-XX), atualmente em ruínas. Área: 200 hectares

A Fazenda do Arado (Bairro Belém Novo), do início do século XX, considerando o conjunto de estruturas que a compõe, foi considerada um sítio histórico de grande relevância e único em termos de integridade e autenticidade.

### **A fazenda do arado**

Considerando que a Fazenda do Arado tem sido objeto de estudos do Grupo de Trabalho em função de um processo<sup>10</sup> que está em tramitação na Prefeitura Municipal de Porto Alegre, segue-se a uma breve apresentação de aspectos relevantes quanto ao seu patrimônio, identificando as estruturas e elementos de interesse cultural, relacionando-os com os aspectos da diversidade, integridade e autenticidade, seus valores e significâncias, e apontando as potencialidades para este sítio de interesse cultural. Foram realizadas diversas vistorias à área e pesquisas paralelas a fim de embasar as diretrizes de preservação das ocorrências e dos valores culturais verificados e a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental pelo empreendedor.

O contexto da Fazenda do Arado tem sido considerado como uma paisagem cultural. “A paisagem se distingue do território enquanto inclui a dimensão perceptiva e formal do ambiente antrópico” (TOSCO, 2007, p.118). Quando a visão de paisagem considera a história dos lugares e suas significâncias, esta passa a ser percebida por seus valores e entendida como uma paisagem cultural. Questões como desenvolvimento sustentável, identidade, bem estar social, qualidade de vida, relação harmônica com a natureza e economia são questões afetas



Fazenda do Arado, Núcleo relacionado à residência principal

<sup>10</sup> O projeto pretendido na área da Fazenda do Arado visa implantar um empreendimento urbanístico de condomínio por unidades autônomas, modalidade bastante disseminada na zona sul, de impacto considerável nas características da área rural.

à paisagem cultural. A salvaguarda da paisagem cultural como uma “porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”<sup>11</sup>, é de interesse público não só por razões culturais, mas também ecológicas e sociais.

Na zona sul de Porto Alegre, em bairros da orla como Belém Novo, é mantida uma paisagem rara com uma conformação tal que somente os elementos naturais junto ao Lago já lhe conferem valor paisagístico e estético. A conjunção destes à presença de elementos construídos de significância, como o centro do Bairro, a igreja, a praça, o antigo Hotel Cassino e a Fazenda do Arado, conferem ao contexto uma relevância de paisagem cultural e de *lugar*<sup>12</sup>. O contexto onde se insere a Fazenda do Arado é, portanto, natural, geomorfologicamente variado, com morros, campos, pontas, enseadas, o Lago; é ainda rural, de ocupação rarefeita com o centro de Belém Novo e suas arquiteturas, além das áreas cultivadas e de criação de animais. A Fazenda é visível a distâncias territoriais, por terra e pelo Lago, marcando presença na paisagem e valorizando-a.



Fazenda do Arado, residência principal

O Bairro Belém Novo, periférico à área central da cidade, situado no extremo sul, teve seu início ainda no século XIX. Em torno deste novo povoado, a comunidade ampliou seu raio de ação e transformou-se numa sociedade baseada em fazendolas de pequena produção agrícola e de pequenas manufaturas com atafonas e olarias, e que também mantinha um dinâmico comércio com a cidade e outras localidades através de um porto e de vários trapiches.

Nas primeiras décadas do século vinte, as famílias abastadas de Porto Alegre faziam da orla da zona sul seus lugares de lazer, descanso e até de cura. O arrabalde de Belém Novo oferecia bela paisagem, lugar aprazível e uma distância que parecia se estar fora da cidade. Melhoramentos foram sendo realizados. O antigo pacato arrabalde, na década de 1930, estava sendo ocupado por famílias da classe alta que ali compravam casas ou que para lá iam aos fins-de-semana. A comunidade passou a desenvolver atividades de trabalho para atender a essa nova situação, dinamizando a economia local. Neste contexto foi implantada a Fazenda do Arado.

A potencialidade da área, denominada Ponta do Arado, já é indicada pela existência de um sítio arqueológico pré-histórico, de ocupação Guarani, de evidências materiais móveis e indicações, na cartografia, de edificações dos séculos XVIII ou XIX. Por volta de 1937 a área foi adquirida por Breno Alcaraz Caldas, proprietário da mais antiga empresa jornalística de Porto Alegre, o Correio do Povo.

<sup>11</sup> Portaria 127 de 30 de abril de 2009. Dispõe sobre a paisagem cultural brasileira. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasil.

<sup>12</sup> O lugar ultrapassa a mera localização dos fatos e artefatos. Nas palavras de Norberg-Schulz (2007, p. 6-8), lugar é entendido como “(...) um conjunto, feito de coisas concretas com a sua substância material, forma, textura e cor. Conjuntamente estas coisas definem um ‘caráter ambiental’, que é a essência do lugar. Em geral o lugar é definido pelo seu caráter ou ‘atmosfera’. Um lugar por isto é um fenômeno ‘total’ qualitativo, que não pode ser reduzido a nenhuma de suas características singulares, como por exemplo aquela das relações espaciais, sem perder de vista a sua natureza concreta.” (Tradução livre).





**Fazenda da Ponta do Arado (início do século XX, 300ha):** **A:** edificações relacionadas à produção de leite; **B:** edificações relacionadas ao plantio de arroz; **C:** núcleo original da Fazenda Haras do Arado e prédios posteriores relacionados ao haras; **D:** edificações relacionadas a Marina do Arado; **E:** mansão de Breno Caldas no topo do Morro do Arado; **F:** Sítio Arqueológico RS.JA-16 (OLIVEIRA, A. Relatório Técnico de Diagnóstico Arqueológico, abril de 2011).

A Fazenda organizou-se em diversos núcleos construídos, relacionados a atividades agro-pastoris para produção de leite, para produção de arroz e para a criação de cavalos de corrida, à sede da fazenda e à marina (OLIVEIRA, 2011). O maior conjunto de edificações está relacionado ao núcleo para criação de cavalos, o haras, área atualmente abandonada. Em todos os núcleos citados existem casas de moradia vinculadas, que eram utilizadas pelos funcionários da fazenda. Algumas edificações ainda estão em uso, como é o caso da habitação existente no conjunto ligado à produção de leite e das edificações relacionadas à produção de arroz. A propriedade é cortada por uma estrada interna que liga todos os núcleos edificados e, no momento, é utilizada para criação de gado (eqüinos e bovinos).







Fazenda do Arado, Núcleos relacionados ao haras e à produção de leite

Todas as evidências mencionadas – históricas, arqueológicas e arquitetônicas –, compõem o sítio histórico, conformando um todo (PHILIPPOT, 1996). No sentido de que o todo seja considerado de forma integrada, conclui-se assim, nas palavras de Di Stefano que

*(...) o patrimônio arqueológico – longe de ser considerado como uma parte dos bens culturais, isolada e separada – está dentro do setor do patrimônio cultural diretamente ligado ao território, juntamente com o patrimônio ambiental e paisagístico e com aquele arquitetônico e das cidades históricas.. Tradução livre (DI STEFANO, 1996, p. 47).*



Sítio arqueológico Bairro Lomba do Pinheiro (final do século XXVIII/meados do século XIX)

A Fazenda do Arado é um patrimônio especial, tendo em vista que agrega, num mesmo local, uma diversidade de elementos naturais e culturais, que lhe conferem alta significância patrimonial. Estes elementos materiais são ainda permeados pela imaterialidade da história e das memórias, dos saberes e dos fazeres, relativos aos processos de vida vinculados ao sítio e fora deste.

Em termos de integridade do patrimônio cultural, considerando a fazenda como um todo, pode-se dizer que o conjunto está bastante íntegro, pois permanece a presença das diversas estruturas que compõem os diferentes núcleos identificados. Considerando os núcleos isoladamente, apenas as edificações dos núcleos do haras e do leite estão com telhados parcialmente desabados. Os demais núcleos estão bastante íntegros.

Em termos de autenticidade, considerando os elementos edificados, não se percebem alterações ou falsificações. Os mesmos mantêm-se com materiais e formas, usos e funções, técnicas e localizações como construídos na origem. Já a fazenda como um todo, pode-se considerar autêntica no sentido de que desempenha diversas funções agroindustriais. Quanto aos elementos naturais, a interferência na área foi para adequação aos usos (canais de irrigação, por exemplo), sem muita alteração física, podendo-se dizer que é originalmente natural (com mata nativa, mata atlântica, campos, morro, península, praias), ou seja, sem alterações significativas no solo ou na vegetação.

## Conclusão

Consideramos a importância de aprofundar o estudo da Fazenda do Arado e de suas paisagens, reconhecendo-a e valorizando-a enquanto patrimônios natural e cultural de Porto Alegre, bem como possibilitando o acesso de sua população a esta área tão privilegiada. É no contexto do patrimônio ambiental que se insere a Fazenda do Arado, onde Scifoni ressalta:

*(...) não representa apenas os testemunhos de uma vegetação nativa, intocada, ou ecossistemas pouco transformados pelo homem, faz parte da memória social, ele incorpora, sobretudo, paisagens que são objeto de uma ação cultural pela qual a vida humana se produz e se reproduz. (SCIFONI, 2006 p. 16)*

A acessibilidade a uma área com tal valor cultural vislumbra oportunidades excepcionais para a educação, especialmente a chamada educação patrimonial, entendida como “o processo permanente e sistemático de trabalho educativo, que tem como ponto de partida e centro o patrimônio cultural com todas as suas manifestações” (GRUNBERG, 2007). Ele é entendido “como fator de desenvolvimento intelectual e psicológico, afetivo e cognitivo, ativando (...) mecanismos de registro e recuperação” (HORTA, 2000). A garantia de apropriação dos valores identitários à cidadania está diretamente vinculada à permanência de objetos culturais capazes de referenciar a história local.

Portanto, um sítio histórico com as características da Fazenda do Arado apresenta um extraordinário potencial para a educação patrimonial, uma vez que conta com bens culturais de diversas naturezas organicamente articulados numa unidade única representativa da ocupação histórica de Porto Alegre. Neste espaço, a relação homem *versus* natureza produziu uma marca cultural articulando o bem natural (lago, campo, mata, morro), os bens arquitetônicos e arqueológicos com suas manifestações econômicas e sociais, traduzido num processo histórico representativo de vários séculos. A integridade deste sítio

possibilita uma educação para o patrimônio ímpar, pois permite uma visão sistêmica da realidade local na medida em que o patrimônio natural e o cultural - material e imaterial - estão disponíveis como objetos concretos adequados ao processo ensino-aprendizagem previsto na educação patrimonial.



Fazenda do Arado, Núcleo relacionado à Marina

Assim, considerando todos os valores identificados no sítio da Fazenda do Arado, que lhe conferem alta significância como patrimônio local e regional, a saber, histórico e memorial, arqueológico, arquitetônico, funcional e de uso, de acessibilidade, de raridade, social, associativo, paisagístico, ecológico, científico, ambiental, etnográfico e econômico, vislumbram-se diversas oportunidades de exploração da área para fins turísticos, culturais, ecológicos e de lazer. A preservação dos elementos naturais, culturais e da paisagem deve ser a premissa para qualquer ação no sítio. O reconhecimento dos valores da área, exige ação protetora e, conseqüentemente, ação de valorização e promoção. Potencializar o sítio da Fazenda do Arado com a instituição de um parque permitiria explorar os vários potenciais, designadamente turístico, instalando serviços de hotelaria e de alimentação; lazer, explorando a balneabilidade, a prática de esportes, passeios e a contemplação da natureza; cultural para eco-museu, pesquisa ambiental, educação patrimonial, exposições e eventos; ecológico, continuando atividades de pecuária, pesca, haras e tambo de leite.

A preservação da Fazenda do Arado, assumindo-a como um recurso patrimonial especial e não renovável, contemplando o sítio no seu *todo*, considerando sua *história* e sem perder de vista seu *contexto* será para Porto Alegre, uma ação de impacto em benefício do patrimônio cultural, natural, da paisagem, da sociedade e da cidade.

## Referências

- BICHO, Nuno Ferreira. (2006) **Manual de Arqueologia Pré-Histórica**. Lisboa: Edições 70.
- CURTIS, Júlio Nicolau B. de (2003) **Vivências com a arquitetura tradicional do Brasil: registro de uma experiência técnica e didática**. Porto Alegre: Ed. Ritter dos Reis.
- DI STEFANO, Roberto. (1996) **Monumenti e Valori**. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane.
- GRUNBERG, Evelina. (2007) **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF, IPHAN.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. (2000) Fundamentos da educação patrimonial. In: **Ciências e Letras – Revista da Faculdade Porto-alegrense**, N.27, 30.
- MENEGAT, R. (1998) **Atlas Ambiental de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. UFRGS.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. (2007) **Genius Loci. Paesaggio Ambiente Architettura**. Milano: Electa.
- OLIVEIRA, Alberto T. D. de. (2011) **Relatório de Impacto Ambiental. Parcelamento do Solo Empreendimentos Urbanísticos Ponta do Arado. Relatório Técnico de Diagnóstico Arqueológico**. Porto Alegre. Disponível em PMPA: Processo administrativo nº 002.330742.00.5.
- PHILIPPOT, Paul. (1996) Historic Preservation: Philosophy, Criteria, Guidelines I. In: **Historical and Philosophical Issues in the Conservation of Cultural Heritage**. Ed. N. Stanley-Price, K. Tally Jr. E A. Melucco Vaccaro. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, p.216-229.
- RENFREW, C.; BAHN, P. (1993) **Arqueología. Teorias, Métodos y Práctica**. Madrid: Ediciones Akal, S.A.
- SCIFONI, S. (2006) **A construção do patrimônio natural. São Paulo**. Tese Doutorado – Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-27122006-104748/es.php>. Acesso em 9 jun 2012.
- TOSCO. Carlo. (2007) **Il paesaggio come storia**. Bologna: Ed. Il Mulino.

# Prédio do Matadouro Municipal de Dourado (SP, Brasil)

**Luciana P. Mascaro<sup>1</sup> e Maria Ângela Bortolucci<sup>2</sup>**

Discute as possibilidades de novos usos do prédio principal do Matadouro Municipal, considerando o contexto local da cidade de Dourado. A análise efetuada procura compreender a relevância da existência desse prédio num contexto mais amplo, questionando se seria aceitável a perda de um patrimônio de relevância regional numa cidade com potenciais turísticos a serem desenvolvidos.

## Contexto

O Matadouro Municipal de Dourado é formado por um conjunto de três prédios, um deles de importância local e, possivelmente, regional. Trata-se de um testemunho do período de surgimento e desenvolvimento de muitas das cidades do atual território paulista: a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX. O Município de Dourado na Região Central de São Paulo, onde se localiza o centro geográfico do estado, foi criado a partir do avanço da cultura cafeeira em meados do século XIX.



Os três edifícios do Matadouro Municipal de Dourado

No Brasil, a chegada da Corte Real marcou o início das preocupações com o embelezamento das cidades – que deveriam se “europeizar” – e com a higienização das mesmas, através de uma política de proibição de cortiços (CHALHOUB,1996). A arquitetura dos matadouros dessa época é, em geral, eclética, utiliza a alvenaria de tijolos e, por vezes, elementos em ferro, em substituição à tradicional taipa (SALGADO *et al.*, 2009, p.264). Essa nova arquitetura, aliada às preocupações sanitárias, originárias da Europa (GIORDANO, 2006), foram introduzidas no cenário paulista pelo arquiteto Ramos de Azevedo, formado na Bélgica. Muitos edifícios



similares, existentes na região paulista, foram projetados em seu escritório. Outros apresentam os mesmos princípios, tanto no que diz respeito aos aspectos funcionais e técnicos, quanto à tendência arquitetônica dos mesmos (SALGADO *et al.*, 2009, p.264). Para saber mais sobre a importância e contribuição de Ramos de Azevedo deve ser consultado Carvalho (1999), Lemos (1998) e Loureiro (1981).

### Descrição do prédio principal

As primeiras informações sobre a construção do novo prédio Matadouro Municipal de Dourado datam de 04 de maio de 1907, de acordo com a “Escritura de Empreitada” (essa escritura está registrada no Cartório de Paz de Dourado, no livro número 9, do dia 05 de Maio de 1907). Em 1912, o prédio principal aparece em destaque numa fotografia do *Libro d'oro dello Stato di San Paolo* (BUCELLI, 1912), mas é possível que tenha ficado pronto em 1908 ou 1909.



Matadouro no Libro d'Oro dello Stato di San Paolo. Fonte: Bucelli, 1912, p. 519.

A fachada frontal exibe total simetria – característica comum na arquitetura eclética – com uma ampla entrada centralizada, ladeada por duas grandes janelas. O vão da entrada é de arco abatido e os das janelas laterais são de verga reta. Possui um grande frontão triangular que faz as vezes de platibanda. No centro desse frontão, um óculo redondo que, além de ser ornamental, contribui para iluminar e ventilar o prédio. As pilastras, bem marcadas, avançam sobre o frontão triangular criando um efeito de arremate harmonioso com a fachada.

Poderíamos interpretar a presença dessa simetria, do frontão e do óculo, como inspiração em estações ferroviárias, onde o óculo seria uma alusão aos relógios sempre tão presentes nessas tipologias. Também poderia ser uma distante evocação à arquitetura românica – a não ser por seu arco abatido e alguns dos ornamentos – que foi utilizada de forma mais evidente por Ramos de Azevedo no Matadouro Municipal de Campinas.

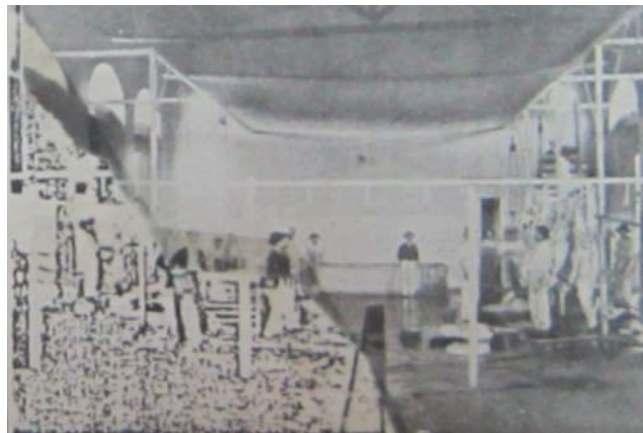
O mais certo é que encontramos elementos decorativos e funcionais característicos da arquitetura eclética, muito em voga na época, mas, ainda vale notar que os ornatos são de uma geometrização tal que leva a uma aproximação do *art déco*. Assim, se trata de um exemplar sem grandes sofisticções, mas de aspecto imponente, marcante na paisagem e afinado com as inovações correntes, preservando vínculos e forte identificação com a arquitetura do período.

### O matadouro municipal e seu valor cultural

O almanaque “*O Estado de São Paulo na Comemoração do Centenário*” assinala o Matadouro de Dourado, afirmando “*que é um dos mais bellos e hygienicos do Estado*” (CAPRI, 1922, p. 239).

Relativamente ao já mencionado registro no *Libro d’Oro dello Stato di San Paolo* publicado na Itália, por volta de 1912, vê-se uma foto do Matadouro, entre as informações sobre a cidade de Dourado, na página 519. Esse registro indica que o prédio era importante a ponto de ser incluído em publicações que pretendiam atrair imigrantes italianos para a região. Essa paisagem foi veiculada na Itália através de livros como o de Bucelli, que “*tinham como finalidade o conhecimento das sociedades que acolhem o imigrante*” e que proporcionaram “*uma certa imagem italiana da realidade latioamericana*” (CARMAGNANI *et al.*, p. 60-61, 1980). Dessa forma, a conservação do Matadouro corresponde à perpetuação de uma imagem que foi divulgada na Itália e fez parte do imaginário italiano sobre o interior paulista. O que, em última instância, contribuiu para a preservação de uma parte da história compartilhada entre o Brasil e a Itália, a história da imigração.

Ademais, numa cidade como Dourado – em que os atrativos são escassos e, por isso mesmo, valiosos, principalmente quando se quer desenvolver o potencial turístico local –, questionamos se a perda de um prédio de valor cultural, já estimado pelos habitantes da cidade e, além disso, disponível para abrigar um novo uso, seria um desperdício aceitável.



Interior do Matadouro no Centenário da Independência do Brasil.  
Fonte: Capri, 1922, p. 236.

### Possibilidades de uso para o prédio principal

De uma perspectiva um pouco mais ampla, também é necessário considerar que o Matadouro está implantado num terreno posicionado, por um lado, no extremo oposto às duas entradas principais da cidade. Por outro lado, está próximo a uma estrada secundária, que liga a cidade de Dourado à de Brotas, polo turístico já fortemente estabelecido. Está próximo também do conjunto de maior

interesse da cidade, formado pelo Grupo Escolar, pela Praça da Igreja Matriz, pela própria igreja, pela Delegacia de Polícia e pela presença de algumas das habitações mais antigas do local.



Os edifícios do Matadouro Municipal em relação à cidade de Dourado

Nesse quadro, é válido verificar quais usos gerariam incremento da circulação de pessoas na área, em quais períodos do dia ou da noite, as vias que seriam mais utilizadas, qual o impacto na vizinhança, etc. É importante verificar quais tipos de atividades seriam atrativas para os turistas presentes nos arredores, mas que, raramente, frequentam a cidade e é importante, também, considerar usos que evidenciem o seu valor regional.

De um ponto de vista mais geral, nos questionamos sobre a importância do prédio do Matadouro em nível regional. Embora o turismo ainda não esteja desenvolvido de forma plena em Dourado, ele pode se tornar uma atividade econômica viável para o município. Alguns atributos favorecem tal atividade: está numa situação geográfica central no Estado de São Paulo e é, portanto, equidistante dos pontos mais extremos do estado; faz limite com o município de Brotas; possui várias fazendas que despontam no universo do turismo rural; e, já é conhecido por seu turismo religioso. Essa situação deve ser considerada num eventual estudo que venha a decidir um novo uso para o prédio.

Por fim, observamos que é muito corrente a noção de que todo e qualquer edifício considerado patrimônio cultural tenha, automaticamente, vocação para se tornar abrigo para atividades culturais. É um tipo de uso muito defendido quando se pretende arranjar soluções rápidas e atraentes, como em épocas eleitorais. Por desconhecimento da complexidade do assunto e para fins propagandísticos, decide-se um novo uso sem nenhum estudo prévio.

O uso de bem cultural para atividades culturais é uma possibilidade e não uma obrigação que nos isentaria da necessidade de uma análise aprofundada. Como afirmam Rodrigues *et al.* (2010, p. 158), existe uma função social a ser cumprida

pela preservação patrimonial e, *em geral*, ela se traduz em atividades culturais. Inclusive, um uso recomendável seria aquele ligado ao “*processo da compreensão do significado e da valorização desse patrimônio*” (RODRIGUES *et al.*, 2010, p. 156). Logo, o prédio do Matadouro Municipal poderia, por exemplo, ser usado para promover a memória e a história da política higienista e do patrimônio industrial agroalimentar. Mas esta é uma possibilidade entre outras a serem consideradas.

## Conclusão

O momento se mostra propício para uma argumentação em defesa do prédio do Matadouro Municipal de Dourado, cuja existência faz parte de uma fase histórica relevante, no âmbito municipal e estadual (paulista), a virada do século XIX para o XX. Como já dito, há alguns anos os estudiosos e os órgãos de preservação do patrimônio vêm gradativamente reconhecendo a importância do patrimônio industrial agroalimentar. Ao mesmo tempo, a população desperta para o sentido da valorização de seus bens culturais, mesmo nas cidades menores.

É nesse sentido que orientamos o nosso trabalho: em primeiro lugar, para evitar a perda desse prédio – o que seria um duro golpe na memória e na riqueza patrimonial local – e, em segundo lugar, para abrir uma perspectiva de uso no futuro para o prédio principal, com base em um projeto criterioso que considere as circunstâncias e as necessidades da cidade de Dourado.

## Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer a contribuição de José Miguel Demeti, que reconhece o valor dos documentos históricos locais e não mede esforços para resgatá-los, conservá-los e, além disso, colocá-los à disposição quando necessário como, por exemplo, no caso da realização deste trabalho. Agradecemos também as informações valiosas que nos foram fornecidas por Norberto Mascaro (2012), que conhece o Matadouro de Dourado há mais de 50 anos, quando seu pai – Eugênio Mascaro – foi proprietário de um açougue na cidade e, mais tarde, quando ele próprio exerceu a profissão de açougueiro e utilizou o local por vários anos.

## Referências

- Bucelli, V. (1912) *Libro d'oro dello Stato di San Paolo*, Roma: Capaccini
- Capri, R. (1922) *O Estado de São Paulo na Comemoração do Centenário 1822-1922*, São Paulo: Est. Gráfico Pocai & Cia.
- Carmagnani, M.; Casetta, G. (1980) La imagen de América Latina en Italia en los siglos XIX y XX, in: *Estudios Latinoamericanos* 6, p. I, pp. 55-62
- Carvalho, M. C. W. (1999) *Ramos de Azevedo*, São Paulo: EDUSP
- Chalhoub, S. (1996) *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, São Paulo: Companhia das Letras

*Escritura de Empreitada* (1907) Registro realizado no Cartório de Paz de Dourado, livro n.9, p.80-81, 05 de Maio

Giordano, C. C. (2006) *Ações Sanitárias na imperial cidade de São Paulo: mercados e matadouros*, Dissertação de Mestrado, Campinas: PUC-Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pós-graduação em Urbanismo

Lemos, C. A. C. (1998) *Ramos de Azevedo e seu escritório técnico*, São Paulo: Editora PINI

Loureiro, M. A. S. (1981) *A evolução da casa paulista e a arquitetura de Ramos de Azevedo*. São Paulo: Voz do Oeste

Mascaro, N. (2012) *Entrevista sobre o Matadouro de Dourado*, Dourado (SP-Brasil), 11 de junho

Prefeitura Municipal de Dourado (2006) Prefeitura termina construção de novo viveiro de mudas, 13-07-2006 Disponível em: <http://www.dourado.sp.gov.br/Noticia/Default.aspx?IDNoticia=122> Acesso em 12/06/2012

Prefeitura Municipal de Dourado (2006) Prefeitura apresenta projeto arquitetônico que transforma matadouro em centro cultural 07-09-2006 Disponível em: <http://www.dourado.sp.gov.br/Noticia/Default.aspx?IDNoticia=235> Acesso em 12/06/2012

Prefeitura Municipal de Dourado (2007) EPTV registra importante capítulo da história de Dourado 20-04-2007 Disponível em: <http://www.dourado.sp.gov.br/Noticia/Default.aspx?IDNoticia=169> Acesso em 12/06/2012

Prefeitura Municipal de Dourado (2011) Ofício nº120/2011 sobre a necessidade de um local apropriado para servir de depósito de pneus das borracharias 03-05-2011 Disponível em: <http://camaradourado.sp.gov.br/Requerimentos/2011/respostas/120.2011.pdf> Acesso em 12/06/2012

Rodrigues, A. R.; Camargo, M. J. (2010) O uso na preservação arquitetônica do patrimônio industrial da cidade de São Paulo, in *Revista CPC*, São Paulo, n. 10, pp. 140-165

Salgado, I.; Muriha, D. (2009) Patrimônio Arquitetônico no Estado de São Paulo: uma arquitetura para matadouros e mercados antigos, in *Exacta*, vol. 7, n. 2, pp. 263-277



# RECUPERACIÓN DEL PATRIMONIO AGROINDUSTRIAL – LA COLABORACIÓN PÚBLICO-PRIVADA EN EL AYUNTAMIENTO DE SAN ILDEFONSO (SEGOVIA, ESPAÑA)

**María José Benegas Mateo<sup>1</sup>, Enrique Calderón<sup>2</sup> e Cristina Sonllewa García<sup>3</sup>**

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a atuação do município de San Ildefonso como um exemplo em Espanha no que respeita à capacidade de recuperação sustentável de uma herança patrimonial construída. A sua localização próxima de Madrid favoreceu, desde o século XVIII, uma proximidade da família real espanhola, que lhe vai permitir um papel importante na difusão de inovações tecnológicas nos domínios da arquitetura, limpeza urbana, gestão florestal e indústria do vidro. Descreve-se a intervenção dinâmica da Câmara Municipal de San Ildefonso, posteriormente à Guerra Civil espanhola, num cenário administrativo complexo onde várias das instituições públicas reivindicavam direitos de propriedade sobre o território. A intervenção municipal é apoiada actualmente por um Plano Estratégico de Desenvolvimento baseado nos elementos principais da identidade concelha que são as indústrias vidreira e de madeira, bem como o turismo. A intervenção concretizou-se, inter alia, na recuperação dos edifícios mais relevantes e no sucesso da sua integração local no sistema produtivo, como um eixo estratégico para o desenvolvimento local e a geração de emprego qualificado. Tudo isto, mediante o fomento de parcerias público-privadas bem como a participação efectiva das diferentes administrações ativas no concelho. Os edifícios reabilitados permanecem ligados aos seus ex-usos como unidades produtivas, museus, centros tecnológicos e afins, tendo já alcançado uma fase de desenvolvimento em que San Ildefonso ganhou reconhecimento mundial.



## Contexto Histórico

El Real Sitio de San Ildefonso es un singular municipio de cerca de 6.000 habitantes situado en la Sierra del

Real Sitio de San Ildefonso.  
Fuente: Ayuntamiento del Real Sitio de San Ildefonso

<sup>1</sup> Alumna de Doctorado de la Universidad Politécnica de Madrid

<sup>2</sup> Profesor Catedrático de la Universidad Politécnica de Madrid

<sup>3</sup> Gerenta de la Empresa Mixta Turismo del Real Sitio de San Ildefonso

Guadarrama y que comprende los núcleos urbanos de La Granja de San Ildefonso y Valsaín, y el enclave de Riofrío.

La naturaleza lo ha conformado como un espacio privilegiado en torno a la cabecera del río Eresma. El noventa por ciento de su territorio pertenece a los afamados Montes de Valsaín, los cuales, desde muy antiguo, fueron el escenario de cacerías para disfrute de Reyes y nobles y el lugar de descanso de sus labores de gobierno, lo que dio a Valsaín, primero, y a La Granja, después, la condición de Reales Sitios.

En el siglo XVIII, Felipe V, primer Borbón de España, manda construir un Palacio donde retirarse tras decidir abdicar en favor de su hijo, Luis I. Su primera intención fue edificar una residencia para descansar y cazar; pero todo cambia cuando con la muerte de éste se ve obligado a asumir nuevamente la tarea de “reinar”, convirtiéndose así, este Palacio, en residencia regia oficial durante el período estival que sería utilizada, en adelante, por todos sus sucesores hasta Alfonso XIII. Se instalaban también, junto con la Corte, las embajadas más importantes del momento.

Acompañando la construcción de este Palacio, e inspirado en los principios y criterios de la Ilustración, se experimentó un modelo de ciudad que es un verdadero laboratorio donde se implementaban las innovaciones de la época, algunas de las cuales se trasladarían después a la Corte en Madrid. Así se establecen las primeras ordenaciones de montes, redes de saneamiento y abastecimiento de agua, junto con los primeros hospitales y cementerios extra-muros de España. El diseño urbanístico, que no perdió de vista en ningún momento el paisaje natural, se fue determinando por la instalación de los servicios requeridos por la corte, así como por las diversas manufacturas reales fruto de los momentos más álgidos de la política industrial de los primeros Borbones.

Luego de necesarias reformas, incendios sucesivos y otros avatares de la historia, de estas manufacturas reales se conservan la Real Fábrica de Cristales Planos de Carlos III, actualmente Real Fábrica de Cristales de La Granja, y el Real Aserrío de Valsaín (siglo XIX), pero la impronta de todas las demás permanece en diversos elementos urbanos, incluso trazados, ligados a su historia. Diseño y planeamiento urbanístico, manufacturas reales de vidrio, de lienzos, de aceros y limas. El Real Sitio constituyó, sin duda, un ensayo de la filosofía ilustrada donde Carlos III hizo de la “planificación” la herramienta que le permitió conjugar sabiamente respeto a la naturaleza con modernidad y crecimiento económico.



Palacio Real Sitio de San Ildefonso.

Fuente: Ayuntamiento del Real Sitio de San Ildefonso

En este contexto de innovación, conocimiento y racionalismo ilustrado, convivían gentes de hasta trece nacionalidades distintas con sus saberes particulares. Se concentraron en su día imagineros como Juan Carmona, cantantes y músicos como Farinelli, arquitectos como Ardemans, Procaccini y Juarra, ingenieros como Juan Dowling, naturalistas, maestros vidrieros, entre otros. Fue un verdadero centro productor y difusor de ideas, de tecnologías y de “saber hacer”; de ciencia, de arte... En general, del conocimiento humano, lo que constituye su excepcional Patrimonio Intangible.

Claro está que el entorno natural y este devenir histórico han dotado a este territorio de un singular atractivo; de una riqueza patrimonial excepcional cuyas señas de identidad se asientan, precisamente, en su disfrute, su uso y su conservación: la explotación racional de la madera, la manufactura del vidrio y, naturalmente, el turismo. Actividad esta última íntimamente ligada a los orígenes del municipio, por cuanto, de antiguo, se ha apreciado lo que hoy conocemos como “turismo de la naturaleza”, “turismo cultural o del conocimiento”, e incluso, un denominado “turismo industrial”, como se verá más adelante.

### **La política de recuperación del patrimonio agro-industrial del Ayuntamiento**

Los fatídicos sucesos de la historia, la incuria, la falta de inversiones y los nefastos años posteriores a la guerra civil dejaron al patrimonio cultural del municipio en un estado de total ruina y abandono.

Llegados a este punto, ha sido decisiva la voluntad política municipal de recuperar aquellas ruinas de sus edificios más singulares e incorporarlos al sistema productivo local, priorizando en la gestión de su desarrollo económico la conservación, recuperación, rehabilitación, y puesta en valor de su Patrimonio Cultural. El de carácter industrial, tanto tangible como intangible, se ha constituido en eje estratégico de desarrollo local y alternativa de generación de empleo cualificado ante otras opciones menos sostenibles de crecimiento económico.

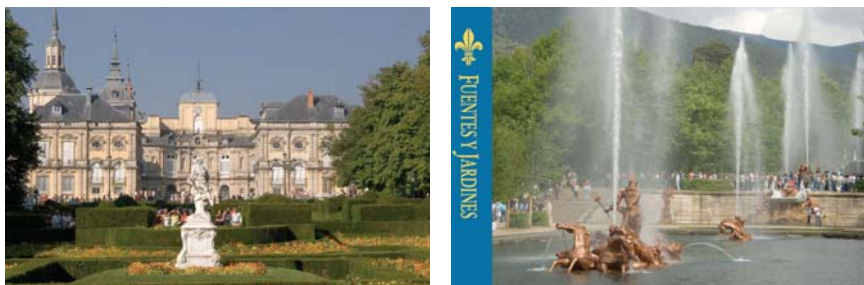


El Real Sitio de San Ildefonso, situado en la Sierra del Guadarrama y comprende los núcleos urbanos de La Granja de San Ildefonso y Valsaín, y el enclave de Riofrío

Para comprender la dinámica municipal en la recuperación de su patrimonio histórico y, sobre todo, el industrial, es útil resaltar la naturaleza participativa e intervencionista de la gestión y voluntad política municipales de los últimos años.

Cabe decir, que el municipio del Real Sitio de San Ildefonso, fue uno de los primeros, si no el primero, de los municipios de Castilla y León en contar con un Plan General de Ordenación Urbana y un Plan Estratégico de Desarrollo, cuyas directrices fueron consensuadas entre todos los sectores económicos y colectivos sociales.

Su Ayuntamiento se ha convertido en el principal dinamizador del desarrollo con criterios de sostenibilidad física, económica y social. No es difícil comprender que se haya erigido en el interlocutor válido, legítimo e imprescindible, entre administraciones y entes públicos y privados, dada la complejidad de gestión que supone la confluencia de múltiples titularidades públicas de su suelo y del patrimonio. Para ilustrar esta complejidad cabe recordar que el noventa por ciento del territorio municipal pertenece a los Montes de Valsaín, de titularidad pública del Estado y gestionados por el Organismo Autónomo Parques Nacionales. Los Montes, además, gozan de un elevado nivel de protección y están contemplados en todos los Planes de Ordenación de los Recursos Naturales de la Sierra de Guadarrama, lo que determina una escasez de suelo para uso residencial, terciario o industrial.



Fuentes y Jardines de Real Sitio de San Ildefonso  
Fuente: Ayuntamiento del Real Sitio de San Ildefonso

Todo ello, sumado a una fuerte presión urbanística propia de su cercanía a Madrid y a la capital de la provincia, Segovia; y aparejada a la llegada de nuevas infraestructuras como el tren de alta velocidad, han hecho más férrea aún la voluntad política proteccionista de la Administración Local, dirigida a regular el mercado del suelo público, promoviendo el régimen de protección oficial en la construcción de viviendas e impulsando la recuperación del patrimonio arquitectónico con la gestión de colaboraciones interadministrativas y publico-privadas. Tales colaboraciones no han excluido que, en algún caso, el Ayuntamiento haya llevado a los tribunales al propio Estado Español, en relación con la expropiación de un edificio de su patrimonio histórico arruinado por la desidia y las especulaciones urbanísticas.

El modelo de desarrollo que la comunidad vecinal concibió para sí, y que plasmó en su Plan Estratégico de Desarrollo, participado y promovido por su



Ayuntamiento, se basa en sus señas de identidad originarias: del vidrio, la madera y el medioambiente, así como en sus potenciales turísticos: de naturaleza, cultural, monumental, de congresos y el turismo ligado al Patrimonio Industrial; caso que ahora nos atañe.

El Ayuntamiento no solo ha liderado la iniciativa de recuperación de edificios relacionados con su pasado industrial, sino también, ha buscado complicidades y formas de recuperar y poner en valor ese patrimonio llamado intangible que evoca el conocimiento, el saber hacer, la idiosincrasia de su gente en torno a las tareas del vidrio y la madera. Patrimonio que se ha puesto en valor, también, a través de actuaciones conjuntas publico-privadas como las realizadas a través de la Empresa Mixta de Turismo del Real Sitio, cuya propia naturaleza jurídica concreta esta colaboración, donde su capital lo aporta principalmente el propio Ayuntamiento, junto a la Federación Empresarial Segoviana.

### Recuperación y gestión del edificio de la Real Fábrica de Cristales

Se trata, sin duda, de la experiencia más representativa de la concurrencia público-privada, e interadministrativa, en la recuperación del Patrimonio agro-industrial del municipio y su gestión posterior.

El inmueble de la Real Fábrica de Cristales de La Granja, de cerca de 25.000 m<sup>2</sup> de superficie construida, es uno de los edificios industriales más emblemáticos de la Europa Ilustrada. A mediados del 1800, Pascual Madoz decía: "...este edificio no sólo hace honor al sitio, sino a la nación entera..", reseñando también en otro párrafo: "...este suntuoso edificio levantado expresamente, y que se conceptúa el mejor de los que en Europa se han destinado a este objeto..."

La razón para tanto esmero estético, además de los gustos y cuidados de la época, estaba, como se verá, en el emplazamiento que tuvo. En efecto, tras los desafortunados incendios sufridos por las industrias del vidrio situadas en el interior de la ciudad se plantea la necesidad de llevar la actividad vidriera fuera del recinto urbano, y reutilizar estos edificios intramuros para la ubicación de otras industrias manufactureras, como la de lienzos o la de limas y aceros. Así, entre 1770 y 1784, proyectado por



Real Fábrica de Cristales  
Fuente: Ayuntamiento del Real Sitio de San Ildefonso





José Díaz Gamones, aparejador del Real Sitio y figura de gran influencia en su configuración urbana, se construye el edificio de la Real Fábrica de Cristales Planos de Carlos III. Se emplaza en la zona extramuros que hasta entonces estaba dedicada exclusivamente a jardines, huertos y grandes arboledas, diagramados con gran celo paisajístico, y donde quedaba prohibida la edificación.



Real Fábrica de Cristales alberga hoy en día el Museo del Vidrio

Fuente: Ayuntamiento del Real Sitio de San Ildefonso

La Real Fábrica de Cristales alberga hoy en día el Museo del Vidrio, integrado en el Sistema Español de Museos del Ministerio de Educación y Cultura, la Escuela Superior del Vidrio, primera en Europa con currícula oficial y el Centro Tecnológico del Vidrio.

Cuenta, además, con los restos del ingenio hidráulico construido por Demetrio Crow, sobrino de Dowling, en la “Sala del Raspamento” y descubierto en posteriores reformas del edificio; así como con la mesa de bronce, tecnología revolucionaria del siglo XVIII para hacer vidrios planos de gran tamaño.



Real Fábrica de Cristales Recuperada

Fuente: Ayuntamiento del Real Sitio de San Ildefonso

### Otros ejemplos de la recuperación del patrimonio

En relación con la gestión del patrimonio ligado a la tradición vidriera, se puede citar como ejemplo el Proyecto de Cooperación Europeo - Interreg III: “Los Caminos del Vidrio en el Sudoeste Europeo”, que se pone en marcha en 2003, a proposición del Ayuntamiento del Real Sitio de San Ildefonso y de la Cámara Municipal de Marinha Grande (Portugal), con el que comparte la tradición e historia vidriera, y al que se suma la Agencia de Desarrollo de la Región del Tarn (Francia). El Ayuntamiento de San Ildefonso, por su pequeña dimensión, buscó la colaboración de la Excm. Diputación Provincial de Segovia, la que finalmente también se constituye en otro socio español del Proyecto.

El proyecto basó su actividad en la participación de los diferentes “asociados”, en cada territorio, que no eran otros que los colectivos, entes, organismos públicos y privados, que tuvieran algo que decir y aportar a la recuperación de este patrimonio; y muy especialmente a su puesta en valor, con su correspondiente incidencia en el turismo y en el empleo local. En este contexto, fue crucial la participación de la Fundación Centro Nacional del Vidrio y de la Fábrica Industrial del Vidrio de la multinacional Saint Gobain de La Granja.

El Real Taller de Aserrío Mecánico de los Montes de Valsaín constituye el otro gran ejemplo del Patrimonio Industrial del siglo XIX, especialmente su maquinaria accionada a vapor. Su actividad se inicia en 1884, bajo el patrocinio de la Casa Real y desde entonces ha sido de titularidad pública, aunque en muchas ocasiones bajo gestión privada.

El Ayuntamiento, desde siempre ha participado en la gestión de los montes y de su actividad industrial, participación que se plasmó en un convenio, en su momento único en su especie, con el Organismo Autónomo Parques Nacionales, dependiente del entonces Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino, “... para el apoyo mutuo, en materia de desarrollo sostenible, en el ámbito de sus respectivas actividades”.

En el año 2005, se produjo un incendio que afectó totalmente a la maquinaria y parcialmente al edificio, con graves consecuencias sobre la actividad productiva. Finalmente, en 2007, se iniciaron las obras de su rehabilitación por parte del citado Ministerio las cuales, una vez finalizadas en 2009, permitieron retomar y completar el ciclo productivo de la madera de Valsaín, que goza de prestigiosas certificaciones internacionales.

El edificio albergará también el Museo Nacional de la Madera, en el que se está actualmente trabajando, el cual volverá a poner en valor este patrimonio agroindustrial local, especialmente su maquinaria accionada a vapor, y por supuesto todos los procesos y herramientas ligadas a esta actividad productiva. Por último, se destaca el Antiguo Pozo de la Nieve cuyas referencias documentales constan desde 1737. Fue otro encargo real para conservar la nieve y el hielo traídos de las cumbres de la sierra y abastecer de ellos al núcleo urbano que se estaba creando. No obstante el encargo real, fue la propia población la que sufragó los costes de construcción mediante el pago de un impuesto extraordinario.



Real Taller de Aserrío Mecánico de los Montes de Valsaín

Fuente: Ayuntamiento del Real Sitio de San Ildefonso

En 1870 se subasta con otros bienes de la Corona y pasa a manos privadas, desde entonces cae en desuso y comienza su ruina. Este elemento del patrimonio agroindustrial fue recuperado por iniciativa del Ayuntamiento con una gran inversión del Ministerio de Fomento de España. En esta ardua lucha por su recuperación ha sido de crucial importancia, también, la tarea de la Sociedad de Amigos de Valsaín, La Granja y su Entorno concienciando a los colectivos, y a la población en general, sobre la importancia de este legado.

Hoy, ya recuperado, el Espacio Cultural Pozo de la Nieve alberga el Centro de Interpretación de las Construcciones Tradicionales de los Pozos de Nieve y está incorporado al sistema de espacios culturales del municipio dando alojamiento también a múltiples exposiciones, conferencias y otras actividades culturales.

## Conclusiones

San Ildefonso cuenta con un riquísimo patrimonio agro-industrial debido, básicamente, a su creación como municipio “ex-novo” en un Real Sitio imbuido de los principios racionalistas de la Europa Ilustrada y como consecuencia de la concreción de la política industrial borbónica.

Este patrimonio agroindustrial constituye un valioso recurso en un territorio que ha tenido vocación turística desde sus orígenes como sitio de disfrute y descanso de nobles y reyes. En esta tradición también se encuentran los orígenes remotos de lo que hoy se denomina “turismo industrial”, cuando en las épocas veraniegas era habitual que la corte y su comitiva visitaran las Reales Fábricas. Así lo demuestra el siguiente texto de Emilio Chavez (1782), recogido por la historiadora M. J. Callejo (2004): “...todas estas fábricas sirven de diversión y entretenimiento para las personas curiosas, que desean verlas y observar las manufacturas de los operarios que trabajan en ella...”, tal como ocurre en la actualidad.

Años después, la comunidad del Real Sitio ha priorizado en su Plan Estratégico de Desarrollo la conservación, recuperación y puesta en valor de su todo su patrimonio, incluido el agro-industrial, tanto el físico como el intangible, como uno de los ejes estratégicos del desarrollo local, íntimamente ligado al sector del vidrio, de la madera y, transversalmente, al del turismo. Por ello, su Ayuntamiento se ha erigido en el generador y promotor de iniciativas en la materia y en el movilizador y catalizador de las complicidades, contribuciones y apoyos público-privados, y entre administraciones, para la recuperación de un patrimonio arruinado por la desidia y la falta de inversiones de los años posteriores a la Guerra Civil Española.

Además de la recuperación de su legado arquitectónico, empresa que, por su tamaño, no habría podido acometer sin otros apoyos financieros, el Ayuntamiento, pone especial interés en la recuperación y puesta en valor de su patrimonio agroindustrial intangible, al cual considera la base necesaria para la valoración colectiva del patrimonio y transmisión a las generaciones venideras. Así, el municipio contempla en éste un legado, que además de constituir sus señas de identidad y un motivo de orgullo, representa oportunidades, es decir, una alternativa sostenible de generación de empleo cualificado y diversificado.

Cabe destacar que casi la totalidad de los edificios recuperados se han destinado a usos ligados a su concepción y creación: producción, museos, centros tecnológicos, todos ellos recursos incorporados al sistema productivo local de alta incidencia comarcal.

Esta gestión del patrimonio, que el municipio ha venido realizando, mediante sinergias entre diferentes sectores, entes y administraciones, le ha valido varios reconocimientos internacionales:

- “Best Practice” en el Concurso Internacional de Buenas Prácticas para Mejorar las Condiciones de Vida - Dubai 2008;
- Premio Unión Europea de Patrimonio Cultural / Premio Europa Nostra 2010;
- Selección como Mejor Práctica Europea por ONU-HABITAT/ Oficina Regional para América Latina y el Caribe en el Foro Iberoamericano y del Caribe sobre Mejores Prácticas Urbanas2010;
- Best Practice por COST Action C27 (European Cooperation in the field of Scientific and Technical Research)
- Primera Capital Española de la Biodiversidad y Capital Europea en su rango de ciudad (COP10 - Cumbre de la Biodiversidad de Nagoya - 2010).

El Ayuntamiento y la comunidad plenamente implicada en los procesos participativos, esperan que este modo de gestión se vea definitivamente afianzado con su inminente declaración de Patrimonio Mundial Reserva de Biosfera por parte de la UNESCO; que contrariamente a lo que comúnmente se pueda entender, no protege espacios naturales, sino la simbiosis hombre-naturaleza; el espacio humanizado de tal forma que desarrollo económico y conservación ambiental no representen una contradicción. Simbiosis que viene haciéndose patente en este territorio desde la época ilustrada y cuya garantía de continuidad pasa por la planificación y el compromiso de todos los agentes implicados, cuya coordinación y liderazgo ha corrido, y corre, a cuenta de su Ayuntamiento como el legítimo y más cercano articulador de intereses.



Patrimonio Mundial Reserva de Biosfera por parte de la UNESCO  
Fuente: Ayuntamiento del Real Sitio de San Ildefonso

## Referencias bibliográficas

Callejo Delgado, María Jesús (2004) *La Granja de San Ildefonso. Sus calles, Plazas y Monumentos*, Segovia: Ayuntamiento de San Ildefonso y Librería Ícaro.

Madoz, Pascual (1846-1850) *Diccionario geográfico-estadístico-histórico de España y sus posesiones de Ultramar*, Madrid: Establecimiento tipográfico de P. Madoz y L. Sagasti.

Proyecto Vidro SO - Los Caminos de excelencia del Vidrio en el Suroeste Europeo (2004) *Las Reales Fábricas de Cristales de la Granja de San Ildefonso. Un recorrido por sus edificios*, Coordinación Editorial de María Jesús Callejo Delgado, Paloma Pastor Rey de Viñas, María José Benegas Mateo y Jorge Aparicio Marinas, Ayuntamiento de San Ildefonso, Diputación Provincial de Segovia y Cámara Municipal da Marinha Grande.

Proyecto Vidro SO - Los Caminos de excelencia del Vidrio en el Suroeste Europeo (2004) *El Camino del Vidrio en La Granja*, Coordinación Editorial de María Jesús Callejo Delgado, Paloma Pastor Rey de Viñas, María José Benegas Mateo y Jorge Aparicio Marinas, Segovia: Ayuntamiento de San Ildefonso y Diputación Provincial de Segovia.

NOTA -Todas las fotografías fueran cedidas por Ayuntamiento del Real Sitio de San Ildefonso.





# Ferrovias e Acesso ao Património



# VALE DO TUA – MEMÓRIA E PATRIMÓNIO

**Eduardo Beira<sup>1</sup>**

A construção do novo aproveitamento hidroelétrico de Foz Tua (AHFT), envolvendo uma nova barragem no leito do rio Tua, muita próxima da sua confluência com o rio Douro no local (apropriadamente chamado) Foz Tua despertou a oportunidade para um novo olhar sobre o vale do Tua, um vale conhecido como o “interior do interior” do Norte de Portugal, e o seu património. Se o vale do Douro tem tido grande atenção dos poderes públicos, e mesmo das instâncias internacionais, o vale do Tua tem sido um parente pobre, alvo de escassa atenção dos poderes centrais, apesar do seu interesse intrínseco sob o ponto de vista natural e social.

A existência de uma linha ferroviário centenária ao longo do vale, de que um troço de cerca de 12 km ficará submerso pelo enchimento da albufeira do AHFT, tem contribuído para uma discussão pública e para uma polémica sobre questões de proteção ambiental.

As contrapartidas previstas pelo AHFT contemplam, de várias formas, a inventariação e a preservação do património e da memória do vale do Tua, e várias ações estão em curso com esses objetivos. Abordam-se aqui alguns aspetos do património do vale do Tua, sob o ponto de vista agrícola e ferroviário, assim como da sua memória no período desde meados do século XIX até aos nossos dias, e da forma como estão a ser tratados pelo projeto FOZTUA, um projeto multidisciplinar baseado numa parceria entre a Universidade do Minho e o MIT, Massachusetts Institute of Technology (Boston, USA), parceria que resultou do programa MIT Portugal.

## **Património agrícola: os socalcos do Tua**

A zona do vale do Tua mais próxima de Foz Tua, e que constitui a fronteira entre os concelhos de Carrazeda e de Alijó, é uma zona de declives muito acentuados, que proporcionam cenários de rara beleza natural em contextos de fragedos agrestes.

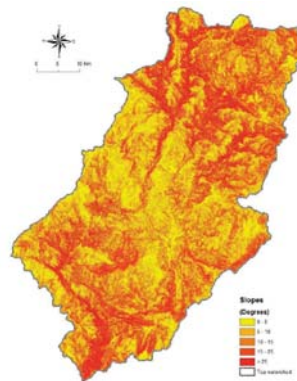


Vale do Tua e Norte de Portugal, contexto geográfico

Rios Douro e Tua assinalados a azul. Segmentos a branco pretendem aproximar as principais vias de comunicação. Novas vias, a amarelo, estão a alterar profundamente as acessibilidades ao vale do Tua: a nova auto estrada transmontana (antigo IP4) com o novo túnel do Marão, o IC5 e o IP2.

<sup>1</sup> Universidade do Minho, Portugal  
IN+ Center for Innovation, Technology and Public Policy, IST, Lisboa

Apesar disso, esta zona tem sido profundamente trabalhada pelo homem ao longo dos séculos que com isso alterou profundamente a paisagem nativa do vale. O aproveitamento agrícola das encostas com desníveis elevadíssimos, muitas vezes superiores a 25%, criou uma paisagem de socalcos com características muito próprias, e que marca o ambiente dessas encostas, em vários sítios desde o nível das águas do rio Tua até ao cume dos montes, a altitudes por vezes de 700 metros.



Declives na bacia hidrográfica do rio Tua (Vieira et al., 2012)



Socalcos em altitude nas margens do rio Tua (margem direita, em frente a São Lourenço, concelho de Alijó)



Socalcos com muros de granito nas encostas do rio Tua (margem direita, concelho de Alijó, próximo da povoação de Amieiro)

Há diferenças importantes entre os socalcos do Douro e do Tua, que refletem diferentes contextos geológicos e uso da terra. No vale do Tua, a oliveira é mais importante do que a vinha, e as paredes graníticas substituem as paredes xistosas do vale do Douro, imagem de marca deste vale.



Socalcos antigos com muros de xisto na bacia do rio Douro (Quinta dos Ingleses, Foz Tua)



Socalcos antigos com muros de granito, no topo da colina sobranceira a S. Lourenço (concelho de Carraceda de Ansiães)



Se persistem socalcos seculares em exploração, também se encontram no vale já muitos socalcos de altitude abandonados, e que recordam os “mortórios” do vale do Douro (socalcos com vinhas atacadas pela filoxera e que não foram depois recuperados para a exploração). No entanto, o abandono é em geral mais recente, tipicamente depois de meados do século XX.

Explorar os socalcos exigia “ferramentas” adequadas - o burro e o cavalo eram instrumentais para subir e descer as encostas, levar e trazer os materiais. O progressivo abandono de muitos socalcos está certamente associado ao progressivo desaparecimento desses animais na prática agrícola. Mas os novos meios de mobilidade agrícolas - os tratores - continuam a ter imensa dificuldade de utilização, em zonas de socalcos com muito grandes declives, agravada pela pequena área de cada socalco. Em várias zonas, nota-se já o avanço das manchas de pinheirais em zonas de socalcos progressivamente abandonados, ou menos utilizados.

### Foz Tua, terra de entroncamentos e transbordos

No século XIX e até 1883, Foz Tua era acima de tudo um entreposto fluvial onde se fazia o transbordo das mercadorias dos barcos que vinham “de baixo” (Douro Inferior) e que se destinavam ao Douro Superior, e vice versa. As dificuldades do famoso e perigoso cachão da Valeira obrigavam a mudar de barco, e Foz Tua era o porto fluvial vocacionado para isso, com facilidades de armazenamento. O comboio havia de deslocar o transporte fluvial, mas Foz Tua manteve a sua vocação de ponto de transbordo de pessoas e de mercadorias.

Com a chegada do comboio proveniente do Porto, em 1883, e a ligação de Mirandela em 1887, Foz Tua tornou-se no século XX um dos centros de transbordo ferro-rodovia de Trás os Montes. Por isso, Foz Tua foi o local selecionado para instalar um núcleo sobre a memória da linha e do vale do Tua.



Estação de Foz Tua

Edifício com carácter dual da estação, servindo a linha do Douro (bitola larga, lado direito da estação) e a linha do Tua (bitola estreita, lado esquerdo). Vista da linha do Douro em operação, com cruzamento de comboios típico de Foz Tua.



Espólio de material ferroviário no perímetro da estação de Foz Tua (setembro de 2011)

A primeira ponte a ser construída em Foz Tua foi na linha do Douro seguida de imediato pela construção de uma segunda ponte ferroviária. A ponte rodoviária nesse local foi apenas construída meio século depois. Então, o negócio das barcas fluviais tradicionais de atravessamento do rio Tua que já estava decadente, desde as primeiras décadas do século XX, deixou de ter razão de existir.



Estações da linha do Tua, troço entre Foz Tua e Mirandela (Google Maps)      Pontes em Foz Tua

### **A linha do Tua**

A chegada do comboio a Mirandela, em 1887, foi um dos grandes acontecimentos do desenvolvimento do interior português nos finais do século XIX, merecendo mesmo a presença do rei (D. Luís I) na inauguração o que mostra a importância dada ao empreendimento. A família real foi pela primeira vez a Mirandela, lá no meio dos distantes Trás os Montes - e foi e veio no mesmo dia, a partir do Porto - algo até aí impensável, quando nesse tempo eram precisos vários dias de mala posta para viajar entre Mirandela e o Porto. A comitiva saiu de Campanhã ainda de madrugada, entre as cinco e as seis horas da manhã, e chegaram a Foz Tua, pela linha do Douro, ao fim da manhã.

Começaram aí as cerimónias da inauguração da linha do Tua. Chegaram a Mirandela pela uma hora da tarde, onde foi servido um “lauto” copo de água à família real e aos convidados da Companhia Nacional (a empresa construtora e exploradora da linha). O serviço da “Casa Ferrari”, de Lisboa atestava que o “progresso” culinário chegava à província remota pela mão do caminho de ferro. Pelas quatro da tarde iniciaram o regresso a Foz Tua, onde fizeram o transbordo para a linha do Douro. Pararam na Régua para um jantar com a lavoura e as autoridades locais. Chegaram a Campanhã perto da meia noite. O progresso permitia ir do Porto ao “fim do mundo” e regressar no mesmo dia ... As esperanças eram muitas.

<p><b>Chauds</b>          Consonné printemier à la Royale          Querelles de volaille au pouzon          Batons à l'italienne          Orly de soles à la choiseul          Filet de boef à la diplomate          Blancs de poulardes au suprême</p> <p><b>Froids</b>          Escalopes de veau à la St. Petersbourg          Galantines de chapons marbrées          Jambon de York à l'aspic          Bordures de homard à la provençale          Chaud froid de perdreaux à la favorite          Rocher de ice-cream à la gelée</p> <p><b>Foiti</b>          Dindonneaux truffés à la périgieux</p> <p><b>Entremets</b>          Asperges en branches sauce mousseline          Pouding à la Reine          Pains de uvas au chartreux          Glaces panachés aux fruits</p> <p><b>Groses pièces</b>          Arbes de nougat aux pistachés          Biscuits de Turin à la crème          Pâtisseries divers</p> <p><b>Dessert</b>          Vins nationaux et étrangers          Café -- Liqueur          (De la maison Ferrari.)</p>	<p>“Entramos em seguida no caminho de ferro de Mirandela, cuja linha é maravilhosamente soberba. Sempre numa vastidão infindável, montanhas colossais se sucedem. Engastadas de penedos, parecendo, por vezes, quase tocar o céu, lembram ondas enormes de um mar petrificado. ... Túneis, pontes férreas e de pedra, muros de suporte em grande quantidade.</p> <p>A todo o momento nos aparecem profundos precipícios, com o Tua lá em baixo a esgueirar-se por entre fragedos que parecem lançados lá do alto por braços de ciclopes. E extasiando-nos diante desta trágica e crua monotonia, em que a natureza espalha o terror e o que quer seja de infernal, acodem-nos á imaginação os nomes de Drak, de Hugo, de Dante! Artistas extraordinários do fantástico medonho, aí tendes a realidade terrível!”</p>
---	--

Menu do almoço servido na inauguração da linha do Tua a Mirandela, com a presença do rei D. Luís e da família real (29 de Setembro de 1887)

Um jornalista (Diário Popular) exprime assim, na altura da inauguração da linha entre Foz Tua e Mirandela, o seu deslumbramento perante a paisagem e a obra da linha que descobria, em termos bem característicos da época

Sobre o contexto ferroviário em que nasceu a linha do Tua, ver Alegria (2011), Pereira (2011) e Santos (2011). Sobre o processo de decisão da construção da linha, e os debates parlamentares associados, ver Pereira (2012).

A linha foi uma ambicionada alavanca para o desenvolvimento e mudança de uma região que, apesar de tudo, muito se viria a transformar ao longo do século XX - mas com uma significativa perda de importância da linha ferroviária. A linha terá mesmo acabado vítima dessa mesma transformação, incapaz de competir com formas mais modernas e expeditas de transporte, baseadas no automóvel, mas deixando um legado físico (infraestruturas) e imaterial (uma

memória) cujo aproveitamento constitui hoje um desafio para a comunidade regional e para as comunidades locais.

A linha de Tua foi desenvolvida e construída largamente pela engenharia portuguesa, apesar das enormes e novas dificuldades que o relevo e a geografia exigiam da tecnologia e da mão de obra. Constitui, assim, um marco da engenharia portuguesa.

### O projeto FOZTUA

Este projeto inovador está associado aos cinco municípios (Mirandela, Vila Flor, Murça, Alijó e Carraceda de Ansiães) envolvidos com o rio Tua propriamente dito, entre Mirandela e o rio Douro.

O projeto FOZTUA, organizado em vários subprojectos, inclui um conjunto de atividades com vista ao estudo histórico da linha do Tua e ao projeto e construção de um Núcleo da Memória (NM) em Foz Tua, vocacionado para a memória do vale e da linha do Tua. Dois subprojectos tratam das fontes documentais e das fontes orais sobre a memória do vale e da linha do Tua, de 1850 até hoje. Vão gerar os conteúdos que informarão os desenvolvimentos do subprojecto de museologia do NM que integrará simuladores da linha do Tua. Este deverá estar operacional em finais de 2015 para que a albufeira do AHFT possa começar a encher.



Estrutura do projeto FOZTUA

Temáticas a explorar no Projeto FOZTUA
Vale do Tua e sua história e geografia
Património natural e construído do vale do Tua
Linha do Tua como uma obra inovadora e um marco da engenharia portuguesa
História empresarial associada á linha do Tua (dos agentes de exploração da linha ao comércio e indústria regionais à sua volta, como utilizadores e fornecedores)
Linha do Tua e o impacto a longo prazo, ao longo de mais de um século, no desenvolvimento regional do Vale do Tua
Recolha da memória do projeto FOZTUA
Produção de conteúdos relevantes para a promoção futura do Vale do Tua

<b>Caracterização do projeto FOZTUA</b>
Abordagem multidisciplinar que combina especialistas de história, engenharia e tecnologia, ciências sociais, desenvolvimento regional e cultural
Nível académico de reconhecida qualidade internacional, com um bom nível de divulgação
Abordagem internacional, através de parcerias com o MIT (USA) e o programa MIT Portugal, dando assim protagonismo internacional ao Projeto FOZTUA e ao Vale do Tua
Participação de convidados internacionais altamente qualificados nos diversos seminários e atividades, reforçando o protagonismo e visibilidade além fronteiras do Vale do Tua e do Projeto FOZTUA
Forte ligação com as comunidades locais, inclusive integrando de forma ativa a comunidade escolar da região
Participação local reforçada pela realização de todas as reuniões associados ao projeto em localidades do Vale do Tua
Disseminação dos resultados do projeto na forma de materiais impressos como audiovisual, arquivos digitais baseados na web, promovendo o Vale do Tua
Auxílio à boa integração entre os objectivos de construção da nova barragem (EDP) e as comunidades locais do Vale do Tua
Integração com os projetos de requalificação das zonas envolventes da povoação de Foz Tua, previstos pela Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães

## **O Núcleo da Memória (NM), Foz Tua**

O NM a instalar no perímetro da estação ferroviária de Foz Tua, deverá ter uma vocação de polo atrator de vários segmentos de público (especialmente escolar), assim como funcionar como um polo dinamizador de atividades culturais numa região com características naturais únicas, em plena zona classificada pela Unesco como Património da Humanidade e no centro do Alto Douro Vinhateiro. Usando tecnologias multimédia e audiovisuais, o núcleo deverá também incentivar a experimentação nas áreas da tecnologia e da engenharia associados à construção e exploração da linha. O NM não é, nem pretende ser, um museu. Será um centro interpretativo do Vale e da Linha, coordenado com outras valências locais. Numa distância curta, entre a nova barragem e a Quinta do Zimbro, existem condições para o Núcleo de Memória ser complementado com outros motivos e atividade de interesse para o visitante. Para além de suporte da memória do vale e da linha, o NM deve contribuir para a atração de visitantes e para o desenvolvimento local. Isto porque tem uma zona envolvente circundante rica em património (arqueológico, inclusive rupestre, ferroviário, paisagístico...), e com várias “quintas” do Tua e do Douro acessíveis. Estes locais estão fortemente ligados à história do Douro, da região e mesmo de Portugal, onde se cruzam as figuras de Dona Antónia e as suas propriedades em Foz Tua, e as deambulações curiosas de um perspicaz e aventureiro Barão de Forrester, em tempos difíceis da crise da filoxera, personagens marcantes e por sua vez ambos protagonistas do célebre acidente no Cachão da Valeira. Releva-se também a existência de património ferroviário na estação de Foz Tua, quer pela estação e linhas em si, como também pela coleção de material aí depositado, incluindo a operação do comboio histórico do Douro (que habitualmente faz a



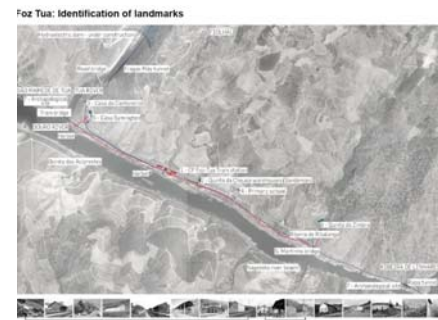
inversão de marcha na estação de Foz Tua).

**Diretivas de desenvolvimento para o NUCLEO MUSEOLÓGICO (NM)**

Tratar aspectos da memória do vale do Tua e a linha da Tua, incluindo uma abordagem multidimensional do Vale do Tua

Ser uma componente âncora para um potencial conceito mais vasto, completo e ambicioso de Foz Tua como polo atractor e um ponto de entrada no Vale do Tua

Basear-se em suportes digitais, com capacidades flexíveis de apresentação



Proposta para o Núcleo de Memória, Foz Tua: aspeto interior, visão de artista (projeto e imagem por aNC Arquitetos, 2012)

Foz Tua como um sistema ator de visitantes ao vale do Tua (Beira et al, 2011)



Site do projeto: [www.foztua.com](http://www.foztua.com)

## Referências bibliográficas

- Alegria, M. F. (2011) *The Tua line and the portuguese railways (1858-1906)*, in McCants *et al.*
- Beira, E. (2011) *Tua Valley: how different is it now? An introduction to population dynamics (1864-2011)*, in McCants *et al.*
- Beira, E., Monteiro, J. e Oliveira, M. (2011) *Vale e Linha do Tua: Núcleo da Memória, Foz Tua*. Estudo Prévio, Março (documento da fase Recape, AHFT, EDP).
- Fonte, J. (2012), *Saudade*, ISBN 978-989-97134-7-5, Projeto FOZTUA. (Banda desenhada apresentada na Segunda Conferência Internacional FOZTUA, FozTua, 5-7 Outubro 2012)
- McCants, A., Beira E., Cordeiro, J. M. L. e Lourenço, P. B. (2011) *Railroads in historical context: construction, costs and consequences. Vol. I*, ISBN 978-989-97134-5-1, Projeto FOZTUA, Setembro 2012 (inclui as comunicações apresentadas na Primeira Conferência Internacional FOZTUA, Foz Tua, 7-9 Outubro 2011).
- Pereira, H. (2011) *Railways in Tras os Montes during the second half of nineteenth century, projects and achievements*, in McCants *et al.*
- Pereira, H. (2012) *Debates parlamentares sobre a linha do Tua (1851-1906)*, ISBN 978-989-97134-6-8, Projeto FOZTUA
- Santos, L. (2011) *Railways in Portugal and Spain: corporate and public policies*, in McCants *et al.*
- Vieira, A., Correa, M. e Loureiro, E. (2012) *GIS for Tua Valley*, comunicação apresentada na Segunda Conferência Internacional FOZTUA, Foz Tua, 5-7 Outubro

# CAMINHO DE FERRO PORTO – SALAMANCA DINÂMICAS TERRITORIAIS NO TRAÇADO DESATIVADO

**Jaime A. J. Cunha<sup>1</sup>**

Portugal possui traçados ferroviários que percorrem regiões de grande valor paisagístico, histórico e cultural. Contudo, várias linhas foram desativadas nos anos 80 do século XX, num total de 800 quilómetros até ao momento, agravando a desertificação progressiva do interior do país. A linha do Douro é um destes percursos que carece de uma merecida atenção pelas valências existentes nos lugares que atravessa. O estudo centra-se no troço desativado entre as estações do Pocinho e de Fuente de San Esteban, sendo proposta uma intervenção baseada na análise das potencialidades locais adjacentes à linha. Esta infraestrutura poderá, então, re-surgir como elemento agregador de um sistema de elementos dinamizadores, contribuindo para uma perceção global da diversidade existente ao longo do seu traçado.

## Traçado desativado

O troço entre as estações do Pocinho e de Fuente de San Esteban - Boadilla, inserido na linha de caminho de ferro que outrora fez a ligação Porto – Salamanca, é uma extensão de 106,1 quilómetros inativos precisamente numa das melhores regiões do percurso da linha, a nível paisagístico, tanto em Espanha como Portugal.

Após a primeira estação do Pocinho, concelho de Vila Nova de Foz Côa, existem outras três de menor importância, Vila Nova de Foz Côa, Castelo Melhor e Almendra, até surgir a última estação portuguesa, Barca de Alva.

Um pequeno troço inicial, de 28,5 quilómetros de extensão, desenvolve-se ao longo do vale do Douro paralelamente ao rio, alcançando a fronteira na foz do rio Águeda. O terreno circundante é bastante acidentado e depois da Ponte Internacional, localizada a 155 metros de altitude, a linha atravessa o Par-



Desenvolvimento da linha caminho de ferro do Douro – Traçado/Cronologia



Estação de Barca de Alva

que Natural das Arribas do Douro/ Arribes del Duero, ao longo de 17 quilómetros, chegando-se à primeira estação em território espanhol, La Fregeneda. A área protegida atravessada assume características fisiográficas singulares resultando num conjunto paisagístico de elevada qualidade ambiental. A partir daqui, a orografia altera-se significativamente, o que possibilita um desenho menos atribulado da linha, devido à topografia suave das planícies salamantinas, a 700-800 metros de altitude.

Após o encerramento da linha, vários locais adjacentes à mesma conquistaram a classificação de Património Cultural da Humanidade, tal como os Centros Históricos de Salamanca e do Porto, as Gravuras Paleolíticas do Vale do Côa e em Siega Verde e, por fim, a imponente Região do Alto Douro Vinhateiro. Existem vários exemplos arquitetónicos relevantes de diferentes épocas, como a arte rupestre, os vestígios romanos e os castros, arquitetura militar, popular e religiosa. A arquitetura contemporânea possui também uma marca nesta região, no museu do Côa.



Panorâmica da região desde o Museu do Côa

Atualmente, o percurso ferroviário é realizado apenas entre o Porto e o Pocinho, sendo que este encurtamento do percurso transitável criou um entrave tanto para os moradores locais como para a vertente turística. Uma vez que a infraestrutura ferroviária foi desativada, o percurso fluvial oferecendo possibilidades de navegação moderada apoiada nas eclusas, ganhou destaque na oferta turística atual. Tomando como referência a afirmação de um popular de Barca de Alva *“cruzeiros a abarrotar de turistas rapinando a paisagem com olhares gulosos, mas apenas isso (...) negócio que não deixa um cêntimo nestas terras”* (Carvalho 2012), percebe-se um sentimento de exclusão do processo de desenvolvimento. Quanto aos trajetos realizados, uma vez que se trata de um *turismo de massas* com um tempo máximo para cada paragem, não disponibilizam tempo suficiente para conhecer e apreciar o local.

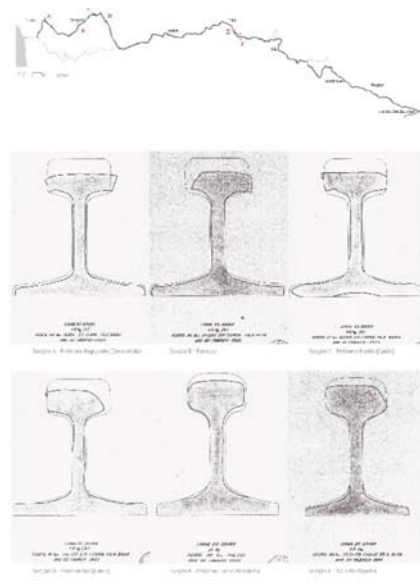
### **Estado de conservação da linha**

Como primeira análise, recorreu-se a um estudo elaborado em 1965, pelo Gabinete de Estudos e Planeamento de Transportes Terrestres a cargo dos Engenheiros Paulo Fernandes Morais Jalles e António Rosa Fernandes de Barros, sobre o estado real de conservação e onde seriam necessárias intervenções de manutenção. Este estudo incidiu em análises pormenorizadas à linha, concebendo um diagrama que demonstrava o mau estado de conservação e a existência

de uma acentuada deformação dos carris em algumas secções, denotando-se também ao longo do canal ferroviário a falta de drenagem, balastros e irregularidades no assentamento das travessas. Os técnicos referem que a via estava desatualizada, incapaz de trazer grande desenvolvimento para as províncias durienses. Referem ainda que a exploração da linha do Douro poderia passar pelo transporte de minério da região de Moncorvo.

Uma segunda análise passou por visitas de campo ao canal da linha férrea. Verificou-se, inúmeras vezes, a existência de vegetação excessiva, na maioria dos casos quando este passa de grvilha a terra batida ou outros materiais. O desabamento de terras, quer por movimentação para futura plantação de vinha, quer pela força das águas da chuva, tem dado origem à formação de vegetação na terra que desliza para os carris. É, também, possível perceber a apropriação pelos proprietários dos terrenos adjacentes, pois expandem os seus cultivos para o canal ferroviário deixando este de ter as dimensões iniciais. Em locais de fácil acesso, junto das estações ou no cruzamento da ferrovia com as estradas, foi possível observar que faltam carris e algumas travessas. Em alguns casos, foram também furtados os parafusos que prendiam os carris às travessas e as juntas de dilatação entre carris são, por vezes, superiores a um centímetro.

Nos primeiros 17 quilómetros em território espanhol, é possível constatar que as travessas das pontes e os passadiços em madeira se encontram queimados devido a incêndios pelo que resta uma viga estrutural de trinta centímetros para atravessar. Esta situação não ocorre no lado português pois os passadiços são revestidos a chapas de aço e ao nível de manutenção da via, é possível observar pregos que indicam o ano de manutenção desta.



Estado de conservação dos perfis dos carris. IMTT processo 32 (1965)



Junta de dilatação carris



Prego que define o ano de manutenção da travessa (1980)



Tal como em todas as vias férreas, existe edificado construído no seguimento da linha, como os edifícios de serviço aos passageiros, cais de descarga das mercadorias, habitações para os trabalhadores tanto da estação como do restante complexo ferroviário, armazéns para mercadorias e locomotivas. Aqui, denota-se uma vandalização total, ou seja, apresentam-se sem janelas, portas, telhas, soalho e cerâmica. Em muitos casos, trata-se da degradação do património, como é o caso da estação do Côa em que a laje do 1º piso caiu, mas noutros casos, os edifícios não têm telhado e não se encontram as telhas no local, indiciando possível furto. Estes casos são mais facilmente identificáveis junto às povoações, por exemplo em Barca de Alva, onde foram roubados os azulejos junto ao cais, o rodapé no piso térreo e o ponto de venda de bilhetes em madeira, ou nas imediações de Fuente de San Esteban, num cruzamento de infraestrutura rodó e ferroviária com a casa do guarda da passagem de nível reduzida a algumas pedras.



Armazém das locomotivas – Barca de Alva

As estações espanholas foram classificadas conforme a localização/função, sendo as de La Fregeneda e de Fuente de San Esteban de segunda classe por se tratar, respectivamente, de estações de fronteira e de entroncamento. As restantes são de terceira classe. Em Portugal, os padrões classificativos decorriam da densidade populacional/função. As estações portuguesas são acessadas por estradas sem saída o que complica a intermodalidade.

### Proposta de intervenção

A intenção de reativar o canal ferroviário pretende contribuir para um progresso apoiado nos recursos endógenos do meio rural. Pretende-se uma abordagem apoiada na dinâmica entre a tradição e a modernidade, assente em padrões aliados à cultura autóctone e atento às necessidades internas sem perda do carácter próprio. No lado espanhol, as produções cerealíferas e pecuárias que predominavam, há um século, bem como as indústrias de produção de farinha e a pecuária foram praticamente abandonadas existindo apenas movimentos cooperativos, de pequena escala, para a venda de artigos autóctones de qualidade. No lado português, continuam a predominar as quintas de produção de vinho e as cooperativas agrícolas relacionadas com as vinhas, os amendoais e, em pequena escala, os olivais mas deu-se o encerramento das poucas fábricas locais (conserva de azeitona e tratamento da amêndoa).

Para o desenvolvimento da proposta foram tidos em conta os planos de cooperação regional e transfronteiriça para a área, dos quais se destaca o *Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro 2007-2013* que identifica como prioritário impulsionar o turismo histórico-cultural, o turismo de natureza e o enoturismo. De encontro a este plano e articulando uma estratégia assente num percurso bastante característico que alberga diferentes culturas, e sobretudo

por se tratar de uma zona transfronteiriça, torna-se necessário refletir sobre os bens ao longo do trajeto. Pretende-se identificar o património abandonado com possibilidade de reabilitação para novas funções que tragam uma maior dinamização local, preservando-se simultaneamente a memória dos lugares. O objetivo é a conservação da grande infraestrutura, com a possibilidade de ser rentabilizada através da paisagem e seu forte valor patrimonial. Deste modo, defende-se uma reabilitação da linha férrea que mobilize os recursos materiais e os próprios habitantes, facilitando o desenvolvimento associado ao mercado exterior de forma a promover uma nova cultura. Assim, a proposta vigora através de critérios objetivos, potencializando a diversidade de atividades para grupos turísticos com diversas faixas etárias e em várias épocas do ano. Mas não se pretende uma sobrelotação dos equipamentos, uma vez que tal descaracterizaria o local e o transformaria no alegórico *turismo de massas*. As propostas apresentadas não estão unicamente dirigidas ao edificado abandonado e a atividades diretamente relacionadas com a via, pois pretende-se a sua conexão com outras infraestruturas já existentes na região e, mais ainda, que sejam abertas à discussão entre os agentes locais de forma a enriquecer a proposta no seu todo. Desta forma, as intervenções de desenvolvimento territorial não serão criadas pontualmente, mas sim integradas num sistema global de infraestruturas para que se valorize o local e a região bem como os seus recursos endógenos. A proposta visa um turismo cultural que possibilite ao visitante a descoberta progressiva do território, a qual se apoia numa infraestrutura presente na maior parte da região. O canal ferroviário surge, assim, como elemento agregador que garante a intercomunicação de todo um sistema de equipamentos dinamizadores. Define-se então uma intervenção orientada em quatro fases, concebendo-se uma estratégia que identifica as potencialidades do lugar em função das suas necessidades. Deste modo, é necessário definir os pontos de interesse ao longo da linha, direta e indiretamente a ela associados, e quais devem ser reabilitados prioritariamente.

### **Fases de desenvolvimento da proposta**

De uma forma generalizada, existe um grande apreço pela reativação da linha, mas por se tratar de um traçado bastante extenso, a sua intervenção requer que seja dividida em várias etapas. Atualmente, existe o anseio por uma associação local, a *Foz Côa Friends*, da circulação de comboios que fizessem a continuidade do traçado entre Porto e Salamanca. Já em Espanha existe a associação transfronteiriça *TOD@VIA*, que pretende reativar a linha, tendo já trinta quilómetros reabilitados para uso de veículos ligeiros.



Estação de Hinojosa del Duero

A primeira fase concentrar-se-ia na reabertura dos 26 quilómetros entre Barca de Alva e Hinojosa del Duero, o primeiro troço a equacionar, tanto pela diversidade cultural e fomento das relações transfronteiriças como pela necessidade prioritária de conservação. A reabilitação das pontes e túneis do séc. XIX, um espólio bastante diversificado da construção em aço, alvenaria em pedra e construção mista, seria a primeira intervenção a realizar, concebendo um circuito de interesse do ponto de vista da engenharia civil. Este percurso estaria aberto ao público, sendo disponibilizadas biclonetas para as deslocações ao longo da via. Os espaços cobertos, como casas dos guardas e trincheiras, funcionariam como áreas de repouso, permitindo a contemplação das deslumbrantes paisagens do vale do Águeda e das abruptas escarpas até ao rio. Criar-se-iam observatórios da natureza em alguns edifícios de forma a ser perceptível o contraste paisagístico ao longo do percurso.

A segunda fase consistiria na reabertura do traçado entre Pocinho e Barca de Alva, prevendo-se que, aquando da sua realização, a associação Tod@via já tenha prolongado a linha reabilitada de Lumbrals até Hinojoja del Duero. O meio de transporte ao longo do canal será complementado com antigas locomotivas reconvertidas para diferentes usos, de modo a contribuir para a preservação do carácter histórico da linha do Douro. As reconversões trariam, por exemplo, espaço nas carruagens para bicicletas e camas de alojamento, aplicação das tecnologias atuais para mover as composições, etc. O percurso entre o Pocinho e Barca de Alva caracteriza-se pela capacidade hoteleira pois são bastantes as quintas vinícolas da região do Douro apoiadas outrora na linha férrea e que atualmente conciliam a produção de vinho com o turismo rural. A intervenção apoiar-se-ia nos cais privados das quintas, tornando possível o acesso às mesmas no lado português e também no lado espanhol, no Balneário de Retortillo. Os atrativos que a envolvente deste troço dispõe são variados como o Parque Natural do Douro Internacional, a Reserva da Faia Brava, a ponte internacional, onde se realiza frequentemente bungee jumping, e a praia fluvial, ponto de excelência para a prática de desportos aquáticos e radicais.



2ª fase de intervenção



3ª fase de intervenção

O grande benefício deste projeto passaria pela polivalência, alimentando o sentimento que vem despertando há já alguns anos, o sentir do campo longe das grandes metrópoles e, ao mesmo tempo, a partir e próximo delas através da via férrea. Já se assiste à criação de equipamentos como o centro de alto rendimento de remo no Pocinho ou o centro náutico em Barca de Alva. Deverá existir

também um maior investimento na educação dos jovens das áreas adjacentes, criando uma interação com estes e outros equipamentos cujas atividades devem ter conectividade.

O complexo ferroviário de Barca de Alva seria intervencionado numa terceira fase, articulando a população local e as novas funções implícitas à reativação da estação, como um restaurante e um estabelecimento hoteleiro no edifício de passageiros e habitações no antigo edifício para os trabalhadores da via, nas pequenas habitações adossadas à garagem das locomotivas. No antigo edifício de mercadorias propõe-se uma escola associada às temáticas vinícola, agrícola e ambiental.



Implantação dos edifícios de trabalhadores da via

A quarta e última fase prevê a reabertura da linha na totalidade, após uma sólida estabilização das fases anteriores. A reativação da via em território espanhol estaria já consolidada e já se estaria a reconverter as estações e outros espaços de todo o percurso de acordo com o previsto. O turismo cultural que se tem vindo a acentuar de forma incoerente estaria agora orientado para a valorização das regiões com maior interesse cultural através de uma conjugação com o ecoturismo. A qualidade paisagística seria um benefício para as diferentes atividades relacionadas com a natureza, para qual as diferentes obras arquitetónicas dos diferentes séculos também contribuiriam.

## Conclusão

Nos soluções de salvaguarda dos eixos ferroviários desativados é necessário analisar devidamente o local, o tipo de via, as suas valências e a rentabilidade do tipo de linha mas estas soluções devem estar intrinsecamente ligadas a outras dinâmicas de preservação e reabilitação das infraestruturas, e fortemente relacionadas com as características do território que atravessam.

A linha do Douro deverá ser reabilitada numa estratégia de turismo cultural mas precisa de ser adaptada às necessidades contemporâneas, salvaguardando em simultâneo a ligação aos pontos de interesse turístico e o apoio às comunidades locais. Esta reabilitação pode ganhar força quando se começar a ver este património segundo uma nova perspectiva.



Derrocada na linha do Douro

Esta pressupõe a redescoberta dos diversos percursos mutilados por derrocadas, silvados e construções diversas, numa articulação entre características próprias da via, zonas que atravessa e pode servir, valores culturais, paisagísticos e construídos circundantes. Isto é, olhando para o património de uma forma que permita conferir-lhe uma nova vida.

### **Referências bibliográficas**

- Carvalho, M. (2012) Douro o Paraíso esquecido in *Revista Visão* nº1017, pp. 62-71  
Domingues, Á. (2011) *Vida no Campo*, Porto: Dafne Editora



# “CAFERROVIA” – AS ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DA ESTRADA DE FERRO SUL DO ESPÍRITO SANTO

**Aline Vargas da Silveira<sup>1</sup> e Bruno de Oliveira Lima<sup>1</sup>**

Este artigo apresenta trecho da pesquisa, ainda em desenvolvimento, sobre a arquitetura ferroviária capixaba referente à análise tipológica das estações construídas ao longo da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, entre final do século XIX e início do XX. Neste período, estas estações tiveram um importante papel na distribuição da produção agrícola no Estado e ainda que modestas, incorporaram em sua obra técnicas construtivas mais atualizadas na época e uso de materiais importados. Com a ampliação do conceito de patrimônio industrial, a arquitetura ferroviária se constitui como parte integrante deste processo. A partir da observação de seus aspectos formais, funcionais e estéticos, este estudo tipológico se baseia na análise dos projetos originais das estações, além do levantamento de campo, que pode revelar procedimentos distintos dos ensinamentos teóricos da própria época.

## **Introdução**

O conceito de patrimônio industrial ampliou-se para os artefatos e edificações voltados para a produção em geral, ainda que pertencentes a sociedades pré-industriais e, geralmente, para a produção agrícola. No Brasil, a arquitetura ferroviária, junto aos engenhos de açúcar e às fazendas de café, constitui parcela fundamental do patrimônio industrial brasileiro, até a industrialização do país no século XX. Galvão Jr. (2010) cita as ferrovias como símbolo da segunda fase da Revolução Industrial no Brasil. Segundo o autor, a construção dos novos edifícios para abrigar as funções necessárias para o seu funcionamento representou um grande salto tecnológico, com a utilização de novas técnicas construtivas e de materiais importados.

A inexistência de indústrias ou tecnologia ferroviária no país foi determinante para a participação de companhias estrangeiras na construção das linhas férreas brasileiras. Contudo, o seu processo de implantação apresentou algumas particularidades. No Espírito Santo, a história da estrada de ferro começou em 1886. Conforme atesta Quintão (2008, p. 76), a implantação de vias férreas em território capixaba esteve ligada à necessidade de escoamento da produção cafeeira, constatado a partir da implantação das primeiras ferrovias no Estado, todas na região sul que era a principal produtora de café do Estado neste período: a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo (EFSES); a Estrada de Ferro Caravellas e o Ramal de Santo Eduardo.

O aparato ferroviário construído, além da própria linha, necessitava muitas vezes de grandes obras de engenharia como pontes, viadutos, túneis e envolvia, também, as estações de passageiros e carga, armazéns destinados ao armazenamento de produtos, principalmente o café, e oficinas para manutenção do conjunto.

Em meados do século XX, com a decadência do transporte ferroviário no Brasil, grande parte das construções referentes à arquitetura ferroviária vem sendo paulatinamente, degradada e sucateada.

As estações capixabas tiveram um importante papel como eixo de ligação entre as ferrovias e na distribuição da produção agrícola no Estado. Da EFSES, a maior parte dos objetos remanescentes, hodiernamente, é constituída pelas estações ferroviárias, representadas por edificações modestas, mas que não deixam de incorporar cuidado construtivo, evidenciado na utilização das técnicas construtivas mais atualizadas da época, tais como: alvenarias em tijolos cerâmicos; estruturas metálicas; cimento Portland, especialmente nos revestimentos; e na importação de materiais, com destaque para os tijolos e telhas.

O critério de escolha das estações a serem analisadas deu-se a partir da quantidade e qualidade dos materiais captados durante a pesquisa, resultando num total de sete estações para estudo: Mathilde, Attílio Vivácqua, Coutinho, Morro Grande, Domingos Martins (antiga Santa Izabel e Germânia), Jerônimo Monteiro (antiga Vala do Souza), Muqui; e incluindo um ponto de parada: Parada de Iiritimirim. Esta pesquisa fundamenta-se numa análise iconográfica e, principalmente, tipológica. Para tanto, usaremos os projetos originais das estações (planta baixa, fachada e corte) e fotografias. Outra fonte segura é o exame das edificações, pois atuam como documento histórico primário, às vezes, revelando procedimentos distintos dos ensinamentos teóricos de sua própria época.

## O café e a ferrovia

No Espírito Santo, o cultivo dos cafezais teve início nas primeiras décadas do século XIX. Bittencourt (1987, p.27) fala que independente da exatidão do período de introdução do café nas terras capixabas, pelos relatos citados por alguns autores e presidentes de Província, é certo que em 1811 já existia uma produção em pequena escala. No entanto, o desenvolvi-



Fazenda Santa Rita, Muqui-ES

mento da cultura cafeeira só começa a crescer efetivamente, a partir da segunda metade do século XIX, com a implantação de colônias na região serrana, e com forte influência do estado do Rio de Janeiro na região sul.

A partir de meados do século XIX, o café aparece como o principal agente da economia capixaba, tirando o Espírito Santo de um estado de letargia. Apesar da expansão cafeeira na região sul ter sido responsável por impulsionar a economia, há de ser considerado que a sua dimensão foi modesta, se comparada às do Vale do Paraíba e Oeste Paulista. As terras férteis do sul capixaba, nos vales dos rios Itapemirim e Itabapoana, atraíram um fluxo migratório de outras províncias, particularmente do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Os migrantes foram responsáveis pela implantação das fazendas cafeeiras da região (Salleto, 1996, p.23).

A consolidação da cafeicultura capixaba como atividade econômica foi rápida, se transformando no principal agente de desenvolvimento da Província. Deste modo, para suprir uma demanda maior fez-se necessário à realização de obras de melhoramentos na infraestrutura para o escoamento da produção. Em meados do século XIX, há uma preocupação em recuperar as vias existentes, como a



Mapa de localização do Espírito Santo e dos municípios cortados pela EFSES

‘Estrada São Pedro de Alcântara’, assim como abrir novas estradas de rodagem para escoar a produção de café capixaba e, até mesmo, de Minas Gerais. Houve ainda, incentivos para a navegação regular a vapor e, posteriormente, para a construção de ferrovias como a EFSES (Bittencourt, 1987, p.75).

Quintão (2010, p.80 e 111) relata que no início da década de 1880, o governo deferiu um requerimento de concessão para a construção de duas vias férreas, cujo objetivo era transportar para a capital o café produzido em toda a região sul da Província, polarizada pelo município de Cachoeiro, bem como da região mineira próxima à divisa com o Espírito Santo.

Porém, a instalação da ferrovia no Espírito Santo enfrentou muitas dificuldades financeiras, desta forma a EFSES e a Estrada de Ferro Caravellas foram incorporadas pela *Leopoldina Railway* em 1907. Em 1913, esta companhia concluiu a ligação entre o Espírito Santo e Espera Feliz, em Minas Gerais (Quintão, p.136 e 140).

### As tipologias das estações da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo

A respeito da arquitetura ferroviária brasileira e de sua tipologia, poucos são os estudos específicos sobre o tema, inclusive, Wickert (2003, p.29) discorre, em sua pesquisa, sobre o escasso desenvolvimento de estudos, descrições e análises tipológicas das estações ferroviárias até meados do século XX. Posteriormente, os estudos de Kühl (1998), de grande referência para os trabalhos que tratam desta temática, devido ao enfoque na arquitetura ferroviária paulista, diferem dos exemplares das estações capixabas, no entanto oferece um panorama para esta investigação. Outros trabalhos referentes à ferrovia abordam o domínio da história, resgatando a implantação da ferrovia no Brasil.

Internacionalmente, destacamos o Tratado de Arquitetura de Cloquet (1900) que apresenta uma abordagem tipológica em seus aspectos formais, funcionais e estéticos, inserindo diretrizes básicas para a implantação e construção de uma ferrovia, assim como de uma estação ferroviária. Inicialmente, Cloquet (1900, p. 517) classifica as estações conforme suas disposições em relação à linha férrea, obtendo três categorias para uma linha simples: estações intermediárias, estações de ponto final e estações de retorno<sup>2</sup>.

O estudo tipológico da arquitetura ferroviária nos conduz, ainda, a uma possibilidade de classificação tanto pelo aspecto formal das próprias estações, assim como funcional, relacionada ao programa arquitetônico. Formalmente, as estações

<sup>2</sup> As estações intermediárias ou de passagem são aquelas que se situam entre o início e o final do trajeto do trem, servindo de ponto de apoio e de embarque e desembarque nas regiões que a ferrovia atravessa. As estações de ponto final ou terminais se encontram no princípio e término da linha, aonde as locomotivas chegam após cumprir integralmente o seu caminho, e de onde reiniciam a viagem de volta. As estações de retorno são aquelas que permitem a troca do percurso, através de uma bifurcação da via.

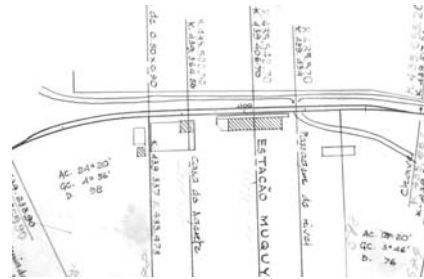
podem ser classificadas a partir de suas variações em relação à linha férrea como: unilateral, bilateral, terminal; e ainda, a partir de sua disposição formal como: em forma de 'L', 'U' ou retangular simples (IPHAN, 2004); e, também, quanto ao porte: pequeno, médio e grande. Funcionalmente, seus programas comportavam tanto atividades simples como serviços mais elaborados, caracterizando-as, ainda, como estações de 1ª, 2ª e 3ª classe, geralmente de acordo com o porte da edificação<sup>3</sup> (Cloquet, 1900).

Conforme Bem (1998, p.328), a tipologia das estações estava relacionada ao problema da funcionalidade do transporte ferroviário e de seu aspecto programático, sendo que a qualidade da edificação, sua arquitetura, porte, acabamento, variavam de acordo com o interesse econômico da companhia ferroviária no local. Desta forma, por meio da análise das estações e de suas características é possível estabelecer o grau de importância da região na época de sua implantação.

Além das estações, há ainda a Parada ou estação rural, que consiste num simples ponto de parada, com instalações fixas rudimentares reduzidas a usos mínimos para sua manutenção e funcionamento.

Adotando os preceitos para o estudo das tipologias da arquitetura ferroviária, chegou-se a três categorias principais para a classificação das estações da EFSES, sendo determinadas quanto à: implantação em relação à via férrea; funcionalidade do programa da edificação; volumetria e estética. Assim, as estações em análise, considerando a implantação e as referências de Cloquet (1900), podem ser classificadas como estações intermediárias ou de passagem, de contato, unilaterais e em forma retangular simples. Nesta configuração havia apenas uma plataforma que servia tanto para embarque como desembarque. Quanto à funcionalidade, as estações da EFSES podem ser classificadas como de pequeno porte ou 3ª Classe. Localizadas em pequenas cidades, apresentavam um programa mínimo, geralmente, constituído por: sala do agente responsável pela estação, onde ficavam os equipamentos necessários à operação ferroviária; a bilheteria e o armazém para mercadorias (IPHAN, 2004). As estações da EFSES eram dispostas em um único pavimento, abrigando apenas serviços essenciais para o seu funcionamento. Pequenas variações dentro deste quadro dividem as estações em dois tipos.

O 'tipo 1', além de apresentar o programa básico de necessidades para a manutenção e funcionamento da estação, como agência e armazéns, incluía, ainda, a residência do chefe. Nesta tipologia, podem ser incluídas as estações de Mathilde, Coutinho, Morro Grande e Jerônimo Monteiro.



Planta de implantação da estação de Muqui



Planta baixa da estação de Coutinho.

Fonte: Arquivo pessoal

<sup>3</sup> As estações de grande porte ou de 1ª classe eram, geralmente, terminais, localizadas em grandes centros, tratando-se de construções mais imponentes, providas de todas as instalações e dependências necessárias ao tráfego e a realização dos variados serviços. As estações de 2ª (médio porte) e 3ª classe (pequeno porte) apresentavam um programa relativamente similar, apenas com algumas diferenciações quanto às dimensões de seus compartimentos e de sua escala, sendo que nas de 2ª classe, outros serviços poderiam ser disponibilizados (IPHAN, 2004).

O ‘tipo 2’ possui menor porte e programa ainda mais reduzido, dispendo apenas a agência com uma pequena sala de espera e o armazém, tais como nas estações de Atílio Vivácqua, Domingos Martins e Muqui. Nesta última, pelo menos, a casa do agente se encontra fora do corpo da estação.



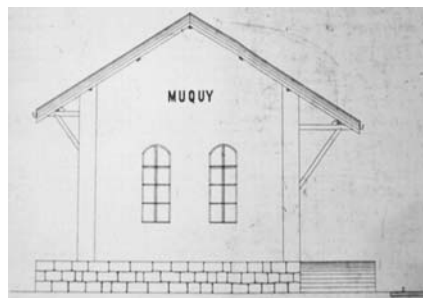
Planta baixa da estação de Muqui.  
Fonte: Arquivo pessoal.

Na área de estudo também foram encontradas pequenas estações rurais ou paradas, como em Iiritimirim, caracterizando outra tipologia, formada geralmente por uma pequena plataforma elevada, facilitando o acesso de passageiros e cargas, assim como de uma cobertura para proteção contra intempéries. Nenhum outro tipo de operação era feita neste local, somente a parada do trem (IPHAN, 2004).

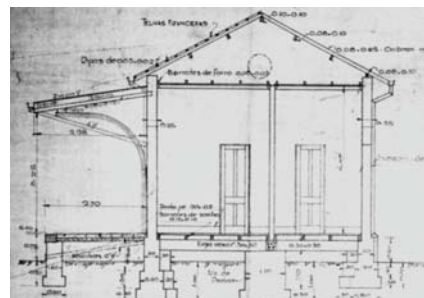
Com relação à tipologia volumétrica, as estações pesquisadas derivam de uma mesma forma, possuindo pequenas variações, sendo conformadas por um prisma retangular elevado do solo por um platô que forma e alinha a plataforma de embarque à altura do trem. As estações são cobertas por um telhado em duas águas que se projeta sobre a plataforma e, em determinados projetos, empregam-se, também, marquises sustentadas por mãos-francesas (em estrutura metálica ou de madeira) ampliando a área de cobertura da plataforma.



Parada de Iiritimirim.  
Fonte: Arquivo pessoal



Bodega Clos Pegase, 1987 (Michael Graves)



Bodega Opus One, 1984 (Johnson, Fain & Pereira)

As variações ocorrem, basicamente, devido à presença de anexos ao corpo principal da estação, dispostos em determinados casos: totalmente externa a estação (Muqui, Mathilde), anexa ao volume principal como prolongamento da construção (Morro Grande, Jerônimo Monteiro), ou como parte, no interior, da edificação. Outros equipamentos fundamentais à manutenção das locomotivas eram, também, localizados fora do corpo da estação, tais como a caixa d’água. As fachadas são bastante simplificadas, com harmonia e ritmo conferidos pela demarcação da estrutura (pilares, apoios da cobertura) e distribuição dos vãos



(esquadrias em madeira, divididas em quadrículas, parte com venezianas, outras com vidro, seguindo um padrão), além de detalhes como marcações por cores e materiais. Algumas estações apresentavam mais desses elementos, combinados entre si, e outras menos. Outro elemento comum a algumas edificações é o óculo (em Mathilde, Coutinho e Attílio Vivácqua), inserido no oitão.



Fachada da estação de Muqui. Fonte: Arquivo pessoal.

O sistema estrutural das estações segue um esquema padrão. Os materiais utilizados na construção eram, basicamente, a pedra (empregadas nas fundações e, ainda, como revestimentos de piso nas plataformas de embarque e de fachadas a meia altura, como em Mathilde), o tijolo (utilizado na alvenaria de forma aparente, como na estação de Attílio Vivácqua, ou revestido por argamassa, como na maioria das outras estações) e a madeira (na estrutura de sustentação da cobertura, em tesouras).

Nenhuma das estações possui estrutura em ferro na edificação, porém, este elemento foi aplicado em algumas marquises. Portas e janelas apresentam, em sua maioria, vergas retas, mas em alguns casos, é possível visualizar na alvenaria a verga em arco reto (Mathilde e Attílio Vivácqua). Para a cobertura, a telha cerâmica do tipo francesa foi largamente utilizada nas estações capixabas.

## Conclusões

O levantamento das estações ferroviárias encontradas ao longo da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo forneceu um repertório de elementos arquitetônicos. Através destes, foi possível determinar uma tipologia comum destas edificações, estabelecendo ainda suas diversas mas pequenas variações tipológicas, representadas basicamente pelas estações de 3ª classe, ou pequeno porte, situadas no interior do Estado.

Este artigo apresenta parte da pesquisa que está sendo realizada a respeito da EFSES, a partir do estudo de suas estações, não apresentadas integralmente, devido à carência de documentação necessária para estabelecer uma análise abalizada sobre tipologia. De acordo com a amostra apresentada, caracteriza-se a arquitetura ferroviária capixaba por sua simplicidade construtiva e programa mínimo necessário para o seu funcionamento.

Através do conhecimento tipológico das estações espírito-santenses, assim como de seu respectivo inventário, é possível criar diretrizes para as intervenções de conservação e restauro a realizar no patrimônio arquitetônico ferroviário.

## Referências

- Bem, S. F. de (1998) Contribuição para Estudos das Estações Ferroviárias Paulistas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo
- Bittencourt, G. A. M. (1987) Café e modernização: o Espírito Santo no século XIX. Ed. Cátedra, Rio de Janeiro
- Cloquet, L. (1900) Traité D´architecture: Éléments de l´architecture, types d´edifices. Esthétique, Composition et Pratique de l´architecture. Cn Béranger, Éditeur, Paris
- Galvão Jr., J. L. (2010) Patrimônio ferroviário na arquitetura e no urbanismo. Disponível em: <<http://musicasobretrilhos.blogspot.com.br/2010/02/patrimonio-ferroviario-na-arquitetura-e.html>> Acesso em 9 de mar. de 2012
- IPHAN/ES (2004) Recomendação para seleção dos acervos da RFFSA, localizados nos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo com potencial valor cultural para preservação
- Kühl, B. M. (1998) Arquitetura do Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo: reflexões sobre sua preservação
- Quintão, L. C. (2008) A interiorização da capital pela Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória
- Reis, N. G. (1970) Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva
- Wickert, A. P (2003) Nos caminhos da ferrovia: a arquitetura ferroviária da linha Tronco Norte Gaúcha, 1883 a 1920. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/viewFile/1539/976>> Acesso em: 5 de mar. de 2012.

# A IMPLANTAÇÃO DA CIA. PAULISTA DE ESTRADAS DE FERRO NA CIDADE DE CAMPINAS/SP

**Bárbara G. Guazzelli<sup>1</sup>**

A implantação da ferrovia no interior paulista causou inúmeras consequências para o desenvolvimento das cidades. O trem, palavra associada à ideia de modernidade dos séculos XIX e XX, faz parte da história de muitas localidades. Seu impacto se dá de formas diferenciadas, algumas vezes resultando na fundação de novos lugares, outras criando novos eixos de crescimento a cidades já existentes. Dentro desse contexto, esse trabalho apresenta o início da implantação de linhas férreas no estado de São Paulo, em especial da Cia. Paulista de Estradas de Ferro na cidade de Campinas, e o impacto da construção desse complexo ferroviário na área em que foi inserido.

O texto se divide em três tópicos. O primeiro trata da chegada do trem, em 1867, ao estado de São Paulo, localizado na região sudeste do Brasil. Conta como se deu a implantação dos primeiros trilhos e qual era o contexto econômico da época. O segundo tópico trata da consequente implantação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em 1872, na cidade de Campinas, interior do estado de São Paulo, e de como a riqueza do café influenciou a instalação dos trilhos férreos. Concludente, o terceiro tópico fala das consequências positivas que a construção do complexo ferroviário acarretou para a cidade de Campinas, dentre elas o desenvolvimento urbano, a passagem da cidade colonial a industrial e a chegada da modernidade.

## **O trem chega ao estado de São Paulo**

Anteriormente à implantação da ferrovia, a província de São Paulo<sup>2</sup> era isolada do restante das povoações pela Serra do Mar, fato que dificultou o início de sua colonização. A transposição desse obstáculo natural dependia de trilhas abertas por nativos da região ou pelos missionários que ali habitavam. Por isso, durante muitos anos, São Paulo não passou de uma pequena vila. Foi só em 1711 que a Vila foi elevada à categoria de Cidade. Sua situação econômica, porém, dependia do acesso a um porto moderno e eficiente, para que o transporte tanto dos produtos agrícolas quanto dos importados fosse mais bem realizado. A construção das estradas de ferro, aliada a outros fatores, como a vinda de imigrantes europeus e a expansão da lavoura cafeeira, modificou esse quadro e resultou num crescimento vertiginoso da província<sup>1</sup>. Durante o século XIX, São Paulo então se firmou como capital política e núcleo de atividades intelectuais, além de começar a esboçar um parque industrial. Dentro desse cenário, sinônimo de progresso e modernidade, tem papel primordial a chegada do trem, que facilitou o transporte de café. Por isso, a implantação da ferrovia é intrínseca à história da urbanização de inúmeras cidades paulistas. Para maior compreen-

<sup>1</sup> Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Brasil

<sup>2</sup> Segundo Langenbuch (1971:66), em 1836, a população de São Paulo era de 284.012 habitantes, passando a 837.354 hab em 1874 (Apud. Cyrino, 2004).

são dessa relação, faz-se necessário entender como se deu o início do processo de implantação desse sistema de transportes no estado de São Paulo<sup>3</sup>.

A implantação das linhas férreas no estado de São Paulo teve início na segunda metade do século XIX. Frederico Fomm, alemão radicado no Brasil, foi quem primeiro obteve a concessão. Devido à fertilidade do solo paulista e o desenvolvimento próspero da agricultura nessa região, ele percebeu a necessidade de ligação entre o porto de Santos e o restante da província. Mas alguns problemas impediam a concretização de seu projeto. Além da necessidade de investidores, tinha o problema de mão-de-obra. O escravo não podia trabalhar nas ferrovias desde a Lei Feijó<sup>3</sup>. Segundo Costa (1976), é aqui que o esforço dispendido para trazer o empreendimento ferroviário ao Brasil se cruza com a luta pela imigração europeia.

Em virtude de problemas financeiros, Fomm não realizou suas intenções. Após sua morte, seus projetos relativos à construção da linha férrea foram entregues à viúva do Marquês de Monte Alegre, seu parente. Ela, por sua vez, entregou-os ao Visconde de Mauá, que vendeu os desenhos à Companhia Inglesa pela quantia de 40 mil libras esterlinas. A *Sao Paulo (Brazilian) Railway Company*, de origem inglesa, então obteve, no ano de 1860, a concessão sobre a construção e o uso da ferrovia que faria o transporte de café no estado, ligando Jundiaí ao porto de Santos, com prolongamento até Rio Claro. Foram, portanto, ingleses os primeiros investidores na construção de estradas de ferro no Brasil. A empresa era responsável por diversas etapas do projeto de construção da ferrovia. Esta ferrovia, inaugurada em 1867, tinha privilégios adicionais com relação à Lei Feijó. Entre eles estão isenção alfandegária para os materiais importados necessários à construção da linha e direito de exploração das minas que fossem encontradas na área de sua construção. A *São Paulo Railway* garantiu para si, devido ao traçado estratégico e aos benefícios dados, todo o escoamento da produção agrícola e mineral do estado de São Paulo para o porto de Santos (Debes, 1968). A implantação das linhas férreas em Campinas, porém, foi realizada com o capital de outros empresários. Em boa parte do século XIX, Campinas foi uma das cidades que mais produziu café no Estado de São Paulo. Tornou-se atraente, dessa forma, estender os trilhos até essa cidade para que o café ali produzido fosse rapidamente escoado para o porto de Santos.

### Campinas no século XIX: a cidade do café

No final do século XVII, a cana-de-açúcar crescia em abundância no município de Campinas. Nos anos de 1830, a cana começou a ser substituída pelos cafezais por uma série de motivos<sup>4</sup>. A mão-de-obra escrava ainda estava presente, estradas já haviam sido abertas para o escoamento



Primeira Estação da Cia. Paulista.  
Fonte: Museu da Imagem e do Som de Campinas.

<sup>3</sup> Outras linhas férreas brasileiras já haviam sido instaladas desde então. A primeira ferrovia brasileira tinha 14,5 km de extensão e ia da Baía da Guanabara até a cidade do Rio de Janeiro (RJ), inaugurada em abril de 1854. Após a Estrada de Ferro Mauá, sucederam-se as construções das ferrovias: Recife ao São Francisco (PE), em fevereiro de 1858; D. Pedro II à Central do Brasil (RJ), em março de 1858; Bahia ao São Francisco (BA/PE), em junho de 1860; Santos a Jundiaí (SP), em fevereiro de 1867; e, finalmente, a Companhia Paulista, aqui em estudo, inaugurada em agosto de 1872.

<sup>4</sup> O setor industrial, já no início do século XX, cresceu voltado para a produção de máquina e implementos para a agricultura, fios, tecidos e peças de vestuário, couro, peles, e também produtos químicos e laticínios. Fábricas importantes se dedicavam à produção de tecidos, aproveitando-se do surto de produção algodoeira, entre outras dedicadas aos mais diversos produtos (Badaró, 1986).

mento de produtos agrícolas, havia a experiência com agricultura trazida pelo cultivo da cana, as condições eram favoráveis no mercado exterior e, principalmente, havia acúmulo de capital. Em 1842, ainda nesse contexto, Campinas, antes chamada Vila de São Carlos, é elevada à categoria de Cidade, o que impulsionou ainda mais seu crescimento. Logo, tornara-se uma necessidade o prolongamento da estrada de ferro para que os produtos agrícolas fossem transportados rapidamente ao porto de Santos.

Nos arquivos de Campinas, percebem-se num livro de correspondências as mudanças que vinham ocorrendo na época: “(...) pela comparação da produção do café e do açúcar vê-se quanto tem prosperado a cultura daquele e definhado a deste (...). A alta de preços do café tem feito com que os principais engenheiros tenham abandonado o cultivo da cana, e tenham plantado grandes cafezais, e que todos os pequenos fazendeiros se tenham também empregado nesse cultivo; de sorte que deverá nestes poucos anos ser considerável a exportação de café nesse município.” (Campinas, Câmara Municipal, p. 141).

Por ser uma lucrativa área produtora de café e por ter alcançado tal desenvolvimento, na segunda metade do século XIX houve interesse por parte de fazendeiros, negociantes e capitalistas, de prolongar os trilhos férreos de Jundiaí até Campinas, com o objetivo principal de escoar a produção crescente da lavoura cafeeira dessa região. Segundo Semeghini (1988), as tropas de mulas se mostravam totalmente incapazes disso. Para que o transporte fosse realizado por elas, no mínimo 20% da força de trabalho das fazendas devia ser transferida para o manejo das tropas. Além disso, os fretes custavam mais de um terço do valor do café transportado.

Porém, para que a extensão dos trilhos até Campinas fosse construída, era preciso que os ingleses abrissem mão da concessão outorgada a eles em 1860. A expansão ferroviária havia sido adiada, na época, devido à guerra do Paraguai, da qual os ingleses participaram intensamente. Além disso, não havia interesse de sua parte em prolongar as linhas férreas.

As elites paulistas então pressionaram os ingleses para que cedessem o direito de construção de outros trechos. Por deterem o direito sobre o lucro do transporte ferroviário que fazia o escoamento da produção cafeeira do estado até o porto pelo traçado que liga Jundiaí a Santos, os ingleses entenderam que poderiam continuar lucrando sem investir novamente. Sendo assim, abriram mão do direito de explorar o restante do território estadual (Debes, 1968). Em consequência do desinteresse da “Companhia Inglesa” no investimento de novas linhas férreas, inaugurou-se em 30 de janeiro de 1868 a Companhia Paulista das Estradas de Ferro, primeira empresa de capital nacional, constituída como sociedade anônima.

Seu primeiro trecho, inaugurado em 11 de agosto de 1872, ligou Jundiaí a Cam-



A chegada do trem na inauguração retratada pelo litógrafo Jules Martin.

Fonte: Museu da Cidade de Campinas

<sup>5</sup> O Ato Municipal 118 é a regulamentação do Plano de Melhoramentos Urbanos, idealizado por Prestes Maia em 1935 (Badaró, 1986).



pinas, que na época acumulava riqueza oriunda das plantações de cana de açúcar e, por consequência, das plantações de café. A diretoria provisória era composta por membros da elite cafeeira e sua função primordial, até a corporação definitiva, era de requerer ao governo imperial a aprovação dos respectivos estatutos, aprovados em novembro de 1868, pelo decreto nº 4283. Dividida em 25 mil ações, distribuída por 654 acionistas, a empresa era considerada uma forma de investimento seguro. Nesse processo, foram privilegiados fazendeiros, empresários ligados à produção do café e casas comissárias, que serviam de intermédio entre os produtores e o mercado exportador (Morais, 2002).

As ferrovias contribuíram para a utilização de novos materiais e novas técnicas, antes inexistentes no país, como o uso do ferro nas construções, o que resultou no surgimento de outros tipos arquitetônicos. Na medida em que seus caminhos se expandiam, o trem levava para os lugares pelos quais passavam suas estações, seus depósitos, garagens, suas locomotivas, etc., levando também consigo essas novas técnicas de construção (Kuhl, 1998).

A Estação de Campinas, porém, foi inicialmente construída com taipa de pilão, técnica muito utilizada na época. Segundo Pozzer (2007), apesar da ferrovia ter representado muitas mudanças em termos de desenvolvimento urbano em Campinas, com relação à questão arquitetônica não há uma verdadeira ruptura entre o primeiro edifício da estação e os outros edifícios da cidade. Isso mostra que a transição entre a cidade possuidora de traços coloniais e a ferrovia, símbolo da era industrial, aconteceu de forma paulatina na cidade. Com o tempo, ela passou a ser um importante ponto de referência comercial e social. Devido a problemas estruturais e à necessidade de diversos reparos, essa primeira construção foi demolida e a nova estação foi concluída em 1889. O novo prédio carregava padrões arquitetônicos ingleses. Hoje, com poucas diferenças, a Estação mantém as mesmas características.



Novo prédio da Estação inaugurado em 1889 Prédio da Estação de Campinas em 2011  
Fonte: Museu da Imagem e do Som de Campinas.

### **A chegada da modernidade**

Na proporção em que a “marcha do café” caminhou para o oeste do estado de São Paulo, a ferrovia acompanhou a estruturação e expansão do complexo cafeeiro, estendendo seus trilhos por muitos quilômetros, carregando consigo

trabalhadores, tecnologias, serviços e alimentos essenciais à dinâmica cafeeira. Junto à Companhia Paulista em Campinas, somou-se o ramal férreo da Companhia Estrada de Ferro Mogiana, em 1875, o Ramal Férreo Campineiro em 1889 e a Funilense, em 1890. Com isso, as companhias ferroviárias instalaram em Campinas seus primeiros escritórios, casas de carros e vagões, depósitos de locomotivas, marcenaria, carpintaria, armazéns e habitações, alavancando o crescimento da cidade.

Com a instalação das linhas férreas, tornou-se possível a ampliação de áreas de cultivo devido à facilidade de escoamento da produção. Antes, parte da produção era perdida por causa da precariedade do transporte por mulas. Por esse aumento no lucro, a ferrovia foi considerada um importante instrumento de acúmulo de capital. Além disso, estimulou o surgimento de novas indústrias e inovações na arquitetura com a importação de materiais e tecnologia inexistentes no país até então (Morais, 2002). A integração do território paulista, trazida pelos trilhos do trem, incentivou sua ocupação, contribuindo fortemente para o desenvolvimento do estado de São Paulo

como principal produtor e exportador de café. A chegada do trem e a crescente economia cafeeira, conseqüentemente, ofereceram condições para o posterior incremento da indústria<sup>4</sup>.

Segundo Cano (1988), o desenvolvimento da cultura cafeeira criou a necessidade de uma rede urbana que suportasse uma logística e infraestrutura diferente, adaptada para aquela realidade. O café foi, portanto, responsável pela reconfiguração de antigos aglomerados visando o atendimento de novas necessidades surgidas com a implantação da ferrovia. No caso de Campinas, a rede urbana que hoje suporta a metropolização, começou a surgir no período cafeeiro. Por outro lado, enquanto a implantação do trecho da Companhia Paulista incentivou o crescimento da cidade no sentido leste-oeste, mais elitizado, a linha férrea da Companhia Mogiana favoreceu seu desenvolvimento urbano no sentido norte-sul, de ocupação popular.

Fábricas e vilas operárias e ferroviárias, por sua vez, ocuparam as áreas ao sul da ferrovia<sup>6</sup>. A implantação dos trilhos dividiu a cidade em duas, sendo o lado sul da linha férrea da



Linhas Ferroviárias na cidade de Campinas e pátio da Estação.

Fonte: CONDEPACC, processo de tombamento 003/90.



Hospital de Lazaro, Campinas – Brasil.

Fonte: CMU – Centro de Memória da Unicamp.

Companhia Paulista considerado pelas elites o “lado feio da cidade”. Ali se localizavam as edificações insalubres, construções indesejadas, como o Cemitério Municipal, o Matadouro, o Curtume, o Hospital dos Morféticos (leprosário) e o Hospital dos Variolosos (Lapa, 1996:123). Os bairros industriais que então se desenvolveram acabaram por configurar um novo eixo de desenvolvimento. O Ato Municipal 118<sup>5</sup>, por exemplo, considera em seus apontamentos a hoje chamada Vila Industrial, bairro que engloba essa antiga área da cidade. Atualmente, a área destinada a um parque que servisse essa população (Badaró, 1986) está urbanizada como uma continuação da Vila Industrial.

Portanto, a implantação do complexo ferroviário promoveu um processo de reestruturação urbana, o que alterou sua dinâmica de crescimento. As mudanças que ocorriam na época, do ponto de vista urbano, vão desde a instalação de iluminação pública a gás até a construção de diversos edifícios voltados ao uso público, como hospitais e escolas. Na arquitetura, o estilo neoclássico começava a surgir e a alterar muitas construções coloniais. O trem, por sua vez, simbolizava a chegada da modernidade e a Estação significava o elo de comunicação entre o local e o global, difusora de pessoas, ideias e mercadorias.

Uma área moderna e dinâmica se desenvolveu no entorno da Estação, favorecendo a expansão urbana e promovendo o adensamento de pessoas e atividades. Devido aos melhoramentos urbanos e à diversificação de atividades nessa região, além da valorização imobiliária provocada por essa nova ambiência, formou-se ali uma forte centralidade, que perdura até os dias de hoje. Essa centralidade é reforçada pela confluência das quatro linhas férreas (Companhia Paulista, Mogiana, Funilense e Ramal Férreo Campineiro) que cruzam seus trilhos na mesma Estação.

A Estação, por sua vez, ainda é vista pelos campineiros como símbolo de desenvolvimento do período cafeeiro de Campinas e, conseqüentemente, do início da modernidade. Segundo Lapa (1996), havia certa tomada de consciência e vontade coletiva por parte da população campineira de que a cidade crescesse e prosperasse mais rapidamente do que outros em sua volta. Esse processo é iniciado e acelerado com a chegada do trem e com a inauguração da Estação, não apenas “porta da cidade”, mas também porta de acesso à modernidade desejada. O trem atingiu, portanto, não só a esfera urbana e econômica da cidade, como também o imaginário e a memória dos campineiros.

## Referências bibliográficas

- Badaró, R. S. C. (1986) *Plano de melhoramentos urbanos de campinas (1934-1962)*, Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Carlos, 116-119.
- Cano, W. (1988) *A interiorização do desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo – 1029 a 1980*, Volume I, Coleção Economia Paulista, Fundação Seade, São Paulo, 52.
- Costa, W. P. (1976) *Ferrovias e trabalho assalariado em São Paulo*, Dissertação (Mestrado em Sociologia), Unicamp, São Paulo, 124-125.
- Cyrino, F. R. P. (2004) Café, ferro e argila: a história da implantação e consolidação da **The San Paulo (Brazilian) Railway Company Ltd.** através da análise de sua arquitetura, *Landmark*, São Paulo, 70-72.
- Debes, C. (1968) *A caminho do Oeste: subsídios para a história da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e das ferrovias de São Paulo*, Edição comemorativa do centenário de fundação da Companhia Paulista, São Paulo, 17-31.
- Kuhl, B. M. (1998) *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*, FAPESP, São Paulo, 23.
- Lapa, J. R. A. (1996) *Cidade os cantos e os antros: Campinas 1850-1900*, EDUSP, São Paulo.
- Morais, M. (2003) *As vilas ferroviárias paulistas: arquitetura e as relações urbanas nos núcleos habitacionais ferroviários*, Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 35-36.
- Pozzer, G. P. (2007) *A antiga estação da Companhia Paulista em Campinas: estrutura simbólica transformadora da cidade (1872 – 2002)*, Dissertação (Mestrado), Unicamp, Campinas.
- Semeghini, U. C. (1988) *Campinas (1860 a 1890): agricultura, industrialização e urbanização*, Dissertação (Mestrado em Economia), Unicamp, São Paulo, 31.

## Instituições consultadas

- Arquivo Municipal de Campinas, Campinas, São Paulo.
- CONDEPACC, Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, Campinas, São Paulo.
- Museu da Imagem e do Som de Campinas, Campinas, São Paulo.
- Museu Ferroviário da Companhia Paulista, Jundiaí, São Paulo.

## Site da internet

- <http://pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com.br/>, consultado em 26 de setembro de 2012.





# Paisagens e Rotas Culturais



# ALTO DOURO VINHATEIRO – PAISAGEM CULTURAL DA UNESCO

**Teresa Andresen<sup>1</sup>**

A paisagem é um arquivo da história da humanidade. Nela se inscrevem, lado a lado, tempos diferentes dessa história numa co-habitação singular, por vezes desconcertante, e didática. A paisagem pode, assim, ser encarada como uma exposição permanente multi-escalar e multi-temporal.

A paisagem património ou paisagem tradicional reflete a relação do Homem com a Natureza no passado, testemunhando formas de a construir exigentes em mão de obra humana e no recurso à tração animal, práticas transmitidas pelo costume de geração em geração e testemunho de um tempo em que a agricultura e pastorícia tinham a hegemonia do uso do território. A mecanização

e a generalização dos adubos industriais e baratos introduziram novos modelos e novas possibilidades de intervenção na paisagem. E coincidiram com os primórdios do fenómeno da expansão urbana, trazendo novas regras e processos de construção da paisagem. Mobilidade, comunicação, tecnologia e globalização tornaram-se fatores determinantes do desenho, da construção, do ordenamento e da gestão da paisagem. As paisagens património, com o seu valor próprio, fazem parte da identidade coletiva ao mesmo tempo que apresentam soluções que diríamos de sustentabilidade dos recursos aplicáveis aos problemas que hoje enfrentamos para a sobrevivência da vida no planeta. Permeiam com a construção contemporânea da paisagem diversificando a estrutura e asseguram o desempenho da funcionalidade da paisagem.

Explora-se visualmente neste artigo, diversos exemplos da paisagem enquanto exposição permanente multi-escalar e multi-temporal que regista a história da humanidade enfatizando as causas e os modos através da leitura interpretativa da estrutura, das funções e das mudanças da paisagem.

Explora-se visualmente neste artigo, diversos exemplos da paisagem enquanto exposição permanente multi-escalar e multi-temporal que regista a história da humanidade enfatizando as causas e os modos através da leitura interpretativa da estrutura, das funções e das mudanças da paisagem.

## **Douro património mundial**

O Alto Douro Vinhateiro, com uma área de 24 600 hectares, está inscrito desde 2001 na lista do Património Mundial como uma paisagem cultural evolutiva e viva. A inscrição do Alto Douro Vinhateiro na lista do Património Mundial foi



Mudanças da paisagem no tempo

<sup>1</sup> Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos

um momento-chave, significando o reconhecimento mundial da qualidade da paisagem do Douro, o que implica o compromisso de Portugal para preservar, proteger e promover essa mesma paisagem.

A inscrição conferiu, automaticamente, ao Alto Douro Vinhateiro o estatuto de um monumento nacional e, portanto, a sua inclusão em um contexto regulatório nacional específico para a proteção de bens históricos. Este regulamento teve de articular o papel pioneiro, a nível mundial, do Douro como paisagem listada como património mundial e um quadro regulamentar de atividade vitivinícola construída ao longo de um período de 250 anos. A transformação mais significativa no Alto Douro Vinhateiro, nos últimos 10 anos, foi a introdução de novos sistemas de organização da terra para o plantio de videiras, em uma década caracterizada por fortes investimentos na Região Demarcada do Douro.



Alto Douro Vinhateiro

### Caraterização do Alto Douro Vinhateiro

O Alto Douro Vinhateiro é caracterizado por inúmeros vales profundos e encostas íngremes ao longo do rio Douro e seus afluentes, com solo xistoso, invernos frios, verões quentes e de baixa pluviosidade. Esta é uma terra de viticultura de montanha, com encostas íngremes, onde os custos de produção são elevados por causa das exigências de mão de obra e mecanização difícil. É suposto ser o território mais representativo da Região Demarcada do Douro, concentrando de forma contínua todos os elementos, funções e a composição mais representativa da paisagem como são a autenticidade e a integridade do bem listado de acordo com os critérios da UNESCO. Ele representa apenas cerca de 10% da área total da região onde a vitivinicultura é a atividade principal e o sustentáculo da economia da região e, também, da excelência da paisagem cultural. A paisagem é um mosaico complexo, no qual as vinhas em socalcos, patamares ou plantadas verticalmente,



Paisagem do Alto Douro Vinhateiro. Vinhas em socalcos, patamares ou plantadas verticalmente

em contraste profundo e harmonioso com matagal e bosques, olivais, barragens, aldeias, quintas, vinificação e armazenamento agrícolas.

O quadro territorial e institucional da região também é complexo. A viticultura é a principal base económica da Região Demarcada do Douro, cobrindo uma área de 250 000 hectares, sendo que em 2011 cerca de 18% (45 202 ha) estavam ocupados com vinha (www.ivdp.pt). Em 2011, a região tinha 232 258 habitantes, tendo perdido 7,90% da população entre 2001 e 2011. Durante essa década, a Região Demarcada do Douro também foi fortemente afetada por outros investimentos para além dos da vitivinicultura, ou seja, a construção e a reabilitação de infra-estruturas regionais.

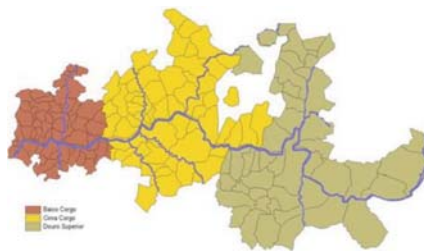
Os ciclos de crescimento e recessão na região estão intimamente ligados à produção e venda de vinho e compreendem momentos de desenvolvimento e outros de estagnação. Alguns períodos desta história são verdadeiras marcas de referência (como o surto de filoxera em 1865) que acabam por ser marcos na evolução da vitivinicultura do Douro e na transformação da paisagem.

Releva-se, há cerca de 20 anos atrás e anterior à inscrição do Alto Douro Vinhateiro na Lista de Património Mundial, a existência do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes (PDRITM). Este programa foi financiado pelo Banco Mundial e começou em 1983 (DRATM, 1983), resultando no plantio de 2 500 hectares de novas vinhas e a conversão de 300 hectares de vinhas. O impulso dado pelo PDRITM foi decisivo ao ponto de se poder considerar que a história mais recente da Região Demarcada do Douro está dividida em

duas eras: um “tempo de pré-PDRITM” e “um tempo de pós-PDRITM”. Isso levou a uma nova fase, que teve um impacto do ponto de vista da economia e da evolução da paisagem. Entre outros aspectos, introduziu novos sistemas de organização do plantio da vinha como os patamares de largura (terraços sustentados pelos bancos) e plantio vertical - para os socalcos (terraços sustentados por muros de xisto).

## A terminar

O intenso processo de reconversão das vinhas do Douro foi realizado pelos viticultores, com forte apoio do setor público. Dado que a vinha é uma cultura condicionada, paisagem e viticultores estão sujeitos a um quadro regulamentar



Região Demarcada do Douro. Cerca de 250.00 ha



Terraços sustentados por muros de xisto



denso. A vitivinicultura é uma atividade fortemente regulada mediante a aplicação da legislação em vigor na União Europeia, ou seja, regras que estabelecem a organização comum para o vinho, e em Portugal como sejam regras sobre a produção do vinho, o teor de álcool e as denominações de origem e demais legislação especificamente dirigida para a região.

Na data de inscrição do Alto Douro Vinhateiro como Património Mundial, foi criada uma zona tampão que em 2009 foi classificada como uma Zona Especial de Proteção (ZEP) com limites semelhantes aos da Região Demarcada do Douro. O território do Alto Douro Vinhateiro constitui, assim, uma servidão administrativa supervisionada pelo Estado, pelo que todas as obras e intervenções a serem realizadas no Alto Douro Vinhateiro e na Zona Especial de Proteção devem ser autorizadas e monitorizadas pelos órgãos competentes. Por isso, é considerado que assumiu, resultante de uma imposição legal, um ónus com uma finalidade pública.



Zona de Proteção Especial (ZEP)

# A PAISAGEM DURIENSE E A ESTRUTURA FUNDIÁRIA: RUTURAS E CONTINUIDADES NUM CONTEXTO DE MUDANÇA

**Maria Helena Mesquita Pina<sup>1</sup>**

Espaço emblemático, a Região Demarcada do Douro é não só um cenário privilegiado onde se produzem vinhos de elevada qualidade, com destaque para o vinho do Porto, mas também um conjunto paisagístico onde se insere um soberbo património que reflete um longo historial. Ao longo dos seus 250 000 hectares de extensão, multiplicam-se os socalcos repletos de vinhedos que ascendem pelas vertentes do rio Douro e principais afluentes, mas num quadro heterogéneo, o que proporciona uma paisagem deslumbrante, classificada em Dezembro de 2001 como “Património Mundial da Humanidade”.

Apesar do seu enquadramento privilegiado, na região evidenciam-se múltiplas problemáticas das quais sobressaem as de âmbito demográfico e as de cariz económico, com particular evidência para as que incidem na vitivinicultura, designadamente na estrutura fundiária e na expansão dos vinhedos e, consequentemente, na mutação do quadro paisagístico. Foram, no entanto, imperativos económicos que sustentaram tais alterações. Neste contexto, como apostar num ordenamento do espaço duriense que não subestime, nem desvirtue as suas múltiplas potencialidades? Como assegurar o aumento da sua competitividade e, simultaneamente, preservar estas paisagens e os seus valores patrimoniais e culturais? Pode estar em causa a manutenção deste património.

## Introdução

A Região Demarcada do Douro (RDD) inicia-se em Barqueiros e Barro, no seu extremo ocidental, e prolonga-se até à fronteira espanhola, em Barca de Alva, seu limite oriental.

Tal cenário, com os socalcos implantados nas vertentes declivosas do rio Douro e dos seus principais afluentes, não é, contudo, nem homogéneo, nem simples, já que neste território se verifica uma organização contrastante quando nos deslocamos de ocidente para oriente, ou quando ascendemos nas vertentes. Surgem, deste modo e de uma forma gradativa, três sub-regiões que se denunciam em termos económicos, sociais, culturais, ou mesmo paisagísticos: Baixo Corgo, Cima Corgo e Douro Superior. Unidades



A Região Demarcada do Douro

<sup>1</sup> Departamento de Geografia, FLUP e CEGOT, Centro Estudos em Geografia e Ordenamento do Território

territoriais distintas, mas complementares e em constante mutação, evidenciam um dinamismo notável, mas diferenciado, sobressaindo, por isso, um mosaico territorial muito complexo, onde os vinhedos se destacam sempre.

Também o seu historial e o quadro jurídico, nomeadamente a legislação subjacente à transmissão geracional dos bens rústicos (Pina, 2012b, c; Abreu, 2012), proporcionou a institucionalização de diferenças na estrutura fundiária, que são visíveis na paisagem e que retratam uma situação muito problemática que urge corrigir. E como ultrapassar a exiguidade de alternativas laborais na região e a falta de empreendedorismo? Foi neste enquadramento, aliás, que se fomentaram amplos fluxos migratórios desde o século XIX, mas, sobretudo, desde a segunda metade do século XX, o que favoreceu o atual declínio demográfico, sobressaindo uma população remanescente envelhecida e com escassa formação, razão pela qual é já problemática a continuidade do sector agrícola. Assim se confirma o abandono das explorações tradicionais, sobrevivendo, no entanto, solo disponível a preços pouco inflacionados no Douro Superior que as grandes firmas exportadoras adquirem, já que, apesar das deficiências hídricas, estes solos são atrativos para uma vinha de excelência.

Outro grande constrangimento ao dinamismo regional decorre da deficiência das acessibilidades, quadro que persistiu até à década de sessenta do século XX, pois só então as vias fluvial e ferroviária foram suplantadas pelas rodovias. Neste contexto, facilitou-se também a expansão da vinha, progressivamente mecanizada, enquanto em simultâneo surgiam diferentes tipologias de socalcos, substituindo-se o tradicional, suportado por muros de xisto de pedra solta, pela vinha ao alto ou pela vinha em patamares, de facto mecanizáveis (Queiroz, 2010). Todavia, se com estas inovações se superavam as carências de assalariados, também se dilatava a área ocupada pelos vinhedos, sobretudo no Cima Corgo e, de modo muito particular, no Douro Superior. Assim se alterava a paisagem e as vivências sociais (Lourenço et al., 2008). Melhoravam-se também os vinhos regionais, através da maior seleção das castas vnicas, enquanto se vincavam as adaptações paisagísticas e a modernização da região, aumentando a produtividade (Queiroz et al., 2010), mas de uma forma muito dualista, contrapondo-se à tradição familiar, a transformação e a modernização empresarial, apoiada em extensas explorações vitícolas com amplo capital financeiro e técnico (Pina, 2007, 2012a).

Neste artigo debruçar-nos-emos sobre os principais parâmetros associados a recentes mutações territoriais e paisagísticas, como a expansão da vinha e a estrutura fundiária. Para a prossecução destes objectivos, conjugou-se um intenso trabalho de campo, que se estendeu por toda a região, com o estudo documental, privilegiando os recenseamentos agrícolas de 1989 a 2009 (INE), ou seja, as últimas três décadas, de facto o período mais representativo das recentes alterações socioeconómicas.

### **A RDD e as suas especificidades num quadro em mudança**

O vale do Douro, a “espinha dorsal” da região, com a sua orientação dominante E-W, sendo delimitado por vertentes com fortes declives que, com frequência

ultrapassam 30°, sobretudo a oriente do rio Corgo, corresponde a um cenário com grandes diferenças altimétricas, já que a altitude varia entre os 50 e os 1100 metros, atingindo-se os valores máximos nos diversos maciços montanhosos que envolvem o vale. Todavia, é a altitudes inferiores a 500 metros que se multiplicam os terraços ocupados pela vinha, limite que varia de acordo com a orientação das vertentes e o grau de abrigo aos ventos. Ultrapassados os 500 metros de altitude, porém, apenas subsistem resquícios vitícolas, num clima de transição e num substrato rochoso já predominantemente granítico.

Mas é porventura a estrutura agrária uma das questões mais problemáticas na região, sobressaindo a deficiente estrutura fundiária e a expansão dos vinhedos (Pina, 2007 e 2012b), com os seus reflexos na sustentabilidade paisagística e no desenvolvimento regional, razão pela qual os seleccionamos. Efetivamente, num quadro onde a preservação, a inovação e o desenvolvimento estejam presentes, há que definir estratégias tendentes à dinamização efetiva do património paisagístico, social e cultural do Douro. Para tal, e sendo a viticultura o sustentáculo económico da região, há que a privilegiar, sem no entanto subestimar outras componentes, como as associadas ao turismo, pois conjugam a vitivinicultura com o valioso património paisagístico, cultural e o construído (Pina, 2012a). Com efeito, para além dos vinhedos, há que realçar o impacte das habitações dispersas pelas vertentes, inseridas nas quintas e envoltas em vinhedos, algumas das quais correspondendo a casas senhoriais do século XVIII e XIX (Pina, 2010, 2012a); Taborda, 2011).

É uma soberba diversidade paisagística e arquitetónica que sobressai, de facto, na RDD, multiplicando-se os recursos endógenos específicos e diferenciadores que abarcam efetivamente desde uma paisagem histórica distintiva, a vinhos de excecional qualidade, para além de um património histórico-cultural e arqueológico diversificado e de outras potencialidades de cariz cultural, como as festas e romarias (Pina, 2010, 2012d), as tradições associadas à vindima e a outros trabalhos agrícolas distribuídos ao longo do ano, os festivais temáticos, as feiras regionais. E como esquecer a oferta de estâncias termais e a emergência de Spa's com recurso à vinoterapia (Pina, 2012a), ou outra? Todavia os problemas sucedem-se, particularmente os que incidem na vitivinicultura, o sustentáculo económico da região e do património paisagístico criado. Com efeito, os problemas são múltiplos e complexos, mas neste artigo vamos privilegiar dois dos mais incisivos pelos seus reflexos na sustentabilidade deste património e no desenvolvimento regional, a estrutura fundiária e a expansão dos vinhedos.

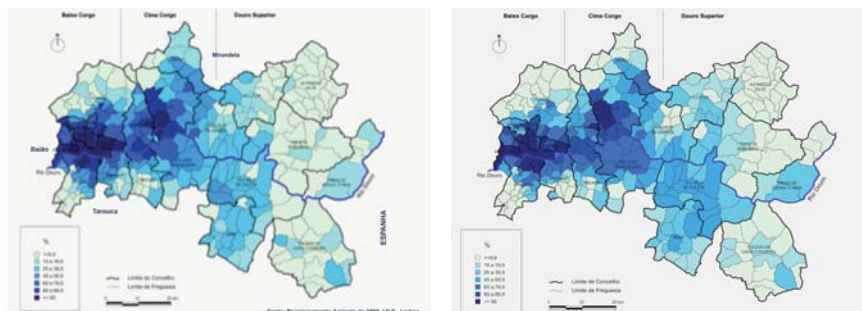
### **O sector vitivinícola, a estrutura fundiária e a paisagem**

No Baixo Corgo, onde a vinha já dominava, esta imagem prossegue sem grandes alterações, pois aí foi sobretudo a reestruturação / renovação dos vinhedos que sobressaiu, sendo, por consequência, contidos os aumentos de vinhedos, ou pontuando mesmo reduções ocasionais, mas nas outras subregiões o cenário é diferente (Pina, 2012b).

Neste contexto, no Baixo Corgo em 1989<sup>2</sup> mais de 90% da área total era ocupada pela vinha e em 2009 esse valor recuou para 89,7%, refletindo a expansão urbana

<sup>2</sup> Para uma análise sumária dos dois parâmetros escolhidos, privilegiamos a informação constante dos recenseamentos agrícolas (INE) e apenas alguns indicadores, nomeadamente a proporção de vinha por freguesia em 1989 e 2009, tentando detetar a sua evolução, bem como as assimetrias territoriais mais significativas, a que se reúne alguma informação relativa à estrutura fundiária regional.

e a correção das acessibilidades. No Douro Superior, por seu lado, e tomando como exemplo o concelho de Vila Nova de Foz Côa, se, no final da década de oitenta do século XX, apenas 18,6% da área era ocupada pela vinha, em 2009 esse valor ascendeu a 40,7% (Recenseamentos Agrícolas de 1989 e de 2009, INE).



Proporção de área de vinha na SAU, por freguesia, em 1989 (%)

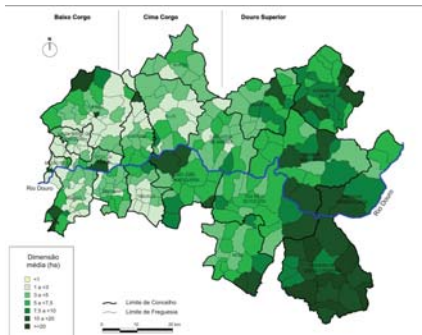
Proporção de área de vinha na SAU, por freguesia, em 2009 (%)

Assim se vão substituindo o olival e o amendoal por modernos vinhedos mecanizados, enquanto se vai anulando a tradicional bordadura de oliveiras que os vinhedos possuíam, mantendo-a quase exclusivamente no Baixo Corgo, preservação de anteriores vivências e da histórica biodiversidade. Acrescente-se, também, as “barragens verdes” que permaneciam nas vertentes mais húmbras, reconvertidas ou sendo absorvidas pela expansão urbana (Andresen, 2012).

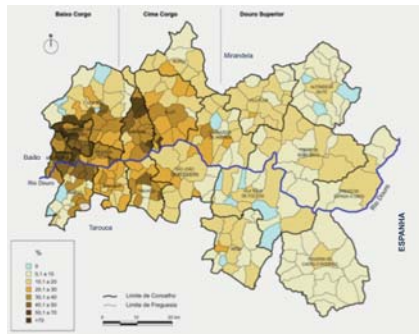
A estrutura fundiária, lentamente, também sofre alterações, se bem que mais restritas do que as anteriores, sobressaindo antes as tradicionais assimetrias, com a manutenção de um grande parcelamento, histórico, no Baixo Corgo, enquanto no Cima Corgo e no Douro Superior sobressai a progressiva inscrição na paisagem das grandes unidades empresariais (área superior a 100 hectares) que, paulatinamente, ainda se ampliam à custa da “anexação” de prédios contíguos às suas quintas que as novas gerações de proprietários (Pina, 2012c), a residirem nas grandes áreas metropolitanas do país, quando herdarem, alienam, após aliciamento nesse sentido.

Assim se perpetuam no Baixo Corgo as freguesias onde mais de 60% das explorações agrícolas nem 2 hectares atingem, dispersos por 2 a 5 blocos, sendo ocasionais aquelas cuja dimensão média das explorações ultrapasse 5 ha. Estas últimas coincidem geralmente com os espaços de maior implantação das grandes empresas, ou são exteriores à RDD, ostentando fortes problemas hídricos e o domínio evidente do olival e do amendoal.





Dimensão média das explorações, por freguesia, em 2009



Explorações agrícolas com área inferior a 1 hectare, por freguesia, em 2009 (%)

As diferenciações espaciais ainda são mais notórias quando se cartografa a proporção de explorações agrícolas cuja área total é inferior a um hectare. A situação é muito preocupante, já que esta área ainda se dispersa por vários blocos que individualmente possuem menos de 5000 m<sup>2</sup>! Tal grau de parcelamento é incapacitante, mas subsiste porque estes bens fundiários possuem um grande valor sentimental, para além de, na RDD, a produção de Vinho do Porto ainda permanecer atrativa, apesar do aumento contínuo dos fatores de produção e da escassez de mão-de-obra e de a retribuição do vinho permanecer estacionária há cerca de 4 anos. Acresce que a adoção da dupla atividade entre os grupos etários mais jovens, também favorece a continuidade desta cultura.

Obviamente que este cenário de forte dualidade sócioestrutural é inegável e se reflete na paisagem, mantendo-se no Baixo Corgo uma elevada percentagem de vinhedos tradicionais, num meio onde o parcelamento da propriedade é histórico, mas também a oliveira a delimitar os blocos, preservando uma tendência secular. Não obstante, também esta paisagem do Baixo Corgo vai mudando, apostando-se na renovação da vinha e no conseqüente incremento da qualidade vínica e da mecanização. Por seu lado, no Cima Corgo a importância das novas tipologias de vinhedos é inegável (vinha ao alto e vinha em patamares), reflexo da aposta preferencial das firmas aqui implantadas. Subsistem ainda os “mortórios” naqueles espaços menos acessíveis e enquanto a evolução dos mercados não justificar a sua reconversão, assim como uma percentagem de pequenos proprietários, razão pela qual ainda se conjugam na paisagem os diferentes tipos de vinhedos, mas com o domínio indiscutível das novas tipologias.



O Baixo Corgo, uma paisagem onde persiste uma elevada percentagem de vinhedos tradicionais, em socalcos de pedra solta, para além da manutenção da oliveira em bordadura dos prédios, assegurando a histórica biodiversidade



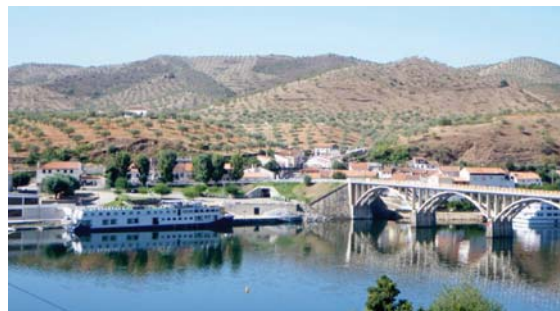
O Cima Corgo e a importância do novo tipo de vinhedos (vinha ao alto e vinha em patamares), aposta preferencial das firmas aqui implantadas



Resta fazer algumas alusões ao Douro Superior, a subregião mais oriental, onde a expansão dos vinhedos se faz à custa da anulação do amendoal e do olival. Assim nascem centenas de hectares de vinha nova, mecanizada, se bem que mais recentemente e tendo como mentores as entidades camarárias, também se tem preservado e até ampliado o amendoal, mas por motivos turísticos.



O Douro Superior onde a expansão dos vinhedos se faz acompanhar pelo alastrar da oliveira e da amendoeira.



Entretanto, estão também a ser implementadas novas estratégias na RDD que incluem desde a renovação da vinha, à aposta em vinhos com a designação do nome da quinta, o que é importantíssimo, pois é a vinha que subvenciona o tecido económico local. Em 2001, aposta-se em acentuar a requalificação / multifuncionalidade da paisagem (Pina, 2010), como sucede nas explorações melhor dimensionadas. Aí se conjuga a produção vínica com a comercialização dos produtos da quinta e o turismo em espaço rural (TER), investimentos feitos complementando os subsídios comunitários com capital próprio. Os exemplos sucedem-se, particularmente os relacionados com habitações solarengas e as respetivas explorações vitícolas, após a sua classificação pelo IPPAR ou pela edilidade municipal.

Não podemos ignorar que as quintas que aderiram ao TER proporcionam visitas às caves/adegas e às vinhas, a degustação de vinhos e o exercício de atividades lúdicas, dilatando desta forma os seus rendimentos, para além de recuperarem e preservarem não só o património construído, mas também o vitícola. Através de protocolos / contratos firmados com entidades públicas e privadas, ou com Associações como a “Rota do Vinho do Porto”, essas quintas proporcionam também o conhecimento da região e das suas especificidades, apesar de a capacidade de alojamento ser reduzida e a ocupação ser sazonal. O TER é importante, mas limitado, confinando-se a médias e grandes explorações e como complemento da viticultura.

Por último, refira-se que, após a classificação da região como Património da Humanidade, surgiram outros projetos mais ambiciosos no âmbito da hotelaria, incluindo a de luxo. No seu conjunto, estas iniciativas não só dinamizam o tecido económico regional, como facilitam a revitalização/preservação paisagística, como manutenção da cultura, das tradições regionais e do artesanato, num meio considerado “pólo prioritário de desenvolvimento turístico”, de acordo com o “Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro 2007-2013” (Magalhães, 2008).

## **Conclusões**

Apesar do património evidenciado pela Região Demarcada do Douro e das suas potencialidades paisagísticas, arquitetónicas, culturais, gastronómicas, enológicas, persistem os problemas e alguns acentuam-se mesmo. Neste contexto, sobressaem os que se relacionam com a viticultura, particularmente com a estrutura fundiária e os associados à expansão da vinha e à aposta em novas tipologias de vinhedos, economicamente mais rentáveis, mas desvirtuantes de um património que urge preservar. Os reflexos são evidentes na paisagem e na sociedade duriense, a efetiva preservadora de um património distintivo, reconhecido pela UNESCO.

A aposta na multifuncionalidade das explorações agrícolas, conjugando a produção com a comercialização e o turismo, instituiu-se desde a década de oitenta do século XX, mas é insuficiente, sendo necessário aprofundar também a complementaridade territorial, designadamente entre as diferentes propostas existentes na região e no espaço envolvente, para além de ser necessário potenciar efetivamente a biodiversidade e os elementos tradicionais da paisagem.

E, não esqueçamos, como a vinha continua a subvencionar a região e se defronta com múltiplos problemas, há que proporcionar também formação e apoios técnicos aos vitivinicultores, para além de informação atempada. Esta dinâmica deve ser conjuntural, incluindo a intervenção autárquica e dos serviços técnicos setoriais, para além, obviamente, da população em geral. Em síntese, há que aproveitar melhor as potencialidades regionais, e as vitivinícolas em particular, num contexto em que o desenvolvimento e a preservação, para além da inovação, se têm de conjugar de forma harmoniosa. Está em causa o futuro de um quadro paisagístico, de uma Região com o estatuto de Património Mundial da Humanidade!

### Referências Bibliográficas

- ABREU, L. (2012) Direito da Propriedade Privada e Utilização do Solo no Alto Douro Vinhateiro, *Direito Rural* 34
- ANDRESEN, T. e Rebelo, J. (2013) *Avaliação do Estado de Conservação do Bem Alto Douro Vinhateiro – Paisagem Cultural Evolutiva e Viva*, Volume 1 – Relatório de Avaliação e Volume 2 – Estudos de Base, CIBIO UP / UTAD, Porto
- MAGALHÃES, R. (coord.) (2008) *O Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro 2005-2013*, CCDR-N, Porto
- INE (2009) *Recenseamento Agrícola de Portugal de 1989 e 2009*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa
- LOURENÇO, J.M. et al. (2008) Alterações dos usos do solo - o caso do vale do Douro, *Revista de Engenharia Civil*, 33-50.
- PINA, H. (2007) *O Alto Douro-um espaço contrastante em mutação*, coleção Temas Portugueses, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 4 volumes
- PINA, H. (2010) The importance of Complementarity in the Territorial Cohesion and Sustainability of Rural Areas: The case of Cambres, a Douro Winegrowing Area, and Magueija, a Mountainous Area, *Revija Za Geografijo, Journal for Geography*, 5-2 (G10), Department of Geography, Faculty of Arts, University of Maribor (Slovenia), p.27-42
- PINA, H. (2012a) How to enhance, yet preserve, the social and cultural heritage of the Rural Douro region, including the festivities?, *Espaço Aberto-PPGC*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- PINA, H. (2012b) Land use structure in the Demarcated Douro Region: overarching trends in the last few decades, *Journal of Geography*, Galway, 123-139
- PINA, H. (2012c) A estrutura fundiária duriense – um quadro problemático que urge reverter e dinamizar in *Direito Rural* 34, Vida Económica Editorial S.A, Porto
- PINA, H. (2012d) A Região Duriense, um património a desenvolver preservando e inovando, e-book *Grandes Problemáticas do Espaço Europeu – Políticas de Ordenamento Territorial nas Periferias Europeias*, Faculdade Letras Universidade Porto, Porto
- QUEIROZ, J. et al. (2010) Vine spacing in steep slope viticulture: narrow terraces, Douro Region. Viticulture en fort pente et densité de plantation: banquettes étroites, Région de Douro. CERVIM, *Troisième Congrès International Viticulture de Montagne et/ou En Forte Pente*, Castiglione di Sicilia, Catania, Itália.



# TRADIÇÃO E INOVAÇÃO NO PROCESSO DE PRODUÇÃO VINÍCOLA NO VALE DOS VINHEDOS - BENTO GONÇALVES/RS-BRASIL

**Marilei Elisabete Piana Giordani<sup>1</sup>**

Este estudo lança seu olhar sobre as modificações que ocorrem na forma de plantio das videiras em territórios vinícolas com mais de um século, construídos a partir da ocupação da colonização italiana, em Bento Gonçalves - RS - Brasil. A pesquisa quer ressaltar a relação do patrimônio cultural trazido pelos imigrantes, expresso também no cultivo das videiras. Estas demarcaram grandes extensões de terra e moldaram os lotes coloniais indelevelmente na paisagem local, até os dias atuais. O modo de plantio tradicional, além de sinalizar a configuração da paisagem, também expressa a cultura intrínseca de seus habitantes. No entanto, as novas formas de plantio e o apuro tecnológico na elaboração de vinhos vêm alterando, gradualmente, o plantio das videiras. Com isto, também uma parte da história vinícola de Bento Gonçalves e região se perde.

## **Introdução**

No Rio Grande do Sul, a plantação de videiras e a elaboração de vinhos eram incipientes e de qualidade duvidosa, nas primeiras décadas do séc. XVIII. Em viagem pelo Rio Grande do Sul nos anos de 1820, o botânico, naturalista e viajante francês SAINT-HILAIRE<sup>2</sup> assim se referia aos vinhos produzidos no Brasil: *“A vinha prospera muito bem. Algumas pessoas fabricam vinho, porém de qualidade inferior e sem aceitação”*. A produção vinícola toma forma e impulso com a chegada dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul em 1875, estabelecendo-se na região montanhosa do nordeste, denominada Serra Gaúcha.

O município de Bento Gonçalves - RS, conhecido como a Capital Brasileira do Vinho, é um dos 65 municípios Brasileiros Indutores de Turismo<sup>3</sup> justamente por seu referencial em relação ao território vinícola, sua história e sua memória. Possui cinco distritos, todos com produção vinícola, sendo o Vale dos Vinhedos o único **Território Vinícola Certificado** com Indicação de Procedência<sup>4</sup> do Brasil e da América Latina. Existem apenas dois territórios vinícolas com o Selo de Indicação Geográfica reconhecidos pela União Européia, fora dela mesma: o Napa Valley, nos EUA, e o Vale dos Vinhedos, no Brasil.

A mata fechada encontrada pelos imigrantes italianos em 1875 inicia a partir da forma de ocupação, a tomar contornos e tipicidades que expressam a cultura de seus novos habitantes. Permitiu-se, assim, que pudessem absorver as diversidades

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS - PROPUR- Brasil.

<sup>2</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*, 1820-1821. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia.1999. p. 34

<sup>3</sup> Outorgado pelo Ministério do Turismo Brasileiro- 65 municípios Brasileiros Indutores de Turismo, sendo 3 municípios no Rio Grande do Sul : Porto Alegre, Gramado e Bento Gonçalves. Fonte: [www.mintur.org.br](http://www.mintur.org.br)

<sup>4</sup> Esta Certificação diz respeito a Indicação de Procedência, concedida pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial que concede a *Indicação de Procedência e Denominação de Origem*. É a identificação de um produto ou serviço como originário de um local, região ou país, quando determinada reputação, característica e/ou qualidade possam ser vinculadas, essencialmente, a esta sua origem particular. Em suma, é uma garantia quanto a origem de um produto e/ou suas qualidades e características regionais. Fonte <http://www5.inpi.gov.br>, Acessado em 7/11/2011



do lugar, promovendo uma interação com a natureza local, resultando o território vinícola, na expressão da sua cultura e dando sentido ao lugar. De acordo com SACK<sup>5</sup>, “A Territorialidade está intimamente relacionada em como as pessoas usam a terra e como elas organizam-se no espaço, e como elas dão sentido ao lugar. Claramente, essas relações mudam, e a melhor maneira de estudá-las é a de revelar sua mudança de caráter em relação ao tempo.”

O tempo se expressa de maneira singular, na formação deste território e suas representações, evocando memórias e pertencimento. Nesse sentido, Eagleton<sup>6</sup> sinaliza que a cultura está presente na formação do território, quando rege o trabalho do homem expressando suas significações: “Se a cultura originalmente significa lavoura, cultivo agrícola, ela sugere tanto regulação quanto crescimento espontâneo.”

O patrimônio<sup>6</sup> cultural é um bem que representa a identidade e as referências culturais do lugar e de seus habitantes, dando-lhes singularidade e diversidade. Em territórios vinícolas, a identidade expõe a singularidade expressa na cultura local, representada na cultura do vinho. Os territórios vinícolas são mais do que simples áreas rurais. Neles, o homem interveio diretamente sobre a natureza criando, através do vinho e de suas estruturas, um patrimônio cultural autêntico.

### Do plantio à condução das videiras

Na história da viticultura mundial, o homem utiliza as mais variadas formas de conduzir seus vinhedos até os tempos atuais. Desde tempos remotos, vários são os locais que utilizam árvores em desenvolvimento como elementos con-



Condução das Videiras consorciada

sorciados de sustentação. Na Itália, a viticultura é baseada na civilização etrusca<sup>7</sup> de 1000 a.C., em cujos túmulos e cerâmicas eram recorrentes as alusões à atividade vinícola. GIUSTO<sup>8</sup> cita Antonio Carpenè<sup>9</sup>, da Região de Treviso - Veneto - Italia, quando fala do cultivo das videiras consorciadas com árvores que, ao mesmo modo em que sustentavam as videiras, também produziam folhas e frutos, como no caso das amoreiras: “As videiras consorciadas foram, por um longo período (do sec. IX ao XIX), uma forma de condução e cultivo da videira como característica da paisagem agrícola [...] Com a maciça utilização da árvore de amora como condutora, que produzia sombra para os animais e folhas para a produção do bicho da seda” (Tradução livre da autora)

Fazendo a relação dos imigrantes com a cultura trazida na bagagem, pode-se citar a cultura de condução das videiras em Asprinio di Aversa<sup>10</sup> na Região da Campania - Italia onde a videira é conduzida em consórcio com as árvores, utilizando escadas de até quinze metros para realizar a colheita da uva.

<sup>5</sup> SACK, Robert David. *Territorialidade Humana: sua teoria e história*. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.

<sup>6</sup> EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*, 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p.3

<sup>7</sup> www.angelodelvino.it - ver : La storia della viticoltura, acessado em 01 de agosto 2012

<sup>8</sup> GIUSTO, Maurizio. *Le pietre miliari della Marca*. Roma: Editoriale Todisco, 2008. p. 22

<sup>9</sup> CARPENÈ, Antonio. *Rivista di Viticoltura ed Enologia*, 1880- Conegliano-Tv- Italia

<sup>10</sup> www.angelodelvino.it - ver: La storia della viticoltura, acessado em 01 de agosto 2012



Videiras de Asprinio di Aversa - Italia

Num lugar desconhecido, os novos habitantes expressaram seus valores culturais e identitários, através do cultivo das videiras. PESAVENTO<sup>11</sup> indica a importância do reconhecimento da identidade nas representações sociais que foram sendo construídas ao longo do tempo no novo lugar: “*Enquanto representação social, a identidade é uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento.*” Expressando seus saberes com mãos hábeis, efetuaram o plantio com as condições e materiais encontrados. A sustentação e condução foram baseadas nas pedras em abundância, madeira de araucária *augustifolia* e o bambu, utilizado para gerir a sustentação dos galhos.

GIORDANI<sup>12</sup> assim relata a utilização do arame nas videiras “*Meu pai e todos os vizinhos, não tinham o arame para sustentar as videiras, então era utilizadas as varas de bambu, o arame chegou depois de 1890.*” Então, a parreira começa a ser melhorada e conduzida na forma de pérgula<sup>13</sup> formando uma parceria diferenciada do modo de sustentação através de plátanos, delimitando áreas e colorindo a paisagem, nas suas várias estações do ano. Sua produção se estende até meados de 1980.

### Construindo o território de 1875 à 1970

A condução das videiras em pérgulas já era utilizada, no Rio Grande do Sul, conforme faz alusão SAINT-HILAIRE em 1820 nas Regiões próximas de Porto Alegre e Pelotas. Assim, descreve sua passagem nas casas de amigos em sua estada “*enquanto esperávamos o jantar mostrou-nos seu jardim, onde vimos uma bela latada de parreiras e várias espécies de hortaliças.*”

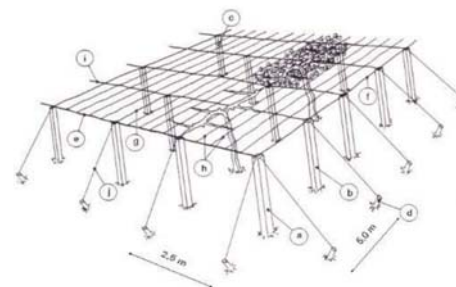
<sup>11</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005

<sup>12</sup> Elya Paulo Giordani, neto de imigrantes trentinos nasceu, viveu e morreu no Vale dos Vinhedos, relata a Edgar Luis Giordani em 24/09/2007

<sup>13</sup> O mesmo que latada: sistema de condução da videira no qual os ramos e a folhagem estão dispostos horizontalmente à superfície do solo, a aproximadamente dois metros de altura. Esse sistema é indicado principalmente para o cultivo da videira para a produção de uvas de mesa, mas também bastante utilizado em videiras para vinhos. In CAMPOS, Rogério de. TAGLIARI, Mauricio. *Dicionário do Vinho*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2011. p. 315

Em razão de Bento Gonçalves estar localizada em um território geográfico acidentado, também torna-se necessária uma maior sustentação para as videiras, sendo uma recorrência observada em toda a Serra Gaúcha. Alberto Miele detalha a condução da videira em forma de latada.

A diferenciação utilizada na Serra Gaúcha é a utilização da árvore - plátano do tipo *platanus acerifolia*<sup>14</sup> - como auxiliar na sustentação das videiras, além das rochas basálticas, muito abundantes na região.



Sistema de condução da videira em latada, especificando postes e fios. Postes - a) cantoneira; b) lateral; c) interno; d) rabicho; Fios - e) cordão primário de cabeceira; f) cordão primário lateral; g) fio da produção; h) fio da vegetação; i) fio de sustentação da malha; j) fio rabicho. Ilustração: A. Miele



Sistema de condução da videira em latada, especificando postes e fios. Postes - a) cantoneira; b) lateral; c) interno; d) rabicho; Fios - e) cordão primário de cabeceira; f) cordão primário lateral; g) fio da produção; h) fio da vegetação; i) fio de sustentação da malha; j) fio rabicho. Ilustração: A. Miele

Neste sistema, o fio de sustentação da malha metálica está inserida dentro do caule do plátano, durante o seu crescimento. No início do vinhedo é colocado um palanque auxiliar de madeira a partir do qual, após seu apodrecimento, a sustentação passa para o plátano.

A delimitação da área do parreiral ou de sua varietal é marcada pelo plantio mais próximo dos plátanos, contornando áreas e moldando os vales e encostas, juntando-se à presença da Mata Atlântica. A divisão dos lotes



Demarcação com os plátanos, permitindo a visualização do traçado dos lotes rurais- Bento Gonçalves- RS- Brasil.

<sup>14</sup> De acordo com Falcade (2011, p. 206) este é o tipo de Plátano mais comumente usado para a sustentação das videiras.

coloniais, efetuada em 1870, pode ser observada na demarcação dos parreirais, servindo como testemunho da história da região e do seu tempo.

As taipas de pedras nas divisas de lotes é fator recorrente, como delimitação dos lotes rurais em consórcio com os plátanos na sustentação, e grandes pedras de basalto formando o contrapeso na base de sustentação. A convivência harmônica que se estabelece entre a Mata Atlântica e os vinhedos circundados por plátanos, forma um conjunto singular que traduz uma época do cultivo das videiras.



Utilização da pedra basalto como coadjuvante de delimitação e sustentação dos parreirais. Vale dos Vinhedos – Bento Gonçalves RS – Brasil.

No inverno, com a dormência das videiras, os plátanos marcam a paisagem vinícola, ganhando forma e evidência, podendo ser observados em todas as suas singularidades.

### As alterações no território vinícola

A crise econômica ocorrida em meados de 1980, na principal cooperativa vinícola do município de Bento Gonçalves-RS, impulsionou o surgimento de diversas vinícolas familiares, que optam pelo plantio de variedades viníferas para a elaboração dos seus vinhos. Com isto, o sistema de condução também é alterado, passando para o método de espaldeira<sup>15</sup>, principalmente no Vale dos Vinhedos, distrito de Bento Gonçalves e, hoje, um território vinícola certificado. Katani Monteiro<sup>16</sup> elenca o trabalho técnico efetuado pelo enólogo italiano Celeste Gobatto, desde 1912, como professor da escola de Engenharia de Porto Alegre e como pioneiro na orientação técnica, saúde, higiene, condução dos parreirais e elaboração do vinho no Rio Grande do Sul. Gobatto era a favor do plantio de variedades viníferas proporcionando um vinho de melhor qualidade, e elenca variedades para o clima vigente. Mas os colonos prosseguiram com suas parreiras em forma de latada e, principalmente, com o plantio da uva com a cepa americana Isabel obtendo maior produção. Com as novas implementações vinícolas de nível internacional, as vinícolas familiares buscam novas tecnologias no plantio vinícola, dizimando grandes áreas de parreirais. Isto altera também o

<sup>15</sup> Sistema de condução da videira, que se assemelha a uma cerca, em que as plantas são conduzidas verticalmente à superfície do solo. Esse é o sistema de condução mais generalizado no mundo.

<sup>16</sup> MONTEIRO, Katani M. N. *Um italiano irrequieto em contexto revolucionário* (um estudo sobre a atuação de Celeste Gobatto no Rio Grande do Sul - 1912-1924).



sistema de condução, passando para o método de espaldeira<sup>17</sup> principalmente no Vale dos Vinhedos, no distrito de Bento Gonçalves.



Plantio em espaldeira sem a utilização dos plátanos. Vale dos Vinhedos - Bento Gonçalves - RS- Brasil

O território se adequa às novas tecnologias de produção, deixando de ser estritamente produtor de matéria prima. A partir do crescimento das vinícolas, ocorre o incremento do valor econômico do vinho e de toda a novidade que possa vir a fazer parte deste território - a crescente urbanização.

Muito frequentemente se observa na paisagem atual, resquícios de parreirais extintos, restando os plátanos que demarcam o lugar. Também o uso do solo se modifica, o território vinícola deixa de ser produtivo para tornar-se residencial, permanecendo ali, através dos plátanos, a memória de uma época e de sua história. Neste sentido, questionamos: por que não pode haver a manutenção da história local, mesmo com o avanço das novas tecnologias de produção?



Os parreiras que deram lugar aos condomínios residenciais no Vale dos Vinhedos - Bento Gonçalves - RS Brasil



Área delimitada pelos plátanos de um parreiral extinto no Vale dos Vinhedos - Bento Gonçalves - RS Brasil

Estas transformações se fazem notar principalmente na paisagem construída, colocando em risco a preservação dos elementos que estabelecem sua identidade, ao longo dos anos, desde a imigração. O território construído a partir da cultura dos colonizadores italianos, que trouxeram o prazer pelo cultivo vinícola, traduz uma relação<sup>18</sup> atual com o território: de interação com o homem que o produziu.

<sup>17</sup> Sistema de condução da videira que se assemelha a uma cerca, em que as plantas são conduzidas verticalmente à superfície do solo. Esse é o sistema de condução mais generalizado no mundo.

<sup>18</sup> De acordo com Tattarini -prefácio in Caló (2004) O vinho tem uma história [...] A capacidade de extrair lembranças, e conseguir transportar através do tempo estas sensações quase intactas [...] constitui o segredo de uma longevidade que continua a intrigar uma sociedade que parece ter perdido a noção do tempo. É justamente essa dimensão temporal que o vinho nos possibilita resgatar. Trata-se afinal de um produto singular, uma vez que reúne em si todos os elementos culturais da sociedade moderna: natureza e história, biologia e cultura, tradição e inovação, técnica e mito. [...] Na Itália atual, o vinho não se resume a um "produto de consumo. Muito mais que isto, representa uma parte vigorosa da história, da cultura e do patrimônio do país, razão pela qual merece um compatível esforço de proteção e valorização.



Desde modo, os plátanos em consórcio com o vinhedo estão sendo dizimados, para dar lugar à nova forma de plantio. Sua preservação deve ser pensada como modo de expressar uma época, como a manutenção da história em conjunto com as novas tecnologias de produção.

Segundo Castriota<sup>19</sup>, são enormes os desafios que envolvem a conservação das paisagens culturais, além das necessidades básicas do homem de viver, morar e produzir. Paisagens, principalmente as vinícolas, também têm sua função de deleite estético, ligada ao turismo, além de funcional e ecológica e importa relevar que *“Conservar as paisagens culturais é um dos desafios mais complexos com os que se depara a área do patrimônio hoje [...]A significação e a autenticidade destas paisagens vão envolver também elementos que se relacionam com a dimensão imaterial do patrimônio.”*

## Conclusões

O vinho brasileiro busca seu posicionamento no mercado mundial, com melhorias de qualidade técnica e enológica de produção e de elaboração dos vinhos. Neste sentido, se entende a necessidade de melhorias e inovações no sistema de produção. A tradicional condução dos parreirais, em forma de latada, pode não ter



Neste vinhedo, o parreiral em latada foi destruído e construído, em seu lugar, o parreiral em espaldeira, mas foram mantidos os plátanos na borda.

sido a melhor escolha técnica, se observarmos atualmente uma produção de qualidade com variedades viníferas. Contudo, há de se considerar as várias formas disponíveis de preservar o patrimônio construído no território, por mais de um século, em consórcio com as inovações tecnológicas de plantio.

De acordo com a visão do Patrimônio Cultural, mesmo fazendo uso da inovação, da tecnologia para melhor produção da uva através da condução dos vinhedos na forma de espaldeira, não é necessário destruir a história construída. A adoção dessa postura de destruição do território construído denota inúmeras falhas, em especial em relação à falta de informação, ao desconhecimento do valor da própria identidade e à falta de laços de pertencimento da comunidade para com sua história. A valorização da história e do equivalente patrimônio cultural é uma das formas contemporâneas de agregar valor aos produtos – no caso, também do vinho.

É em razão da valorização da história e identidade que vários territórios Vinícolas mundiais foram tombados como Patrimônio da Humanidade, como os da região do Douro – Portugal, Lavaux na Suíça, os vinhedos da França... Pois é a partir da história que transmite uma identidade, que o vinho pode diferenciar-se perante os demais no globalizado mundo atual.

### Referências bibliográficas

- CAMPOS, R. e TAGLIARI, M. (2011) *Dicionário do Vinho*. São Paulo: Companhia Editora Nacional
- CASTRIOTA, L. B. (2009) *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas e instrumentos*. São Paulo: Anablume, Belo Horizonte: IEDS.
- CALÒ, A. et al. (2004) *Il vino- scelta, acquisto, conservazione e degustazione - Manuale del Sommelier*. São Paulo: Editora GLOBO.
- CARPENÈ, A. (1880) *Rivista di Viticoltura ed Enologia*, Conegliano-Tv- Italia
- EAGLETON, T. (2011) *A ideia de cultura*, 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, p.13
- FALCADE, I. (2011) *Paisagem como representação espacial*. A paisagem vinícola como símbolo das indicações de procedência de vinhos das regiões do Vale dos Vinhedos, Pinto Bandeira e Monte Belo (Brasil). Tese de Doutorado : UFRGS- POSGEA. U.B, E2S, Porto Alegre
- GIUSTO, M. (2008) *Le pietre miliari della Marca*. Roma: Editoriale Todisco
- MONTEIRO, K. M. N. *Um italiano irrequieto em contexto revolucionário* (um estudo sobre a atuação de Celeste Gobbato no Rio Grande do Sul - 1912-1924)
- SACK, R. D. (1986) *Territorialidade Humana: sua teoria e história*. Cambridge: Cambridge University Press
- PESAVENTO, S. J. (2005) *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica
- SAINT-HILAIRE, A. (1999) *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-182*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia

# O TURISMO CULTURAL E RELIGIOSO NO COMPASSO DAS TERRAS DE TAROUCA: ELABORAÇÃO DE UM ROTEIRO

**Helena M. P. Teixeira<sup>1</sup> e Salvador Magalhães Mota<sup>2</sup>**

A região do Douro, cujo interesse é reconhecido na classificação de Património Mundial da UNESCO, constitui um dos destinos turísticos emergentes no território Português. Com uma procura sazonal, sem os atractivos de sol e praia tradicionalmente procurados em Portugal é notória a subsequente importância da diversificação e dinamização do turismo.

A cultura é, indubitavelmente, um dos recursos fortes do Alto - Douro que possui um vasto património histórico-cultural, sendo uma alavanca necessária para a captação de fluxos turísticos (Digance, 2003; Vilaça & Pereira, 2008). Do ponto de vista dos recursos culturais, cada território expressa sempre uma relação permanente entre o passado e o presente, cuja manifestação ocorre no legado cultural que vai deixando, dele fazendo parte formas de cultura mais eruditas ou populares. No que toca a esta componente, a paisagem duriense é representativa de toda a variedade de actividades, associadas à produção de vinho, com os seus socalcos, quintas, casas, mosteiros, capelas e estradas sinuosas de grande beleza cénica, sendo preponderante a influência da congregação dos Bernardos. O seu impacto em Portugal durante, principalmente, os primeiros séculos da nossa nacionalidade e cuja importância não deixou de crescer e de se afirmar, exerceu grande influência no plano intelectual e económico, assim como no campo das artes e da espiritualidade.

Através da observação dos elementos da paisagem e dos mosteiros cistercienses, verdadeiras escolas vivas da teologia de Bernardo de Claraval, procurou-se, neste artigo, construir “roteiros experiências”. Pretendeu-se então dar resposta à crescente procura de públicos mais segmentados e exigentes, tendência turística da actualidade, mostrando que a mensagem de S. Bento, renovada por S. Bernardo, ainda mantém todo o seu valor intrínseco - o da Paz. Não uma paz atingida ao acaso, mas seguida, procurada e partilhada, e que ainda hoje se pode sentir por aquele vale do Varosa e também no Douro, onde, apesar do progresso, permanece a arte da calma de viver, tão da vivência cisterciense.

Este artigo está organizado da seguinte forma: em primeiro lugar é efetuada uma nota introdutória sobre o turismo cultural como montra de diversidade do património histórico, cultural e religioso. Em seguida, apresenta-se uma abordagem à Ordem de Cister e ao papel que desempenhou no desenvolvimento do País e do Douro. Por último, descrevem-se os princípios que devem estar presentes na criação de roteiros turísticos, e exemplifica-se com a elaboração de roteiros turísticos em Tarouca e Salzedas, onde destacamos o património agroindustrial, religioso e cultural e os mosteiros.

<sup>1</sup> IPV - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego - DGAT - Departamento de Gestão, Administração e Turismo. Diretora do Curso de Gestão Turística Cultural e Patrimonial. Membro do ci&dets - Centro de Estudos em Educação, Tecnologia e Saúde.

<sup>2</sup> Universidade Católica Portuguesa - Faculdade de Ciências Sociais - Assessor da Presidência do Centro Regional de Braga para as Relações Internacionais - Diretor da Residência Universitária Católica em Braga - Membro do CITCEM - Pólo do Minho.19 CASTRIOTA, Leonardo Barci. Património Cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Anablume, Belo Horizonte IEDS,2009

## **O Turismo cultural: montra de diversidade do património**

Na origem de todas as formas nacionais e internacionais de turismo da actualidade, os elementos civilizacional e cultural encontram-se fortemente presentes e, mais do que isso, constituem-se como o ou um dos principais elementos de motivação para que as pessoas se desloquem e, assim, para que exista turismo. O aumento constante da procura turística tem dado origem a que, cada vez mais, os recursos patrimoniais sejam transformados em recursos turísticos.

O turismo, como indústria heterogénea que é, obriga a uma actualização constante da informação, da oferta e dos serviços complementares. Aqui, o património, enquanto recurso para o turismo cultural, assume-se como um bem susceptível de venda e de consumo, e instrumento de trocas e encontros entre populações, induzindo um conjunto peculiar de relações entre residentes e forasteiros, que se pretende analisar. O “novo turista” está a tornar-se o oposto do turista de massas (Costa, 2005), procurando experiências únicas, originais planeando a sua deslocação de modo a evitar imprevistos e desilusões num período de tempo em que busca, essencialmente, o bem-estar, quer este passe pela diversão ou simplesmente pelo lazer.

No contexto do turismo, a interpretação do património cultural e natural surge-nos como um processo de comunicação, uma actividade educacional, que aspira revelar significados, sentidos e relações (Miranda, 2001). Visando dar a conhecer ao público significados e inter-relações do seu património cultural e natural, através da participação em experiências em primeira-mão com o objecto, o artefacto, a paisagem e o lugar, a interpretação tem de ser feita na presença do objecto que se pretende interpretar. Desdobráveis, edições e materiais informativos constituem, então, suportes desta aplicação das técnicas de interpretação do património utilizada no turismo e que merecem uma especial atenção.

## **O legado dos monges de Cister**

O século XII, data da fundação do Mosteiro de S. João de Tarouca, exulta uma extraordinária vitalidade espiritual e cultural – é a época das cruzadas, das catedrais, do Graal – o tempo prodigioso em que Bernardo de Claraval, reformador da Cristandade e místico da contemplação, tem um papel central. Borgonhês como o Conde D. Henrique, correspondeu-se, ao que parece, com D. Afonso Henriques, rei que favoreceu largamente o incremento da Ordem em Portugal. A presença dos monges brancos no nosso território verifica-se a partir do século XII, sugerindo Agostinho da Silva «que a fundação de Portugal é acto inteiro da potência mística de Bernardo». Durante o período da primeira dinastia, que termina com o reinado de D. Fernando (r. 1367-1383), os monges foram fundando mosteiros por todo o território (Teixeira *et al.*, 1998). Colonizaram terras, fomentando a fixação e o crescimento das populações, contribuindo desta forma para a consolidação das áreas recentemente conquistadas aos muçulmanos.

O que faz a singularidade de Cister (Abreu, 1991) é o ideal de pureza na Regra, na solidão, na pobreza, no trabalho. Fraternidade, pobreza, simplicidade, silêncio são as palavras-chave da espiritualidade cisterciense (Diffiniçoens da Ordem de Cistel, 1593).

Há características próprias na espiritualidade dos cistercienses, apenas visíveis no seu conjunto entre os seus monges, que se manifestam na sensibilidade em relação aos valores humanos, à orientação escatológica, liberdade de espírito, liturgia simplificada e pobreza e trabalho (Teixeira, 1999). As duas últimas são das características mais marcantes e visíveis no espaço monástico do Douro, sendo que o trabalho e o esforço dos monges cistercienses foi aqui soberbo, nomeadamente no que se refere ao aproveitamento agrícola e à valorização do vinho. Na Idade Média, foram principalmente os monges da ordem de Cister quem propagou a cultura da vinha e a elaboração do vinho nos seus mosteiros, expandindo o cultivo das videiras e incentivando os povos ao conhecimento das condições climáticas para melhor poderem determinar os ciclos vegetativos e desenvolver a actividade agrícola, base da economia da época e factor essencial para a sua fixação (Amaral, 1994).

Também na cozinha regional de Trás-os-Montes e Alto Douro transparecem a pobreza e o trabalho. Numa região de trabalho braçal e árduo, passando-se os dias no campo, não é difícil adivinhar o porquê de uma cozinha não muito sofisticada e despida de artifícios. E sempre assim parece ter sido. A sua origem simples transparece, se analisarmos atentamente os produtos que constavam do rendimento do couto, delimitado pela cerca do mosteiro de Salzedas e englobando os terrenos que no século XII foram doados por D. Teresa Afonso ao mosteiro, e de cujo rendimento Frei Baltasar nos dá notícia.



Mosteiro de Santa Maria de Salzedas. Direção Regional de Cultura do Norte ©/Fotografia de Pedro Martins (2010-07-31)

#### As rendas do couto de Salzedas (1610)

Produtos agrícolas e animais	Quantidades
De pão	4. 042 alqueires
De vinho	900 almudes
De espáduas de porco a pelo menos 27 arráteis	65
De marra	4
De carneiros	10
De quartos de carneiro	66
De cabritos	72
De porcos cevados	2
De frangões	132
De galinhas	574
De ovos	1380
De castanha picada	1160 alqueires
De nozes	80 alqueires

Fonte - elaboração própria a partir de Reis (1936).



A quantidade de vinho produzida justifica-se, uma vez que a regra S. Bento não só permite que os frades bebam vinho, como os obriga igualmente a ser de uma enorme hospitalidade (Laurioux, 1989). Nesta região, ainda agora se recebem as visitas com um bom vinho à guisa de boas vindas. Os monges de Tarouca alimentavam-se de pão de centeio, tão negro como a terra e às vezes de raízes de ervas cozidas em água pura (Vasconcelos, 1982), isto nos primeiros tempos e como valor simbólico de apego à pobreza. E ainda hoje aqui se apanham ervas para os animais e para a alimentação humana, nas beiras dos caminhos, dos rios ou ribeiros, como o povo costumava fazer noutros tempos.

A paisagem duriense traduz a serenidade de um espaço rural, proporcionando percursos de rara beleza. A cada passo, as culturas confinam com a vegetação espontânea, terras bravias, aromas intensos de esteva e rosmaninho. Por toda a parte descobre-se um vasto património histórico-cultural, constituído, em boa parte, pelo legado dos monges cistercienses. Dever-se-á, pois, entender a grande unidade funcional que compunha a paisagem envolvente, num



contexto em que todas as tipologias de património associado às diferentes actividades terão o mesmo valor. A igreja, a ponte, as ruas em calçada, a casa popular, porque ligadas à produção de bens, e associados a valores da paisagem, que em conjunto contribuíram para a execução, e em larga escala, para a manutenção dos edifícios monumentais, devem ser entendidos como igualmente nobres e como um todo capaz de retratar a vida social em redor dos grandes monumentos (Pereira, 2002). A marca cisterciense, é assim, parte da herança paisagística deste território, particularmente no vale do Varosa, onde os monges tiveram um papel preponderante no cultivo e povoamento dos vastos territórios doados às abadias e devastados pelas lutas da reconquista cristã.

A viticultura de origem cisterciense que subsiste, ainda pode ser encontrada nesta paisagem (Pérez, 1999, Kinder, 1998). Foi justamente o Mosteiro de Santa Maria de Salzedas que em muito potenciou a acção cisterciense no País, proporcionando o desenvolvimento da cultura da vinha e o fomento do comércio de vinhos. Na

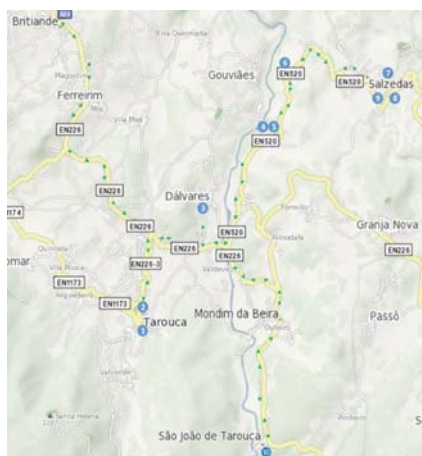


Mosteiro de Santa Maria de Salzedas

realidade, muitas dessas terras e granjas ainda permanecem ligadas à produção do vinho, constituindo mesmo o núcleo de algumas das quintas de produção de vinho da região duriense tais como a Quinta do Granjão e a Quinta do Monsul. Também as vinhas das terras do mosteiro de Salzedas permanecem como fonte de receita permitindo produzir o vinho e o espumante das Caves Murganheira - inseridas na Quinta da Abadia Velha - e que ainda hoje se podem visitar.

### Planeamento de itinerários e roteiros turísticos

Podemos definir um itinerário cultural como sendo um circuito ou percurso marcado por sítios e etapas relacionados com um tema. Este tema deverá ser representativo de uma identidade regional própria para favorecer um sentimento de pertença, de reconhecimento, ancorado na memória colectiva. O conjunto formado pelos sítios e etapas terá de ter um valor emblemático para a população local e para os visitantes (Miranda, 2001). Podemos também apresentá-los como itinerários de visita organizados, nos quais não se apresenta apenas uma sequência de atracções a serem visitadas (Dahles, 1998), mas procura-se também re-



- |                                   |                                |                                   |
|-----------------------------------|--------------------------------|-----------------------------------|
| 1 Igreja de S. Pedro de Tarouca   | 2 Torre e Ponte de Uçanha      | 3 Salzedas                        |
| 4 Alcôma                          | 5 Casa de Leite de Vasconcelos | 6 Judaria                         |
| 7 Casa do Paço em Dálvares        | 8 Caves da Murganheira         | 9 Mosteiro Sta. Maria de Salzedas |
| 10 Mosteiro de S. João de Tarouca |                                |                                   |

Mapa visita Turística a Terras de Tarouca

realizar uma leitura sociocultural do território. Tudo isto tendo em atenção, não apenas os pontos de interesse, como a própria via e a experiência do seu percurso e, para tanto, é necessário que se construa uma narrativa temática (Barreto 2001).

A oferta de roteiros turísticos apresenta várias vantagens, entre as quais a de facilitar ao turista a escolha de um destino, oferecendo-lhe a familiarização com o local antes da viagem (Bahl, 2006). O planeamento de itinerários turísticos é, portanto, uma técnica de interpretação que pode e deve ser uma forma de promover a viagem e o regresso do visitante, ajudando-o a garantir uma experiência mais completa e motivadora. Autores alertam para a necessidade, cada vez mais premente, da utilização destes instrumentos para o sucesso da actividade e o consequente benefício para a população local (Tabata 2007, Miranda, 2001). Para dar suporte aos roteiros desenvolveu-se um inquérito, contemplando os aspectos considerados importantes na literatura de turismo e património, para ser aplicado aos turistas e visitantes da região. Esta metodologia de investigação foi idealizada com o objectivo de compreender se a região é procurada por turistas com motivações culturais. O intuito do inquérito era o de conhecer melhor os turistas que visitam o Douro Sul, para melhor lhes poder adaptar a informação

a fornecer no roteiro. Os inquéritos foram distribuídos em diversos locais ao longo da região, como um todo, não se privilegiando um sítio específico.

Pelos resultados do inquérito, tornou-se claro que os turistas e visitantes são uma população assídua, constituída principalmente por portugueses provenientes do resto do país e os estrangeiros são, essencialmente, oriundos de Espanha e do Reino Unido. Todos têm em comum o facto de preferirem ficar alojados em hotéis, onde permanecem em média 2 dias, embora uma percentagem significativa esteja só de passagem e fique pouco tempo na cidade. A despesa média diária no destino é elevada, sendo de 190 euros. Apurámos ainda que são visitantes e turistas com motivações culturais que estão de férias e vêm à procura de património cultural, da monumentalidade e da história, buscando satisfação e conforto espiritual.

A maioria dos turistas não reserva o alojamento com antecedência, procurando apenas no local de destino, recorrendo ao posto de turismo e às brochuras locais, destacando-se assim a importância de lhes fornecer informação de qualidade no destino.

### **Elaboração de um roteiro para Salzedas e Tarouca**

A região vinícola do Alto Douro é, de toda a região em redor do rio Douro, a de mais fácil acesso. O Douro sul, fértil em lugares perfeitos para o retiro e recolhimento cistercienses, tinha então em Lamego uma importante cidade numa muito antiga diocese que estava na continuidade de uma região muito importante outrora. Terá sido a sua importância religiosa, política e socio-económica, que influiu na escolha para a implantação do, eventualmente, primeiro mosteiro de Cister em Portugal, em S. João de Tarouca.

Em Tarouca, fomos encontrar monumentos que a visão actual do homem, convertida à vida cidadina tem ignorado, embora fosse outrora ponto de passagem, especialmente, para os visitantes eclesiásticos de Lamego (Resende, 2006b).

O percurso cultural de Salzedas e Tarouca inicia-se na cidade de Tarouca onde se poderá admirar a Igreja de São Pedro e a Alcácima. Segue-se depois para Dalvares, a fim de descobrir a casa com o mesmo nome. A Murganheira, e a Ponte e Torre de Ucanha, são os próximos destinos. Em seguida, pode visitar-se o Mosteiro de Salzedas e a Judiaria e, por fim, o Mosteiro de São João de Tarouca. Uma viagem à “terra” de Tarouca é empolgante, pois está cheia de cultura e de



Ponte e Torre de Ucanha

tradições que são símbolos da sua afirmação e da sua identidade cultural. Situar-se aqui, por certo, as fontes do patriotismo português, iniciadas no século XII. Foi também este o local escolhido pelos Monges de Cister para aí construir belos exemplares da arte cisterciense e que cedo moldaram a região à sua imagem, inculcando normas e tradições que perduraram até hoje. Verdadeiros centros de paz num mundo perturbado por guerras e querelas, os mosteiros S. João de Tarouca e Salzedas celebram a eternidade da dimensão divina na mobilidade do tempo e do espaço. Em Portugal prevalece o legado cisterciense aqui visível em tantas formas.



Ponte Fortificada de Ucanha. Direção Regional de Cultura do Norte ©/Fotografia de Pedro Martins (2010-08-01)

## Conclusões

Num mundo em crise de valores, com a Europa das nações ainda à procura do seu rumo e face ao mundo materialista que hoje nos rodeia, vale a pena sublinhar a actualidade da mensagem Beneditina, nos seus valores mais elevados, tudo transparecendo na paisagem, na arquitectura e na decoração. Palavra escrita, falada e vivida, ela vale pelo poder com que se realizou, pela força com que se projectou no espaço e no tempo. Ora, o processo de conhecimento é exigente, obrigando-nos ao estudo e à informação e divulgação. Inevitavelmente, levar-nos-á ainda à necessidade de o salvaguardar para não perdermos a memória, sendo este o sentido deste trabalho - o de proporcionar a quem quer conhecer Tarouca, Salzedas, e o seu espaço passado e futuro, a partir de algumas anotações deste nosso tempo presente.

Constatamos o elevado nível de atractividade e potencialidade turística deste território, cuja vertente não se deve esgotar nas quintas e na paisagem, importando hierarquizar os recursos turísticos culturais e religiosos que têm de ser parte da promoção e comercialização do Douro. Estes produtos, quando bem desenvolvidos, poderiam constituir um importante complemento de outros tipos de ofertas que já existem.

A grande concentração de monumentos religiosos no vale do Varosa e o facto de, no Douro Sul, os monumentos estarem dispersos geograficamente, é factor adjuvante da interpretação. Foi esta constatação que levou à elaboração de panfletos e mapas, onde fossem visíveis os pontos de interesse para orientação dos utilizadores, assim como informações básicas necessárias para a realização das visitas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, P. (1991), Bernardo de Claraval a época e o pensamento, *Actas IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo*, Encontros de Alcobaça e Simpósio de Lisboa. Braga, Universidade Católica Portuguesa / Câmara Municipal de Alcobaça
- Amaral, J. D. (1994), O papel da Igreja na viticultura da Idade Média, *Actas do Congresso O Vinho, A História e a Cultura Popular*, Lisboa: I.S.A.
- Bahl, M. (2006) Planeamento turístico por meio da elaboração de roteiros in Ruschmann, D; Solha, K. T. (Orgs.) *Planeamento turístico*, São Paulo: Manole
- Barreto, M. (2001) *Turismo e Legado Cultural: As possibilidades do planeamento*, Campinas SP: Papyrus Editora, Coleção Turismo
- Costa, C. (2005) Turismo e cultura: avaliação das teorias e práticas culturais do sector do turismo (1990-2000), *Revista de Análise Social*, vol. XL (175), 279-295
- Dahles, H. (1998) Redefining Amsterdam as a Tourist Destination, *Annals of Tourism Research*, vol. 25 (1), 55-69
- Diffinições da Ordem de Cistel e Congregação de Nossa Senhora de Alcobaça da Ordem de S. Bernardo (1593) Lisboa
- Digance J. (2003) Pilgrimage at contested sites, *Annals of Tourism Research*, vol. 30 (1), 143-159.
- Laurioux, B. (1989) *A Idade Média à Mesa*, Mem-Martins: Publicações Europa-America.
- Reis, Fr. Baltasar dos (1934) *Breve relação da fundação e antiguidade de mosteiro de Santa Maria da Salzedas*, Lisboa: Biblioteca Nacional
- Miranda, M. (2001) *Guia Práctica para la Interpretación del patrimonio. El arte de acercar el legado natural al público visitante*, Sevilla: Junta de Andalucía, Consejería de Cultura
- Resende, N. (2006) (Jorge MENDES) *Lamego. Um inventário em construção*, Lamego: Diocese
- Pereira, P. (2002) Cister como Património in *Actas do Encontro Tarouca e Cister Espaço, Espírito e Poder*, Tarouca
- Tabata, R. (2007) *Thematic Itineraries: An Approach To Tourism Product Development* [e-book] Sea Grant Extension Service University of Hawaii at Manoa (USA), <http://nsgl.gso.uri.edu/washu/washuw99003/15-Tabata.pdf>
- Teixeira, R., Teixeira, V., Torre, J. (1998) Cister no Vale do Douro – Estudo Preliminar, *Actas del II Congreso Internacional sobre el Cister en Galicia y Portugal*, Ourense, IX Centenario de la Orden Cisterciense, vols. I e IV
- Teixeira, V. (1999) Síntese de Espiritualidade Cisterciense in *Cister no Vale do Douro*, Porto: Edições Afrontamento, 42-68
- Vasconcelos, J. L. (1982) *Etnografia Portuguesa - A Terra de Portugal. Vida Tradicional Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, vols. III e VII
- laça, A. e Pereira, V. (2008), Turismo Cultural e Religioso oportunidades e Desafios para o Século XXI, *Actas do Congresso Internacional*, Povoá do Varzim: Edição Turel / TCR
- Kinder, T. N. (1998) *L'Europe Cistercienne*, Saint-Leger-Vauban: Ed. Zodiaque



Fecho



# ENCERRAMENTO DO 3.º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PATRIMÓNIO AGRO-INDUSTRIAL

**Elísio Summavielle<sup>1</sup>**

*(Transcrição Oral)*

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer à organização o convite que me fez para estar aqui hoje e dizer que o faço com muito gosto, perante vós participantes do 3º Seminário Internacional do Património Agroindustrial. Sabendo também que estão connosco amigos do Brasil, da Argentina, da Espanha, de tantos países que convergiram aqui, a esta pérola do Douro que é este Museu. Museu do Douro que tem sido um bom exemplo duma boa prática continuada e que, talvez não saibam, que há pouco menos de sete ou oito anos, era ainda um sonho, isto, que agora estamos aqui a viver.

O tema deste Seminário tem que ver com a tradição *versus* inovação e é um tema bem interessante e que nos deve fazer refletir um pouco, quer quem trabalha ou tem a sua área de interesse no campo da chamada tradição, quer quem trabalha e tem a sua área de interesse no campo de inovação. No fundo, parece-me que se houver uma imagem de uma pirâmide em que a tradição e a inovação começaram um processo em pontos diferentes, mas que, o caminho da história (perdoem mas eu sou historiador) vai fazendo com que tradição e inovação convirjam cada vez mais no tempo. Isto, para quem já trabalha em Património Cultural há mais de trinta anos, que é o meu caso, é visível na evolução a que assistimos nas últimas décadas nestas duas grandes temáticas, Tradição e Inovação.

O Património Cultural ganha expressão a partir de meados do século XX, mas ainda muito disciplinarmente compartimentado numa área específica, de ponto de vista de organização, das Instituições, do Estado. Compartimentado no sector atribulado da História do Monumento, Monumento considerado como peça arquitectónica, como joia única e isolada, que é sinal de identidade. Portanto, Património tem sempre que ver com símbolos, com o passado, com a identidade. Mas, quer na arqueologia, quer na arquitetura, quer depois com o crescimento a partir dos anos setenta, dos museus que se multiplicam no nosso território (falo de Portugal mas é semelhante este processo nos outros países), com áreas determinadas, mas áreas patrimoniais específicas: de especialização, de conhecimento, etc. Mas que trabalhavam separadas, um pouco à margem do que se passava no Estado, nas políticas ligadas à economia, à indústria, ao conhecimento. O conhecimento sim mas nas universidades, um pouco à margem de aquilo que era estruturante, ou aquilo que era absolutamente necessário, estratégico para os Estados.

E portanto, o Património Cultural era um pouco o simbólico, era um pouco o culto dos nossos avós, do nosso passado, a necessidade que todos temos de

<sup>1</sup> Diretor-Geral do Património

ver, de proteger aquilo que são marcas de identidade, da história mas o que é certo, é que essa espécie de proteção simbólica referencial se foi transformando ao longo do tempo e, sobretudo nas últimas décadas, em algo um pouco mais “interessante” de ponto de vista económico. Hoje já é quase um lugar-comum dizer que o Património é um recurso que está ligado à economia.

Por outro lado, na área da economia, temos um fenómeno que é o Turismo que tende, também, a aproximar-se do Património neste percurso do tempo.

O turismo é um fenómeno do século XX, o chamado turismo de massas. Eu tenho sempre a imagem do filme, finais dos anos trinta, em que há um grupo do governo da frente popular em França. Pela primeira vez, é dado aos trabalhadores o direito de ter um mês de férias, e há um grupo enorme de gente numa praia, gente essa que nunca tinha visto o mar... E, realmente, essa imagem ficou-me gravada e registada... as pessoas estão fascinadas ao ver o mar pela primeira vez.

Esse Turismo, nos anos 50, 60, 70 e mesmo nos anos 80, apelidado depois de turismo de massas que tem que ver com o sol, a praia, os *resorts*, fez com que os litorais dos nossos países fossem povoados e que as pessoas nesses trinta ou quinze dias de férias procurassem a praia como lugar de repouso, desligados das preocupações, etc. Mas hoje, no século XXI, o que se verifica é que à medida que esse tal fenómeno de globalização entrou nas nossas vidas e que temos computadores e estamos em direto a falar com Buenos Aires ou com Shanghai, isso fez com que as pessoas já não procurem tanto a praia no seu tempo livre mas, procuram identidade dos territórios, sentir experiências... Procuram também a diferença, conhecer outras pessoas e outras formas de estar. Isso faz emergir a cultura, faz emergir o Património na área do turismo.

Em suma, o que procuram as pessoas? Procuram a diferença e já não é só a praia e o sol, os *resorts* e o golf, e aqueles campos de concentração para gente rica e abastada... como cidadãos que trabalham todos os dias, já não é aquilo que procuramos nos nossos tempos livres.

Em 2003, com a entrada em vigor da Convenção do Património Imaterial pela UNESCO, o designado património imaterial intangível entra no mapa das políticas patrimoniais. Fica inscrita a necessidade de proteger, também, esse Património que tem que ver com identidade. Ou seja, eu vivi isto na minha vida profissional e, embora a minha área específica tenha sido o património arquitectónico, eu só faço clínica geral porque, eu trabalhei em diversos sectores patrimoniais, um instituto de património arquitectónico, um instituto de património arqueológico, um instituto de museu, um instituto da conservação e restauro. Estes sectores tenderam - e é realidade hoje institucional do nosso país que recebeu uma reforma bem recente - a transformar-se em uma direcção geral, ou voltar a unir-se no Património Cultural.

E eu, cada vez mais estou convencido que faz sentido trabalhar em conjunto com as especificidades de cada área e, claro está, com os técnicos e com os cientistas de cada uma das áreas patrimoniais. Faz sentido pensar em Património Cultural como um todo. E isto, no sentido de caminhar, também, para a tal inovação que vem do outro lado.

Nos últimos dez anos ocorreu um incremento do turismo cultural em Portugal,

de 2% em 1998 da procura turística nacional, para 20% da procura do turismo em Portugal em 2011. Ainda não os 40% da média europeia do turismo cultural, mas a tendência é essa, é o património e ao mesmo tempo o negócio. A economia do turismo cresce no país e é, talvez, o sector mais importante da nossa economia. Portanto, é necessário que isto seja entendido e compreendido de ponto de vista estratégico por quem decide, por quem faz as políticas, por quem delinea as estratégias para os nossos países. Mas em Portugal, o Património é o recurso mais importante que nós temos para o futuro. E também, porque se de garantir a sustentabilidade do próprio planeta. E, portanto, tudo aquilo que o Património implica, desde o património imaterial aos museus, à arquitetura ou arqueologia, em torno da atividade do Património há uma economia, há ofícios, há profissões... e estamos aqui no centro do mundo em matéria de património imaterial gastronómico. Desde quem faz o pão, o vinho, a comida, desde quem trabalha a pedra, o ferro, a madeira, as argamassas, desde quem trabalha nos frescos, na pintura, na escultura, nas áreas de conservação e restauro, há aqui muitas profissões, há aqui muita atividade que é necessário desenvolver e onde há falta de emprego e de mão-de-obra qualificada, a área de reabilitação arquitectónica por exemplo.

Em parte da atividade da construção civil dos empreiteiros na Europa, 50% dessa atividade já é dedicada à reabilitação de edifícios e de casas antigas. Em Portugal, ainda estamos nos 12%, mas para lá iremos, se formos para aos países nórdicos, no norte de Europa já está em 70%.

O que acontece em Portugal? Quanto mais reabilitação se faz, e ainda bem que se está a fazer, e está para vir aí um pacote financeiro muito grande para a área de reabilitação, quanto mais reabilitação se faz, pior está a ser a qualidade dessa reabilitação. Quer isto dizer, que não há mão-de-obra qualificada e gente preparada para embelezar edifícios antigos, como era o caso desta casa, e portanto, falta aqui formação, falta aqui gente preparada para este sector. A construção civil é uma atividade muito importante no peso da nossa economia, portanto, estrategicamente, é necessário preparar o país para isso e, sobretudo, na perspectiva, no meu ponto de vista mais importante, do património mais importante que são as pessoas.

Portugal, e falo no meu país, tem assistido nas últimas décadas a um fenómeno negativo, complicado, com a ocupação do Litoral, das grandes áreas metropolitanas como é o Porto e diversificação do interior. Praticamente, no contexto da Península Ibérica, Portugal é um Litoral e se formos a Foz-Côa, se formos à Guarda, se descermos a linha da fronteira, se passarmos no Alentejo, verificamos que as pessoas emigraram para as grandes cidades. Mas onde está a nossa maior riqueza patrimonial? É precisamente nesse interior. Houve um investimento muito grande em vias de comunicação, hoje é fácil em três horas irmos de Lisboa a Vila Nova de Foz-Côa, terras fantásticas graúdas, Património da Humanidade mas, as populações, as pessoas estão a vir para o Litoral. E, portanto, proteger o Património sem fixar as pessoas nos seus territórios e sem contar com elas, pode parecer entrarmos aqui no mundo do Disney World e, não é esse Património que nós queremos defender. Nós queremos defender as pessoas, é um critério fundamental que é sagrado para todos vós e para todos nós que é a autenticidade.



E, portanto, a ligação do Turismo com o Património deve ser cuidadosa, esta aproximação vem sendo feita, começou a ser feita, eu lembro-me que há dez ou quinze anos era difícil alguém do Património ligar ou conversar ou delinear programas e propostas junto com a área do turismo, hoje começa a ser possível, começa a ser fácil, através de redes, através de rotas, através de temas. Em Portugal temos diversos projetos em andamento, temos as rotas das catedrais, de cister, do românico entre muitas outras rotas e redes que estão a ser agora conhecidas e com exemplos de instituições que estão no território e são âncoras das próprias marcas patrimoniais de este território. É o caso da fundação do Museu do Douro.

Este museu, esta casa, esta fundação em que estão envolvidos catorze municípios, em que está envolvido também o Estado, através da Secretaria de Estado da Cultura, esta âncora do Douro desde 2007-2008, era um sonho até há relativamente poucos anos. Mas o papel deste museu como também no Douro Superior, com a fundação recente, a fundação Museu Côa, são molas, alavancas essenciais para que as políticas patrimoniais possam prosseguir em todos os territórios. Estamos num território classificado pela UNESCO como Património da Humanidade, numa paisagem cultural que é outro conceito que não existia ainda nos anos oitenta, e que passa por uma ideia de paisagem evolutiva que tem intervenção do homem com a natureza. Paisagem que mantém umas determinadas tradições e que mantém determinados patrimónios que nos interessa preservar e enriquecer, tudo isso, é absolutamente necessário proteger, estimular e acarinhar.

Muitas vezes, os políticos tendem a separar as artes, a contemporaneidade, o cinema, o teatro, a dança, a escultura, a pintura, a criação contemporânea do património cultural. Esta separação também tende a diluir-se e, temos aqui um bom exemplo, que vocês logo à noite irão assistir que é o Projeto Entre Margens. Um projeto contemporâneo atual com linguagem do século XXI, com estéticas inovadoras mas que depende também duma paisagem cultural, duma tradição, dum património que se enquadra e consegue jogar entre a contemporaneidade e a tradição.

Portanto, património cultural – contemporaneidade, portanto tudo isto, resumindo e concluindo, para dizer que realmente, tradição e inovação tendem a caminhar para uma convergência. Mas estamos ainda no ponto em que isto ainda não é muito credível ou ainda não é muito assumido por quem deve assumir. Mas esse caminho que é o caminho visível, que é o caminho da história, que é o caminho subterrâneo, que não depende da vontade só dos príncipes da renascença... Esse caminho tem que ser trilhado e tem que ser preparado, porque a tradição e inovação se queremos a tal sustentabilidade, se queremos caminhar para uma sociedade em que sejamos auto-sustentáveis - tudo isto, tem que ver também com o chamado Protocolo de Quioto - temos que preparar esse terreno para que a tradição e a inovação possam convergir.

O Património Agro-industrial é - e é este o tema deste Seminário - muitíssimo importante para todos nós debatermos com esta multiplicidade de exemplos, de culturas, de patrimónios, de formas de estar, de ver, de sentir e de construir. Mas, mais uma vez, chamo a atenção que é só possível ser revitalizado com as

peças. Portanto, temos que fazer com que as pessoas se mantenham nesse património, não vivendo como no passado, mas sim com os instrumentos e com tudo aquilo que a inovação e a tecnologia nos oferecem no século XXI. Mas, com a autenticidade de quem está a viver no seu próprio espaço e com o estilo e a alegria de viver esse seu património, essa sua identidade e de poder, também, comunicar com as outras pessoas que cada vez mais irão procurar no futuro.



**M**useu do **D**ouro



# Património Agro-Industrial



**Museu do Douro**

Projeto cofinanciado por:

